

QUARTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2010

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

(A sessão tem início às 15H05)

1. Reinício da sessão

Presidente. – Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, que tinha sido interrompida na quinta-feira, 11 de Março de 2010.

2. Aprovação da acta da sessão anterior: Ver Acta

3. Assinatura de actos adoptados em co-decisão: Ver Acta

4. Composição das comissões e delegações : Ver Acta

5. Entrega de documentos: ver Acta

6. Declarações escritas caducadas: Ver Acta

7. Transmissão de textos de acordos pelo Conselho: ver Acta

8. Perguntas orais e declarações escritas (entrega): Ver Acta

9. Transferências de dotações: ver Acta

10. Ordem dos trabalhos

Presidente. – O projecto definitivo de ordem do dia elaborado em 11 de Março de 2010 pela Conferência dos Presidentes, nos termos do artigo 137.º do Regimento, já foi distribuído.

De acordo com os grupos políticos, gostaria de propor as seguintes alterações:

Mario Borghezio (EFD). – *(IT)* Quero apenas informar o Senhor Presidente - como já fiz por carta - que a Comissão Especial sobre a crise financeira e económica excluiu ilegítimamente um perito, o Professor Bourcier de Carbon, um demógrafo de renome, sem qualquer razão, declarando-o uma pessoa inadequada.

Penso que estamos perante um caso extremamente grave em que uma pessoa é excluída, por motivos ideológicos, da posição de perito numa das comissões do Parlamento Europeu...

(O presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Senhor deputado Borghezio, isso não é um ponto de ordem, pois estamos a falar sobre uma sessão plenária. Por favor levante esse tipo de questões durante as reuniões na comissão, onde o assunto poderá ser examinado; no Plenário, os pontos de ordem têm de incidir no trabalho do plenário, e não no trabalho das comissões.

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – *(EN)* Senhor Presidente, no dia 11 de Março, quando debatemos a política da UE para o Ártico, quando eu ainda dispunha de um quarto do tempo que me fora atribuído, o meu microfone foi desligado pela deputada do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa que estava a presidir.

Senhor Presidente, já lhe enviei uma carta - a que ainda não me responderam -, e gostaria de lhe perguntar qual foi o artigo do Regimento nos termos do qual o microfone foi desligado e por que razão foi pertinente aplicar o artigo em causa. Eu estava simplesmente a legitimar - e, efectivamente, a validar - observações políticas de que a deputada do Grupo ALDE que estava presidir discordava. Foi por essa razão que o microfone foi desligado. Se o Parlamento Europeu censura observações políticas, deixa de ser um parlamento.

Presidente. – A Vice-Presidente do Parlamento que estava a conduzir os trabalhos na altura aplicou correctamente o procedimento previsto no n.º 2 do artigo 20.º do Regimento. Irei responder por escrito à carta que me enviou.

Quinta-feira

O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) solicitou que fosse adiada para a próxima sessão a votação da proposta de resolução da Conferência dos Presidentes sobre a transição para o Tratado de Lisboa: análise dos processos legislativos pendentes. Trata-se, portanto, do adiamento de uma votação.

József Szájer (PPE). – (EN) Senhor Presidente, solicitámos o adiamento da votação desta proposta em defesa dos interesses desta Assembleia. De início, concordámos em inscrevê-la na ordem do dia, porque supúnhamos que estava tudo em ordem. Contudo, foi um procedimento rápido, e, entretanto, viemos a saber que nem todas as comissões haviam sido devidamente consultadas sobre esta questão. Trata-se de uma proposta do Grupo PPE, mas algumas das comissões querem mais tempo para examinar este assunto muito importante e complexo, por muito urgente que seja. Solicitámos, portanto, que a votação sobre esta questão fosse adiada.

(O Parlamento aprova o pedido)

(A ordem dos trabalhos é aprovada) ⁽¹⁾

11. Boas-vindas

Presidente. – Tenho uma informação especial a transmitir-vos. Gostaria de dar as boas-vindas à delegação do Parlamento Pan-Africano, chefiada pela sua Vice-Presidente, Mary Mugenyi. A delegação está a assistir à nossa sessão. Peço-vos que lhe dêem as boas-vindas.

(Aplausos)

A segunda Vice-Presidente do Parlamento Pan-Africano e Presidente da Delegação para as relações com o Parlamento Europeu. Os nossos parlamentos trabalham em estreita cooperação e a vossa presença aqui hoje dá-nos grande prazer.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para lhe agradecer o convite que me foi dirigido para falar na sessão do Parlamento Pan-Africano a realizar dentro de três semanas. Infelizmente, não poderei estar presente, mas enviarei uma mensagem nessa ocasião. Estou certo de que teremos oportunidade de nos voltar a encontrar.

Mais uma vez, sejam bem-vindos.

12. Preparação do Conselho Europeu (25-26 de Março de 2010) (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate sobre a declaração do Conselho e da Comissão relativa à preparação do Conselho Europeu (25-26 de Março de 2010).

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhor Presidente, estamos a assistir, nestes primeiros meses de 2010, a uma dinâmica extraordinariamente forte na União Europeia, enquanto se desenrola a mais grave crise económica dos últimos oitenta anos. Ao mesmo tempo, estamos a implementar um novo Tratado, o Tratado de Lisboa, a fazer arrancar novas instituições e a proceder a uma reorganização muito ampla da regulamentação dos nossos sistemas económicos.

Tudo isto está a acontecer por vezes de uma forma desordenada, e estamos a responder a grandes desafios à medida que vamos avançando; temos, por exemplo, a situação do sistema financeiro grego. No entanto,

⁽¹⁾ Outras alterações à ordem dos trabalhos: ver acta.

a Europa está a responder a esta situação criando novos instrumentos de política económica em todas as áreas.

Por conseguinte, acontece por vezes que os pormenores não nos deixam ver o todo, mas está a ser criada toda uma nova maneira de abordar a economia extremamente complexa do século XXI, e isso está a ser feito através de uma abordagem europeia.

Foi assim que agimos ao responder à crise gravíssima - houve uma reacção imediata, uma injeção de fundos públicos nas economias europeias, que conduziu a grandes défices.

Foi assim que agimos ao empreendermos uma reforma completa da supervisão do sistema financeiro - e estamos aqui no Parlamento para obter a sua aprovação.

É assim que estamos a agir ao coordenarmos as nossas políticas económicas. A Comissão já informou que irá apresentar uma proposta nesse sentido, uma proposta tendo em vista a coordenação das políticas económicas, fundamentalmente para a zona euro. Além disso, estão também, especificamente, a ser realizadas acções muito determinadas e claras por parte da União Europeia destinadas a apoiar a estabilidade financeira na zona euro. Este compromisso político foi assumido em 11 de Fevereiro e visa consolidar e manter a estabilidade financeira na zona euro.

Há uma outra iniciativa que se insere, sem dúvida, nesse conjunto: o empenhamento numa nova estratégia de crescimento e a criação de empregos de elevada qualidade. É este o principal tópico dos trabalhos do Conselho Europeu do próximo fim-de-semana, uma estratégia que foi formulada e desenvolvida pela Comissão Europeia no documento de 3 de Março, que irá ser examinado pelos Chefes de Estado ou de Governo no Conselho da Primavera, fundamentalmente na óptica dos chamados "objectivos estratégicos". Trata-se dos objectivos estratégicos que a Comissão Europeia enunciou no seu documento - por exemplo, questões de emprego, investimento em investigação e desenvolvimento, as alterações climáticas e a energia, o abandono escolar precoce, a educação em geral e a pobreza. Além disso, o Conselho Europeu também examinará a questão da governação, que consideramos uma das deficiências da chamada Estratégia de Lisboa. O Conselho deseja que a governação gire em torno da sua própria liderança política e das actividades de supervisão da Comissão destinadas a verificar se os Estados-Membros estão a respeitar os compromissos que assumiram. Tudo isto se fará, evidentemente, em estreita colaboração com, e sob o controlo, do Parlamento Europeu e, evidentemente, das instituições da União no seu conjunto.

Serão estes, basicamente, os temas das reuniões do Conselho Europeu a realizar no próximo fim-de-semana, entre os quais se inclui ainda a questão igualmente importante da luta contra as alterações climáticas, uma área em que a UE continua a desempenhar um papel de liderança. A União Europeia mantém a sua liderança no domínio da luta contra as alterações climáticas - é imprescindível que o faça, que conserve a sua liderança nesta área. Há ainda o compromisso quantificado em relação ao chamado "financiamento de arranque rápido". Esperemos, portanto, que o Conselho Europeu também quantifique e reafirme esse compromisso de ajudar os países em desenvolvimento a combater as alterações climáticas durante os próximos anos. Um compromisso por parte dos países desenvolvidos em geral de que irão cooperar com os países que estão menos desenvolvidos, de modo a chegarmos à importantíssima conferência de Cancun na melhor situação possível. Nesta conferência, a União Europeia terá de - repito - manter a liderança que detém neste momento, sem a qual os acordos de Copenhaga, que consideramos insatisfatórios, não teriam sido certamente alcançados.

Os Estados-Membros reafirmaram todos o seu pleno acordo com estes objectivos e o seu desejo de avançar inequivocamente em direcção a compromissos juridicamente vinculativos na conferência de Cancun, no México.

Os Chefes de Estado ou de Governo irão, em grande medida, ocupar-se destes assuntos. Também é possível - consoante aquilo que acontecer agora, enquanto as instituições europeias no seu conjunto estão a tentar resolver a crise relacionada com o chamado caso da Grécia - que se ocupem da questão da situação financeira na Grécia e do refinanciamento da dívida pública deste país. Esta questão também irá certamente ser levantada no Conselho, porque faz parte de um compromisso político assumido pela União Europeia em 11 de Fevereiro, a nível de Chefes de Estado ou de Governo. Trata-se do compromisso político de apoiar a estabilidade financeira na zona euro, nos termos do qual serão adoptadas medidas específicas para manter a estabilidade política, se isso for necessário.

É este, em qualquer caso, o princípio que estará muito presente na mente dos participantes na reunião deste fim-de-semana do Conselho Europeu.

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, é realmente muito bom e muito oportuno estarmos reunidos hoje - um dia antes do Conselho Europeu da Primavera. Esperam-nos tarefas difíceis. O apoio renovado e vigoroso do Parlamento Europeu é muito importante para essas tarefas. Assim, gostaria de agradecer ao Parlamento e de o felicitar pela sua resolução sobre a Europa 2020, que aprovou em Estrasburgo há duas semanas com um amplo apoio partidário.

Quero também aproveitar esta oportunidade para agradecer à Presidência espanhola do Conselho o seu apoio à estratégia Europa 2020. Esse apoio foi claramente expresso em várias formações do Conselho de Ministros.

Mas passemos agora ao Conselho Europeu: penso que todos os Conselhos Europeus devem fazer sempre duas coisas. Devem responder às necessidades do momento e devem ocupar-se do quadro estratégico a longo prazo e dos objectivos estratégicos a longo prazo da Europa.

A crise acarreta várias preocupações prementes para as comunidades, os trabalhadores e as empresas em toda a Europa. E, como sabemos, as finanças públicas a nível nacional estão sujeitas a pressões sem precedentes. A União Europeia deve evidentemente debruçar-se sobre estas questões, incluindo a estabilidade financeira. Voltarei a este assunto mais adiante.

A Europa não deve cometer o erro de descurar o imperativo de trabalhar agora no sentido de produzir mudanças a longo prazo. É por esta razão que o Conselho Europeu se vai ocupar de dois dos nossos desafios mais óbvios a longo prazo: o nosso futuro económico e as alterações climáticas.

Já debatemos a estratégia Europa 2020 juntos neste Parlamento. O vosso contributo e o vosso empenhamento serão indispensáveis para levar por diante as nossas ambições quanto a um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. O mesmo se aplica ao contributo do Conselho Europeu.

O nosso grau de ambição deve ser determinado pela escala das tarefas que nos esperam. Temos de mostrar que temos a visão e a coerência necessárias para agir. E temos de saber comunicar isto, temos de mostrar às pessoas que as nossas acções produzirão efeito onde importa que produzam. É por esta razão que considero tão importante que o Conselho Europeu chegue a acordo sobre metas claras esta semana.

As metas que a Comissão propôs foram cuidadosamente escolhidas. Têm a ver com a necessidade de aumentarmos o nível de emprego, investirmos mais na investigação e na inovação, atingirmos as nossas metas 2020 relativas ao clima e à energia, melhorarmos o nosso desempenho no domínio da educação e combatermos a pobreza.

Estas cinco metas principais identificam objectivos que as pessoas compreendem e mostram que a União Europeia está a procurar reforçar a reforma em áreas que todas as pessoas sabem ser importantes. Trata-se também de uma questão de vontade política para resolver problemas difíceis.

É evidente que as metas têm de ser viáveis. Devem também exigir mais esforço do que aquele que está a ser despendido actualmente, o reconhecimento pelos nossos Estados-Membros de que as coisas têm de mudar, e vou tentar transmitir ao Conselho Europeu este sentido de urgência em relação à situação actual da Europa e à necessidade de reformas destinadas a criar uma economia e uma sociedade mais sustentáveis e mais inclusivas na Europa.

O que é realmente importante são as medidas que cada Estado-Membro irá adoptar para impulsionar a sua taxa de crescimento e corrigir as deficiências que todos sabemos que existem. Necessitamos de medidas nacionais para resolver problemas nacionais, definidas de acordo com as circunstâncias nacionais e no pleno respeito pela subsidiariedade, mas estabelecidas no âmbito de um quadro europeu comum.

Se há uma lição que podemos extrair da crise financeira, essa lição é que, no mundo, somos todos interdependentes. Por conseguinte, não podemos aceitar os princípios da interdependência no plano mundial e rejeitá-los quando são discutidos a nível europeu.

Necessitamos, também, de um quadro comum, que seja apoiado e estimulado por medidas especiais da União Europeia, aquilo que, no nosso documento, denominamos "iniciativas emblemáticas".

As propostas relativas a estas iniciativas emblemáticas mostrarão que se está a agir a nível da União Europeia em áreas de importância vital como a agenda digital, a inovação, a eficiência dos recursos e a política industrial - e, evidentemente, em alguns casos, também ajudarão a atingir as metas estabelecidas a nível nacional.

O que estamos a propor representa uma nova abordagem. Graças ao Tratado de Lisboa, podemos adoptar uma nova abordagem em relação à coordenação económica, uma governação económica reforçada da Europa - uma governação suficientemente flexível para permitir que sejam estabelecidas metas a nível nacional, mas que tenha uma forte dimensão europeia, e que utilize todos os instrumentos disponíveis a nível europeu para fazer arrancar a economia. Aceitar esta abordagem será a verdadeira prova para o Conselho Europeu.

Sinto-me animado com os resultados do Conselho Europeu informal. Espero que os líderes europeus estejam presentes e digam "sim" quando chegar o momento de responder a estes desafios com um espírito colectivo.

Relativamente às alterações climáticas, sei que este Parlamento partilha da minha convicção de que não se trata de um assunto que possa relegar-se para segundo plano. Necessitamos de manter as alterações climáticas entre as nossas grandes prioridades.

A União Europeia tem estado na dianteira, e ainda estamos - somos os únicos cujos compromissos em matéria de redução das emissões são apoiados por mecanismos que nos permitem cumpri-los; somos os principais doadores de ajuda aos países em desenvolvimento no domínio das alterações climáticas. Portanto, deixemo-nos de reflexões introspectivas sobre Copenhaga e tomemos novamente a iniciativa.

Necessitamos de assumir uma posição clara, unificada e ambiciosa. Foi por essa razão que a Comissão apresentou uma comunicação expondo o que é necessário fazer para revitalizar as negociações internacionais. A Senhora Comissária Hedegaard já iniciou uma série de consultas com os nossos principais parceiros.

Portanto, devemos fazer um esforço sério para que haja progressos em Cancun - desenvolvendo a matéria de fundo muito real do Acordo de Copenhaga. Devemos manter o Protocolo de Quioto na ordem dos trabalhos, mas explicar claramente que apenas será possível avaliá-lo à luz de um acordo mundial, e não antes disso. Devemos intensificar as actividades de sensibilização e gerar confiança, sobretudo, obviamente, ao nível dos países em desenvolvimento, razão pela qual é tão importante honrarmos as nossas promessas sobre o financiamento de arranque rápido.

E, ao mesmo tempo, continuaremos evidentemente a executar o nosso pacote "20-20-20", demonstrando, em particular, que ele é compatível com o trabalho de modernização económica e de reforma preconizado na estratégia Europa 2020.

Estas duas áreas demonstram claramente que os Europeus esperam da União Europeia liderança política que gere acção. Estou convencido de que, se tivermos vontade de ser arrojados, conseguiremos mostrar que a Europa é uma influência decisiva na construção do futuro certo para os nossos cidadãos.

É neste mesmo espírito que irei apresentar ao Conselho Europeu alguns dos principais desafios para a reunião do G20, que terá lugar em Junho, no Canadá. Na verdade, não devemos nunca esquecer que algumas dessas questões são europeias, embora devam também ser abordadas a nível mundial.

A estabilidade financeira e a situação económica e financeira da Grécia não fazem parte da ordem dos trabalhos formal do Conselho Europeu. No entanto, falando com toda a sinceridade, não vejo como será possível os Chefes de Estado ou de Governo, sobretudo os da zona euro, não discutirem essa questão. Permitam-me, portanto, que exponha a nossa posição quanto a esse assunto.

A Grécia está actualmente a proceder à correcção do seu défice público excessivo. Fazer baixar vigorosamente o défice é crucial, e a Grécia tem estado a tomar medidas nesse sentido. Em particular, a Grécia está a tomar medidas susceptíveis de produzir este ano uma redução do défice de 4% do PIB. Este esforço orçamental está de acordo com a linha de acção recomendada pela Comissão e pelo Conselho, como o Conselho reconheceu em 16 de Março. É evidente que o esforço orçamental da Grécia tem de ser continuado; é a única maneira de garantir uma redução duradoura do custo do financiamento da dívida.

Em resposta à situação económica e financeira da Grécia, a reunião informal dos Chefes de Estado ou de Governo de 11 de Fevereiro declarou que - e passo a citar - "os Estados-Membros da zona euro, em caso de necessidade, empreenderão acções determinadas e coordenadas para salvaguardar a estabilidade financeira na zona euro no seu conjunto".

A Comissão crê que é agora apropriado criar, na zona euro, um instrumento de coordenação da acção que possa ser utilizado para prestar assistência à Grécia em caso de necessidade. É necessário que fique claro que a criação deste mecanismo não implicará a sua activação automática. A criação de um mecanismo desse tipo é também uma questão de responsabilidade e solidariedade.

A solidariedade é algo que funciona em dois sentidos. A Grécia está nesta altura a fazer um esforço económico e, ao apoiarmos esse esforço, não só ajudamos a Grécia mas também a estabilidade da zona euro no seu conjunto. O quadro de acção coordenada deve ser visto como uma rede de segurança que apenas deve ser utilizada quando todos os outros meios de evitar uma crise se esgotaram, nomeadamente e acima de tudo, quando se tiver esgotado a margem para acção política a nível nacional.

Para além dos aspectos técnicos, qualquer solução possível tem de reforçar e aumentar a unidade e a coerência da zona euro e da sua governação. A economia mundial necessita de estabilidade. A zona euro é um pólo de estabilidade e é importante que a sua capacidade para trazer estabilidade seja ainda mais reforçada. Teremos, talvez, de recorrer a instrumentos intergovernamentais para algumas questões, mas é necessário que esses instrumentos estejam integrados num quadro europeu comum.

Estou firmemente convencido de que a resposta a desafios específicos será também uma prova para os dirigentes europeus demonstrarem o seu empenhamento na União Europeia - e monetária. O que está em jogo é o princípio essencial da estabilidade financeira que é fundamental para o euro: e o euro é, até à data, uma das criações mais importantes do projecto europeu e do processo de construção da Europa.

Espero que esta questão seja resolvida num espírito de responsabilidade e solidariedade. É essa a forma europeia de agir.

(Aplausos)

Joseph Daul, em nome do grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho López Garrido, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas Cristãos) espera que o Conselho Europeu reafirme, de forma inequívoca, a solidariedade europeia, enquanto, ao mesmo tempo, faz com que cada um, ou cada uma, assuma as suas responsabilidades.

O Grupo PPE também espera que os Chefes de Estado ou de Governo definam os seus roteiros de molde a tirarem a Europa da crise. Até que ponto estão eles dispostos a cooperar, e quais são os riscos que não estão dispostos a pisar? Crêem eles que a recuperação do crescimento e do emprego depende de uma verdadeira acção comum com os recursos que isso requer, ou preferem actuar cada um por sua conta, no que diz respeito à inovação, à educação e à formação, ao apoio às PME e à luta contra o desemprego e a pobreza, com as respectivas consequências por demais conhecidas?

Queria recordar-lhes que, em 2000, todos os nossos Estados-Membros subscreveram as prioridades da Estratégia de Lisboa. Todavia, porque não se prepararam com os recursos necessários, porque não levaram a sério os objectivos, estamos agora com muitos anos de atraso, e tudo quanto dissemos que iria acontecer aconteceu, mas fora da Europa.

O meu grupo espera, portanto, que o Conselho Europeu vá além das palavras e tome seriamente em consideração os nossos objectivos económicos comuns, com base nas propostas 2020 da Comissão, de que o Parlamento irá propor uma versão alterada no próximo mês de Junho.

Volto à solidariedade, uma solidariedade de que há algumas semanas muito se tem falado e que na realidade é o princípio e o fim da integração europeia, desde a criação do mercado único até à defesa comum, através do euro. Esta solidariedade tem sido demonstrada desde o início da crise financeira e não pode ser recusada aos nossos amigos gregos, ou a qualquer outro país da UE que se depare com as mesmas dificuldades.

É imperioso encontrarmos esta semana uma solução europeia para esta crise, que deve ser uma solução baseada na Comunidade - repito: uma solução baseada na Comunidade -, que deve ser encarada de acordo com as normas europeias e no quadro dos mecanismos europeus de ajuda financeira. Além disso, se assim pretendermos, podemos inclusive incluir neste quadro o Fundo Monetário Europeu, mas sempre de acordo com as normas europeias. É do interesse de todos garantir a estabilidade da Europa e do Sistema Monetário Europeu.

Senhoras e Senhores Deputados, na medalha da Europa, do lado da coroa está a solidariedade, do lado da face está a responsabilidade. Esta responsabilidade é a de cada Estado-Membro garantir contas públicas correctas e fidedignas. E é também a responsabilidade dos cidadãos dos países que se defrontam com problemas temporários de pagamento de fazerem sacrifícios, de participarem no esforço colectivo do reencaminhamento das finanças e de aceitarem as reformas necessárias para o conseguir, por mais duras que elas possam ser.

Por outras palavras, sim, a Europa deve mostrar solidariedade com a Grécia, deve assegurar que a Grécia ultrapasse este período difícil. Todavia, a Grécia também deve levar a cabo as reformas internas que lhe são

exigidas, a curto ou médio prazos, para merecer essa solidariedade, reformas que, de facto, ela já propôs ontem ao Parlamento. Falta agora a Grécia implementá-las.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise está a obrigar-nos a mudar. A primeira mudança diz respeito à Comissão, que eu convido a exercer plenamente e, sobretudo, com autoridade, o seu papel de guardião dos Tratados. Os critérios do Pacto de Estabilidade e Crescimento devem ser aplicados, e a Comissão deve assegurar-se disso, incumbência difícil em que será apoiada por esta Assembleia.

A segunda mudança diz respeito à governação das nossas finanças públicas. Num período de crescimento, o sentimento geral é de que cada um tem o direito de orientar a sua própria política orçamental, fiscal e social sem se preocupar realmente com quem quer que seja. Em períodos de crise, porém, aqueles que mais gastaram apelam à solidariedade daqueles que foram, digamos, mais sensatos.

Poderá isto continuar assim? Penso que não. É tempo de os Estados-Membros coordenarem melhor as suas políticas orçamentais, fiscais e sociais, e deixemos de ter medo de o dizer: queremos mais governação europeia! Essa governação só tornará mais justa e mais natural a implementação de princípios baseados na solidariedade.

Senhor Presidente em exercício do Conselho, convido-o a tomar iniciativas de acordo com estas indicações. Como sabe, tenho uma certa experiência: é sempre em períodos de crise que se dá um impulso à máquina. Encontramo-nos no meio de uma verdadeira crise, no que diz respeito aos nossos cidadãos e à situação no terreno, e precisamos de coragem política.

(Aplausos)

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, a Cimeira europeia deve tratar da crise da Grécia, e irá fazê-lo; isso é óbvio. O jornal *International Herald Tribune* escreve uma coisa interessante, no seu editorial de hoje: "A Grécia prometeu fazer o seu trabalho de casa e equilibrar o orçamento". Os Estados-Membros pertencentes à zona euro fizeram depender a sua solidariedade do acatamento pela Grécia das suas exigências a este respeito.

A Grécia cumpriu, escreve o *International Herald Tribune*. Os Estados-Membros da zona euro é que não cumpriram - especialmente a República Federal da Alemanha, que se recusa a cumprir a sua promessa. Esse é o primeiro ponto.

(Aplausos)

O Presidente da Comissão falou, com toda a razão, de uma rede de segurança. Não se trata de transferir dinheiro dos contribuintes da Alemanha, França e Itália, ou de qualquer outro país, para os cofres da Grécia. Não é esse o objectivo. Do que se trata é de permitir à Grécia pedir dinheiro emprestado nos mercados internacionais à mesma taxa de juro disponível para os outros países. As taxas de juro são habitualmente 2,5 a 3%. Em consequência da especulação causada pela incapacidade de demonstração de solidariedade com a Grécia, este país está a pagar 6%. Para falar com toda a franqueza, as tentativas da Grécia de equilibrar o seu orçamento estão a encher as algibeiras dos especuladores nos mercados financeiros internacionais.

(Aplausos)

Isso significa que, na Grécia, as pessoas estão a ser roubadas. É insensato, porque se isso estabelece um precedente - se a incapacidade de mostrar solidariedade permite às pessoas especular contra um país da zona euro que se encontra em situação deficitária, a ponto de, eventualmente, a solidariedade interna ser insustentável e o Fundo Monetário Internacional ter de intervir, então a Grécia é apenas um prólogo. Os especuladores voltarão, em seguida, a sua atenção para a Itália, o RU e a Espanha. Se não quisermos assistir a uma conflagração em grande escala, temos de demonstrar agora solidariedade com a Grécia.

Solidariedade com a Grécia - e esta é uma mensagem que temos de fazer chegar, sobretudo, à Chanceler alemã - faz, por conseguinte, sentido do ponto de vista económico. Não se trata de dar ajuda só por dar ajuda.

(Aplausos)

Consequentemente, não podemos libertar o Senhor Presidente Barroso dessa obrigação, dizendo que o Fundo Monetário Internacional devia agora tratar do assunto. É a Comissão que deve propor o modo de conseguirmos uma estabilização razoável no interior da zona euro. A Comissão apresentou boas propostas e, pessoalmente, creio que o Conselho devia segui-las. Estas propostas não incluem o recurso ao Fundo Monetário Internacional. Porque não? Estamos em situação de resolvermos nós próprios os problemas no interior da zona euro.

Além disso, estou surpreso com o facto de a Chanceler Merkel estar a fazer entrar em acção o Fundo Monetário Internacional. O Banco Federal Alemão - que para os conservadores alemães é como o Vaticano para os católicos - escreve no seu relatório de Março: "Todavia, contribuições financeiras do Fundo Monetário Internacional para resolver problemas estruturais - como financiar directamente um défice orçamental ou financiar uma recapitalização bancária - são incompatíveis com o seu mandato monetário." Isto é uma citação do Banco Federal Alemão. Contrariando as afirmações do seu Ministro das Finanças, a Chanceler alemã afirma que o Fundo Monetário Internacional devia resolver o problema. Esse não é bom caminho a seguir!

Do que necessitamos agora é de emitir um sinal aos mercados internacionais: podem especular tudo quanto quiserem, mas não destroçarão a zona euro. A especulação não terminará enquanto esse sinal não for emitido. Para deixar ficar claro de que tipo de especulação estamos a falar, temos de chamar, uma vez mais, a atenção para os *swaps* de risco de incumprimento (CDS). Isto nada mais é do que um jogo: eu seguro-me a mim próprio contra a destruição da casa do vizinho por um incêndio. Se a casa do vizinho for destruída pelo incêndio, eu recebo o dinheiro do seguro. Se fizesse isso, eu estaria directamente interessado em que a casa do vizinho fosse destruída pelo incêndio.

Na União Europeia, não podemos aplicar o princípio de São Floriano - "Bom São Floriano, poupai a minha casa, queimai as outras". Esse o motivo por que a solidariedade com a Grécia é uma acção destinada a estabilizar o euro na zona euro. No final, temos de decidir se pretendemos ter solidariedade europeia ou se pretendemos render-nos a políticas amadoras. Pessoalmente, não quero fazer dessa política a minha política, mas queria exortá-los a escutar atentamente a seguinte citação de Wolfgang Münchau no *Financial Times Deutschland* - que não é um jornal socialista, nem este homem é social-democrata: "Numa situação em que as necessidades europeias e o populismo alemão se confrontam mutuamente, optemos pelas necessidades europeias".

(Aplausos)

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, creio que a conclusão que todos nós - o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), os Verdes, os Socialistas, os Liberais e todos os outros grupos, à excepção dos grupos eurocépticos, que talvez estejam satisfeitos com o que neste preciso momento está a acontecer na Europa - podemos retirar é que se impõe maior transparência no Conselho Europeu.

Há já umas semanas que a luta tem vindo a grassar fora das instituições europeias sobre a questão de saber o que devia fazer-se para ajudar a Grécia e a zona euro. Jamais vimos uma coisa assim antes: há semanas já que, em vez de se tomarem decisões, se tem discutido duramente sobre as medidas que deviam ser tomadas, e se tem dito tudo e mais alguma coisa.

Vou mais longe, Senhor Presidente. Tenho a impressão de que, em quatro dias, certos membros do Conselho fizeram mais estragos ao projecto europeu do que todos os eurocépticos juntos em quatro anos. Essa é a minha impressão, hoje.

(Aplausos)

A única maneira de mudar e de pôr termo a isso é tomar uma decisão firme com base numa proposta da Comissão. Estou satisfeito com facto de o Presidente Barroso ter anunciado hoje que vai propor uma solução ao Conselho, uma solução - e faço eco do que disse o senhor deputado Daul - que deve ser europeia e baseada na Comunidade, e que não trata de pedir aquilo que já tem vindo a ser pedido há meses, isto é, que se tire o dinheiro das algibeiras dos contribuintes e se dê à Grécia. Não se trata disso. Trata-se, de facto, da necessidade de dispor de um instrumento europeu que permita reduzir as taxas de juro sobre as obrigações do tesouro da Grécia. A melhor maneira de o fazer não é obrigar apenas um país - a Grécia - a emitir essas obrigações, mas emití-las a nível europeu, uma vez que a Europa tem liquidez e credibilidade.

Há dois elementos que contam, em termos de se saber a taxa de juro: liquidez e credibilidade. A Europa tem as necessárias liquidez e credibilidade e é nessa base que será possível reduzir a taxa de juros da Grécia, sem que um simples euro dos contribuintes vá para a Grécia. Isso é absolutamente necessário, Senhor Presidente, porque, actualmente, o *spread* - que é a diferença entre a taxa alemã, que actualmente está em 3,05% e a taxa grega, que neste momento é de 6,5%, - está em 350 pontos de base. O único processo de resolver o problema é, sem dúvida, o de tomar a necessária medida da introdução deste instrumento europeu.

Uma segunda razão para explicar esta necessidade é a de que os esforços que os Gregos vão fazer - devem fazer, são obrigados a fazer - devem ter um objectivo. Na verdade, se não se optar por uma solução europeia, se não for possível reduzir essas taxas de juro, todos os esforços que os Gregos irão fazer irão, no fim de contas, para os mercados de capitais. É o que vai acontecer, se durante este Conselho não se tomar uma

decisão firme. Os Gregos vão fazer esforços, vão fazer economias, e quem vai beneficiar? Os especuladores, os mercados de capitais, etc., uma vez que vão ter taxas de juros muito mais elevadas.

(Aplausos)

É por esse motivo que a Europa deve intervir. A Europa deve intervir para assegurar que as medidas de consolidação da Grécia compensam. É por esse motivo que apoiamos, e que todo o Parlamento deve agora apoiar, a proposta que a Comissão vai apresentar, e esperamos sinceramente que os membros do Conselho se mantenham silenciosos e a aprovem. Eis o que esperamos.

Rebecca Harms, em nome do Grupo dos Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, gostaria de, uma vez mais, recordar a todos, resumidamente, a rapidez - por vezes praticamente de um dia para o outro - com que decidimos ajudar a sair de dificuldades bancos europeus quando tinham problemas.

Não obstante, só agora estamos a debater os termos em que esta ajuda está a ser concedida. Ainda não esclarecemos os termos dos reembolsos e das responsabilidades, nem estabelecemos o modo como os bancos irão ser supervisionados. Com isto em mente, devo fazer notar também que a crise grega - esta crise com que se defronta o euro - é realmente uma crise europeia e que as discussões se têm prolongado por semanas e meses, sem os Europeus poderem informar-se para tomarem as necessárias decisões. Quanto a mim, isso é simplesmente vergonhoso. Na qualidade de deputada alemã do Parlamento Europeu - espero que esteja a ouvir, Senhor Deputado Langen -, tenho vergonha do meu Governo nacional.

Lemos hoje que está a ter lugar uma cimeira especial em Bruxelas na qual irão ser tomadas decisões a respeito da Grécia, de acordo com a vontade da Chanceler Merkel - é o que ela quer e lhe irá permitir regressar de Bruxelas a Berlim como triunfadora -, sem realmente discutir com os outros soluções satisfatórias. Acho vergonhoso. Isto significa a vitória da imprensa sensacionalista e da política amadora, pelo que creio que devemos ponderar muito cuidadosamente - o senhor também, Senhor Deputado Langen, na sua delegação alemã - se "o ser ou não ser" da solidariedade na União Europeia deve depender dos resultados das sondagens a respeito das perspectivas de êxito eleitoral num Estado federal alemão, que estão a ser obtidos por um partido alemão de que é membro a Chanceler alemã.

Em minha opinião, isso cheira demasiado a populismo. É intolerável que ainda não tenha ficado estabelecido que os Chefes de Estado ou de Governo irão chegar a acordo, no decurso do normal período de sessões de quinta-feira e sexta-feira do Conselho, sobre o modo como a zona euro irá enfrentar a crise na Grécia.

(Aplausos)

Tenho seguido cuidadosamente os debates na Alemanha, e na semana passada também estive na Grécia. Gostaria de, uma vez mais, deixar bem claro aos cidadãos do meu país, aos da Grécia e aos da UE, que este é um tempo de solidariedade, mas que, doravante, a Grécia apenas poderá obter crédito em condições favoráveis se o processo não for unilateral. Os dias que passei na Grécia mostraram-me que o povo grego tem agora uma oportunidade de criar um Estado melhor. O Estado grego deve utilizar a crise para proceder a verdadeiras reformas. Não estaremos a fazer favores a quem quer que seja, se agora mostrarmos solidariedade sem convidarmos o Primeiro-Ministro Papandreu a levar a cabo reformas ainda de maior alcance do que as que foram anunciadas até à data. Como disse, o povo grego merece muito melhor.

Uma vez que considero este populismo tão predominante na Alemanha e porque o considero tão perigoso, gostaria também de debater esta questão de outra perspectiva: na nossa análise, a continua existência do euro - de uma moeda única - a longo prazo só pode ser garantida se os Europeus se unirem e integrarem a sua política económica. De outro modo, a concorrência pelos chamados interesses materiais, em casos de dúvida, mergulham-nos sempre nas dificuldades que agora estamos a enfrentar. Nesse caso, temos muitíssimo que fazer, e, uma vez mais, as coisas irão azedar-se, Senhor Deputado Langen. Temos de explicar aos nossos cidadãos a necessidade de integração.

Fizemos disto uma tempestade, como fizemos quando discutimos a Constituição. Estamos tão satisfeitos com o facto de o Tratado de Lisboa estar, finalmente, em vigor, mas, quando confrontados com o nosso primeiro desafio após Lisboa, deixamos que a imprensa sensacionalista e a política amadora triunfe sobre a razão. Um bom conselho à Chanceler Merkel - e isso significa também da vossa parte, Senhores Deputados, colegas alemães do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) - seria que carregasse nos travões. A necessidade de integração da política económica é a questão que tem agora de ser discutida. Temos de nos deixar guiar pela transparência, pela razão e por argumentos que possamos apresentar aos nossos cidadãos, e não por jornais sensacionalistas, como o *BILD-Zeitung*. Caso contrário, como escreveu hoje Wolfgang Münchau, não demorará muito a que a Chanceler Merkel esteja de regresso de Bruxelas, derrotada.

Nessa altura, o *BILD-Zeitung* irá escrever: o euro tem de ser abolido - temos de restabelecer o marco alemão. Que vamos nós fazer então?

Ainda não é demasiado tarde. A Alemanha encontra-se numa posição crítica. Espero que o Presidente Sarkozy não desista e que, em vez disso, seja mais sensato do que a Chanceler Merkel.

Michał Tomasz Kamiński, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, não é sem razão que estamos hoje a falar da Grécia nesta Assembleia, apesar de, infelizmente, a Grécia não figurar na ordem do dia da reunião. Gostaria de manifestar aqui a minha aprovação relativamente à actuação do Governo grego. É um governo que hoje em dia enfrenta protestos nas ruas. É provável que os protestos venham do próprio eleitorado socialista do governo, mas é um governo que, em nome de uma economia racional e da solidariedade europeia, está a tomar decisões difíceis e não está a ceder ao populismo. Lamento ter de dizer que nem todos os dirigentes europeus de hoje são capazes de resistir à tentação de ceder a este tipo de populismo.

Parece-me que a Grécia necessita realmente da nossa solidariedade, porque a Europa está construída com base no princípio da solidariedade, mas é evidente que não podemos permitir que qualquer político de qualquer país trate a política económica como se fosse uma questão de ir às compras com um cartão de crédito sem limites, porque nesse caso as coisas acabariam como acabaram na Grécia. De futuro devemos estabelecer condições para os Estados-Membros com grande firmeza, para assegurar que eles sigam uma política económica racional, pois uma política que não assente em bases racionais acaba como esta acabou.

Infelizmente, tenho de dizer que hoje nos confrontamos também com um problema que se vê com grande frequência na Europa, nomeadamente o de que a ideologia e a política são mais importantes do que a economia. Infelizmente é assim que as coisas acabam, e tivemos um exemplo disso com a introdução do euro. Hoje podemos dizer que a Grécia provavelmente adoptou o euro cedo de mais, mas pelo facto de a política ser colocada à frente da economia, temos hoje a crise que temos. Gostaria de dizer que espero que a Comissão Europeia, sob a liderança do Senhor Presidente Barroso, seja a guardiã da solidariedade europeia e do sentido económico europeu, porque necessitamos desse sentido e dessa solidariedade.

Gostaria também de salientar que, em resposta à crise em que nos encontramos, não deveremos procurar remédios que apenas venham piorar a situação. Não penso que o aumento da burocracia, integração e regulamentação na Europa possa contribuir para aquele que é, e deverá ser, o nosso maior objectivo – aumentar a competitividade. Não devemos estar a contar que as entidades oficiais sejam capazes de decidir a maneira de melhorar o nosso continente, em vez de deixar que seja uma economia livre a fazê-lo. Devemos respeitar também as diferenças em matéria de política económica e social que separam os países europeus e que resultam das diferenças existentes entre a sua história, cultura e outros factores. Podemos, e devemos, apelar à solidariedade europeia para com a Grécia, e espero ouvir, nesta Assembleia, expressões de aprovação relativamente ao Governo grego.

Lothar Bisky, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, é raro eu concordar com o Presidente do Parlamento e o Presidente da Comissão. No entanto, quando ambos solicitam solidariedade com a Grécia e chamam a atenção para o problema da renacionalização, não posso deixar de concordar com eles, porque o que dizem é correcto. Para além disso, ouvimos recentemente em Estrasburgo o Presidente Barroso a pensar em voz alta se seria de proibir de imediato os piores aspectos da especulação nos mercados financeiros. Já ninguém pode ignorar o fosso social cada vez maior que existe na União Europeia e nos Estados-Membros, mas as questões prementes que lhe estão associadas não figuram na ordem de trabalhos da primeira cimeira dos Chefes de Estado a seguir à entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

O debate sobre a estratégia económica UE 2020 já se encontra, naturalmente, na agenda. Como é do vosso conhecimento, o meu grupo não aprecia minimamente esta estratégia na versão elaborada pela Comissão, porque ela assenta na fracassada ideologia da concorrência que conduziu à presente crise. Queremos uma estratégia para a Europa que confira às necessidades sociais e ecológicas prioridade sobre os interesses da concorrência. A estratégia UE 2020 está a milhas disso. É bastante significativo, porém, que membros do Governo Federal alemão, a título individual, se insurjam ruidosamente contra os poucos objectivos vinculativos da estratégia UE 2020, tais como os respeitantes a quotas de emprego, investigação e educação, e luta contra a pobreza – e isto no Ano Europeu de Luta contra a Pobreza! Espero que essa atitude não prevaleça entre a maioria dos Chefes de Governo.

Niki Tzavela, em nome do Grupo EFD. – (EL) Senhor Presidente, o meu país, a Grécia, tem muitas coisas em comum com a Califórnia. Temos um clima maravilhoso, a nossa terra é o nosso trunfo, as nossas florestas

arderam como as florestas da Califórnia, na Califórnia organizaram Jogos Olímpicos, tal como nós, e acabámos por ter os mesmos problemas que a Califórnia.

Pergunto a mim próprio se, caso a Califórnia tivesse problemas de concessão de empréstimos, a Administração central dos EUA a deixaria à mercê dos especuladores...

(O orador é interrompido por um provocador)

(EN) É a economia, é. Eu sei que é. Foi por isso que disse o que disse anteriormente.

– (EL)... ou será que a Administração central dos EUA lhes resolveria o problema? Nós temos ou não temos uma administração central na União Europeia? Temos a certeza de que a Grécia, que representa 2% da economia europeia, causou um problema tão grave ao euro? Quebrou a coesão do euro e ameaça a unidade da União?

É, portanto, evidente que estamos perante um ensaio de choque da força da moeda europeia e, o que é mais importante, das intenções dos dirigentes da União Europeia de a defenderem. Se olharmos para trás, podemos ver o que conseguimos alcançar (há 30 anos, eu era um jovem assalariado no Ministério do Trabalho e recebi formação aqui em Bruxelas no domínio do mercado único europeu). Alcançámos o mercado único europeu. Alcançámos o euro. Penso que não alcançámos mais nada em comum. É por isso que me vêm também ao lado dos eurocépticos.

Estou confiante que amanhã provaremos que realmente conseguimos alcançar harmonia e alguma coisa em comum.

Zoltán Balczó (NI). – *(HU)* Os oradores que intervieram antes de mim fizeram todos referência à solução para a crise grega. Entretanto, Senhor Presidente Barroso, a cimeira nem sequer a inscreveu na sua agenda. Não vê nisto uma contradição, uma hipocrisia? É que não aparece na agenda oficial. É evidente que não foi só a Grécia que se encontrou numa situação difícil em 2008-2009. A Hungria foi o país que ficou perto da bancarrota, em parte devido aos erros graves cometidos pelo governo. Aí foi aceite um empréstimo do FMI, uma iniciativa que tem consequências extremamente graves para a população. Precisamos de enfrentar a questão de saber quais são as lições da crise financeira. Será que tudo está ligado a tudo o resto? Não. A verdadeira lição foi formulada pelo Primeiro-Ministro George Papandreou, que afirmou que ao longo dos últimos vinte anos o Muro de Berlim ("Berlin Wall", em inglês) caiu e Wall Street caiu. A rua "Wall" caiu. Sim, este sistema financeiro global, que se tinha desligado da economia é o motivo fundamental pelo qual há países que se encontram nesta situação.

José Manuel García-Margallo y Marfil (PPE). – *(ES)* Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, V. Exas. sabem melhor do que ninguém como o meu partido queria contribuir para que a Presidência espanhola fosse bem sucedida. Queremos continuar a fazê-lo, mas para isso é necessário que façam alguns ajustamentos e é necessário que continuem a liderar de imediato a União.

Liderar a União significa procurar uma solução para a Grécia. Todos aqui o disseram e eu não o vou repetir. Liderar a União significa aprovar o mais rapidamente possível a directiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos e não a atrasar, que é o que a Presidência espanhola tem feito. Liderar a União significa aprovar o mais rapidamente possível o pacote de vigilância financeira, não apoiando a todo o custo um acordo do Conselho que é muito mais conservador do que a proposta da Comissão e mais ainda do que o relatório de Larosière, do qual deriva.

O Parlamento fornecerá à Presidência espanhola um acordo de supervisão que se pode resumir em duas palavras: mais supervisão e mais Europa. Tenho a certeza de que o Governo espanhol, que sempre pregou estas ideias, apoiará o Parlamento e não as outras posições que têm origem no outro lado do Canal.

Liderar a União significa reforçar a disciplina orçamental, e reforçar a disciplina orçamental significa apresentar novas ideias que reforcem o aspecto preventivo. O Primeiro-Ministro espanhol sabe que a análise dos catorze planos de estabilidade que acabaram de ser mencionados foi um mero procedimento burocrático na ausência de uma ideia melhor.

A vertente preventiva teria de levar em consideração a competitividade das economias – porque sem riqueza não há maneira de equilibrar as contas públicas – e teria de tomar em consideração a situação das contas externas. Também teriam de ser aplicadas sanções mais pesadas, para que o acordo realmente mostre ser vinculativo.

Liderar a União significa introduzir uma nova ideia sobre a questão da governação, sobre a qual V. Exa. recentemente escreveu num jornal. O Primeiro-Ministro espanhol disse-nos aqui que queria mais governação quando já estiverem em vigor os artigos 121.º e 136.º do Tratado de Lisboa, que são aqueles a que a Presidência espanhola agora se refere.

Que mais é que isso implica? Diga-nos o que é que isso implica e nós ajudá-lo-emos. Para o ajudarmos, porém, precisamos de saber quais são as suas expectativas e o que pretende, porque, nesta Assembleia, ideias vagas, ocas e desprovidas de conteúdo são rejeitadas sem contemplações.

PRESIDÊNCIA: ANGELILLI

Vice-presidente

Stephen Hughes (S&D). – (EN) Senhora Presidente, achamos que o projecto de conclusões do Conselho que, por uma fuga de informação, nos foi dado ver esta semana, pode representar um perigo muito real para a União Europeia.

As conclusões falam de uma saída oportuna das medidas de apoio excepcionais. O que é que isso significa na prática? Vimos nas conclusões do Ecofin, na semana passada, que pretendem que haja uma retirada de medidas de apoio ao mercado de trabalho a partir do fim de 2010. Em Dezembro, o Conselho falou na necessidade de todos os Estados-Membros regressarem aos critérios do Pacto de Estabilidade até ao fim de 2013.

Achamos que o calendário é desesperadamente optimista. Se seguirmos essa receita de um regresso rigoroso aos critérios do Pacto de Estabilidade até ao fim de 2013, ela será uma receita para se fazerem enormes reduções nas despesas públicas e nas provisões públicas, o desemprego aumentará, haverá uma redução das receitas fiscais e entraremos num período de crescimento muito lento que poderá conduzir a uma verdadeira redução do potencial económico da União Europeia durante um grande número de anos futuros. É uma receita para a catástrofe.

Do que nós precisamos, em vez disso, é de um equilíbrio inteligente entre uma política orçamental responsável, por um lado, e a continuação do apoio ao mercado de trabalho, por outro. Precisamos de uma estratégia social sustentada e de uma estratégia de saída sustentável.

O Instituto do Trabalho dinamarquês apresentou hoje números. Dizem eles que, se forem seguidas as estratégias de saída de emergência que foram acordadas com a Comissão por 20 Estados-Membros, haverá 4,5 milhões de cidadãos europeus que ficam desnecessariamente nas fileiras do desemprego até finais de 2013. É algo que se pode evitar e que temos de evitar. Um dos apelos que fazemos, portanto, é o de uma moratória de dois anos relativa à retirada das medidas de apoio.

A propósito, esta semana vamos propor também um novo mecanismo europeu em prol da estabilidade financeira. Tinha esperança que o Presidente Barroso ainda aqui estivesse, porque queria dizer que não nos importávamos nada que ele roubasse as nossas ideias e as apresentasse amanhã ao Conselho a título de recomendação.

Lena Ek (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, o Conselho vai reunir amanhã para discutir o futuro de uma Europa que se confronta com enormes desafios. Neste momento debatemo-nos com uma crise financeira, que conduz a uma crise do emprego, em conjugação com uma crise climática.

Um crescimento económico assente em bases sociais e ambientais é crucial para impulsionar de novo a Europa, mas receio que as propostas de governação do Conselho e da Comissão, ainda que bem-vindas, sejam demasiado vagas e não contribuam para alcançar os objectivos estabelecidos. Se for implementada na versão actual, a estratégia Europa 2020, será outra Estratégia de Lisboa, ou seja, um fracasso.

Em vez disso, a Europa devia ter a ousadia de responder frontalmente a estes desafios com propostas de governação arrojadas.

Em primeiro lugar, o método aberto de coordenação não funciona e tem de ser abandonado. Em vez dele, devem ser fixados e acompanhados pela Comissão objectivos vinculativos, em conformidade com os artigos disponíveis no Tratado de Lisboa.

Em segundo lugar, se, nos termos da estratégia para 2020, o financiamento deve estar dependente do bom cumprimento das suas obrigações por parte de um Estado-Membro, não podemos continuar a gastar o

dinheiro dos contribuintes com governos que mentem e falsificam os dados estatísticos – solidariedade, sim, mas com base na transparência.

Em terceiro lugar, a Comissão deverá dar a conhecer os seus relatórios anuais com recomendações políticas no Parlamento, antes de os mesmos serem discutidos em sede de Conselho.

Um processo aberto criará transparência e permitirá a participação directa dos cidadãos. Como políticos europeus, devemos esforçar-nos sempre por colocar os cidadãos no centro da nossa política. Façamos, pois, dessa promessa uma realidade e promovamos a Comissão de gatinho a tigre – e um tigre de dentes afiados.

Roberts Zile (ECR). – (LV) Obrigado, Senhora Presidente. Temos de ter em conta a questão da solidariedade não apenas no caso da Grécia, mas também na definição das políticas de longo prazo da União Europeia, e faço esta afirmação no contexto do acordo que prevemos que seja alcançado em sede de Conselho relativamente aos objectivos da estratégia 2020. O que me preocupa no plano da Comissão é que nesta estratégia não se colocam quaisquer tónicas na coesão económica lado a lado com a tónica colocada na coesão social. Se considerarmos esta questão no contexto da ênfase na previsão financeira para o período 2014-2020, então, de facto, estes conceitos de coesão económica tornam-se consideravelmente mais fracos em termos monetários. Por outras palavras, o que isto significa é que até 2020, o nivelamento das disparidades económicas será menos dinâmico. Na verdade, poderá mesmo acontecer que, ao contrário, as disparidades económicas na União Europeia em 2020 sejam superiores ao que são em 2010. É a isso que desejamos assistir e é esse o verdadeiro entendimento da solidariedade na União Europeia? Convido o Conselho a prestar a máxima atenção à consecução deste acordo político, mas também, ainda assim, a sublinhar o objectivo da coesão económica. Obrigado.

Takis Hatzigeorgiou (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, penso que já nos ocupámos o suficiente e de forma justa com a questão da Grécia. Gostaria de aflorar uma questão que também diz respeito a outros países. O senhor deputado Schulz disse que as taxas de juro são neste momento da ordem dos 2-3% na Europa. Gostaria de vos comunicar que em Chipre a taxa de juro se situa actualmente nos 6%. Se subir seja o que for acima deste nível, os bancos ficam de joelhos e não há nada que possa alterar este cenário. Consideramos que o Conselho deveria também trabalhar neste sentido no futuro, para que não vejamos outros países caírem na situação desastrosa em que se encontra a Grécia.

Gostaria de apresentar duas propostas:

Demos milhares de milhões aos bancos para, deste modo, os manter em funcionamento normal. Não teria sido melhor o Estado dar este dinheiro a título de taxa de juro de uma hipoteca para uma primeira residência, atendendo a que os consumidores iam ao banco pagar as suas prestações?

A minha segunda proposta é a seguinte: não podíamos ter considerado a hipótese de impor o lançamento de um imposto sobre as grandes transacções transfronteiras entre Estados?

Tenho uma coisa a dizer sobre as intervenções de um minuto, Senhora Presidente. Lamento, mas desejo afirmar que um minuto não é suficiente para apresentar uma opinião. Em última análise, é humilhante ter de recorrer a *slogans*.

Presidente. – Compreendo que num minuto não se pode dizer muito; no entanto vou agora dar a palavra ao senhor deputado Borghezio para mais uma intervenção de um minuto.

Mario Borghezio (EFD). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é claro para todos que, a cada dia que passa, a zona do euro se está a tornar cada vez mais difícil de governar.

O risco da bancarrota estatal não foi eliminado, mas apesar das reuniões e cimeiras semanais de dirigentes e de Ministros das Finanças, não foi ainda encontrada uma solução clara. Faço votos de que não tenhamos nas nossas mãos uma missão impossível. A viabilização de um Estado-Membro poderá não sobreviver a um provável recurso constitucional na Alemanha. Tudo isto são aspectos que devemos ter presentes e que penso que não vieram a lume durante este debate.

Gostaria, porém, de aproveitar a oportunidade para referir que, através das suas medidas financeiras, a União Europeia deverá colocar uma ênfase sólida e de carácter prático na recuperação efectiva do sector das pequenas e médias empresas, que foi abandonado.

Qual a proporção das somas gigantescas dadas aos bancos que acaba realmente por chegar ao sector das pequenas empresas, por exemplo, no meu país – a Itália? Que montante dos Fundos Estruturais? Segundo

as organizações representativas das PME, apenas 1 a 2% é utilizado no sector das PME em algumas regiões. Estes são problemas reais que afectam a economia real e dos quais a Europa se devia ocupar muito seriamente e com urgência.

Werner Langen (PPE). – (DE) Senhora Presidente, gostaria de começar por tecer alguns elogios à Grécia. A solução da crise grega tem de implicar a tomada de duras medidas de reforma no país. É esse o caminho correcto a seguir. Tudo o resto que aqui tem sido proposto vai contra os Tratados europeus, e eu espero que tanto o Presidente da Comissão como o Parlamento respeitem os Tratados e não façam propostas que infrinjam os Tratados.

Ao senhor deputado Schulz gostaria de dizer que subir o tom não é substituto para o conhecimento dos factos. Não foram os especuladores que conduziram aos problemas com que a Grécia se debate. Foram as regras internas – o facto de os Estados-Membros não se disporem a cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento. A Alemanha e a França – e não a Grécia – é que foram os culpados, quando deram a todos os outros Estados-Membros um mau exemplo, já em 2003 e 2004. Não foram os outros.

Isto não pretende ser uma crítica dirigida à Grécia, mas se não mudarmos as regras e os Estados-Membros não se dispuserem a cumprir as suas próprias regras, a zona do euro vai ter problemas. Afirmar-se neste momento que a culpa é dos especuladores. Menos de um terço da dívida nacional grega é assegurado por swaps de risco de incumprimento. Menos de um milésimo dos derivados dos swaps de risco de incumprimento a nível global têm a ver com a Grécia. Isso não passa de uma desculpa.

Enquanto não formos capazes de aplicar as regras e de as cumprir – e aqui os culpados são os Ministros das Finanças – encontrar-nos-emos repetidamente em dificuldades. O fundamental é isto; não é censurar um qualquer Chefe de Governo que está a cumprir os Tratados europeus e a própria Constituição do seu país.

(Aplausos)

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é bastante óbvio - e o Senhor Deputado Langen já o disse - que a Grécia deve fazer o seu trabalho de casa. No entanto, e do meu ponto de vista, também foi claramente afirmado que deve haver solidariedade, uma solidariedade que ajude a Grécia a fazer o que tem de fazer. Independentemente das percentagens, a especulação pode não ser responsável pela crise na Grécia, mas é culpada de a Grécia ter agora de suportar um peso tremendo que vai além do que seria necessário, e essa é que é a questão crucial.

E além disso, Senhor Deputado Langen, o *Financial Times* - um jornal que, do ponto de vista político, está mais próximo das suas opiniões do que das minhas - também o disse de uma forma bastante desassombrada: é essa a diferença entre o Chanceler Kohl e a Chanceler Merkel. O Chanceler Kohl teria dito: "Vamos resolver este problema em conjunto com a Grécia". A Chanceler Merkel fuge e diz: "Bom, o que é que o Tratado diz? O que é que o Tribunal de Justiça e a constituição alemã dizem?" É essa a diferença, quer se seja politicamente a favor da integração da Europa ou se esteja sempre a olhar para a nossa casa, ou se tenha um Ministro dos Negócios Estrangeiros que diz "Não vamos pôr já o dinheiro em cima da mesa". Ninguém pediu para se pôr o dinheiro em cima da mesa.

Se seguirmos sempre o caminho do populismo e não pensarmos no futuro comum da Europa acaba-se numa cacofonia como esta, ou, como afirma outro jornal mais próximo de si, o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*: outro dia, outra proposta. E isto é válido não apenas para a Alemanha mas para a União Europeia no seu todo. A resposta, ou a não-resposta, que demos até agora é inaceitável e precisamos da abordagem do pau e da cenoura. Não há qualquer dúvida de que a Grécia necessita que se tomem medidas, e que elas serão duras, muito duras, mas também precisamos de cooperação a nível europeu, em especial para evitar que surjam tais problemas. Ora isso apenas poderá acontecer - quer seja no contexto de um Fundo Monetário Europeu, como proposto pelo deputado Schäuble, ou por outros meios - se houver uma solidariedade europeia. Espero, por conseguinte que na cimeira se demonstre a solidariedade europeia para se criar um futuro melhor.

Fiona Hall (ALDE). – (EN) Senhora Presidente, é suposto a Cimeira da Primavera ser a Cimeira da energia.

Se a Conferência de Copenhaga tivesse terminado com um acordo global, já estaríamos a debater os pormenores técnicos para passarmos a uma redução de 30% nas emissões, ao passo que assim ainda temos de tomar tal decisão.

Em primeiro lugar, porque a meta estabelecida na Cimeira da Primavera de 2007 equivale a uma redução muito superior a 20% nas actuais condições económicas. Só na semana passada, Nobuo Tanaka, o director

executivo da extremamente cautelosa Agência Internacional da Energia (AIE), disse aos deputados do Parlamento Europeu que as Perspectivas Energéticas Mundiais da AIE para 2009 prevêem uma redução de 23% nas emissões da UE e que 30% seria uma boa meta.

Em segundo lugar, se queremos seriamente atingir uma meta de 95% até 2050 o roteiro exige um corte de pelo menos 30% até 2020.

E, por último, mas não menos importante: só a transformação da UE numa economia sustentável de baixo teor de carbono e a eficiência no uso de recursos poderão assegurar a recuperação económica europeia e a criação de postos de trabalho.

Os empregos verdes constituem o cerne da Estratégia UE 2020 e, por isso, o Conselho devia apoiar a Senhora Comissária Hedegaard e reconhecer que existem agora condições propícias para se avançar para uma meta de 30%, e devia também reconhecer que a forma mais barata e mais fácil de fazer esse corte suplementar é através da eficiência energética, e especificamente de uma meta vinculativa para a eficiência energética.

Os líderes da UE precisam de transmitir nesta Cimeira da Primavera de 2010 uma mensagem que seja tão clara como a da Primavera de 2007.

Konrad Szymański (ECR). – (PL) Em vez de fazermos um debate sobre a execução da Estratégia UE 2020 sugiro que nos concentremos em questões onde temos realmente influência. Somos seguramente capazes de ajudar a proteger o mercado comum do protecçãoismo. Somos seguramente capazes de tornar a legislação europeia mais fácil para os empresários, de modo a que ela não condicione a competitividade da economia europeia. Melhorar a legislação é, evidentemente, uma responsabilidade especial deste Hemiciclo e deste Parlamento.

Os Estados-Membros porão reformas em prática se forem pressionados a fazê-lo pela economia mundial. É por isso que é tão importante conceder aos Estados-Membros a liberdade máxima na área da competitividade dos regimes fiscais e sociais e da legislação económica. Ao harmonizarmos estas áreas estamos apenas a fazer perdurar as deficiências do modelo social europeu, e a resposta correcta para a crise é a liberdade, não estratégias sucessivas.

Corien Wortmann-Kool (PPE). – (NL) Senhora Presidente, até agora ainda não foi posta em prática qualquer solução de emergência na Grécia, e de facto isso não é um problema neste momento, uma vez que até o próprio Primeiro-Ministro grego declarou aqui no Parlamento que o país deseja pôr a sua casa em ordem. Assim é que se procede correctamente de acordo com as regras de base do Pacto de Estabilidade e Crescimento, e isto só por si já é solidariedade.

Temos, porém, um problema. O euro está em queda, embora tal se possa atribuir sobretudo ao debate público entre capitais, o que dá a impressão de que nós não conseguimos encontrar uma solução. Temos de pôr termo a esta situação agora, e esperemos que seja isso que iremos fazer amanhã. Precisamos, em meu entender, de uma medida de emergência para este caso urgente, que una a Comissão Europeia, os Estados-Membros e o Fundo Monetário Internacional (FMI). A única coisa que deveria existir eram empréstimos de emergência.

Senhora Presidente, espero que amanhã possamos analisar outras questões para além do debate sobre esta crise e nos seja também possível examinar soluções de médio e longo prazo. Temos de reforçar a acção preventiva do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Aliás, e tal como outros já disseram, a nova Estratégia UE 2020 apenas poderá ter êxito se conseguirmos realmente uma sólida governação económica na Europa. Tal implicaria não só que os Estados-Membros aparecessem juntos na cimeira mas também que a Comissão Europeia usasse todos os poderes que lhe foram conferidos pelo Tratado de Lisboa, todos os poderes que realmente servem para agir e fazer aplicar o que está decidido. Afinal de contas, e tal como disse a deputada Ek, não é aceitando tudo o que aparecer que conseguiremos ter êxito.

Tenha muita esperança que, quando a cimeira se iniciar amanhã, tenhamos chegado a acordo sobre a medida de emergência, de modo a nos podermos concentrar na forma de fazer os Países Baixos saírem da crise graças a uma sólida Estratégia UE 2020, e também arranjarmos uma solução para se avançar depois de Copenhaga.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, segundo recentes declarações de funcionários e artigos surgidos na imprensa, parece que o mais provável cenário de “salvação” para a economia grega será um esforço conjunto dos Estados-Membros da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional. A Senhora Merkel parece também estar a exercer pressão nesse sentido.

Permitam-me que vos diga que este é o pior cenário, o cenário mais anti-social, tanto para a Grécia como para a zona euro. Em termos de União Europeia, qualquer possibilidade deste tipo viola o direito comunitário, e digo isto àqueles que defendem tal solução, uma vez que nenhum tratado ou texto jurídico faz qualquer referência a uma intervenção deste tipo por parte do Fundo Monetário Internacional ou de outra organização internacional nestes processos. Simultaneamente, cria também um precedente político e legal ao tornar o Pacto de Estabilidade ainda mais austero, e deixa os Estados Unidos da América entrarem na zona euro pela porta das traseiras.

No que diz respeito à Grécia, qualquer opção deste tipo iria reforçar seriamente as medidas antilaborais e anti-sociais tomadas pelo Governo, medidas que os senhores deputados classificam de ousadas e que aumentaram a pobreza e o desemprego, eliminando quaisquer perspectivas de crescimento e qualquer esperança de ver a Grécia emergir da crise.

É esta a perspectiva que se coloca a outros países que possam vir a aplicar tais medidas quando forem sujeitos a uma pressão idêntica.

Pervenche Berès (S&D). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, é normal que sejam necessários dois Conselhos europeus para resolver a questão da manifestação de solidariedade dos países da zona euro à Grécia?

Ouvi o deputado Langen interpretar o tratado. Sim, temos o tratado, e o respectivo texto e espírito. Mais ainda, quando se lê os artigos 143 e 122 constatamos que não ocorreu a nenhum dos seus autores que, após a mudança para o euro, pudéssemos vermo-nos confrontados com um problema do tipo daquele que vivemos hoje, e é por isso que temos de ser criativos e manifestar solidariedade. A ideia de remetermos a Grécia para o Fundo Monetário Internacional parece-nos - a nós que queremos ser europeus responsáveis e coerentes no palco internacional - um completo disparate.

Há uma coisa que devemos fazer, e que temos de ter esperança que o Conselho europeu faça, que é enviar uma mensagem de solidariedade à Grécia e uma mensagem de responsabilidade relacionada com a questão da governação económica. Essa questão está agora na mesa, é séria e está por resolver. Temos de a enfrentar com calma, reduzir a pressão e não começarmos por presumir que temos, em princípio, de reforçar um instrumento - até agora ineficiente - que é o Pacto de Estabilidade e Crescimento porque esse instrumento foi um instrumento de repressão antes de ser de cooperação.

Temos de pugnar pelos nossos objectivos em termos de défice público, de endividamento, mas temos também de inventar condições de cooperação, de um bom valor acrescentado entre os membros da zona euro. É este o desafio do Conselho europeu, e espero que o Conselho esteja à altura desse desafio, imbuído de um sentido de responsabilidade.

Mirosław Piotrowski (ECR). – (PL) Senhora Presidente, na véspera do Conselho europeu que irá definir a nova estratégia económica da União devíamos retirar ensinamentos do fiasco da Estratégia de Lisboa e, trabalhando em conjunto, analisarmos todos os Estados-Membros. Para sermos competitivos nos mercados mundiais temos de ser inovadores, mas a redistribuição da parte principal dos nossos recursos orçamentais exclusivamente para esse fim irá, de facto, discriminar muitos países da Europa Central e Oriental, incluindo a Polónia.

Existe uma grande expectativa de que, graças às verbas da UE – como aconteceu anteriormente em Espanha, Portugal e noutros países da União Europeia –, as infra-estruturas aéreas, rodoviárias e ferroviárias, e também a Internet, se expandam. Devíamos ter como especial prioridade ajudar as regiões situadas na fronteira oriental da União Europeia, como a região polaca de Lublin, para as quais devia ser criada uma rubrica orçamental especial no âmbito da Estratégia UE 2020.

O Conselho europeu não deve dar um sinal de que as regiões pobres da União Europeia vão financiar ideias que trarão vantagens máximas apenas aos antigos Estados-Membros.

Georgios Toussas (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, a Estratégia UE 2020 que a cimeira irá discutir, e que é a sequência da Estratégia de Lisboa, prova que as medidas à força contra as bases que têm sido promovidas pelo Governo do PASOK no nosso país, com o acordo fundamental de todas as forças políticas do capital e os partidos da rua de sentido único que é a Europa, não são um fenómeno unicamente patente na Grécia.

São tomadas antecipadamente pela elite política e pelos governos dos Estados-Membros da União Europeia, formando parte da estratégia geral do capital e sendo promovidas uniformemente em toda a União Europeia

através de um aumento do terrorismo ideológico e da indução em erro do movimento dos trabalhadores e das bases. As mentiras e declarações demagógicas proferidas pelos representantes dos governos burgueses, pelas forças da rua de sentido único que é a Europa, dizendo que a União Europeia e a UEM irão servir de protecção contra a crise, os contos de fadas sobre um mercado europeu de 480 milhões de pessoas, a grande família europeia, a solidariedade comunitária e outras conversas idealistas deste tipo já não convencem. A União Europeia é uma união imperialista e transnacional entre o capital e os monopólios que, com uma estratégia única, ataca as pessoas e se trava de razões para partilhar os despojos.

Os problemas económicos e políticos na Grécia, nos Estados-Membros da União Europeia, serão resolvidos através da luta do movimento de trabalhadores e das bases, e da luta e solidariedade dos povos. É evidente que o que está a acontecer na Grécia está directamente ligado à intensa concorrência entre os países imperialistas e entre a União Europeia, os E.U.A., a China e outros países em desenvolvimento.

Assim sendo, e face a esta estratégia do capital, a classe trabalhadora e as classes de base devem estabelecer a sua própria luta estratégica para derrubar esta política que vai contra as bases, de forma a satisfazerem as necessidades modernas da classe trabalhadora e da família que são as bases.

Gunnar Hökmark (PPE). – Senhora Presidente, quero referir duas questões, a primeira sobre finanças públicas e a segunda sobre competitividade.

Nesta mesma altura do ano passado estávamos a debater neste Parlamento a forma de enfrentar a crise. Havia quem dissesse “vamos enfrentar a crise gastando mais e aceitando défices maiores” e nós dizíamos que “agora temos de controlar a despesa pública para garantir a estabilidade no futuro”.

Estamos agora a ver os resultados. Alguns Estados-Membros seguiram uma política despesista ao aceitarem défices maiores, e todos podemos ver no que isso deu: uma maior dívida pública e maiores custos com os juros da dívida pública resultantes da subida das taxas de juro. Esta é que é a realidade que está a provocar uma contenção das despesas sociais e dos investimentos em muitos dos Estados-Membros.

Penso que temos de retirar daqui um ensinamento: devemos cumprir as regras de que já dispomos e desenvolver e aperfeiçoar o Pacto de Estabilidade e Crescimento para o tornar mais capaz de enfrentar crises no futuro.

Mas eis que surge agora o mesmo debate, porque alguns dizem agora que devíamos adiar as estratégias de saída e o fim dos défices públicos. E isso é errado porque nesse caso subverteríamos a nossa capacidade de recuperação e aumentaríamos o custo das taxas de juro nos Estados-Membros.

A segunda questão é que a competitividade acompanha a par e passo a nossa capacidade de termos finanças públicas estáveis e introduzirmos as mudanças reais de que falamos há décadas. É isso que os Chefes de Governo devem fazer esta semana.

Udo Bullmann (S&D). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Deputado Hökmark, penso que temos estado em Parlamentos diferentes nos últimos anos, porque o Parlamento em que estive é diferente do seu. Tenho estado num Parlamento em que alguns dizem que devemos observar com mais atenção as agências de notação financeira, os fundos de cobertura e as empresas de capitais privados. Temos de os regular, de realizar inspecções a actores fulcrais nos mercados financeiros e a produtos de importância crítica para garantirmos que não estamos a caminhar em direcção a um fiasco internacional. Ouvi também outros dizerem que não se mexesse em nada, que o mercado se auto-regularia, que não era preciso tudo isso. Ou como disse o Comissário McCreevy: sempre que a política interfere, o resultado é pior. E depois vimos os resultados.

O fiasco internacional é a causa do sobreendividamento dos Estados-Membros da União Europeia. Contudo, não podemos estar hoje aqui a dizer que foi errado focarmos a nossa política de crescimento no emprego e na actividade económica. Isso é irrelevante para o debate, tal como o é o deputado Langen afirmar que a Chanceler Merkel entendeu o Tratado Europeu. Não, não entendeu nada, e o que é pior é que ela está provavelmente em posição de subjugar o Tratado Europeu e os seus objectivos para a Europa ao seu receio de perder uma importante eleição regional na Renânia do Norte-Vestefália.

Não é esta a capacidade de liderança de que necessitamos na União Europeia. Dissemos à Comissão que a Estratégia UE 2020 está demasiado diluída, que não tem substância. Por favor dêem-nos algumas provas de que são capazes de assegurarem novas verbas. Por favor pugnem por um imposto sobre as transacções financeiras. Por favor lutem por uma maior actividade económica e maiores perspectivas de crescimento na União Europeia, para darmos às pequenas e médias empresas e aos trabalhadores uma hipótese. Neste momento, porém, quase sentimos simpatia por si por ter de salvar a União Europeia com governos como

aqueles que temos actualmente, governos como o que a Chanceler Merkel representa. Continuem fortes e criem instrumentos europeus. É esta a nossa principal mensagem para a cimeira, pois só assim as pessoas poderão esperar que lhes demos as respostas certas.

Manfred Weber (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o deputado Schulz disse que a Grécia já agiu e que é agora a vez da Europa. Interrogo-me se a Europa terá que dizer agora “obrigado”, se os Estados-Membros da zona euro respeitarem simplesmente as regras, ou por outras palavras, se conseguirem voltar ao critério dos 3%. Interrogo-me também qual seria a diferença no ano passado, quando a Irlanda enfrentou a mesma situação e aplicou duros cortes. Ninguém avançou nessa altura com a ideia de se recorrer a um Fundo Monetário Europeu.

O deputado Verhofstadt diz que os especuladores estão a trabalhar, e é claro que existe de momento uma pressão nessa matéria, mas é um facto que a Grécia usufruiu de grandes vantagens nas taxas pelo facto de estar na zona euro. Os nossos colegas italianos usaram a vantagem da taxa obtida com a adesão à zona euro para fazerem uma consolidação, ao passo que a Grécia se limitou a consumir. Podemos, por conseguinte, dizer que o bom europeu não é hoje quem põe o seu dinheiro na mesa, mas aquele que realmente põe em prática as regras que todos assinaram e aceitaram, para que elas sejam realmente respeitadas no seio da União Europeia.

A minha segunda questão é que gostaria de dar o meu apoio à Comissão porque as propostas que estão em cima da mesa para o longo prazo representam um passo na direcção certa. Concordámos com o limite de 3% e necessitamos, por isso, de uma Comissão forte que, de futuro, verifique e faça respeitar este limite de 3%. Vimos como os Estados-Membros da zona euro são incapazes de se vigiarem uns aos outros e respeitarem, por si próprios, o limite de 3%. É por isso que sou favorável a uma Comissão forte que seja capaz, no futuro, de ver se os critérios são cumpridos.

Tenho mais uma reflexão a fazer. Devíamos falar de forma positiva sobre o euro porque a crise que temos não é cambial mas económica. O euro representa uma grande vantagem para todos e, se os nossos líderes deixarem de o afirmar na União Europeia, se essa questão deixar de ser referida no Conselho, as pessoas não o saberão. É por isso que sou a favor desta grande e forte moeda.

Jo Leinen (S&D). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise grega é um problema actual, ao passo que as crises de crescimento e ambiental são problemas a longo prazo, que necessitam de ser enfrentados de forma enérgica, através de decisões tomadas pelo Conselho Europeu.

Conforme se refere, acertadamente, na estratégia Europa 2020, o crescimento deve ser inteligente, sustentável e inclusivo. No entanto, ao examinar as conclusões do Conselho, constato que as mesmas se concentram, de forma muito mais estreita, na estratégia clássica de crescimento – uma estratégia que falhou e que, além disso, não nos levou muito longe – estando circunscritas a ela. O crescimento não pode ser inteligente se não for sustentável e também não poderá ser inteligente se não for inclusivo. É por isso que gostaria de pedir ao Conselho e à Presidência do Conselho que garantissem que esta tríade, estes três pilares, sejam preservados. Eis a evolução recente que deveria, de facto, ser aplicada agora.

Apraz-me saber que o crescimento eficiente sob o ponto de vista energético e do aproveitamento dos recursos irá ser uma das bandeiras da União Europeia. É claro que desde há muito que esta questão tem vindo a ser debatida por nós. Essa forma de crescimento irá efectivamente ajudar-nos a poupar nas despesas, a reduzir as dependências e a resolver toda uma série de problemas.

Espero que a Comissão nos disponibilize um roteiro no decurso de 2010, uma vez que se trata de uma responsabilidade partilhada pela própria União Europeia e pelos Estados-Membros, motivo pelo qual muitas áreas estão ainda bastante mal definidas, eivadas de imprecisão. Acima de tudo, devemos fazer com que o objectivo de economizar 20% de energia se torne vinculativo. Este objectivo de eficiência deve, por conseguinte, tornar-se juridicamente vinculativo, para que todos saibam que rumo estão a tomar as coisas e para que a indústria possa também efectuar o investimento pertinente.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, se fizesse a mim próprio a pergunta que frequentemente se ouve em metade dos bares de Itália, perguntar-me-ia para que serve a Europa e daria uma resposta imediata, vinda do fundo do coração.

Para que serve a Europa senão para ajudar a Grécia, neste momento? Não me parece que tal ideia seja fantasiosa, pois está no nosso ADN, na natureza do nosso projecto político; e está na natureza do nosso projecto político

porque envolve solidariedade. Simultaneamente, porém, impressiona-me que aqueles que afirmam querer combater a especulação financeira, tencionem, afinal, substituí-la pela especulação política.

Com efeito, como se pode pensar em conduzir esta batalha contra a Chanceler alemã, Angela Merkel? Por outras palavras, como se pode pensar que a tentativa de demonstração de solidariedade para com a Grécia tem por objectivo atacar outro Estado-Membro, porque este nos recorda, tão simplesmente, que a política de solidariedade deve ser acompanhada por uma política de responsabilidade? Trata-se de algo que muitas vezes recordámos a nós próprios, em uníssono, porque temos consciência de que os princípios da solidariedade e da responsabilidade nos permitirão tornar o projecto político europeu viável para todos.

Devemos ter a certeza de que aquilo que nos une é mais forte do que aquilo que nos separa e, à luz dessa convicção, pedir à Comissão que, a partir de amanhã, seja rigorosa e exija também o necessário rigor, por parte dos Estados-Membros, de modo a garantir que estes sejam capazes de prestar solidariedade através de um projecto que, a longo prazo, irá dar forma tangível ao nosso projecto europeu.

Sergio Gaetano Cofferati (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise grega é, sem dúvida, o mais grave problema com que a Europa se confronta neste momento, e foi indubitavelmente provocada por uma ausência de rigor na gestão das despesas públicas.

É, contudo, incompreensível e inaceitável a demora, por parte das instituições europeias, em tomar medidas para fazer face ao momento difícil que este Estado-Membro atravessa. Acresce o facto de esse atraso já ter tido um impacto negativo: com efeito, abriu a porta à especulação; gerou dúvidas, no seio da União, quanto às intenções de determinados países relativamente ao futuro da Europa (não podemos esquecer-nos de que este é o primeiro problema de vulto com o qual temos de lidar, após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa); acentuou as dificuldades do Governo grego, que teve de aplicar medidas antipopulares – não se tratou de decisões menores ou insignificantes – afectando milhões de pessoas, e que o fez sem ter a certeza de que a ajuda viria a caminho.

Além disso, a demora na tomada de providências prejudicou claramente o valor fundador da solidariedade, que constitui a pedra angular e a força vinculativa da ideia de União Europeia, de que todos partilhamos. A nossa intervenção necessita, por conseguinte, de estar isenta de qualquer tipo de especulação. Gostaria de relembrar ao senhor deputado Mauro que a Alemanha é, sem dúvida, um dos países que mais beneficiou com a entrada em vigor do euro e com a influência da moeda única sobre as taxas de juro.

Temos de agir rapidamente para ajudar a Grécia. A Europa deve fazê-lo no interesse da própria Europa.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – (RO) O Conselho da União Europeia acolheu entusiasticamente a Comunicação da Comissão: "Europa 2020".

O documento em apreço constitui, reconhecidamente, uma absoluta necessidade e é precisamente por isso que devemos levar a cabo uma análise aprofundada do seu conteúdo. Creio que lhe falta alguma consistência financeira.

É dever do Conselho solicitar à Comissão que esclareça a questão dos recursos orçamentais e da respectiva afectação às rubricas essenciais do orçamento.

A meu ver, o orçamento apenas poderá ser elaborado após a reforma da política agrícola comum e da política de coesão.

Aquele que é um dos domínios fundamentais de apoio ao desenvolvimento e à estabilidade da União Europeia, a saber, a infra-estrutura de transportes e de energia, está totalmente ausente desta estratégia.

O desenvolvimento das infra-estruturas de transportes e de energia na União Europeia, a par da respectiva harmonização com as infra-estruturas existentes nos países vizinhos, além de poder constituir uma poderosa força motriz, a nível da promoção do crescimento sustentável e da garantia de empregos estáveis, poderá ainda proporcionar à União Europeia a tão almejada segurança nos sectores energético e dos transportes.

Por conseguinte, apelo ao Conselho para que solicite à Comissão a inclusão destes domínios chave na estratégia Europa 2020, a favor dos cidadãos europeus.

Anni Podimata (S&D). – (EL) Senhora Presidente, a cimeira europeia agendada para o passado dia 11 de Fevereiro, que deveria enviar uma mensagem de apoio à Grécia para tranquilizar os mercados, foi basicamente anulada, devido à dissonância e à incerteza que imperam no seio da União Europeia.

O Conselho Europeu, que amanhã inicia os seus trabalhos, não pode dar-se ao luxo de manter o actual clima de incerteza e de discordância. Todos reconhecem agora que o Governo grego tomou medidas extremamente duras, a maior parte das quais começou já a ser aplicada, à custa de sacrifícios da parte do povo grego. Simultaneamente, porém, o executivo continua a contrair empréstimos, a taxas de juro excepcionalmente elevadas, de entre os quais o mais recente se reporta ao dia 5 de Março. Isto acontece porque há especuladores nos mercados a fazer fortunas, apostando nas probabilidades de um país ir à bancarrota e acabando por criar as condições e as pré-condições para que tal aconteça.

Hoje, o debate incide sobre a Grécia; amanhã, porém, é provável que se centre sobre outro Estado-Membro. Irá o Conselho Europeu pôr fim a esta situação, mediante a criação de um eficaz mecanismo europeu de prevenção, capaz de salvaguardar as economias nacionais e a estabilidade da zona euro?

O Presidente da Comissão Europeia falou de responsabilidade e de solidariedade. Tinha razão. Ambas são necessárias, quando se pertence a uma família como a da zona euro. Não creio que alguém possa duvidar que a Grécia tenha assumido plenamente as suas responsabilidades. Sozinha, porém, não lhe é possível fazer face à fúria dos mercados, neste período difícil. Há dezoito meses, os mercados ameaçavam derrubar a economia global. Seguramente que a Grécia terá de estar hoje sob ameaça.

É aí que entra o conceito de solidariedade, um conceito que deveria ser óbvio e indissociável do estatuto de membro da zona euro.

Andreas Schwab (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, já muito se disse acerca da Grécia, pelo que gostaria agora de lançar um olhar sobre o futuro. Com a estratégia Europa 2020, a Comissão trouxe à discussão um documento da maior importância, documento esse que visa estabelecer directrizes bastante gerais relativamente ao modo como a União Europeia deve ser conduzida no futuro.

Creio que, no fim, todos nós teremos de atingir os objectivos comuns que estamos a estabelecer na estratégia Europa 2020. Esse foi um dos maiores problemas da estratégia de Lisboa, no âmbito da qual, em última análise, todos nós temos trabalho a realizar. Só conseguiremos atingir conjuntamente os objectivos estabelecidos na estratégia se todos os Estados-Membros efectivamente os cumprirem. Enquanto o Conselho Europeu se encarar a si próprio como organismo administrativo e enquanto as coisas forem organizadas à última da hora, não será possível obter bons resultados. Estes só poderão ser alcançados se todos quantos trabalham naquela Instituição se aperceberem verdadeiramente do papel de liderança política que ela tem de desempenhar.

Acresce o facto de que só será realmente possível obter êxito se o princípio da solidariedade for profundamente estabelecido na presente estratégia Europa 2020. Isso significa, antes de mais nada, a exigência de responsabilidade individual, por parte dos Estados-Membros, em todos os domínios em que eles próprios são responsáveis, o que inclui, além dos esforços de reforma do mercado de trabalho, a política orçamental nacional. Por outro lado, significa também, é claro, a obrigação de prestar apoio, por parte dos restantes Estados-Membros; ou seja, os Estados-Membros que se encontrarem em dificuldades, devido a ocorrências excepcionais que não possam controlar, beneficiarão também de apoio. E, mais importante ainda, o sucesso só poderá ser alcançado se a Comissão assumir a liderança, em termos políticos. Por outras palavras, torna-se absolutamente imperioso evitar os erros da estratégia de Lisboa. A estratégia de cooperação que caracterizava esta última falhou, conforme se disse muitas vezes no passado. Precisamos de objectivos claros, por parte da Comissão, e creio que, neste domínio, poderá contar com o apoio do Parlamento.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – (ES) Senhora Presidente, creio que todos estamos conscientes de que a reunião do Conselho Europeu, que terá lugar na próxima semana, irá ser acompanhada, com inusitada atenção, por quinhentos milhões de cidadãos.

Tal deve-se ao facto de o Conselho Europeu ir ter a oportunidade de divulgar uma mensagem de compromisso para sair da crise, mensagem essa aguardada com enorme ansiedade por todos aqueles que mais sofrem os seus efeitos. Além disso, a saída da crise tem de reflectir-se, como é evidente, nessa aposta na estratégia, que deve ser convincente, em termos da mudança de modelo de crescimento e da respectiva ênfase nos aspectos económicos, sociais e ambientais.

Sob o ponto de vista económico, deverá reflectir-se numa aposta na governança. Sob o ponto de vista social, deverá reflectir-se numa aposta nos trabalhadores e na protecção social – o modelo que fez de nós Europeus – e, em particular, na igualdade; desejo salientar a ênfase dada a este aspecto num documento em que o compromisso com a igualdade é manifestamente improvável. Também sob o ponto de vista ambiental, deverá reflectir-se numa aposta na recuperação do espírito que levou a Europa à liderança, na conferência

de Copenhaga, em termos do compromisso com a sustentabilidade ambiental e com a prevenção das alterações climáticas e, acima de tudo, com o reconhecimento do sabor profundamente decepcionante que nos ficou na boca, quando deixámos a cimeira.

Contudo, o aspecto que assume maior importância na reunião do Conselho é o da necessidade da existência de um compromisso claramente europeu no sentido de apoiar a união monetária, com a coordenação de políticas fiscais, orçamentais e económicas que estejam à altura dessa mesma união.

A mensagem de solidariedade para com a Grécia não é uma mensagem dirigida à Grécia; é uma mensagem dirigida à Europa e aos Europeus. Não se trata de salvar a nação grega; trata-se sim de dar sinais de vida europeus, sinais de empenho na realidade profunda, no compromisso histórico profundo que a união monetária representou.

Peço-vos, pois, que compreendam, de uma vez por todas, que não é da Grécia que estamos a falar, mas sim de todos nós.

Verificaram-se atrasos no que diz respeito ao arranque das novas instituições; não deverão registar-se quaisquer atrasos no arranque das respostas que os Europeus esperam do próximo Conselho.

Georgios Koumoutsakos (PPE). – (EL) Senhora Presidente, é verdade que o meu país, a Grécia, se revelou incapaz de, ao longo dos anos, desenvolver a sua economia com a moderação e coerência indispensáveis. Agora, porém, assumiu plenamente as responsabilidades que lhe cabem. O povo grego está a pagar uma factura elevada.

Contudo, não devemos esconder a cabeça na areia. A Grécia não é o único país da UEM a braços com problemas graves. Não foi o único país a recorrer aos perniciosos serviços de determinadas instituições bancárias. Não é, nem continuará a ser, o único alvo dos especuladores.

Todos nós sabemos – e de que maneira – que o problema grego é um problema europeu. Se não houver uma maior coordenação a nível da política económica e fiscal e, acima de tudo, se não existir solidariedade, a mutilação de que a UEM foi alvo irá persistir.

A crise, seja ela qual for, é a mãe da mudança. Da actual crise poderá nascer uma Europa mais forte e a Grécia poderá ser a parteira dessa mudança. Assim, não permitamos que a Grécia caia por terra. Façamos cair, sim, os especuladores que gostariam de assistir à derrota do euro: é isso que o Conselho Europeu deverá fazer amanhã.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhora Presidente, gostaria de chamar a atenção da Comissão e do Conselho para a necessidade de, aquando da definição dos novos objectivos da estratégia Europa 2020, não serem esquecidas as políticas que actualmente estão a funcionar de forma eficaz e que são, nomeadamente, a política de coesão e a política agrícola comum. Trata-se de instrumentos de eficácia comprovada que, apesar de necessitarem de reforma, podem contribuir significativamente para que os novos objectivos da estratégia Europa 2020 sejam alcançados. É lamentável que estas duas políticas comunitárias, da maior relevância, tivessem sido omitidas no material inicialmente fornecido pela Comissão. Quer a Hungria, quer os novos Estados-Membros, consideram, pois, da máxima importância a formulação destas políticas, a harmonização jurídica do mercado interno, a eliminação dos estrangulamentos nas infra-estruturas e a segurança energética. E, por último, a estratégia Europa 2020 não pode substituir um debate oportuno sobre a directiva orçamental; consideramos também extremamente importante que seja dado espaço à dimensão regional da política de coesão. Agradeço a atenção que me foi dispensada.

Michael Theurer (ALDE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estes últimos dias foram marcados pelos debates acerca do euro e da Grécia. Neste ponto, gostaria de chamar a vossa atenção para aquilo que me parece ser uma notícia inquietante, a saber, o facto de 40% dos alemães considerarem agora que a introdução do euro foi um erro. A inquietação que sentimos é legítima, uma vez que a introdução de uma moeda comunitária não é uma via de sentido único. O processo de integração europeia não é irreversível. Penso que devemos manter-nos fiéis à promessa que fizemos ao povo alemão, quando este abandonou a sua moeda nacional, a saber: que o euro seria tão estável como o marco alemão.

Estou também firmemente convicto de que nós, na Europa, necessitamos de um debate sobre a economia social de mercado, sobre o quadro regulamentar. Não deveríamos falar sobre como tornar a Alemanha menos competitiva, mas sim sobre como tornar toda a Europa competitiva, como forma de sermos bem sucedidos nos mercados globais. Deve ser esse o nosso objectivo; e é por isso que solicito a realização de um debate acerca da economia social de mercado na Europa.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, concordo com todos aqueles que, neste momento, sentem a necessidade de uma integração europeia mais forte, em particular no domínio económico, e espero que esse tema seja discutido, não só na cimeira da zona euro, mas também, efectivamente, no Conselho Europeu.

A verdade, porém, é que a população se apercebe também, de forma muito clara – e o meu colega acabou de fazer referência a esse facto – das desvantagens do euro. Aquando do lançamento da união monetária, verificou-se um defeito de nascença, que consistiu em criar uma moeda única, sem que ao mesmo tempo se tivesse modelado uma política económica, de forma mais conjunta. Neste momento, temos de reconhecer que foi um grande erro. Diz-nos a voz da razão que agora devemos criar um fundo de solidariedade – para a Grécia, inclusive – para que aquele país possa obter taxas de juro mais baixas.

No entanto, ao longo do presente debate, muito pouca menção se fez ao facto de a própria Grécia ter de fazer qualquer coisa. Um factor importante seria, por exemplo, que o Governo grego efectuasse cortes no seu orçamento militar. Um Estado-Membro da UE que gasta mais de 4% do seu rendimento nacional bruto em despesas militares, em armamento proveniente de países como a Alemanha, a França e outros, não é coisa que nos faça falta na União Europeia e como tal é justo que se efectuem cortes nessa área.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhora Presidente, gostaria de realçar que a senhora não podia prever esta situação, hoje. Quase todos os oradores abordaram aqui a questão da Grécia – a crise que se vive no país – e, no entanto, o Senhor José Manuel Barroso tinha dito, no início, que o assunto nem sequer constava da agenda formal para os dois dias do Conselho Europeu. Isto é incrível. O mundo inteiro observa diariamente o que aqui se passa.

A verdade é que se está, uma vez mais, a tentar ocultar o facto de este projecto não estar a resultar. Em vez disso, desliza rapidamente para a ruína. Já ouvimos o bom povo da Alemanha dizer que não está satisfeito com a situação. Mas não deveria ser o povo grego a dizer de sua justiça, em vez dos ditadores, aqui nesta Assembleia? É claro que caberia ao bom povo da Grécia decidir, talvez através de um referendo, a questão da sua permanência ou não na zona euro. O caso é deles. A causa também.

Estou chocado com aquilo que muitos aqui disseram hoje. É uma posição egoísta, da parte dos restantes Estados-Membros, essa de cuidarem dos seus próprios interesses. Neste momento, o problema é a Grécia. Tenho a impressão de que daí passará para Espanha, em seguida para Portugal, depois para Itália e assim por aí fora. E aí começa a montanha russa. Tomem nota daquilo que vos estou a dizer: o problema veio para ficar.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhora Presidente, os problemas da Grécia e da zona euro não deveriam ser vistos como uma excepção. É por demais evidente que a adopção de uma moeda única, numa zona do mundo tão vasta e tão heterogénica em termos económicos, se torna problemática.

O valor de uma moeda deve reflectir a situação da economia de um Estado. Quando a economia prospera, o valor da moeda tende a aumentar. Quando a economia entra em recessão, aquele valor tende a diminuir.

O estado da economia grega requer uma depreciação da respectiva moeda. Caso se tivesse registado essa depreciação, a Grécia teria beneficiado de um *boom* turístico.

O euro não é a solução para os problemas económicos mundiais. O euro é o problema.

Para a Grécia, a dificuldade reside no seguinte: se abandonasse agora o euro, a desvalorização da sua antiga moeda nacional iria provocar um aumento da sua dívida externa. O país encontra-se verdadeiramente aprisionado na zona euro.

O que acabou de ser dito deve funcionar como um aviso para os países fora da zona euro. Juntem-se-lhe, mas por vossa própria conta e risco. Uma vez lá dentro, ficarão presos para sempre.

Monika Flašíková Beňová (S&D). – (SK) Serei muito breve, porque a maioria das questões já foi mencionada, é claro.

Em minha opinião pessoal, a situação que estamos a atravessar há já alguns meses na Grécia não é uma situação única, e parece apontar para a necessidade de uma nova abordagem em termos de adesão ou, conforme o caso, de não adesão ao Pacto de Estabilidade. Temos, em princípio, duas opções: ou insistimos na adesão ao que é válido e ao que consta dos tratados e assumimos totalmente as suas consequências, ou então reconhecemos que o Pacto de Estabilidade, tal como tudo, está sujeito em certa medida ao evoluir dos

acontecimentos e, por conseguinte, também tem de sofrer algumas alterações; neste caso, redigimos as alterações e levamo-las a cabo não só de modo a manter o crescimento e a estabilidade económica directamente nos Estados-Membros que pertencem à zona euro, mas também de maneira a preparar outros Estados-Membros da UE que ainda não fazem parte da zona euro para que adiram a ela, sem termos de utilizar em demasia os Fundos Estruturais, por exemplo, nesses países.

Jean-Pierre Audy (PPE). - (FR) Senhora Presidente, tenho uma observação e três propostas a fazer. Em primeiro lugar, a minha observação: não compreendo por que razão o Presidente Van Rompuy não está presente nesta sessão tão importante - Senhor Ministro, V. Exa. não é membro do Conselho Europeu - e penso que ele poderia ter estado aqui.

As minhas três propostas dizem respeito ao plano de recuperação da Grécia. A médio prazo, apoio a ideia do senhor deputado Cohn-Bendit, que de resto acaba de ser mencionada: se a União Europeia fosse capaz de estabelecer um pacto com a Turquia para resolver a questão de Chipre, poderíamos ajudar a Grécia a recuperar dois por cento do seu PIB.

A minha segunda proposta tem a ver com o financiamento, pois não possuímos os instrumentos necessários. Por que razão a União Europeia não apoia uma série de compromissos financeiros, o que permitiria reduzir as taxas de juro e constitui um objectivo consensual no Parlamento Europeu?

Por último, falou-se aqui sobre os erros nas contas públicas da Grécia. Não é só na Grécia que as contas estão erradas. Proponho que se criem normas de contabilidade para o sector público em toda a União Europeia, para que tenhamos demonstrações financeiras coerentes, honestas e fiáveis para todos os Estados-Membros.

Maroš Šefčovič, Membro da Comissão. - (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, deixe-me dizer-lhe o quanto me impressionou a clara demonstração de solidariedade e os apelos à responsabilidade por parte da maioria dos oradores. É exactamente disto que precisamos neste momento, porque está bem claro que um problema europeu precisa de uma solução europeia.

Às vezes, pergunto-me se não aprendemos bem as lições relativamente às consequências dos nossos actos, ao não adoptarmos soluções europeias para os problemas europeus e procurarmos encontrar algo específico, embora tenhamos de lidar com isso colectivamente.

Penso que é bastante claro que não somos apenas um grupo de países. Somos uma família europeia e, se um dos membros da nossa família tem um problema, é absolutamente imperioso que vamos em seu auxílio.

A Comissão está, portanto, disposta a propor um instrumento de assistência coordenada para a Grécia, que será totalmente compatível com o direito europeu, e estou certo de que isso será possível.

Gostaria de agradecer a todos o vosso apoio relativamente à estratégia UE 2020. Não posso deixar de frisar que os cidadãos da Europa se encontram neste momento à espera de liderança esperam que melhoremos o nosso desempenho e os guiemos após a crise, definindo sólidas estratégias de médio prazo, da mesma forma como os nossos parceiros internacionais, tais como a China, os Estados Unidos, a Índia e outros.

Chegou o momento da decisão. Ouvi atentamente os apelos para uma melhor governação. Ouvi atentamente os apelos para uma melhor vigilância a nível económico e monetário e mais rigor na aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento. É exactamente isso que a Comissão tem em mente e muito em breve serão apresentadas propostas precisamente nesse sentido.

Gostaria de agradecer a todos os que apoiaram a Comissão na necessidade de traçar objectivos muito concretos para as conclusões do Conselho Europeu de amanhã. Penso que é muito importante dispormos de uma estratégia a médio prazo, mas precisamos de indicadores muito claros do rumo que pretendemos tomar e das metas que queremos atingir. A Comissão insiste, portanto, em que o Conselho Europeu aceite estes principais objectivos concretos após as deliberações de amanhã e do dia seguinte.

Precisamos de mais emprego, precisamos de um maior equilíbrio entre homens e mulheres e precisamos de um ensino mais forte. É bem evidente que precisamos de investir mais em investigação e desenvolvimento e é absolutamente inegável que precisamos de combater a pobreza.

Consequentemente, a Comissão insiste na solidariedade, na responsabilidade e em dispormos de uma estratégia concreta para a Europa e para os cidadãos europeus.

Permitam-me expressar a minha esperança de que o espírito positivo hoje aqui presente, claramente a favor da solidariedade e da responsabilidade, esteja também presente amanhã, durante as deliberações dos nossos líderes.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. - (ES) Senhora Presidente, penso que este foi um debate muito importante: um debate sobre uma questão que está no cerne das preocupações europeias neste momento - a questão da Grécia -, mas, além disso, um debate sobre a situação económica da União Europeia no seu conjunto, um debate em que a Presidência do Conselho esteve presente, Senhor Deputado Audy, tal como acordado no Parlamento: estou aqui a representar a Presidência do Conselho.

No que respeita à questão da Grécia, o tema mais debatido e ao qual se fez mais referência, a Presidência em exercício do Conselho tem ideias muito claras. Em primeiro lugar, a Europa é uma integração de políticas económicas: temos economias integradas. Em segundo lugar, a Europa baseia-se na solidariedade e tem, por conseguinte, um forte conteúdo social. Em terceiro lugar, a Europa possui estabilidade económica e financeira.

Estas três características europeias estão claramente implícitas na questão grega. É também por isso que as três maneiras de se ver a Europa se têm mutuamente em conta e se reafirmam na importante declaração feita pelo Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro de 2010. Penso que esta foi uma das declarações mais importantes alguma vez emanadas do Conselho, porque é uma declaração que aborda o problema da Grécia mencionando a solidariedade e o compromisso político absoluto para com a estabilidade financeira da zona euro; o compromisso de agir sempre que seja necessário salvaguardar a estabilidade.

Estou certo de que o Conselho Europeu deste fim-de-semana, o mesmo Conselho Europeu que se reuniu no dia 11 de Fevereiro, irá fortalecer e preservar a estabilidade. A partir desse Conselho Europeu, será enviada uma forte mensagem política sobre a Europa; uma mensagem de apoio à economia e à moeda europeia e, portanto, uma mensagem de apoio à solidariedade, porque é isso o que os cidadãos esperam, embora seja verdade que alguns eurocépticos estão à espera de um fracasso. Tal fracasso não irá ocorrer no Conselho Europeu. Acreditem que esse fracasso não terá lugar, e que o compromisso político de solidariedade no seio da União Europeia e no coração da zona euro será reiterado.

Além disso, vamos olhar ainda para mais longe. Vamos olhar para o curto e o longo prazo. Vamos falar sobre a maneira de arquitectar uma saída coordenada para a crise, tendo em conta que não haverá uma retirada completa de estímulos fiscais enquanto não houver recuperação económica. Também vamos falar sobre objectivos mais a longo prazo, sobre objectivos que eu gostaria de destacar, especialmente a coesão económica, territorial e social; essencialmente, a solidariedade. E vamos falar sobre uma nova forma de supervisão, diferente da Estratégia de Lisboa. Obviamente haverá mudanças a este respeito: a liderança do Conselho Europeu não constava da Estratégia de Lisboa.

A coordenação das políticas económicas, sociais e de emprego que consta do Tratado de Lisboa não fazia parte da Estratégia de Lisboa. A importância do papel da Comissão - de supervisão, acompanhamento, controlo e estabelecimento dos requisitos necessários para alcançar as metas propostas - não constava da Estratégia de Lisboa. Os elementos de criação de incentivos a partir dos Fundos Estruturais não faziam parte da Estratégia de Lisboa. É evidente, portanto, que estão a ser feitos importantes progressos.

Por fim, Senhora Presidente, referir-me-ei à intervenção do senhor deputado García-Margallo, a única que foi endereçada directamente à Presidência espanhola, uma vez que critica a maneira pela qual, na sua opinião, a União Europeia está a ser conduzida.

Devo dizer-lhe, Senhor Deputado García-Margallo, que a Presidência espanhola do Conselho está a trabalhar em estreita colaboração e de maneira coordenada – segundo o método comunitário - com o Presidente Van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu, para fazer avançar os objectivos essenciais. A Presidência espanhola também está a trabalhar em estreita colaboração com a Comissão e o Parlamento.

Referiu-se principalmente à questão económica. Gostaria de lhe perguntar se acha, por exemplo, que adoptar uma decisão como a que foi adoptada no Conselho Europeu - obviamente com a participação da Presidência do Conselho - sobre o compromisso político da Europa para com a estabilidade financeira da zona euro não é liderar a União Europeia.

Gostaria de saber se acha que não estamos a liderar a União Europeia quando contribuímos para a realização, neste fim-de-semana, de um debate sobre um assunto como a estratégia Europa 2020, que não é de somenos importância e que aliás conquistou o apoio da maioria nas intervenções feitas neste Parlamento. O debate também incidiu sobre a governação, um elemento fundamental neste contexto.

Gostaria de saber se acha que não estamos a liderar a União Europeia quando promovemos as negociações actualmente em curso com esta Assembleia sobre o pacote de supervisão financeira. Além disso, gostaria de exortar o senhor deputado García-Margallo a trabalhar com esta Presidência, para que possamos chegar o quanto antes a um acordo entre o Conselho, que já adoptou uma posição, e o Parlamento. Durante a Presidência espanhola, a propósito, queremos eliminar a directiva relativa aos *hedge funds* da União Europeia e queremos para isso obter o máximo de concordância e consenso possível. Não creio que isso deva ser criticado, muito pelo contrário.

Penso igualmente que estamos a liderar a União Europeia quando estamos de acordo e colaboramos com a Comissão na proposta que esta irá apresentar sobre a coordenação das políticas económicas em aplicação do artigo 136.º do Tratado de Lisboa. Da mesma forma, estamos a liderar a União Europeia quando procuramos assegurar uma política geral para acabar com tal endividamento, um endividamento que foi essencial para a União Europeia quando se viu confrontada com a crise e a necessidade social de a combater e de proteger os mais vulneráveis. Um endividamento inevitável, que agora tem de ser resolvido adequadamente, em conformidade com o Tratado de Lisboa, para que possamos retomar o bom caminho segundo os parâmetros do Tratado de Lisboa.

Isso é liderar a União Europeia segundo o método comunitário. Isso é liderar a União Europeia, e liderar a União Europeia significa realizar um Conselho Europeu neste fim-de-semana que irá expressar claramente o seu apoio à Grécia e ao Governo grego.

Presidente. - Não, não pode fazer uso da palavra através do procedimento do "cartão azul", porque este se destina exclusivamente aos deputados. Portanto, com a intervenção do Senhor Ministro, está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 149.º do Regimento)

Elena Băsescu (PPE), por escrito. - (RO) Um dos temas importantes da agenda do Conselho Europeu refere-se à estratégia UE 2020 relativa à criação de emprego e ao crescimento económico. Precisamos de coordenar as políticas europeias para que possamos responder aos desafios e às necessidades que enfrentamos neste momento. Também precisamos de definir objectivos claros a longo prazo. Devemos dar prioridade ao desenvolvimento sustentável da economia europeia. A nova estratégia da Comissão para os próximos 10 anos prevê cinco áreas de actuação: a criação de novos postos de trabalho, a luta contra a pobreza, a redução do abandono escolar, o investimento em investigação e desenvolvimento e a redução das emissões de gases com efeito de estufa. Os últimos Estados-Membros a aderirem à UE necessitam de recursos e apoio da União Europeia para alcançarem estes ambiciosos objectivos. A Roménia apoia a meta dos "20-20-20": redução de emissões de carbono em 20%, aumento da proporção de energia obtida a partir de recursos renováveis em 20% e aumento da eficiência energética em 20%. A meta mais ambiciosa de 30-30-30, que prevê um limiar de 30% nessas três áreas, iria sem dúvida acarretar custos demasiado elevados para o meu país. Seria um objectivo pouco realista para um certo número de Estados europeus.

José Manuel Fernandes (PPE), por escrito. - A Europa tem sido um projecto de paz, bem-estar social, liberdade e crescimento. A Europa tem dado o exemplo, em termos do seu modelo social, e tem tido um papel de liderança nas questões ambientais, sem qualquer tipo de comparação em termos mundiais.

A crise económica, financeira e social que estamos a viver actualmente exige respostas concertadas a nível europeu. A crise na Grécia e o ataque ao euro obrigam a uma resposta comum e que infelizmente tarda. É possível e desejável uma solução europeia para evitar os constantes ataques especulativos de que o euro tem sido alvo.

A UE tem credibilidade e liquidez, o que, com a necessária coordenação a nível europeu, seria desde logo suficiente para acalmar o mercado e os custos dos empréstimos de que a Grécia precisa. Este é um momento em que se exige solidariedade entre os Estados e as Instituições europeias. É ainda uma questão de responsabilidade. Espera-se que o próximo Conselho Europeu actue na prossecução de uma solidariedade integrada e coordenada. Esta é a atitude que se exige de modo a que o projecto europeu prossiga. A procura de soluções que façam a monitorização dos défices de cada Estado-Membro deve ser a atitude posterior.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), por escrito. - Com os graves problemas sociais que se vivem em diversos Estados-Membros da União Europeia (desemprego, trabalho precário e pobreza), impõe-se que este Conselho Europeu da Primavera dê uma resposta séria e profunda. No entanto, rezeamos que as respostas se dirijam sobretudo para a chamada sustentabilidade das finanças públicas, esquecendo medidas para a sustentabilidade social.

A resposta à situação da Grécia é uma questão importante, sobretudo por que o que se está a passar contradiz tudo quanto propagandearam sobre as virtudes do euro e as benesses resultantes de pertencer à zona euro, de se estar no tal "pelotão da frente" de uma moeda forte dos países ricos, por nos dizerem que pertencer à zona euro era um seguro contra as crises financeiras que evitaria o recurso aos empréstimos e às receitas do FMI.

Bastou a primeira crise para demonstrar que não existe solidariedade na zona euro e que a chamada "coesão económica e social" não passa de uma expressão de mera propaganda em campanhas eleitorais. Agora, a Senhora Merkel até já ameaça com expulsões da zona euro aqueles países que, como a Grécia e outros, não cumpram o Pacto de Estabilidade, esquecendo que a Alemanha foi e é a grande beneficiária da política de um euro forte...

(Declaração encurtada por força do artigo 170.º do Regimento)

Othmar Karas (PPE), por escrito. - (DE) A crise financeira e económica e a Grécia exigem acção por parte da Europa. Precisamos de pôr fim às discussões públicas. Aguardamos uma resposta conjunta da Cimeira. Dizemos "sim" ao programa de poupança e reforma do Governo grego - a Grécia está firmemente decidida a fazer o seu trabalho de casa e a cumprir as normas europeias. Também dizemos "sim" ao empréstimo, pois sem ele o programa de reformas ficaria comprometido. No entanto, dizemos um firme "não" à aplicação de sanções e à expulsão de um país da zona euro. Isto só iria criar um efeito dominó, que levaria a uma perda de confiança dos mercados. Também dizemos "sim" à proposta do Comissário Rehn relativa à aprovação prévia dos projectos de orçamento pela Comissão. Os dados orçamentais e económicos devem ser inspeccionados pelo Eurostat e pela Comissão. Peço uma revisão criteriosa das contas de todos os Estados-Membros, baseada numa lista conjunta de critérios. Os sistemas fiscais e as taxas de imposto relevantes para o mercado interno devem ser harmonizados, e as políticas económicas, orçamentais e sociais devem ser coordenadas. Peço uma comissão de planeamento para a "Europa 2020" que integre a Comissão, os Estados-Membros, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Central Europeu e o Eurostat. Por conseguinte, apelo aos Chefes de Estado ou de Governo para que declarem por escrito uma vontade comum europeia de agir de forma inequívoca. A Grécia é um exemplo que deve servir de lição para a Europa. Devemos tirar daí conclusões a nível local, europeu e mundial. Mais colaboração europeia e menos egoísmo nacional estão na ordem do dia.

Ivari Padar (S&D), por escrito. - (EN) Gostaria de falar sobre a Agenda Digital Europeia. Os dados da Comissão mostram a existência de barreiras ao mercado único digital: apenas 7% das transacções em linha são transfronteiriças. Embora os objectivos em matéria de Internet e infra-estruturas relevantes sirvam como pré-requisitos sólidos para um maior desenvolvimento do sector, a melhoria das infra-estruturas deve ser complementada com a criação de um quadro regulamentar pan-europeu, a utilização dos serviços e o reforço das competências relativas às TIC. Devemos criar, até 2020, um espaço europeu de serviços electrónicos único e seguro, que proporcione aos cidadãos da UE acesso fácil e seguro a todos os serviços digitais, tanto públicos como privados. Os Estados-Membros deverão desenvolver planos nacionais de transição dos serviços públicos para a era digital. Deve dar-se especial atenção ao incentivo à participação dos grupos socioeconómicos mais desfavorecidos, uma vez que são os mais susceptíveis de serem excluídos da sociedade digital. As autenticações e assinaturas digitais transfronteiriças devem caracterizar-se pela interoperabilidade jurídica e técnica, para que a autenticação electrónica transfronteiriça possa ser utilizada por todos os prestadores de serviços e consumidores em toda a Europa. Uma abordagem abrangente ao mercado digital único deve incluir também a diminuição da fragmentação que subsiste a nível dos serviços financeiros, da logística, da defesa do consumidor e da propriedade intelectual. Devemos definir uma meta de 100% para o acesso e a capacidade de utilização dos serviços digitais por parte dos cidadãos.

Georgios Papastamkos (PPE), por escrito. - (EL) A terrível crise financeira na Grécia e o desequilíbrio financeiro nos outros Estados-Membros da zona euro levantam questões sobre a força estática e dinâmica da própria estrutura da UEM. Não pode haver dúvidas de que o restabelecimento das finanças públicas de um Estado-Membro da zona euro é da sua responsabilidade. No entanto, a crise financeira trouxe à tona a correlação entre a união monetária uniforme plena e a união económica imperfeita da UE. A crise veio pôr em evidência a necessidade urgente de instituir uma governação económica europeia politicamente orientada, de europeizar a política económica e o risco económico, de cobrir os défices estruturais da UEM, de mais Europa e de uma acção europeia coordenada e assente na solidariedade. Precisamos de um mecanismo de apoio europeu, de um fundo monetário europeu dotado dos recursos necessários e de capacidade de intervenção. É necessária uma intervenção reguladora coordenada para proteger a moeda única contra a especulação. É necessária uma análise detalhada do funcionamento do mercado de *swaps* de risco de incumprimento. O Conselho Europeu está a ser chamado a dar respostas fundamentais à crise na zona euro

e a manifestar a sua solidariedade para com a Grécia, a fim de superar a crise financeira. A Grécia não está a implorar. Está a exigir que os poucos recursos dos cidadãos gregos não desapareçam nos bolsos dos especuladores internacionais.

Rovana Plumb (S&D), por escrito. - (RO) Durante a actual crise económica e social, à qual se junta a crise climática, a UE traçou uma nova estratégia para os próximos 10 anos. A estratégia UE 2020 tem de ajudar a criar uma Europa mais inclusiva, com uma economia integrada e amiga do ambiente. O desenvolvimento da investigação e da inovação tem de passar a ser prioritário, para que possamos combater os efeitos das alterações climáticas e criar empregos verdes e "inteligentes". Por este motivo, as metas estabelecidas devem ser vinculativas, a fim de garantir o crescimento sustentável, o desenvolvimento de um mercado de trabalho mais inclusivo e condições de vida condignas para todos os cidadãos.

Richard Seeber (PPE), por escrito. - (DE) A UE só pode ter êxito se soubermos qual é o rumo que queremos tomar em matéria de economia e política social. Por esse motivo, devemos dar especial atenção à elaboração da estratégia para 2020. Os Estados-Membros devem apresentar conceitos, visões e ideias claros. A elaboração de uma estratégia para os próximos 10 anos é sem dúvida um projecto ambicioso, mas devemos lembrar que não se trata de uma questão de detalhes finais. A UE tem de perguntar a si própria onde quer posicionar-se e quais as suas prioridades. Um objectivo que, a longo prazo, também produziria efeitos sociais e económicos positivos seria a criação de uma matriz energética sustentável para a Europa. Precisamos de repensar esta questão, e não apenas devido ao fornecimento cada vez mais escasso de combustíveis fósseis e do impacto das fontes de energia não renováveis sobre o clima. A Europa deve também assumir o papel de liderança na área das tecnologias amigas do ambiente. Em minha opinião, no entanto, a energia nuclear é pouco adequada para conduzir a Europa a um futuro energético sustentável.

Czesław Adam Siekierski (PPE), por escrito. - (PL) O propósito da reunião do Conselho Europeu que amanhã se inicia é, principalmente, o de discutir o quadro geral da nova Estratégia Europa 2020 da União e avaliar a superação da crise económica, bem como a situação na Grécia e em outros países da zona euro. São assuntos que se inter-relacionam estreitamente, uma vez que a estratégia da União para o crescimento económico e o emprego está associada a estas questões. Ao avaliar a situação actual, precisamos de responder a questões sobre o modo como os princípios do Pacto de Estabilidade e Crescimento estão a ser cumpridos em diferentes países e à questão de saber onde esteve a Comissão Europeia em todo este processo. Podemos presumir que a Estratégia Europa 2020 será encarada sob diferentes perspectivas pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros. Isto resulta de conflitos de interesses significativos dos países individualmente considerados, que, por seu turno, provêm de níveis diferentes de desenvolvimento. Por razões óbvias, os países dos dois últimos alargamentos, mas não apenas estes, vão lutar por um enfoque maior na política de coesão, no desenvolvimento de infra-estruturas e na agricultura, se bem que não devamos esquecer-nos da inovação e das novas tecnologias. O desenvolvimento bem sucedido da Europa e o regresso a uma via de crescimento na próxima década estão igualmente dependentes da realização dos objectivos da estratégia incluída nas propostas da Comissão, bem como da continuação das políticas mais tradicionais. Para que a União possa responder aos difíceis desafios à escala global, tem, primeiramente, de reduzir as suas disparidades internas, o que não será possível se não respeitar o princípio da solidariedade consignado no Tratado.

Silvia-Adriana Țicău (S&D), por escrito. - (RO) O tema principal do Conselho Europeu da Primavera é a Estratégia Europa 2020. No início deste ano, a taxa de desemprego atingiu os 10%, mas em países como a Espanha e a Letónia chegou quase aos 20%. Para 67% dos cidadãos europeus, a principal preocupação é a perda dos seus postos de trabalho. A principal preocupação dos dirigentes europeus deve ser a preservação dos postos de trabalho existentes e a criação de novos postos de trabalho, por forma a proporcionar condições de vida condignas aos cidadãos europeus. Este objectivo só pode ser garantido através da realização de investimentos substanciais no desenvolvimento económico e social, nas infra-estruturas de transportes e de energia, na agricultura, na investigação, na educação e na saúde. É precisamente por esta razão que o Conselho Europeu deve prestar uma atenção particular à política industrial da UE. De acordo com as estatísticas europeias, a produção industrial, por comparação com Dezembro de 2009, decresceu, em Janeiro de 2010, 2% na zona euro e 0,2% a nível da UE-27. A nível comunitário, a indústria gera 26,4% do PIB, mas há Estados-Membros em que a produção industrial contribui apenas com 14% para o PIB. A União Europeia tem de conservar a sua competitividade global. Para o conseguir, é necessário manter os postos de trabalho e a produção industrial dentro da União Europeia, em vez de os deslocar para países terceiros.

PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ*Vice-presidente***13. Aplicação da Iniciativa de Cidadania Europeia com base no n.º 4 do artigo 11.º do Tratado de Lisboa (debate)**

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a Declaração do Conselho e da Comissão sobre o Desenvolvimento da Iniciativa de Cidadania Europeia com base no n.º 4 do artigo 11.º do Tratado da União Europeia.

Permitam-me que dirija também os meus calorosos votos de boas-vindas a um grupo de jornalistas da minha região, Castela-La Mancha, em Espanha, que têm estado na galeria da imprensa e que, presentemente, estão de visita às instituições da UE.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhor Presidente, estou grato ao Parlamento por ter tomado a iniciativa de realizar este debate sobre algo que se me afigura ser um dos aspectos mais importantes e mais relevantes do ponto de vista democrático no que se refere ao desenvolvimento da União Europeia e do europeísmo entre o público europeu. Isto prende-se com uma questão muito relevante, que inicia uma nova fase na União Europeia. Como evidentemente é do vosso conhecimento, o assunto diz respeito à Iniciativa de Cidadania. Por outras palavras, a possibilidade de pelo menos um milhão de cidadãos europeus, tanto homens como mulheres, dos vários Estados-Membros, assinarem uma iniciativa legislativa.

Trata-se de uma iniciativa legislativa que, compreensivelmente, se dirige e é apresentada à Comissão, que é o órgão da UE com capacidade para tomar iniciativas legislativas.

A Iniciativa de Cidadania é uma prioridade muito clara para a Presidência do Conselho. Muito clara. É uma prioridade para nós, porque acreditamos que é uma prioridade para a Europa. Quando um país preside ao Conselho da União Europeia, achamos que não deve implementar as suas próprias prioridades, os seus próprios objectivos, simplesmente como um país durante essa Presidência, mas que deve ir mais longe e ser capaz de representar os objectivos da Europa.

A Iniciativa de Cidadania, com as suas possibilidades, com os poderes que confere aos cidadãos – aproximadamente quinhentos milhões de cidadãos europeus – é um objectivo essencial da Europa e, por esta razão, uma das prioridades da Presidência espanhola, não por ser uma prioridade da Espanha, mas por ser uma prioridade da Europa.

Os cidadãos estão à espera de que o Tratado de Lisboa seja implementado tão rapidamente quanto possível, depois de oito anos de perda de tempo devido a incertezas institucionais.

Temos de compensar esta perda de tempo e, essencialmente, temos de responder aos cidadãos, já que o que pretendem é participação. Por outras palavras, temos de conseguir gradualmente obter um reequilíbrio entre a Europa que foi construída durante o século XX, mais de cima para baixo – apesar de ser uma Europa democrática –, e uma Europa que também é construída de baixo para cima.

É por esta razão que entendemos que a Iniciativa de Cidadania deve avançar o mais depressa possível, uma vez que irá ser a prova da vontade política dos Estados-Membros, do Parlamento e das Instituições da União de dar voz ao público e de habilitar os cidadãos a participarem na vida da União.

Tal irá, igualmente, contrariar algo que, infelizmente, está também a acontecer na União Europeia: o facto de o debate político, na maior parte dos casos, ocorrer provavelmente a nível nacional; debate intrínseco. Aqui, em Bruxelas, ou no Parlamento, tem lugar um debate europeu, mas em cada um dos países da União o que prevalece é o debate nacional e não o debate europeu.

A Iniciativa de Cidadania é um dispositivo formidável para desencadear de forma frutuosa um genuíno debate europeu na sociedade civil. As iniciativas apresentadas pelos cidadãos de vários países irão desencadear um debate europeu em cada país, e não apenas um debate meramente nacional.

Foi por isso, Senhor Presidente, que considerámos a Iniciativa de Cidadania uma prioridade. Logo que a Comissão apresentar o seu projecto de regulamento – gostaríamos de agradecer à Comissão e, devo dizê-lo, em particular ao Presidente Barroso e ao Vice-Presidente Šefčovič pelo cuidado com que atribuíram prioridade a esta questão no calendário de trabalho da Comissão, e congratulamo-nos, igualmente, pelo facto de isso poder realizar-se com grande prontidão, tal como daqui a pouco o Senhor Vice-Presidente Šefčovič irá

anunciar – teremos um texto que nos vai permitir avançar, juntamente com o Conselho e o Parlamento, com aquilo que os cidadãos europeus indubitavelmente aguardam, antes do final destes seis meses.

Teremos de trabalhar sobre os diferentes aspectos envolvidos, alguns mais técnicos, outros mais políticos, mas temos de contribuir para que tal aconteça.

Por esta razão, desde o momento da reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros em La Granja de San Ildefonso, tal como o Vice-Presidente Šefčovič e a Senhora Comissária Malmström – ainda em exercício, uma vez que a nova Comissão ainda não tinha assumido funções – estarão recordados, até à primeira reunião realizada com a Comissão, em Madrid, quando o novo Colégio de Comissários assumiu funções, e hoje, no Parlamento, estamos ansiosos por fazer avançar esta iniciativa. Gostaria de lhes pedir – esta é a mensagem que gostaria de transmitir aos senhores deputados – que dessem a maior atenção a esta iniciativa.

Sei que irão fazê-lo. Gostaria, ainda, de lhes pedir que dessem a maior rapidez a algo que, tal como acredito francamente, reunirá facilmente o consenso geral nos seus vários aspectos, tendo em conta as discussões que se realizaram no Conselho, na Comissão e no Parlamento, na comissão em que participei, a Comissão dos Assuntos Institucionais, por exemplo. Penso, por conseguinte, que podemos pôr isto em prática, por ser um dos aspectos mais entusiasmantes para o público da nova fase que agora se inicia na União Europeia.

Maroš Šefčovič, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, gostaria muito de agradecer ao Parlamento por ter incluído este assunto tão importante na ordem do dia. Gostaria de agradecer pessoalmente ao meu estimado amigo Diego López Garrido e à Presidência espanhola por terem mantido este assunto no topo da agenda da Presidência espanhola, porque penso que o instrumento que vamos ter irá efectivamente mudar o modo como fazemos política na União Europeia.

Até agora, a construção europeia baseava-se na democracia representativa. Penso que isto também ficou bem reflectido no Tratado de Lisboa, no qual ficou claro que os poderes do Parlamento são muito reforçados e que vamos envolver mais os parlamentos nacionais no processo legislativo europeu. E estávamos a precisar de o complementar com uma maior inclusão dos cidadãos nesse processo, através deste instrumento de democracia participativa.

Teve lugar, há pouco, o debate sobre a questão de saber se uma das coisas anula a outra e se é um jogo de soma zero. Não penso mesmo que seja assim, porque considero ambos os elementos, o da democracia representativa e o da democracia participativa, como elementos que se reforçam mutuamente e que nos ajudam a criar um verdadeiro espaço político e público europeu.

Acredito também que, graças a este instrumento, vamos dar ainda mais destaque à importância da cidadania europeia para os europeus. Tal como o Diego já afirmou, também estou convencido de que isto daria origem a melhores debates transfronteiras, mais fortes, à escala europeia, mais focados em assuntos europeus e não apenas em assuntos nacionais, como tantas vezes assistimos nas capitais dos Estados-Membros.

A Comissão ficou e está muito grata pelo trabalho que o Parlamento Europeu já desenvolveu em relação com a Iniciativa de Cidadania Europeia. Para nós, a resolução que o Parlamento adoptou em 7 de Maio do ano passado constituiu uma orientação política muito importante e uma sinalização muito importante do modo como deveríamos preparar esta iniciativa.

Como sabem, quando a Comissão elabora diplomas importantes como este, procura envolver o público europeu numa discussão tão alargada quanto possível. Por isso, organizámos um debate público sobre este assunto, com base no Livro Verde que apresentámos em Dezembro do ano passado.

Tenho a dizer que ficámos surpreendidos muito positivamente com as respostas que obtivemos. Recebemos mais de 300 respostas, provenientes de vários tipos de contribuintes: cidadãos a título individual, organizações, autoridades públicas e até alguns parlamentos nacionais.

Avaliámos as respostas que recebemos e completámos o processo de consulta com um debate público em Bruxelas, ao qual assistiram mais de 1 50 interessados, incluindo representantes do Parlamento.

Se me pedissem para resumir esse debate, diria que chegaram à mesa da Comissão muitas sugestões inovadoras, interessantes e positivas. Quais foram as principais conclusões? Que os cidadãos estão muito interessados em que esta iniciativa entre em vigor o mais rapidamente possível, que gostariam que a mesma fosse o mais fácil de utilizar possível, que gostariam que fosse simples, directa, compreensível e, acima de tudo, acessível.

E, os senhores deputados hão-de concordar, isto são parâmetros claros e muito importantes para que a legislação em causa seja concebida desta maneira, porque só esses parâmetros garantem que os cidadãos utilizarão este instrumento para uma melhor comunicação com a Comissão e as Instituições europeias.

Com base nos resultados das consultas e também nas propostas apresentadas pelo Parlamento Europeu, a Comissão está presentemente a finalizar a sua proposta. Espero que o Colégio adopte as propostas em que estamos a trabalhar em 31 de Março. Posso também dizer-vos que, provavelmente, isto não seria possível sem um forte encorajamento da Presidência espanhola. É evidente que uma prioridade tão elevada da Presidência tem de ser respeitada, e sei que há um forte empenhamento, por parte de Espanha, no sentido de tentar fazer progressos nesta iniciativa durante a sua Presidência.

Assim, tenho muita esperança de que, graças à abordagem construtiva da Presidência, do Conselho e do Parlamento, consigamos estabelecer este instrumento novo e tão importante bem antes de se cumprir o primeiro aniversário da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

Íñigo Méndez de Vigo, em nome do Grupo PPE. – (ES) Senhor Presidente, foi nesta mesma Assembleia, há quase sete anos, no fim da convenção constitucional, que conseguimos, nós, deputados ao Parlamento Europeu, e deputados dos parlamentos nacionais, apresentar uma proposta que foi aceite pela Mesa. Tive a honra de a apresentar à Mesa e aprovámo-la. Além disso, gostaria de recordar aqui os nomes de Alain Lamassoure e Jürgen Meyer, porque foram eles que elaboraram a proposta de Iniciativa de Cidadania, uma iniciativa popular que hoje está consagrada nos Tratados.

Uma iniciativa popular que é um exemplo de democracia participativa – o Senhor Comissário Šefčovič explicou este ponto muito bem – e de democracia europeia, porque as questões que precisam de ser abrangidas por esta iniciativa devem ser questões europeias, e não questões locais. Participação dos cidadãos, portanto, e questões tratadas a nível europeu.

O Senhor Comissário Šefčovič, que está a elaborar a proposta, não nos disse o que é que esta envolve. Deixou-nos com água na boca. Em nome do meu grupo político, Senhor Comissário Šefčovič, pediria que a proposta contemplasse pelo menos três ideias.

Em primeiro lugar, deveria ser clara e simples. Por outras palavras, não devemos complicar as coisas. Deve ser algo de acessível às pessoas, de modo a que estas possam participar sem para tal precisarem de ter andado na universidade.

Em segundo lugar, deveria prever cooperação entre as autoridades europeias e as autoridades nacionais, porque, em meu entender, as autoridades nacionais devem desempenhar um papel importante no modo como as assinaturas são organizadas.

Em terceiro lugar, devemos ser pedagógicos, através da Comissão Europeia e do Parlamento, explicando de que modo esta iniciativa pode ser utilizada para evitar decepções. Vou dar-vos um exemplo disto, que encontrei na Internet. Já foi lançada uma petição electrónica no sentido de recorrer à iniciativa popular para possibilitar a alteração da sede do Parlamento, de modo a haver apenas um local.

Ora, tal é impossível, e devemos dizer isto desde o início, porque exige uma reforma dos Tratados e não pode ser tratado por via da iniciativa popular.

Há, portanto, muita pedagogia a fazer, Senhoras e Senhores Membros da Comissão e do Parlamento, numa iniciativa que o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) subscreve e espera possa servir para promover o sentimento de pertença à União e de participação pública nos assuntos da União.

Ramón Jáuregui Atondo, em nome do Grupo S&D. – (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário Šefčovič, foi com grande agrado que soube que a Comissão tenciona aprovar este projecto de regulamento já na próxima semana, em 31 de Março. Acho que são grandes notícias. Penso que é apropriado e justo felicitar a Comissão, o Senhor Comissário Šefčovič e a Presidência espanhola pelo impulso que deram a esta iniciativa e por concordarem em apresentar uma proposta muito importante a esta Assembleia.

Muito importante porque, em primeiro lugar, penso que reforça a legitimidade do Parlamento. Isto porque dá ao público acesso directo ao Parlamento, não através de partidos, mas de um modo que dá acesso directo à nossa Assembleia, bastando para isso uma proposta legislativa.

É precisamente o acesso público directo ao Parlamento que reforça a legitimidade deste. Reforça a noção de cidadania, que reside na própria raiz do projecto europeu. De Maastricht até aqui, é o cidadão que é fulcral no projecto europeu e que se está a tornar o protagonista aqui.

Em terceiro lugar, diria que é algo que dá um encorajamento extraordinário à ligação entre instituições e cidadania, algo que estamos sempre a pedir e que nunca alcançamos. É a oportunidade de as pessoas se aproximarem efectivamente do Parlamento e de aprenderem de que modo este pode ser útil. É isso que me leva também a fazer algumas recomendações que, em grande medida, estão em sintonia com as que o senhor deputado Méndez de Vigo fez há pouco.

Penso que é importante que se elabore um texto que, em primeiro lugar, seja verdadeiramente flexível. Por outras palavras, o texto deveria permitir o exercício do direito em causa, deveria tornar esse exercício acessível a muitas pessoas, porque temos de especificar o número de países, as percentagens e os regimes de assinatura. Sejam flexíveis, por favor! Facilitem o acesso a esta iniciativa, mas tratemos também de fazer com que seja clara e de não frustrar expectativas.

Há, previamente, um procedimento fundamental que tem de ser realizado pela Comissão, que é o de dizer se um projecto de iniciativa será ou não bem sucedido, se é possível ou não levá-lo por diante. Antes da recolha das assinaturas, temos de dizer "sim" ou "não", para não frustrar expectativas: clareza e flexibilidade nesta iniciativa, Minhas Senhoras e Meus Senhores, e, é claro, parabéns.

Anneli Jäätteenmäki, em nome do Grupo ALDE. – (FI) A Iniciativa de Cidadania Europeia é importante porque é uma das raras inovações que foram introduzidas pelo Tratado de Lisboa das quais podemos dizer que vai, em termos reais, aumentar as oportunidades de o público dar o seu contributo. Evidentemente, é apenas um pequeno passo em frente, e recolher um milhão de assinaturas não vai ser tarefa fácil, e mesmo depois de recolhidas só podemos sugerir que a Comissão faça algo. A Comissão decidirá então, no melhor uso do seu entendimento, se faz algo ou não.

Se a experiência da iniciativa dos cidadãos for bem sucedida, como espero que seja, é muito possível que, a seguir, possamos fazer mais progressos na via da influência directa. É por isso que é muito importante, agora que estamos a estabelecer um enquadramento para a iniciativa dos cidadãos, que esse enquadramento seja definido de tal modo que a iniciativa possa ser facilmente introduzida e que seja claro e compreensível. Não devemos criar falsas esperanças nem mal-entendidos.

Foi discutido um procedimento de conformidade prévia. Penso que é algo que deve ser considerado com muito cuidado. Pode ter os seus aspectos positivos, mas não sei se está certo cercear as iniciativas nessa fase. Deixemos o público dizer o que tem a dizer.

Em meu entender, é importante que o limiar para os vários Estados-Membros – o número de países envolvidos – não seja demasiadamente elevado: um quarto seria suficiente para se considerar que a iniciativa tinha avançado e para se considerar provável que seja levada por diante. Precisamos de assegurar que o regulamento não crie barreiras desnecessárias à implementação da iniciativa dos cidadãos, mas que a torne clara e simples. Esperemos que haja muitas iniciativas e que a Comissão lhes dê seguimento.

Gerald Häfner, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho López Garrido, Senhor Comissário Šefčovič, Senhoras e Senhores Deputados, considero que, neste momento, estamos perante uma importante oportunidade para a Europa, esta nossa Europa partilhada, que começou com tratados entre Estados - o instrumento clássico de política externa, face ao qual os cidadãos eram mais ou menos espectadores - para se tornar cada vez mais uma Europa dos cidadãos.

O que estamos hoje a debater é o primeiro instrumento que permite a participação directa dos cidadãos a nível europeu. Penso que é claro para todos a oportunidade que representa, em especial, para a criação, para o desenvolvimento gradual de um público europeu, um *demos* europeu, de que esta Europa realmente necessita, ao mesmo tempo que continuamos a debater a questão em França, Itália, Portugal, Alemanha, etc., ou seja, basicamente, de forma mais ou menos isolada. No que respeita aos cidadãos, praticamente não existem debates de âmbito europeu. No entanto, uma iniciativa de cidadania europeia como esta pode contribuir para que esses debates tenham lugar e pode ajudar a superar, em certa medida, o sentimento dos europeus de que Bruxelas está muito longe e de que a sua voz - a dos cidadãos - não se faz ouvir a esse nível. O que estamos a fazer é criar o primeiro instrumento que permitirá que a voz dos cidadãos se faça ouvir em Bruxelas. Contudo, a questão mais importante é que forma lhe vamos atribuir. Quero ser muito claro quando digo que ainda não está definido se, em última análise, esta medida será um sucesso ou um fracasso. Tudo dependerá da forma que lhe atribuímos.

Senhor Comissário Šefčovič, compreendo perfeitamente que hoje ainda não nos possa apresentar pormenores, pois sei que ainda não tomou uma decisão final. No entanto, estamos talvez perante uma oportunidade para, rapidamente, abordarmos algumas questões em conjunto. Existe, aliás, uma questão em particular que gostaria de referir.

Considero que o sucesso ou insucesso desta iniciativa dependerá do facto de a proposta da Comissão, ou pelo menos aquilo que em última análise aqui for decidido como proposta legislativa, não conter apenas disposições e obstáculos que os cidadãos terão de superar. Importa que estabeleça igualmente que a Comissão deve trabalhar seriamente em relação às iniciativas de cidadania que lhe forem apresentadas. A meu ver, seria extremamente frustrante se um milhão de cidadãos assinasse uma iniciativa desse tipo e a mesma acabasse simplesmente por desaparecer, de forma discreta e sem cerimónias, num cesto de papéis. São necessários três níveis de verificação da admissibilidade. Em primeiro lugar, o nível formal: tem as assinaturas necessárias? Em segundo lugar, o nível jurídico: a questão em causa é da competência da União Europeia e não infringe a legislação actual? Por último, é necessária uma verificação com base no conteúdo e, nesse sentido, considero importante que os cidadãos sejam convidados a participar nessa análise, que tenha lugar uma audição, que a sua opinião seja valorizada, que as suas preocupações sejam discutidas e que não recebam apenas uma carta *ex cathedra*, enviada por alguma elevada instância. O objectivo, neste âmbito, é encorajar.

Muito resumidamente, devo referir um segundo factor de encorajamento. Um terço, ou seja, nove dos Estados-Membros, afigura-se-me - e também a todos nós, colectivamente, nesta Casa - um número demasiado alto. O Parlamento declarou-se a favor de um quarto e este valor deve ser encarado tendo em conta o segundo obstáculo, nomeadamente o obstáculo a nível dos Estados-Membros. No âmbito das conversações que mantivemos, propus que esse valor variasse em função da dimensão dos Estados-Membros envolvidos, uma vez que a situação é muito diferente consoante se trate de um Estado-Membro de maiores ou menores dimensões. Verifico que existe abertura relativamente a esta proposta.

Devido às limitações de tempo, neste momento não posso abordar outras questões. Espero que, em conjunto, possamos concretizar este primeiro instrumento de democracia transnacional.

Syed Kamall, em nome do Grupo ECR. - (EN) Senhor Presidente, considero que muitos de nós devíamos congratular-nos com qualquer iniciativa que retire poder à União Europeia e a outras entidades políticas e o devolva aos cidadãos.

Há um aspecto relativamente ao qual gostaria de pedir maior flexibilidade. Porquê definir à partida as questões relativamente às quais os cidadãos podem apresentar uma iniciativa? Se quiserem apresentar uma questão, devemos ser responsáveis e dizer a nossa opinião. Por exemplo, se for sobre a localização do Parlamento, devemos dar a nossa resposta. Porquê evitar o assunto? Devemos enfrentar directamente as perguntas que os cidadãos nos colocam.

Gostaria de clarificar uma matéria: a transparência. Vai ser difícil para qualquer cidadão ou grupo de cidadãos, isoladamente, recolher o número necessário de assinaturas. Por conseguinte, algumas organizações poderão vir a organizar a recolha das assinaturas. O financiamento dessas organizações deve ser transparente, de modo a que não venha a acontecer que algumas se apoderem do processo, basicamente para obterem mais fundos para as iniciativas do seu interesse. Espero que seja verdadeiramente uma iniciativa dos cidadãos e não das organizações da sociedade civil e das ONG.

Søren Bo Søndergaard, em nome do Grupo GUE/NGL. - (DA) Senhor Presidente, a desconfiança dos nossos cidadãos em relação à União Europeia está a aumentar. A reduzida afluência às urnas durante as eleições europeias é muito reveladora. Se a iniciativa de cidadania europeia for interpretada de forma a que apenas alguns a possam aproveitar, a situação ainda será pior. Por essa razão, o nosso grupo apela a que as regras não sejam demasiado restritivas. Por exemplo, mesmo que o primeiro milhão de assinaturas tenha origem num número reduzido de Estados-Membros, as questões podem ser relevantes para a Europa no seu todo. Além disso, o Parlamento Europeu pode fazer algo para que as iniciativas de cidadania sejam levadas a sério. Podemos decidir neste Hemiciclo que, sempre que uma iniciativa de cidadania seja aprovada, nos comprometemos a realizar aqui um debate, o qual poderá resultar numa declaração sobre essa mesma iniciativa. Dessa forma, estaremos a levar a sério os anseios dos cidadãos e espero que os grupos possam trabalhar em parceria, para que possamos adoptar algo nesse sentido, por exemplo, sob a forma de uma alteração ao Regimento.

Frank Vanhecke (NI). - (NL) Senhor Presidente, estive a ouvir tudo o que aqui foi dito até ao momento com muita atenção e grande cepticismo. Afinal, a nossa própria experiência - com os referendos que tiveram lugar nos Países Baixos, em França e, por último, mas não menos importante, na Irlanda - mostrou-nos como

a eurocracia reage à vontade dos cidadãos, bem como às formas de expressão dessa sua vontade. O que é, na sua essência, esta iniciativa de cidadania europeia? Basicamente, é um mero paliativo, uma farsa destinada a sugerir uma ligeira participação dos cidadãos no Tratado de Lisboa, sem que efectivamente essa participação ocorra a nível do processo de decisão. Na realidade, esse facto é evidente se tivermos em conta o que ficámos a saber até à data: procedimentos complicados, limitações a nível das questões que podem ser apresentadas e se, no fim de tudo, alguma questão persistir, será tida em consideração e, sobretudo, decidida, segundo os mesmos ditames eurocráticos e pouco democráticos que antes. Do que precisamos na Europa é de referendos vinculativos, por exemplo, sobre a adesão da Turquia. São necessários para restabelecer a democracia mas, infelizmente, a iniciativa de cidadania europeia resume-se a uma espécie de débil caricatura do que é necessário.

Carlo Casini (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, congratulo-me com as declarações do Senhor Presidente em exercício do Conselho, Diego López Garrido, e do Senhor Comissário Šefčovič.

O novo Tratado de Lisboa implica que adoptemos rapidamente uma linha de acção sistemática para promoção da iniciativa de cidadania, a qual comprova a existência de um povo europeu. Efectivamente, todos sabem que uma das críticas mais severas feitas à União é o não ser uma estrutura inteiramente democrática. O Tratado de Lisboa procura reduzir o défice democrático de diversas formas. Por exemplo, estabelece que, no mínimo, um milhão de cidadãos europeus pode apresentar uma proposta de iniciativa legislativa.

Para ser sério, este novo instrumento tem de produzir efeitos jurídicos de certa importância. Obviamente que não pode ter um valor equivalente ao das actuais petições, que são subscritas por uma grande diversidade de cidadãos – há que fazer uma distinção clara. Por conseguinte, deve ser regulamentado de forma a evitar abusos e permitir simultaneamente uma discussão alargada, enquanto expressão de um consenso popular esclarecido e verificável.

No entanto, o aspecto mais importante da iniciativa consagrada no artigo 11.º do Tratado de Lisboa é o seu significado simbólico: o défice democrático está a ser combatido, não só através do poder de decisão dos representantes do povo, mas também, acima de tudo, pela própria existência de um povo europeu que não se resume à soma aritmética dos cidadãos de cada Estado-Membro.

Por conseguinte, relativamente às regras que estamos a ponderar, há dois aspectos que considero particularmente importantes: o primeiro diz respeito ao objecto, que - como alguém já referiu - deve ser uma questão europeia; o segundo consiste na distribuição do número mínimo de signatários por um número significativo de Estados-Membros, que represente uma percentagem adequada em relação ao peso eleitoral de cada país.

Espero que as novas regras contribuam para que os cidadãos franceses, italianos, alemães, espanhóis, etc. sintam que, antes de mais, são cidadãos europeus.

Zita Gurmai (S&D). – (EN) Senhor Presidente, a iniciativa de cidadania europeia é uma das mais importantes novidades do Tratado de Lisboa e destina-se a aumentar o nível de democracia directa na União Europeia. Devemos tirar pleno partido deste novo instrumento, que deve ser utilizado de forma correcta. Além disso, a sua credibilidade deve ser assegurada.

Nesse sentido, devem ser tidos em conta requisitos importantes. Permitam que refira rapidamente apenas dois, tendo consciência de que existem muitos outros. As assinaturas recolhidas devem ser verificadas de forma adequada. Esta questão é decisiva e pode resultar em problemas graves, pois a legislação relevante é muito diferente nos nossos Estados-Membros. Devemos procurar a solução ideal - o equilíbrio certo entre regras diferentes e requisitos comuns.

A segunda questão é a admissibilidade da iniciativa. Mais uma vez, todos os aspectos devem ser analisados com atenção, para determinarmos qual a melhor forma de agir. O tema da discussão pública deve ser limitado de acordo com os valores da União ou a liberdade de expressão deve prevalecer? Estes serão princípios mutuamente inclusivos?

Congratulo-me com o trabalho progressista do Senhor Vice-Presidente Šefčovič e da Presidência espanhola e agradeço-o. Fico contente por, em Fevereiro, os intervenientes terem tido a oportunidade de debater a maior parte das questões que é necessário resolver para que a iniciativa de cidadania possa funcionar.

Gostaria muito de saber o resultado da reunião. Como é que a Comissão vai resolver a questão da verificação e admissibilidade das iniciativas e em que fase? Naturalmente, quando preparamos um relatório no Parlamento Europeu, temos de ser muito claros quanto à abordagem com que vamos lidar. Acredito firmemente que

estamos aqui para representar os cidadãos europeus e temos de ser claros quanto à nossa capacidade para enviarmos uma mensagem muito forte em nome de todos nós.

Caros colegas, estou plenamente convicta de que a Presidência espanhola está a fazer um excelente trabalho enquanto membro do trio de presidências, em conjunto com a Bélgica e a Hungria. Mais uma vez, Senhor Vice-Presidente, muito obrigado pelo seu excelente trabalho. Espero que assim continuemos.

Diana Wallis (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, este instrumento tem um enorme potencial e pode transmitir um importante sinal democrático à Europa.

No meu próprio país, o Reino Unido, quem pretenda apresentar uma iniciativa legislativa tem de contactar em primeiro lugar um membro do parlamento nacional, tem de ter a sorte de sair vencedor numa lotaria ou sorteio anual e, ainda assim, o mais provável é que a mesma seja rejeitada pelo Governo.

Por conseguinte, considero que estamos prestes a proporcionar aos cidadãos europeus algo muito importante e muito empolgante. É algo que me enche de orgulho, mas que terá de ser fácil de utilizar, acessível e credível. Isso significa que, à partida, teremos de ser razoavelmente rigorosos no que respeita à sua conformidade com as competências da UE, bem como com os direitos humanos.

É necessário que tenhamos capacidade e vontade para apoiar os promotores, para que possam cumprir os requisitos técnicos. Mais importante ainda, os deputados devem estar preparados para agir em conjunto com quem apresenta uma iniciativa. Isso não compromete os nossos direitos. Trata-se de algo em que podemos trabalhar em parceria com os cidadãos, mas estes devem dirigir a sua mensagem à Comissão. Nós podemos ajudar e, dessa forma, será possível estabelecermos em conjunto uma verdadeira democracia europeia.

Isabelle Durant (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, o meu colega, o senhor deputado Gerald Häfner, referiu algumas das condições necessárias para assegurar que esta iniciativa seja, nas suas palavras, exequível, credível e legítima.

Da minha parte, gostaria, por um lado, de chamar a atenção desta Assembleia para o parecer do Conselho Económico e Social, que é muito interessante e poderia igualmente clarificar as decisões a tomar. Por outro lado, gostaria de sublinhar que a democracia participativa funciona quando todos têm um papel a desempenhar - os deputados ao Parlamento Europeu, o Conselho, as organizações da sociedade civil e os cidadãos que não estão integrados em qualquer tipo de organização, para os quais a iniciativa de cidadania representa uma oportunidade.

Nesse sentido, Senhor Comissário, nos termos do artigo 11.º do Tratado, que também estipula a possibilidade de estabelecer um diálogo organizado e estrutural com a sociedade civil, gostaria de lhe perguntar que tipo de iniciativa prevê - relativamente ao modelo de diálogo social previsto nos Tratados - e de saber se, em simultâneo com a iniciativa de cidadania, a qual é muito interessante e útil, pretende organizar o diálogo com a sociedade civil de uma forma estrutural e interinstitucional.

Peter van Dalen (ECR). – (NL) Senhor Presidente, agora que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, os cidadãos podem apresentar iniciativas de cidadania. Este facto representa um progresso, na medida em que os cidadãos ainda estão demasiado afastados da Europa e é difícil levá-los a participar no desenvolvimento das políticas. Considero que a iniciativa de cidadania europeia é uma boa oportunidade para que os cidadãos europeus apoiem mais a Europa.

Senhor Presidente, gostaria de chamar expressamente a atenção para uma iniciativa de cidadania que foi lançada recentemente. Trata-se de uma iniciativa apresentada pelo senhor deputado Martin Kastler, que está hoje aqui presente. Apela a que os domingos sejam considerados dias livres, de descanso e reservados à família e à contemplação. Apoio totalmente e de corpo e alma a sua proposta e estou a trabalhar em parceria com o senhor deputado no sentido de recolher o maior número possível de assinaturas nos Países Baixos. Peço a todos que apoiem e divulguem esta iniciativa. Iniciativas como esta podem revelar o que os cidadãos consideram importante. Insto o Parlamento e a Comissão a levar estes sinais muito a sério, pois a Europa existe para servir os cidadãos, e não o contrário.

Lena Kolarska-Bobińska (PPE). – (PL) Senhor Presidente, o papel mais importante que o Tratado de Lisboa atribui ao Parlamento Europeu e a iniciativa de cidadania europeia constituem um passo muito importante no sentido do reforço da democracia europeia. No entanto, para que a iniciativa possa cumprir o seu papel, devem existir procedimentos que não limitem o seu carácter democrático à partida.

Efectivamente, de momento, o Parlamento Europeu não desempenha qualquer papel a nível do processo das iniciativas de cidadania. O Parlamento anterior votou a favor de que seja a Comissão a decidir sobre as iniciativas apresentadas que devem ser aceites e as que devem ser rejeitadas. Considero que, neste domínio, o Parlamento Europeu deve ter um papel muito mais importante. O Parlamento deve trabalhar em parceria com a Comissão, no âmbito da avaliação e elaboração de pareceres referentes às iniciativas que forem apresentadas. Desta forma, as decisões sobre a admissibilidade das iniciativas propostas seriam igualmente da responsabilidade dos representantes do eleitorado e não apenas da responsabilidade do executivo. Actualmente, o Parlamento é a única instituição da União Europeia que é escolhida através de eleições livres e democráticas e, efectivamente, a iniciativa de cidadania diz respeito aos problemas e opiniões dos cidadãos. Se uma iniciativa for rejeitada pela Comissão, ou seja, pelo executivo que supostamente é responsável pela sua implementação, essa rejeição pode não ser entendida pelos cidadãos.

É igualmente importante que os organizadores de iniciativas - organizações sociais ou organizações não governamentais - especifiquem de forma clara e explícita o objecto e o objectivo das mesmas, embora não tenham necessariamente de apresentar uma proposta de legislação. Considero ainda que os procedimentos relativos às iniciativas devem ser harmonizados nos Estados-Membros porque, se forem demasiado diferentes, será difícil conseguirmos um apoio alargado para as referidas iniciativas.

Monika Flašíková Beňová (S&D). – (SK) A iniciativa de cidadania, um dos poderes de que dispõem os cidadãos da UE, representa um progresso significativo para a democracia e para a participação directa do público em geral na vida política.

Senhor Comissário Šefčovič, muito me congratulo com a sua abordagem relativamente a esta matéria e considero-a muito importante. Gostaria agora de referir as questões apresentadas pela minha colega, a senhora deputada Zita Gurmai, pois também considero importante que se encontre uma resposta para algumas dessas questões. Uma delas diz respeito ao local e ao método de formalização, ou seja, o local onde as assinaturas são recolhidas no quadro de uma iniciativa, seja num gabinete governamental seja em plena rua. Nesse âmbito, também é relevante a questão relativa a um possível conflito com outros direitos humanos, por exemplo, o direito à liberdade de expressão.

A segunda questão diz respeito ao financiamento de todo o processo. Quem será responsável pelo financiamento das iniciativas de cidadania? Será a União Europeia, os Estados-Membros ou serão os próprios cidadãos que organizam as iniciativas? Na pior das hipóteses, se a verificação da solvência fosse uma condição para a participação, estaríamos perante uma violação dos princípios democráticos.

Por último, mas não menos importante, é fundamental que a Comissão estabeleça um prazo específico para a recolha das assinaturas ou, conforme o caso, para a sua recolha de forma válida, não esquecendo, em particular, a necessidade de preservar a abertura e a transparência de todo o procedimento, de forma a impedir que seja alvo de abusos pelos grupos de interesses que operam em toda a UE.

Senhor Comissário, gostaria de lhe exprimir os meus sinceros agradecimentos. Farei figas para que seja bem sucedido neste âmbito.

Marian Harkin (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, tendo feito, por duas vezes, campanha pelo "sim" ao Tratado de Lisboa e promovido a Iniciativa de Cidadania como algo positivo, discordo do meu colega. Julgo que não se trata, apenas, de uma forma de mascarar o problema. Existem constrangimentos, na verdade, mas a questão contém potencialidades e é um passo significativo na direcção do incremento da democracia participativa.

Debati esta questão com os cidadãos. Proporcionei aos cidadãos a participação nas consultas da Comissão e nas audições da Comissão das Petições. Não devemos, porém, apenas auscultar os cidadãos: devemos ouvir o que nos transmitem e assegurarmo-nos de que os seus pontos de vista são tidos em consideração na legislação que produzimos.

Estamos perante uma oportunidade de as instituições da UE, claramente, demonstrarem que a iniciativa de cidadania reflectirá os pontos de vista dos cidadãos europeus em toda a sua extensão. Esta legislação deverá ser "amiga do cidadão" e altamente perceptível. Deve haver, também, assistência e ajuda acessível aos cidadãos que pretendam criar uma petição. Deverão tornar-se evidentes as áreas onde a Comissão pode ou não actuar. Se um milhão de assinaturas de cidadãos em determinada petição for recolhido e, posteriormente, o objecto da petição for considerado fora das competências da UE, esse facto simplesmente conduzirá a crescentes acusações de défice democrático, originará ceticismo e cólera.

Por esse motivo carecemos de transparência absoluta nesta questão e necessitamos de ser pró-activos. Se, por um lado, precisamos de retirar todo o potencial que esta legislação proporciona, por outro, não poderemos prometer mais do que é possível conceder. A Iniciativa de Cidadania é como um recém-nascido. Tem potencialidades ilimitadas, mas deverá ser acompanhada com cautela enquanto dá os seus primeiros passos vacilantes.

PRESIDÊNCIA: SCHMITT

Vice-Presidente

Eva Lichtenberger (Verts/ALE). - (DE) Senhor Presidente, na elaboração deste instrumento temos sobre os nossos ombros uma enorme responsabilidade, visto que as esperanças dos que se sentem cidadãos europeus e impulsionam os assuntos europeus relevantes e por eles pugnam nos pressionam também. Devemos evitar cometer os erros que surgem presentemente na elaboração de legislação a qualquer preço. Devemos obviar a que a Iniciativa de Cidadania Europeia se transforme num muro de lamentações onde não se dê seguimento às reclamações apresentadas. Os cidadãos activistas aguardam o resultado; aguardam para ver qual o modelo que damos à Iniciativa.

Se estabelecermos objectivos demasiado ambiciosos, estaremos a frustrar um instrumento de enorme potencial para a Europa. Pensem nisso. Será desenvolvido pelas partes interessadas numa determinada questão um tremendo esforço para recolher um milhão de assinaturas. Se essas assinaturas forem atiradas para o lixo sem que a questão seja tratada apropriadamente, com ou sem adequado acompanhamento, teremos, então, prestado provavelmente um mau serviço à democracia na Europa. A forma como a Comissão tratar esta questão é, pois, de especial relevância. Esta é para mim a questão fulcral.

Mariya Nedelcheva (PPE). - (FR) Senhor Presidente, Maroš Šefčovič, Diego López Garrido, Senhoras e Senhores Deputados, a Iniciativa de Cidadania é um contributo adicional para a criação de uma autêntica sociedade civil europeia. Trata-se de uma nova oportunidade para os cidadãos europeus disporem de uma palavra no processo de elaboração de decisões. Espero que a sua adopção contribua para fortalecer o sentimento de pertença a uma mesma entidade, a nossa Europa, uma vez que esse sentimento é, infelizmente, muito débil e mesmo, com demasiada frequência, ausente.

Perscrutando para lá dos aspectos técnicos, administrativos e práticos associados à efectiva implementação da iniciativa, julgo que a nossa mensagem deve ser, sobretudo, política. Efectivamente, não deveremos perder de vista o princípio condutor que justifica a introdução desta iniciativa: aproximar os cidadãos das instituições, estimular o seu interesse pela Europa, promover a sua participação e torná-los depositários das políticas europeias. É isso que devemos ter sempre em mente.

Teremos de assegurar que aos cidadãos não são criados obstáculos à sua pretensão de apresentar uma iniciativa, seja por questões relativas ao número mínimo de Estados de onde provêm as assinaturas e à recolha, verificação e controlo das mesmas, seja por razões de admissibilidade das iniciativas.

Gostaria de salientar, a título de exemplo, que os custos com a validação notarial das assinaturas deverão ser razoáveis. Alguns Estados-Membros, que já introduziram na legislação este tipo de iniciativa a nível nacional, cobram por vezes quantias avultadas. É este o género de obstáculos que deveremos evitar no caso das Iniciativas de Cidadania.

Por último, não devemos perder de vista o papel acrescido do nosso Parlamento. Ele deve ter uma maior participação no processo de implementação da iniciativa. Só dessa forma daremos à União uma alma maior que conduza a um verdadeiro espírito democrático.

Proinsias De Rossa (S&D). - (EN) Senhor Presidente, a matéria em causa corresponde a um dos mais relevantes avanços democráticos da União Europeia. Uma das razões para que dois terços da população da Irlanda tenham votado favoravelmente o Tratado de Lisboa resulta da disponibilização desta Iniciativa de Cidadania. Pela primeira vez, os cidadãos podem, a nível transnacional, solicitar à Comissão que apresente propostas. O processo, porém, deve ser transparente. Necessitamos saber quem organiza estas iniciativas e quem as financia. Os interesses corporativos não podem apoderar-se delas.

Do meu ponto de vista a Comissão, que é quem decide se actua ou não sobre uma proposta, não pode ser a entidade que determina a sua admissibilidade. Julgo que devemos alargar a função do Provedor de Justiça para que decida, a nível central europeu, sobre o que é ou não admissível.

Penso que o número mínimo de Estados necessários deverá ser sete, e não nove, como foi proposto ou, melhor, sugerido pela Comissão, e devo afirmar e insistir que o limiar de um milhão de pessoas estabelecido pelo Tratado não deverá ser violado. Não deve ser aumentado, estabelecendo-se uma elevada proporção de cidadãos dos Estados-Membros e um número elevado de Estados-Membros. É de extrema importância que os Tratados sejam respeitados.

Finalmente, se me é permitido observar, considero que deveria ser possível que os cidadãos fossem autorizados a registar a sua adesão pela Internet.

Ulrike Lunacek (Verts/ALE). - (ES) Senhor Presidente, quero agradecer em língua castelhana à Presidência Espanhola por ter tomado a decisão de apresentar a iniciativa mais cedo do que inicialmente se esperava. Por essa razão, muito obrigada.

(DE) Vou agora continuar em língua alemã. Gostaria de agradecer à Comissão por ter aceite a iniciativa da Presidência Espanhola e ter vindo dizer "Está certo, actuaremos de forma ainda mais rápida e avançaremos com a proposta na próxima semana". Esperamos que, no Verão, haja uma proposta final. Isso é importante para se ir ao encontro das expectativas dos cidadãos.

Tal como muitos dos que falaram antes de mim, considero que é demasiado exigente a solução que exige que se alcance o limite de nove Estados. A minha proposta vai no sentido de se iniciar com cinco Estados que corresponde a uma quinta parte do número de Estados-Membros. Não é fácil recolher um milhão de assinaturas mesmo que, eventualmente, se possa utilizar a Internet para esse efeito. É necessário, contudo, demonstrar às pessoas que pretendemos que participem nesta nossa Europa partilhada e que mantenham um debate realmente europeu. Penso que é importante que a análise jurídica, formal e de conteúdo desta matéria tenha lugar desde o início e não, apenas, quando já se tenha iniciado a recolha de assinaturas pela população. Deveria também haver apoio, nomeadamente, em matéria de traduções. Se tal acontecer, seremos capazes de, mais uma vez, entusiasmar os cidadãos no que respeita à nossa Europa partilhada – e de o fazer, também, com mais intensidade.

Anna Záborská (PPE). - (SK) Senhor Comissário, agradeço que tenha fornecido um esboço dos trâmites que se seguem. Houve uma progressão que vem dos objectivos conceptuais e de algumas linhas do texto do Tratado de Lisboa até uma directiva através da qual a União Europeia será regulada.

A Iniciativa de Cidadania apresenta aos cidadãos da UE um meio de alcançar uma melhor integração europeia. Os cidadãos dos Estados-Membros terão a oportunidade de fazer lóbi junto das instituições europeias. Deverá, porém, ser salientado que o direito à Iniciativa de Cidadania pode constituir um instrumento democrático mas é, também, uma porta aberta à federalização da União Europeia. Apoio a Iniciativa de Cidadania, mas é indispensável integrar, tanto quanto possível, as autoridades competentes dos Estados-Membros. A protecção das Constituições nacionais deve ser garantida e ser-lhes concedida precedência legal.

Como disse o Senhor Comissário, esta iniciativa deve ser equilibrada. E posso acrescentar que, em caso algum, deverá permitir-se que seja utilizada como pretexto para pôr em causa o princípio da subsidiariedade. A moldura de aplicação desta lei deve ser claramente definida de forma a evitar expectativas irrealistas por parte de algumas instituições e, particularmente, por parte dos cidadãos da UE.

Judith A. Merkies (S&D). - (EN) Senhor Presidente, sinto-me muito feliz com a Iniciativa de Cidadania. Se não se importa, mudarei para o holandês para explicar por que estou tão satisfeita!

(NL) Senhor Presidente, estou encantada com a Iniciativa de Cidadania Europeia porque, presentemente, os cidadãos só têm a oportunidade de expressar os seus anseios uma vez de cinco em cinco anos e, com esta iniciativa, poderão também vir a desempenhar, entretanto, uma função genuína na União Europeia. É, por conseguinte, também importante que eles saibam em que ocasiões podem bater à nossa porta. Na verdade, não é à nossa porta mas à porta da Comissão Europeia. Saberá o cidadão comum quando é admissível recorrer à Comissão? É necessária uma campanha de informação de vasto alcance que permita aos cidadãos tomar dela conhecimento. Devo notar que o ponto crucial a este respeito é o de que a Iniciativa de Cidadania só estará verdadeiramente amadurecida se todas as instituições europeias tomarem como séria as vozes de um milhão de cidadãos; e ministros e Chefes de Estado ou Governo deverão igualmente dar-lhes ouvidos. Isso, certamente, significa que, se os cidadãos europeus pretenderem acabar com a sede em Estrasburgo, esse desejo deverá também ser tido em consideração.

Fiorello Provera (EFD). - (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho a certeza que este direito de iniciativa conferido por Tratado aos cidadãos europeus contribuirá para que as populações se

aproximem da Europa e das Instituições europeias em grau maior do que aquele que é conseguido através das dispendiosas campanhas de consciencialização financiadas pela União que, até agora, produziram resultados modestos: os resultados das consultas eleitorais confirmam-no.

Certamente que esta iniciativa reforça a democracia, já que permite aos cidadãos propor directamente legislação. É, noutras palavras, uma forma de democracia directa que serve de complemento à representação parlamentar.

Não devemos permitir que esta oportunidade se esgueire por entre os nossos dedos. A Comissão deve, de forma clara, tornar esta iniciativa compreensível e acessível e conceder assistência e apoio aos cidadãos desde a fase inicial do processo até à fase de recolha de assinaturas, concluindo, por exemplo, sobre a admissibilidade das suas propostas. Trata-se de uma contribuição prática para a democracia na Europa.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, referimo-nos frequentemente à necessidade de aumentar a participação dos cidadãos europeus, à necessidade de nos aproximarmos das instituições europeias, em relação aos cidadãos de todos os Estados-Membros. Debatemos intensamente esta questão aquando das últimas eleições europeias, quando nos apercebemos de que essa participação era particularmente baixa em muitos Estados-Membros.

Ocorreu, de então para cá, um facto muito importante que alterou a própria estrutura e a forma de funcionar da União. Refiro-me, obviamente, ao Tratado de Lisboa, um tratado importante no epicentro do qual se encontra o cidadão, e que é o pilar fundamental para que todos nós, Parlamento, Comissão e Conselho, nos aproximemos dos cidadãos. Este princípio referente à Iniciativa de Cidadania encontra-se especificamente definido no n.º 4 do artigo 11.º do Tratado de Lisboa. Trata-se de uma disposição importante e excepcional que promove a democracia, a igualdade política e a transparência.

Decerto que pretendemos que esta disposição seja correctamente aplicada e queremos vê-la ser posta em prática. É aí que surgem os problemas. Embora todos os meus colegas estejam certos quando salientam a necessidade de que este seja um processo digno de confiança e de que o papel da Comissão e do Parlamento devem ser definidos, a verdade é que devemos todos trabalhar conjuntamente de forma que uma importante iniciativa de cidadania, caso sejam recolhidas as assinaturas, não seja inutilizada.

A minha conclusão é a seguinte: cabe-nos a todos a responsabilidade de promover esta iniciativa. Todos temos a responsabilidade de explicar este direito que os nossos concidadãos europeus agora detêm, de lhes dar a entender que podem, pessoalmente e sem qualquer outra intervenção, dar início ao processo ao nível das instituições da União.

A nossa mensagem deve, acima de tudo, ser clara e o processo deve ser simples, compreensível e abrangente e, quanto mais não seja, que funcione para todos, funcione para os cidadãos, funcione para o Parlamento, funcione para as instituições da União, para os Estados-Membros e para todos as partes interessadas no processo.

Carlos Coelho (PPE). - Ainda há poucos meses, alguns diziam aqui que o Tratado de Lisboa nunca iria entrar em vigor. Pois bem, estamos aqui a começar a pensar como é que vamos aplicá-lo, concretizando algumas das suas disposições.

O Tratado de Lisboa comporta um contributo relevante no combate ao défice democrático. Falo do reforço dos parlamentos (do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais), mas sobretudo na aposta na Europa dos cidadãos: com as normas que contém sobre o Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, sobre o controlo da subsidiariedade, e com a criação desta inovadora iniciativa de acção popular.

Subscrevo aquilo que foi dito por muitos colegas meus e, particularmente, pelo colega Mendes de Vigo, mas gostaria de sublinhar que ao regulamentar este instrumento devemos acautelar que ele tenha real dimensão europeia. É necessário, seguramente, que se evite que ele seja apenas a expressão da vontade de cidadãos de um país ou de um muito reduzido número de países. Mas devemos procurar também uma solução que favoreça e estimule a participação dos cidadãos. Se tivermos de optar entre sermos muito estritos e rigorosos ou sermos mais generosos, eu correria o risco de ser mais generoso. Se encontrarmos soluções que desencorajem a participação dos cidadãos, traímos o espírito do Tratado de Lisboa e negamos a cidadania europeia porque, caros Colegas, nós precisamos de mais Europa, de mais Europa dos cidadãos, de mais participação e do exercício dinâmico desta cidadania europeia.

Milan Zver (PPE). – (SL) Gostaria de manifestar a minha satisfação e o meu prazer pelo facto de nos encontrarmos hoje a debater esta iniciativa que reduzirá, tenho a certeza, ou parcialmente eliminará aquilo que apelidamos de défice democrático.

Podemos, genericamente, afirmar que a democracia está a sofrer actualmente um retrocesso. Tal como sugerem algumas pesquisas, o diálogo democrático torna-se cada vez mais limitado e a noção de democracia fica meramente restringida às eleições democráticas e nada mais. Tudo isto tem impacto no estado de espírito dos nossos cidadãos que se tornam, progressivamente, mais passivos, o que se reflecte na baixa afluência às consultas eleitorais ou, mesmo, na falta de confiança nas instituições democráticas.

Por esse motivo, é muito importante que tenhamos aprovado o Tratado de Lisboa, pois este desenvolve o papel do Parlamento, tanto dos parlamentos nacionais como do Parlamento Europeu. Acima de tudo, permite que os cidadãos promovam iniciativas, e fico satisfeitiíssimo por ser este o caso. Daí estarmos, actualmente a testemunhar o surgimento daquilo que poderíamos designar como a formação de um projecto democrático a nível europeu e julgo que, neste contexto, já demos um grande passo em frente.

Todavia, a chamada democracia europeia deve, naturalmente, expandir-se para abranger outros domínios, nomeadamente, no que se refere, por exemplo, às nomeações para a Comissão Europeia. Resumindo: existem diversos sectores em que as Instituições europeias envolvidas poderão ver a democracia aprofundada. Acredito firmemente que este projecto, nomeadamente, esta iniciativa pode reforçar enormemente a democracia europeia.

Salvatore Iacolino (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, estamos hoje perante uma excelente oportunidade: temos a possibilidade de afirmar um valor, designadamente, a disponibilização aos cidadãos de um instrumento de participação democrática, nos termos do Tratado de Lisboa. O facto de, apenas passados alguns meses, estarmos a discutir este instrumento é, em si próprio e do meu ponto de vista, um valor incomparável que deverá ser salvaguardado.

Estou certo de que será, naturalmente, decisivo definir com clareza e precisão o que significa a expressão "um número significativo de Estados-Membros". Precisamos de utilizar um critério que combine, por um lado, o impulso que os cidadãos têm de participar nas instituições e, por outro lado, a nossa vontade de conferir validade democrática a este instrumento.

Os procedimentos devem, obviamente, ser simplificados, claros e flexíveis. Pessoalmente, visitei diversas escolas nestas últimas semanas e deparei-me com uma enorme predisposição para escutar mas, sobretudo, tomei forte consciência do crescente papel que as crianças pretendem desempenhar numa Europa que se encontra em mudança, particularmente, sob a égide do Tratado de Lisboa. Precisamos, pois, de transparência, objectividade e mudança a fim de que este instrumento sirva a sociedade, mas, simultaneamente, sirva as instituições. Neste contexto, o Parlamento, conjuntamente com a Comissão e o Conselho, está a ser chamado a tomar decisões sobre, justamente, a simplificação dos procedimentos.

Martin Kastler (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sou uma das pessoas que promoveu uma das primeiras petições no âmbito das iniciativas de cidadania, especificamente, sobre o tema relativo à protecção dos Domingos. Temos hoje o prazer de discutir – e, posteriormente, deliberar – sobre uma via potencial de envolvimento dos cidadãos no processo de funcionamento político da Europa. Quer isto dizer que estamos perante uma via potencial de promover mais democracia e agir contra o sentimento de "fadiga da Europa".

Dito isto, não estou aqui apenas para proferir louvores. Tenho inclusive dois pedidos a fazer quando este regulamento for, agora, levado até à sua fase final. Em primeiro lugar, nós, europeus, somos um povo tecnologicamente avançado. Gostaria de solicitar que façam da Internet um instrumento decisivo, de forma que o milhão de assinaturas requeridas pela Iniciativa de Cidadania possa ser admissível através de assinatura electrónica, sendo também juridicamente vinculativa.

Em segundo lugar, gostaria de salientar que esta medida é, apenas, um primeiro passo. Gostaria de dar um passo mais além. Temos agora o direito de recorrer à Iniciativa de Cidadania. O meu desejo, porém, seria que no futuro tivéssemos também referendos a nível europeu, tal como temos na Baviera, a região de onde provenho. Na prática, temos uma petição para referendo e, quando um número suficiente de pessoas a subscreve, há a possibilidade de efectuar o referendo. O meu desejo seria que, também na Europa, tivéssemos essa possibilidade.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D). – (PL) Senhor Presidente, terminaram neste momento as consultas públicas respeitantes à Iniciativa de Cidadania Europeia, e acontece que as consultas atraíram, apenas, 323 respostas. Este resultado demonstra que todas as Instituições da União Europeia deveriam agora empenhar-se firmemente na promoção deste novo instrumento, pois é patente que, actualmente, há poucas pessoas informadas da sua existência. Os resultados da consulta, porém, indicam claramente a direcção que a Comissão deverá seguir na definição da adequada legislação executiva.

Primeiramente, é essencial estabelecer princípios comuns que se aplicariam em toda a União, quanto à recolha e autenticação de assinaturas e, também, é essencial assegurar que os cidadãos estarão subordinados ao cumprimento dos mesmos requisitos como é o caso da idade, por exemplo.

Uma questão importante é, também, a da introdução de uma forma segura de avaliação, *ex ante*, de admissibilidade da iniciativa, pressupondo-se à partida que as iniciativas e os seus promotores estão conscientes de que o reconhecimento formal de admissibilidade não implica, por si, que a Comissão vá avançar com uma proposta legislativa sobre um determinado assunto.

Estou certa de que a Iniciativa de Cidadania Europeia pode tornar-se um instrumento essencial para a forma como se regerá o debate no futuro – um debate alargado sobre questões de interesse para todos os europeus. Por este motivo, aguardo ansiosamente pela adequada regulamentação por parte da Comissão.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhor Presidente, a utilização do referendo - democracia directa - não é uma versão exótica de democracia. É a sua forma original - o governo pelo povo e não o governo em nome do povo.

Talvez devêssemos, então, estar gratos à UE por ter introduzido este procedimento... Não me parece. A UE só gosta de democracia, quando consegue controlá-la e obter o resultado que pretende. Já nos disseram que o poder de convocar esse referendo será limitado por disposições nefastas, como a competência da UE e a versão muito própria que a UE tem dos direitos humanos e que, na realidade, significa repressão política, limitação da liberdade de expressão e até mesmo da liberdade de pensamento.

Um último ponto: democracia significa governo do povo - uma unidade identificável e coesa - e não governo por um conjunto arbitrário de pessoas. A migração em massa dificultou esta situação. A Europa como um todo tornou-se ainda menos um povo único do que poderia ter sido de outra forma. No entanto, é melhor do que nada, e poderíamos, pelo menos, demonstrar que esta iniciativa foi uma promessa vazia.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Julgo que a inclusão da Iniciativa de Cidadania Europeia nas disposições do Tratado de Lisboa representa um importante passo na consolidação da democracia na União Europeia.

Uma outra forma importante de exercício e consolidação da democracia é o recurso a referendos. Gostaria aqui de me desviar um pouco do meu tema para referir que, desde 2004, foram realizados na Roménia três referendos, o último dos quais sobre a mudança para um sistema de uma só câmara e uma redução no número de deputados. A taxa de participação foi de 51%, com uma maioria esmagadora a votar a favor da proposta.

Quero saudar a iniciativa da Comissão de lançar uma vasta consulta pública *online* sobre o regulamento, que irá determinar o número de Estados a partir dos quais devem ser recolhidas as assinaturas, o número mínimo de assinaturas de cada país e as regras para as verificar.

Gostaria de terminar, perguntando à Comissão quando lhe parece que o presente regulamento entrará em vigor, já que eu julgo que ele deve ser concluído o mais rapidamente possível.

Olga Sehnalová (S&D). – (CS) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, nos últimos anos, a União Europeia atravessou uma crise de confiança por parte dos seus cidadãos. Um dos sinais dessa crise foi a baixa afluência às urnas nas eleições para o Parlamento Europeu, resultante do sentimento muito generalizado de que os cidadãos não conseguem de forma alguma influenciar os acontecimentos comunitários através do seu voto. Por conseguinte, acolho com satisfação a possibilidade de iniciativas de cidadania que o Tratado de Lisboa abre aos cidadãos da UE e, neste contexto, também a consulta pública da Comissão e o Livro Verde sobre como dar vida à iniciativa de cidadania, em termos práticos. Concordo, em princípio, com a maior parte das propostas contidas no Livro Verde.

No entanto, se estendemos uma mão amiga, não devemos reear, simultaneamente, que os cidadãos da UE a agarrem. Assim, se nos preocupamos com a maximização do diálogo com os cidadãos, considero algumas destas medidas limitativas demasiado rigorosas. Estas dizem sobretudo respeito ao número mínimo de Estados-Membros de onde os cidadãos que assinam uma iniciativa devem provir, e à definição do chamado

número significativo de EM. A proposta de um em cada três Estados, por outras palavras, nove, actualmente, é, na minha opinião e em termos práticos, desincentivadora e pouco realista para potenciais iniciativas. A redução deste número para 20% seria, julgo eu, um passo na direcção certa para o público em geral da UE, que também observará, por exemplo, o maior destaque dado ao papel das macro-regiões na elaboração das políticas comunitárias. E porque não?

Csaba Sógor (PPE). – (HU) A possibilidade de introdução de uma Iniciativa de Cidadania Europeia poderá promover o lançamento de debates públicos sobre questões europeias, conduzindo a uma verdadeira esfera pública europeia. Os representantes da sociedade civil poderão abordar questões sociais que os grupos políticos agora representados no Parlamento Europeu não podem ou não querem levantar. De entre estas questões, eu gostaria de salientar uma em particular. Considero importante que, em paralelo com o anúncio prévio de propostas de resolução e antes mesmo de se dar início à recolha de assinaturas, ou talvez após a recolha de um determinado número de assinaturas, a Comissão deveria emitir um parecer, baseado na sua própria competência e no direito comunitário, sobre se a proposta em questão seria aceitável. Uma rejeição por razões formais ou devido a uma falta de fundamento jurídico, após a recolha de um milhão de assinaturas, poderá dar uma imagem muito desfavorável, não só da Comissão, mas também de toda a União Europeia.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D). – (LT) O Tratado de Lisboa prevê o reforço do papel da sociedade civil nas instituições europeias e a oportunidade de os cidadãos europeus apresentarem propostas legislativas. O direito de iniciativa dos cidadãos permitiria que um número não inferior a um milhão de cidadãos solicitasse à Comissão Europeia a tomada de iniciativas legislativas num domínio específico.

No entanto, a recolha de um tal número de assinaturas dos eleitores é muito difícil. Por conseguinte, a fim de criar um mecanismo eficaz para a participação democrática e de garantir a acessibilidade dos cidadãos a esta iniciativa, deve ser oferecida a oportunidade de apresentar uma proposta, com orientações claras e um procedimento simplificado e adequado.

Infelizmente, desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o direito de iniciativa dos cidadãos não foi posto em prática. Nenhum dos aspectos da iniciativa de cidadania foi ainda discutido e não há nenhum plano de acção concreto sobre a forma de garantir a transparência das iniciativas e a responsabilidade democrática, de modo que os cidadãos não sejam vítimas dos interesses das grandes empresas.

Assim, o diálogo cívico é o elemento mais importante do modelo democrático europeu e do meu próprio país, a Lituânia, constituindo uma base essencial desta iniciativa, pelo que eu apelo à Comissão para que tome todas as medidas para garantir que este direito de iniciativa dos cidadãos é devidamente aplicado, o mais rapidamente possível.

Seán Kelly (PPE). – (GA) Senhor Presidente, os nossos colegas fizeram muitas coisas interessantes no que diz respeito a esta questão e acordaram por unanimidade que este é um excelente instrumento para se colocar nas mãos dos nossos concidadãos.

. – (EN) A iniciativa de cidadania foi um argumento eficaz e convincente contra o "não" no referendo ao Tratado de Lisboa na Irlanda, especialmente quando se alegou que esta era uma tentativa de conquista de poder por parte da União Europeia, e não uma tentativa verdadeiramente democrática de envolver os cidadãos. Há, todavia, uma grande diferença entre introduzir algo num tratado e colocar isso em prática, e há aqui um grande desafio para todos nós.

Por um lado, existe o perigo - e um perigo real - de que o processo possa ser aproveitado por grupos de interesse e lóbis poderosos, que não teriam qualquer dificuldade em arranjar um milhão de assinaturas. É por isso que poderá valer bem a pena considerar a sugestão do meu colega, o senhor deputado De Rossa, sobre o envolvimento do Provedor de Justiça.

Por outro lado, esta iniciativa abre, todavia, possibilidades reais aos cidadãos. Valerá a pena considerar uma iniciativa lançada pelo meu colega, o senhor deputado de Castro: a de tornar o Domingo um dia especial e de saber se queremos efectivamente descansar ao sétimo dia, à semelhança do nosso criador, ou tratá-lo como qualquer outro dia da semana. Trata-se de uma consideração importante.

Por consequência, julgo que existem aqui grandes possibilidades e aguardo com expectativa novos desenvolvimentos.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES). Senhor Presidente, quero manifestar a minha profunda satisfação em relação ao debate que teve lugar. Este foi, aliás, um debate que ocorreu a pedido do Parlamento, que quis especificamente que se realizasse este debate sobre a iniciativa de cidadania, e considero

que houve uma série de intervenções em que eu vi um apoio absolutamente unânime a esta iniciativa, enquanto prioridade da Presidência espanhola do Conselho. Além disso, há também apoio para que seja concretizada rapidamente.

A este respeito, julgo que o anúncio feito pelo Senhor Comissário Šefčovič da apresentação do texto do regulamento a 31 de Março foi também recebido com grande satisfação por todos vós. Mais uma vez, agradeço à Comissão a celeridade, o interesse e o entusiasmo com que tratou este assunto e o facto de podermos, a partir de agora, dar início a este processo legislativo. Espero que ele seja concluído o mais rapidamente possível com o lançamento desta iniciativa legislativa, que quase todos os que falaram consideram necessária, urgente e indispensável.

Julgo, aliás, que isto pode ser interpretado como apoio por parte de todos os grupos parlamentares e de todos os senhores deputados, incluindo aqueles que, como o senhor deputado Kamall na sua extraordinária intervenção, apoiaram a iniciativa legislativa popular, porque, na sua opinião, ela vai enfraquecer a União Europeia.

O senhor deputado Kamall não está aqui presente... Lamento que não esteja e lamento ter de lhe dar uma má notícia e ter de o desiludir: esta iniciativa vai reforçar a União Europeia e não, de modo algum, enfraquecê-la. Vai reforçá-la, porque é uma iniciativa que, em suma, reforça os dois conceitos essenciais da União Europeia: democracia e cidadania. São estes os dois grandes pilares políticos da União Europeia: democracia e cidadania.

Esta é uma iniciativa que, de certa forma, tenta compensar este paradoxo a que assistimos: uma União Europeia que está cada vez mais poderosa, e o Parlamento Europeu é disso prova, que está cada vez mais influente e que tem um efeito cada vez maior na vida das pessoas, mas que, no entanto, está desligada do debate realizado em cada país.

Este é um paradoxo que afecta a própria democracia. Esta iniciativa de cidadania irá, como disse o senhor deputado Méndez de Vigo, alargar uma série de debates de importância europeia sobre questões que são europeias e não locais, porque força o contacto entre pessoas de países diferentes e, por conseguinte, é claramente europeia de facto. É, sem dúvida, uma maneira de reforçar esta democracia, assim como a cidadania ou o *demos* europeu referido pelo senhor deputado Casini, que é, aliás, Presidente da Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos dos Cidadãos, que irá, na maior parte das vezes, lidar com esta iniciativa.

Essa cidadania que o senhor deputado Jáuregui, na sua intervenção, (ou o senhor deputado Sógor, que também se referiu a ela, ou o senhor deputado Hafner, que também a mencionou) considerou tão importante e que tão bem representa as raízes da União Europeia. Como disse igualmente o senhor deputado Kastler, esta iniciativa tem de ser aplicada. É um apelo aos cidadãos, porque a identidade cívica europeia desenvolve-se quando é posta em prática; não apenas quando um direito é obtido, mas quando esse direito é posto em prática e exercido. É isso que eu considero ser a coisa mais importante que deve acontecer logo que esta iniciativa de cidadania entre em vigor.

Reitero, mais uma vez, os meus agradecimentos à Comissão e ao Parlamento Europeu, que, estou certo, irá lidar com este assunto de forma metódica, rigorosa e célere. O senhor deputado Iacolino mencionou um processo particularmente célere que nos permita ver esta iniciativa emergir o mais rapidamente possível e a senhora deputada Basescu apelou também, na sua intervenção, à celeridade com que todos queremos ver a iniciativa ser lançada.

Maroš Šefčovič, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao Diego o excelente resumo que fez do debate de hoje. Gostaria igualmente de agradecer a todos o vosso apoio e as expectativas positivas em relação à iniciativa de cidadania. Posso assegurar-vos que será com grande prazer que vos apresentarei a proposta, o mais brevemente possível após a sua aprovação.

Devido a constrangimentos de tempo e ao facto de a proposta não estar ainda finalizada, não poderemos entrar hoje em detalhes. No entanto, estou muito reconhecido pelas vossas ideias e opiniões, porque, na verdade, elas reflectem a natureza e a qualidade das ideias e opiniões que temos vindo a recolher durante os preparativos da Iniciativa de Cidadania Europeia.

Há muitas coisas em que estamos todos de acordo. A primeira é, claramente, a transparência. Posso garantir-vos que estamos à procura de uma solução que assegure, através do registo da iniciativa pela Comissão, que sabemos quem são os organizadores e como são financiados. Teríamos assim uma indicação muito forte sobre se a iniciativa é realmente genuína, se é realmente uma iniciativa de cidadania e se é realmente

uma iniciativa europeia. Julgo que é preciso incluir todos estes elementos, a fim de fazermos bom uso e garantirmos o êxito deste novo instrumento.

Estamos todos de acordo sobre a exequibilidade. Gostaríamos de ter um sistema que seja fácil de utilizar. Gostaríamos de criar um sistema em que os cidadãos não tenham a sensação de que têm de passar por um procedimento muito pesado para recolher ou dar as suas assinaturas. Estamos a considerar estas oportunidades e estamos, naturalmente, à procura de maneiras de podermos utilizar as modernas tecnologias de informação, tão características do nosso século.

É manifesto que existem diferentes sistemas de verificação de assinaturas nos Estados-Membros. Uma das respostas claras que reunimos no âmbito da consulta pública foi que os cidadãos preferem ter uma certa uniformidade no que se refere à verificação e à recolha de assinaturas. Simultaneamente, recebemos uma mensagem clara dos Estados-Membros de que devemos procurar um sistema que não seja demasiado pesado nem demasiado complicado para as autoridades nacionais, porque serão os Estados-Membros que terão de verificar se as assinaturas recolhidas para a iniciativa de cidadania são reais e genuínas.

Ouvi com muita atenção os vossos pedidos de procedimentos muito claros, depois de a iniciativa ser bem-sucedida e as assinaturas terem sido recolhidas. Quero assegurar-vos de que vamos seguramente fazer isso. Na proposta, haverá directrizes muito claras - quando, como e em que prazo a Comissão terá de reagir quando a iniciativa de cidadania é bem-sucedida.

Como também ouviram as opiniões aqui expressas, terão de concordar comigo em que a questão mais difícil que temos de enfrentar é a questão da admissibilidade - como poderemos encontrar uma solução que evite a frustração dos cidadãos, como poderemos proteger os valores da UE e como poderemos fazer com que esta instituição da Iniciativa de Cidadania Europeia permaneça séria e genuína? Posso garantir-vos que não há respostas fáceis para estas perguntas e para estas solicitações um pouco contraditórias.

A Comissão está a estudar a opção que melhor defenda os valores europeus e os direitos humanos desde o início. Ao mesmo tempo, gostaríamos de ter uma visão clara de que as propostas de iniciativa de cidadania têm genuíno potencial para serem bem-sucedidas.

Gostaríamos de evitar eventuais abusos, através dos quais poderíamos ter propostas de iniciativa a cada quinze dias relativas a questões absurdas e sobre cuja admissibilidade haveria a obrigação de emitir um parecer, que, em seguida, poderia ser objecto de recurso para o Tribunal de Justiça - iniciativas cujo único objectivo seria a autopromoção dos potenciais organizadores através de uma agenda política negativa. Temos também de ter isso em conta. Espero que consigamos encontrar o equilíbrio adequado sobre a forma de manter essa verificação de admissibilidade na proporção adequada.

Para dar uma breve resposta à pergunta do Senhor Vice-Presidente Durant relativa à comunicação com a sociedade civil, eu julgo que a Iniciativa de Cidadania Europeia é a melhor resposta. Temos um diálogo muito bom e estruturado, organizado pelo Comité Económico e Social Europeu e eu mantive um debate muito longo com os membros do Comité há apenas duas semanas. Parece-me que estão a decorrer consultas públicas amplas e consistentes, por intermédio das propostas para legislarmos de forma inteligente. Vamos ampliar esta abordagem e usá-la ainda mais no futuro.

Tendo em conta o avançado da hora, permitam-me que conclua dizendo que aguardo com grande expectativa a oportunidade de, em breve, estar de volta com uma proposta. Aguardo com expectativa o nosso debate conjunto sobre esta questão e aquilo que eu espero que venham a ser procedimentos muito dinâmicos e céleres para que possamos ver este instrumento muito importante aprovado o mais rapidamente possível.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Rareş-Lucian Niculescu (PPE), por escrito. – (RO) O novo quadro legislativo relativo à Iniciativa de Cidadania Europeia é, indubitavelmente, bem-vindo. Defendia-se há muito que os cidadãos tivessem acesso a um instrumento deste tipo. Por outro lado, partilho os sentimentos daqueles que tomaram hoje a palavra para apelar a que os regulamentos que serão utilizados como base para a concretização de iniciativas de cidadania sejam simples, acessíveis, fáceis de entender e envolvam o mínimo de burocracia possível. Esta será a única maneira de a iniciativa de cidadania conseguir tornar-se efectivamente um instrumento adequado, disponível para os europeus e que estes podem usar para fazer ouvir a sua voz. Esta será a única maneira de a UE conseguir, de facto, aproximar-se dos seus cidadãos e tornar-se mais democrática.

Joanna Senyszyn (S&D), por escrito. – (PL) O Tratado de Lisboa dá aos cidadãos da União Europeia o direito de proporem uma iniciativa legislativa. Trata-se de um dos passos mais importantes na construção da democracia civil e da inclusão directa dos cidadãos no processo decisório da UE. A Iniciativa de Cidadania Europeia poderá contribuir para uma redução do fosso existente entre as instituições e os cidadãos e poderá apoiar o desenvolvimento da sociedade civil europeia. Por conseguinte, é essencial uma rápida adopção de um regulamento que reja o processo, condições e procedimentos de apresentação de uma tal iniciativa. Os cidadãos da União Europeia aguardam-no com expectativa.

A Iniciativa de Cidadania Europeia diz sobretudo respeito a um maior envolvimento dos cidadãos na elaboração de legislação europeia. Por conseguinte, eu gostaria de colocar a questão das assinaturas digitais na iniciativa de cidadania, enquanto canal adicional para atrair o interesse pela política europeia. Se já conseguimos votar através da Internet e efectuar operações bancárias *online*, seremos certamente capazes de desenvolver um sistema seguro que nos permita identificar as assinaturas digitais.

A transparência de processos é igualmente importante. Os organizadores de iniciativas devem ser publicamente responsáveis pela transparência do financiamento da campanha de recolha de assinaturas. No entanto, nem mesmo o estabelecimento de critérios claros para o decurso dessa campanha poderá garantir protecção contra eventuais abusos deste instrumento pelos eurocépticos, para quem a recolha de um milhão de assinaturas, com a utilização de importantes recursos financeiros, poderá não constituir grande problema, como demonstrou a última campanha eleitoral para o Parlamento Europeu. Uma solução poderia ser obrigar os promotores a manterem um *site* na Internet contendo informações financeiras, tais como fontes de receitas, despesas e relatórios financeiros.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE), por escrito. – (PL) O debate de hoje é mais um passo no sentido do estabelecimento da forma final da Iniciativa de Cidadania Europeia. A ideia de criar um instrumento que permita aos cidadãos participar mais plenamente na vida democrática da União foi sugerida já em 2005, após o malogro dos referendos sobre o Tratado Constitucional, em França e nos Países Baixos. Esses votos reflectiram uma falta perceptível de comunicação entre a União Europeia e os seus cidadãos. Os próprios resultados recentemente publicados das consultas públicas, a começar pelo Livro Verde sobre uma Iniciativa de Cidadania Europeia, mostram o fraco interesse por parte dos cidadãos. A Comissão recebeu apenas 159 respostas de cidadãos individuais.

A iniciativa de cidadania permite-nos alterar esta situação e dar aos nossos cidadãos uma voz mais forte ao conferir-lhes o direito de apresentar uma petição à Comissão Europeia para que esta apresente uma nova iniciativa política. Para garantir que a iniciativa não se torne instrumento de um jogo político, não devemos fazer exigências demasiado estritas aos nossos cidadãos. Contudo, devemos certificar-nos de que são respeitadas as garantias contra os abusos. É importante que a Iniciativa de Cidadania Europeia seja um instrumento verdadeiramente supranacional, que seja amigo do cidadão e fácil de utilizar. Deve ser simples, compreensível e facilmente acessível. Se o projecto de uma iniciativa não satisfizer os requisitos formais, a sua ideia deve permanecer e ser apresentada sob a forma de uma petição. Desta forma, o trabalho realizado na sua preparação e o esforço investido não será desperdiçado. A satisfação destas condições permitirá aos europeus, pela primeira vez na história da nossa Europa integrada, ter uma influência efectiva e directa na criação da política europeia.

14. Situação no Tibete (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a situação no Tibete.

Laima Liucija Andrikiienė (PPE). – (EN) Senhor Presidente, vejo que a Presidência espanhola da UE está a abandonar a sala de reunião, pelo que gostaria de expressar a minha profunda decepção pelo facto de nem a Presidência espanhola, nem a Alta Representante estarem presentes neste debate e pelo facto de os seus lugares estarem vazios.

É um gesto infeliz contra o Parlamento Europeu, que é a única instituição da UE eleita pelos cidadãos da Europa, e abre um precedente extremamente negativo, em especial com o Tratado de Lisboa em vigor.

Senhor Presidente, solicitar-lhe-ia que transmitisse aos ausentes que a ordem do dia da sessão plenária é decidida pelo Parlamento, e não pelo Conselho ou pela Presidência espanhola da UE, e que pelo menos um destes deveria ter estado aqui presente hoje.

Presidente. – Fui informado de que a Presidência espanhola já tinha anunciado anteriormente, há um mês atrás, que não poderia, infelizmente, permanecer depois desta hora.

Maroš Šefčovič, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Parlamento o facto de hoje ter colocado esta questão em debate, porque penso que vale a pena discuti-la e penso que devíamos começar por referir o facto de a nossa relação com a China – que consideramos ser muito importante e estratégica – ter feito enormes progressos ao longo dos últimos anos. O facto de possuímos uma parceria estratégica forte deveria permitir-nos, e efectivamente permite, tratar todos os assuntos, inclusive os mais delicados.

Construímos um quadro impressionante de interacções a elevado nível, em que abordamos regularmente os desafios globais com que os nossos cidadãos se defrontam, sem descurar as questões em que os nossos pontos de vista eventualmente diferem, e o Tibete é, sem dúvida, uma delas.

É evidente que continuamos a discordar da China em relação a alguns aspectos da questão do Tibete. Temos preocupações muito reais quanto à situação dos direitos humanos no Tibete, ao facto de o Tibete ter permanecido em grande medida encerrado aos meios de comunicação internacionais, aos diplomatas e às organizações humanitárias e também à falta de progresso nas conversações entre os representantes do Dalai Lama e as autoridades chinesas.

A posição da UE não deixa qualquer margem para mal-entendidos. Portanto, permitam-me que sublinhe: a UE respeita a soberania e a integridade territorial da China, incluindo o Tibete. Respeitamos a política de “uma China”.

Contudo, sempre fomos a favor de uma reconciliação pacífica entre as autoridades chinesas e os enviados do Dalai Lama. Este diálogo deve ser construtivo e substantivo, incidindo sobre as questões fundamentais, como a preservação da cultura, religião e tradições singulares do Tibete, bem como sobre a necessidade de alcançar um sistema de autonomia genuína do Tibete, no respeito dos princípios da Constituição chinesa.

O diálogo também deve tratar a questão da participação de todos os tibetanos no processo de tomada de decisão. Para a UE, o Tibete é uma questão de direitos humanos. Sempre transmitimos esta mensagem aos nossos homólogos chineses e escutámos atentamente os seus pontos de vista, e fazemos todos os esforços para compreender a sua posição, num espírito de respeito mútuo.

Mas os direitos humanos são universais, e a situação no Tibete constitui uma preocupação legítima de toda a comunidade internacional, um aspecto para o qual chamamos frequentemente a atenção dos nossos interlocutores chineses.

No diálogo sino-tibetano, o lado tibetano apresentou recentemente um memorando actualizado sobre a autonomia genuína para o futuro do Tibete. Saudamos o facto de o lado tibetano ter reiterado o seu compromisso firme de não solicitar a separação ou a independência.

Também nos congratulamos com o facto de o Dalai Lama confirmar o seu empenhamento numa via intermédia e no diálogo como único meio de alcançar uma solução mutuamente aceitável e duradoura

A UE saúda o facto de as duas partes continuarem a manter conversações, embora observe, com pesar, a falta de resultados e de dinâmica.

Permitam-me que conclua apelando aos representantes dos dois lados para que prossigam e intensifiquem o diálogo com um espírito de abertura e com vista a encontrar uma solução duradoura para o Tibete. Pela nossa parte, posso garantir-lhes o apoio incondicional da UE nesse processo.

Laima Liucija Andrikiienė, em nome do Grupo PPE. – (EN) Senhor Presidente, a nona ronda de conversações sino-tibetanas não conseguiu produzir quaisquer resultados concretos e não melhorou a situação local da população tibetana. Lamentamos a ausência de qualquer declaração da UE antes do final das conversações, e esperamos que a União Europeia emita uma declaração sobre a avaliação do resultado das conversações. O Parlamento Europeu gostaria de saber de que forma o Conselho da UE poderia ajudar a criar uma solução reciprocamente aceitável para a questão do Tibete e a garantir os direitos humanos fundamentais e a autonomia genuína para os tibetanos.

Em segundo lugar, recordo que o Parlamento Europeu insiste na importância do apoio pela Comissão Europeia de projectos de desenvolvimento e da sociedade civil a favor da população tibetana no Tibete e dos refugiados tibetanos no exílio – na Índia, Nepal e Butão – em domínios económicos e sociais como a saúde

e a nutrição, os meios de subsistência e a educação, o acesso ao emprego, as questões relativas à igualdade dos sexos, o ambiente e a revitalização dos campos de refugiados. Em relação a este último aspecto, o plano tibetano de revitalização dos campos de refugiados, elaborado pela administração central tibetana em Dharamsala, apresenta as necessidades da comunidade tibetana no exílio e poderia ser tomado em consideração e apoiado pela Comissão Europeias.

Por último, o Senhor Presidente Obama encontrou-se recentemente com o Dalai Lama na Casa Branca. Aguardamos com expectativa o convite do Dalai Lama pela Senhora Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e o seu encontro com este em Bruxelas. Esta seria uma oportunidade para se começar a coordenar as posições nacionais sobre o Tibete e a definir uma posição unificada e clara e uma política da UE nesta matéria. A nomeação de um coordenador especial da UE para o Tibete, mencionado no orçamento da UE poderia ser um instrumento útil para ajudar a definir uma posição e estratégia europeias comuns em relação ao Tibete.

María Muñiz De Urquiza, *em nome do Grupo S&D.* – (ES) Senhor Presidente, passaram-se dois anos desde os acontecimentos, as revoltas, no Tibete, e esperamos que, na sequência das demonstrações por esta ocasião, não se repitam as agressões, detenções e mortes que ocorreram há dois anos.

Em todo o caso, a oportunidade deste debate é muito duvidosa, porque o Parlamento pronunciou-se por diversas vezes, nos últimos meses, sobre a questão da China e, sobretudo, porque a China é um grande actor internacional cujas relações com a União Europeia transcendem a questão do Tibete. Embora a questão dos direitos humanos seja muito importante, o Parlamento só se pronuncia sobre o Tibete e não sobre os direitos humanos. Seja como for, neste debate, a nossa posição, a posição socialista, é muito clara: temos exactamente a mesma posição que a União Europeia. Ou seja, defendemos os direitos humanos e também defendemos o diálogo, o encontro e o acordo. Neste sentido, somos inteiramente a favor e congratulamo-nos com a retoma das negociações entre as autoridades chinesas e os representantes do Tibete e defendemos uma solução mutuamente aceitável baseada no respeito dos direitos religiosos e culturais das minorias e no quadro da integridade territorial da China, de um único Estado.

Lamento profundamente o facto de que a Senhora Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança não esteja aqui, porque é ela quem preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros e quem devia comparecer nos debates sobre política externa.

Por outro lado, dizer que a Presidência espanhola faz mal em não estar presente neste debate é profundamente injusto, porque a Presidência espanhola é incansável. A presença nesta Assembleia do Senhor Presidente em exercício do Conselho, para falar de todos os temas, é quase sobre-humana.

Dotámo-nos de uma Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança que preside às posições dos ministros em matéria de política externa e é esta Alta Representante quem deveria debater o tema com o Parlamento.

Niccolò Rinaldi, *em nome do Grupo ALDE.* – (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, parece claro que a China não tem qualquer intenção de negociar ou de dialogar sobre o Tibete.

O envolvimento da China no comércio internacional, os Jogos Olímpicos e as mudanças no passado na liderança de Pequim não conduziram a qualquer mudança substancial da política. Entretanto, a luta de David contra Golias continua, sobretudo com a China a alterar o equilíbrio demográfico no Tibete, e o que é bastante preocupante, e, sempre que necessário, utilizando mesmo a repressão militar, como aconteceu há dois anos.

Em especial, algo que, na nossa perspectiva, faz parte do património da humanidade, ou seja, a cultura e a espiritualidade Tibetanas, está a desaparecer. Obviamente, o Partido Comunista Chinês sabe muito pouco de espiritualidade e de identidade cultural. Neste contexto, se aceitarmos o que pode ser definido como um genocídio cultural no Tibete, deveremos estar preparados para aceitar muitos mais episódios deste tipo no futuro.

Não devemos desistir. O que estamos a pedir, e em primeiro lugar aos chineses, é aceitar a cultura tibetana por aquilo que é. Aceitaram a especificidade de Hong Kong, sendo um país com dois sistemas, que aceitem ser um país com três sistemas. A China tem envergadura suficiente para poder fazê-lo.

Estamos a pedir às Instituições Europeias, da Senhora Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança ao Conselho, que não frustrem as expectativas dos cidadãos europeus que mostraram por tantas formas a sua simpatia pela causa tibetana. Também apoiamos – tal como a senhora deputada Laima Liucija Andrikiene – a criação de um coordenador para o Tibete.

Esta é uma batalha pela liberdade que diz respeito, portanto, à identidade do nosso continente. Quando se trata de renovar ou não o embargo das armas na China, penso que também deveremos ter em conta esta questão.

Heidi Hautala (Verts/ALE). – (FI) Senhor Presidente, também eu condeno vigorosamente o abandono desta Assembleia pela Presidência espanhola. Nem sequer ouviram o que disse a senhora deputada Laima Liucija Andrikienė, que pediu ao Conselho que tivesse a coragem de estar presente neste debate e de expressar a sua opinião sobre a questão do Tibete.

Senhor Presidente, V. Ex.^a errou ao afirmar que a Presidência espanhola tinha declarado que só poderia estar presente até às 18H50. Não é verdade. Inicialmente, tinham afirmado que deviam partir às 17H00, mas obviamente puderam permanecer por um período adicional de quase duas horas, enquanto se discutia a iniciativa de cidadania.

Esta situação não se pode repetir. Suponho que a Comissão, cuja Vice-Presidente é a Senhora Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, toma a sério e vai fazer o que acabou de dizer que faria. Ou seja, que as nossas relações com a China são tão importantes que também devemos poder discutir questões difíceis como a questão do Tibete.

Entendo que agora é precisamente a altura certa para renovar o apoio da União Europeia ao Tibete. Devemos fazer algo sobre o facto que nove rondas de negociações entre a China e o Governo do Tibete no exílio não terem levado a nenhum resultado, e neste ponto concordo plenamente com o senhor deputado Niccolò Rinaldi. Aparentemente a China não deseja nada das conversações. A China pretende continuar a violar os direitos culturais, religiosos e linguísticos tibetanos. Não podemos aceitar um genocídio cultural deste tipo.

Há um mês, fui a Dharamsala e tive um encontro com o Dalai Lama. Falei com ele durante uma hora, imediatamente antes de ele partir para os Estados Unidos para se encontrar com o Senhor Presidente Obama. Fiquei convencida de que deveria propor ao Parlamento que discutíssemos a situação no Tibete.

O Dalai Lama é uma pessoa calma e pacífica, e não está certo que a China alegue continuamente que é um separatista perigoso e que provocou a agitação e os tumultos a que assistimos no Tibete há dois anos. Pelo contrário, o Dalai Lama afirmou que os representantes da China podem estudar os documentos dos arquivos do seu governo no exílio para se certificarem de que ele não fomentou a violência. Apesar disto, as alegações persistem.

Exorto a União Europeia a condenar estas observações e a colocar esta questão à China. Se a União Europeia não tem coragem suficiente para defender o Tibete, não haverá muitos outros que o façam. Podemos seguir o exemplo do Senhor Presidente Obama, que teve a coragem de receber o Dalai Lama. Na minha opinião, seria um gesto muito normal se a Alta Representante da União Europeia também fizesse algo semelhante, como foi proposto nesta Assembleia.

Temos de manter vivo este assunto no Parlamento Europeu. Também foi feita referência ao facto de que necessitamos de um representante especial para o Tibete. Temos todo o tipo de representantes especiais. Por que não também um representante especial para o Tibete, para quem até existe uma previsão no orçamento deste ano? É bastante intolerável que o Conselho abandone este debate. O Conselho é cobarde e não tem a coragem de enfrentar este problema, que é uma questão de defesa dos direitos humanos.

Charles Tannock, *em nome do Grupo ECR.* – (EN) Senhor Presidente, o destino do povo de Tibete e da sua notável cultura budista mantém-se sempre no espírito dos que entre nós acreditam nos direitos humanos.

Desde que as forças comunistas da República Popular da China os invadiram há 61 anos, os tibetanos têm sofrido uma supressão sistemática do seu estilo de vida único. A migração massiva de chineses da etnia Han e a chegada da linha ferroviária de altitude elevada a Lhasa consolidaram ainda mais o domínio de Pequim sobre o Tibete.

Entretanto, o Dalai Lama, do seu exílio indiano, continua a sua campanha pacífica para esclarecer a situação em que se encontra o seu povo. Jihadistas uigures também exploraram a recente agitação no Tibete para fomentarem a sua própria violência contra o Governo chinês.

Ao Tibete deveria ser concedida a máxima autonomia possível e sabemos que isso é possível ao abrigo da divisa "um país, dois sistemas", que se aplica não só a Hong Kong mas também a Macau, e por que não ao Tibete?

Pequim ignorará, certamente, as nossas preocupações, neste Parlamento, como uma intromissão indevida nos seus assuntos internos, mas uma abordagem fresca e mais relaxada à questão do Tibete pela República Popular da China poderia bem tornar-se vantajoso não só para a sua própria segurança interna, como também para a sua imagem no mundo.

Também gostaria de juntar a minha voz à dos que hoje lamentam profundamente o facto de não haver qualquer presença do Conselho ou da Presidência rotativa espanhola, ou que a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança não esteja presente.

Oreste Rossi, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, sinto-me desconcertado com as palavras do Senhor Comissário Maroš Šefčovič que acabou de afirmar que respeitamos a integridade territorial da China. Isto significa que a Comissão reconhece à China o direito de ocupar o Tibete, o que é muito grave.

Enquanto o povo tibetano continua a ser ameaçado, o Dalai Lama, no Memorando de 2008 e nas Notas deste ano associadas ao mesmo, confirmou o seu empenho em não procurar a separação e a independência do Tibete, mas a autonomia efectiva do povo tibetano no contexto da Constituição da República Popular da China: um compromisso político de benefício mútuo destinado a preservar a cultura do Tibete, inspirada na compaixão e na não-violência.

O povo tibetano espera respostas do Governo chinês; por exemplo, negociações com os representantes do Dalai Lama e a concessão do pedido feito pelo Senhor Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos do envio de uma delegação para trazer à luz do dia a dura realidade.

O Parlamento Europeu também deve ouvir a comunidade tibetana. Reforçando as sinergias nacionais, poderia tentar estabelecer uma rede de coordenação europeia de apoio ao povo tibetano que, sem uma intervenção forte por parte da comunidade internacional, corre o risco de ser aniquilado.

PRESIDÊNCIA: KOCH-MEHRIN

Vice-Presidente

Edward McMillan-Scott (NI). – (EN) Senhora Presidente, o Tibete é um país de grande beleza e o seu povo, piedoso, paciente e oprimido – provavelmente o mais oprimido pelos chineses em toda aquela região. Penso que o debate desta noite tem mostrado um extraordinário consenso de pontos de vista no Parlamento sobre, por exemplo, a nomeação pela UE de um coordenador especial para o Tibete.

Os acontecimentos pressionam-nos a tomar algumas decisões nesta Assembleia. Esta semana, a empresa Google abandonou a China. Continuamos a ter os problemas de direitos humanos de sempre na China, com o desaparecimento do advogado cristão defensor de direitos humanos, Gao Zhisheng.

Todas estas coisas sublinham a atenção que devemos prestar à China e, de facto, ao Tibete, e gostaria de observar que, com a inauguração da exposição mundial de Shanghai em Maio, todas as pessoas que fazem negócios na China devem ter em conta o Compacto Mundial das Nações Unidas para empresas, o qual já foi assinado por cerca de 4 000 destas.

Por último, gostaria apenas de dizer que, se a UE não nomear um coordenador especial, penso que o Parlamento deveria nomear um relator para o Tibete.

Filip Kaczmarek (PPE). – (PL) Senhora Presidente, a questão do Tibete e dos tibetanos continua, infelizmente, a constituir um problema importante. A situação não é tão má como há dois anos, quando o aniversário da revolta tibetana foi acompanhado por uma série de episódios brutais de perseguição, homicídio e tortura. Contudo, não podemos dizer que a situação seja boa. Ainda há dias, vários estudantes foram presos por tentarem assinalar o aniversário do levantamento em Gansu e Kanlho. Os tibetanos estão proibidos de fazer o que quer que seja para salvar a sua cultura, identidade e religião.

As autoridades chinesas afirmam que o Dalai Lama é uma pessoa privada. Esta situação traz-me à memória o discurso dos comunistas polacos, que, há 25 anos, diziam o mesmo de Lech Walesa. Espero que a luta dos tibetanos tenha, no final, o mesmo êxito que a dos Polacos e que, uma vez mais, a verdade saia vitoriosa. Começa hoje, em Dharamsala, a 21.^a reunião do Grupo de Trabalho Tibetano para as Negociações Sino-Tibetanas. Esta instituição opera sob os auspícios do governo tibetano no exílio e propõe-se ajudar a manter o diálogo.

A meu ver, a União Europeia deveria também fazer algo para garantir a autenticidade do diálogo. Às vezes, lamentamo-nos de que pouco mais há a fazer mas, neste caso, podemos tomar medidas específicas, algo que já foi hoje aqui mencionado. Donde a relevância da ausência do Conselho. Os nossos apelos são dirigidos ao Conselho, que nomeia os coordenadores especiais. Subscrevo igualmente este apelo, pois este pedido, o pedido de um coordenador especial com influência efectiva no diálogo mantido entre os tibetanos e os chineses, foi repetidamente expresso nas resoluções do Parlamento Europeu sobre o Tibete.

Só mais um apontamento: não consigo perceber como é que, em 2014, a China vai acolher outro evento olímpico - desta vez, serão os Jogos Olímpicos da Juventude -, quando não conseguimos forçá-la a avançar no domínio dos Direitos do Homem. É, na verdade, muito triste.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Senhora Presidente, estou convencido de que a imagem que temos dos processos do Tibete peca por ser demasiado simplista. A zona vive um processo de modernização. Ao mesmo tempo, as críticas previamente expressas são justificadas. É claro que a única solução duradoura seria a autonomia, mais especificamente, uma autonomia verdadeira e alargada. Tal como referi durante a nossa visita a Pequim, enquanto membro da delegação do Parlamento Europeu que ali se deslocou, por analogia com a abordagem "um país, dois sistemas sociais", esta autonomia poderia desenvolver-se seguindo a linha de "um país, dois sistemas religiosos".

Não basta assestar críticas. A China estaria aberta ao diálogo, aberta a um representante oficial da União Europeia, fosse ele Romano Prodi, Benita Ferrero-Waldner ou Margot Wallström, que servisse como mediador entre o Dalai Lama e os dirigentes de Pequim. Seria bom que a Comissão, a Sra. Catherine Ashton e o Conselho pensassem nisso. Ao mesmo tempo, enquanto discutimos as relações da China, sabem os meus colegas deputados que o Conselho Europeu nunca, ao longo da sua história, inscreveu na agenda política a relação entre a União Europeia e a China? Esta relação também nunca foi debatida no Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros. Por conseguinte, para sermos bem sucedidos, não basta lançar críticas sobre a questão do Tibete. Precisamos também de concepção e mediação.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhora Presidente, lamento profundamente que este importante e necessário debate esteja a decorrer na ausência relevante, ou talvez não, da Senhora Baronesa Ashton. Enquanto tal, a Alta Representante para a Política Externa da UE deveria estar aqui hoje, em vez de se limitar a participar em espectáculos teatrais, como fez ontem, quando comunicou aos deputados de seis comissões parlamentares os seus planos para o Serviço Europeu de Acção Externa. Afinal, o Tibete representa também um importante desafio. Podemos concordar ou discordar em relação ao Tibete, mas, na verdade, a Senhora Baronesa Ashton devia estar aqui presente.

Do meu ponto de vista, isto demonstra que a União Europeia quer lavar as mãos por ser essa a via mais fácil. Na verdade, muitos Estados-Membros, cujos representantes são deputados a este Parlamento, preferem fazer negócios com Pequim, pelo que não lhes conviria manifestar a sua opinião ou pronunciar-se sobre a China. Hoje, a Sra. Ashton fez como Pôncio Pilatos, lavou as mãos. É uma situação embaraçosa.

Andreas Mölzer (NI). – (DE) Senhora Presidente, nos últimos tempos, ouvimos falar repetidamente de graves violações dos Direitos do Homem, de tortura e de casos de detenção e prisão arbitrária sem julgamento no Tibete.

Utilizar as celebrações do 50.º aniversário do domínio chinês no Tibete para abraçar a visão de uma libertação da região dos Himalaias é, no mínimo, surpreendente! Isto demonstra, uma vez mais, que a história é escrita pelos vencedores e que há sempre um grande espaço para a invenção quando se trata de justificar actos de guerra. Aliás, essa é também uma arte que está a ser explorada no Iraque e no Afeganistão, e para a qual os Estados Unidos contaram com algum apoio de certos Estados-Membros da União Europeia.

No entanto, temos, na minha opinião, de continuar a envidar esforços para obter melhores condições de vida para minorias oprimidas como os tibetanos, os uígures e os mongóis. Não basta conceder direitos às minorias sob a forma de encenações puramente folclóricas para turista estrangeiro ver.

Creio que, nos últimos anos, a China afectou cerca de 15 mil milhões de euros ao desenvolvimento da região e que, nas vésperas dos Jogos Olímpicos de 2008, declarou igualmente que estava disposta a dialogar, o que mostra que a pressão internacional pode, sem dúvida alguma, dar os seus frutos.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) O senhor deputado Kaczmarek referiu-se anteriormente aos protestos de 2008.

Dois anos se passaram desde então e nem sequer sabemos hoje quantas pessoas foram detidas, quantas foram presas e, posteriormente, quantas foram, eventualmente, libertadas.

Sabemos, de facto, o que essas pessoas estavam a fazer: estavam a participar numa manifestação pacífica, a hastear bandeiras tibetanas ou a distribuir panfletos.

É chocante que, dois anos após os protestos, não saibamos exactamente quantas dessas pessoas estavam envolvidas na acção e foram punidas pelo Partido Comunista. Na verdade, preocupa-me a interferência do Partido Comunista Chinês no funcionamento independente do sistema judicial, solicitando detenções de indivíduos e condenações rápidas. A segurança nacional não pode servir de mote para a abolição de direitos civis fundamentais.

Quero também aproveitar esta oportunidade para insistir na necessidade de adoptarmos uma posição europeia comum sobre os Direitos do Homem e a protecção das minorias na China.

Se não adoptarmos essa posição, saberemos o que vem a seguir. Vimos o que aconteceu no passado, quando os líderes comunistas chineses tentaram intimidar, individualmente, os Estados-Membros da UE.

Gostaria de terminar a minha intervenção reiterando a posição por mim expressa durante a sessão plenária de Janeiro, ou seja, que o diálogo em matéria de Direitos do Homem é um instrumento que se revelou ineficaz e desadequado. Penso que esta questão tem de ser tratada durante as reuniões das cimeiras. Na verdade, a Senhora Baronesa Catherine Ashton admitiu ontem, durante a reunião que tivemos no âmbito da Comissão dos Assuntos Externos, que é necessário rever a abordagem baseada no diálogo em matéria de Direitos do Homem. Neste ponto, estou de acordo com a Alta Representante.

Marek Henryk Migalski (ECR). – (PL) Senhora Presidente, eu consigo perceber o que leva empresas e entidades privadas a colocarem o lucro acima do respeito pelos Direitos do Homem e os direitos cívicos. Consigo até perceber por que razão vários países se comportam, a título individual, desta maneira. Mas já não consigo perceber por que motivo a União Europeia o faz, pois a União Europeia foi instituída com base em valores que hoje designamos por valores europeus.

Qual a reacção da União Europeia aos acontecimentos precisos que estamos a debater? A ausência da Sra. Ashton - já mencionada -, a saída do representante do Conselho no preciso momento em que começámos a discutir a questão do Tibete e, finalmente, o discurso inicial do Senhor Comissário.

Senhor Comissário Šefčovič, afirmou que estava a apelar ao diálogo entre ambas as partes. Tratava-se de uma piada? Estava a falar a sério quanto a apelar aos representantes do Tibete para participarem nesse diálogo? Tinha a sincera impressão de que é isso que eles pretendem. Se tiver coragem para tal, apele, antes de mais, às autoridades chinesas, pois são elas que estão a impossibilitar o diálogo.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhora Presidente, o Tibete e o seu património cultural fazem parte do nosso tesouro comum. É do nosso interesse comum que a identidade, a religião e a língua tibetana sejam preservadas e se desenvolvam nas melhores condições possíveis.

Infelizmente, não é isso que acontece. Sob o manto do desenvolvimento industrial, há um genocídio cultural em curso e os tibetanos estão à beira de passar a ser uma minoria na sua terra natal. Isto só poderá ser evitado concedendo-lhes um verdadeiro estatuto de autonomia. A UE pode ser influente e contribuir para o início de um diálogo descomprometido e construtivo que respeite ambas as partes.

Salientaria, Senhor Comissário, a sua afirmação de que o Tibete é uma nossa preocupação legítima. Na sequência desse diálogo, e através da abertura do Tibete aos meios de comunicação social estrangeiros e aos especialistas da ONU em matéria de Direitos do Homem, o Governo chinês tem tudo a ganhar, não só a nível interno, mas, acima de tudo, a nível internacional. A China só pode tornar-se verdadeiramente grande mostrando respeito pelas suas minorias. Como gesto de boa vontade, o Dalai Lama, cuja autoridade é reconhecida em todo o mundo, deve ser autorizado a visitar a sua terra natal.

A UE deve tirar pleno partido do Tratado de Lisboa dando mostras de uma solidariedade activa - mediante acções concretas - para com o destino de uma nação cuja existência está ameaçada e cujo direito natural à autonomia e à salvaguarda da sua cultura está a ser duramente reprimido. Dito isto, apoio a ideia de que a Baronesa Ashton deve reunir-se com o Dalai Lama e que a UE deve instituir um representante especial para o Tibete.

Peter Šťastný (PPE). – (SK) No dia 10 de Março, comemorou-se o 51.º aniversário do levantamento no Tibete e o segundo aniversário dos protestos, ambos violentamente reprimidos pelas forças armadas chinesas.

O principal problema é a indisponibilidade da China para dialogar com os representantes legítimos da minoria tibetana, bem como a sua tentativa de forçar a assimilação gradual e a destruição da cultura e da religião no Tibete. Por experiência própria, sei do que um regime comunista ateu e materialista é capaz. Uma das mais antigas culturas e uma das mais antigas religiões do mundo, que perduraram por muitos milénios, encontram-se agora em grave perigo. A opinião pública mundial não pode ficar em silêncio. Eu próprio sou membro de um grupo de "Amigos do Tibete" do Parlamento Europeu. Estes grupos actuam agora em muitos parlamentos do mundo, por exemplo, nos EUA, Alemanha, Austrália, Índia, República Checa e outros países.

É com grande orgulho que anuncio que, a partir de 9 de Março, um grupo de Amigos do Tibete vai também passar a actuar no Conselho Nacional da República Eslovaca. Acredito que, juntos, podemos ajudar a resolver o problema do Tibete mediando negociações entre os representantes de alto nível chineses e Sua Santidade, o 14.º Dalai Lama. Esta é também uma forma possível de concluir com sucesso e resolver o problema dos refugiados tibetanos, a maioria dos quais vive em condições difíceis nos países vizinhos. Exorto a Comissão a não esquecer este oprimido grupo de pessoas nos seus programas.

Jarosław Leszek Wałęsa (PPE). – (PL) Senhora Presidente, estamos optimistas com o debate de hoje porque parece haver uma grande unanimidade do Parlamento nesta matéria. Não obstante, já decorreram aqui muitos debates como este, e o que não nos falta é capacidade retórica. Não quero remoer-me por ser um hipócrita, tal como praticamente todos os presentes nesta Câmara. Um hipócrita que depende de algo: dos produtos baratos que vêm da China. No entanto, neste momento, talvez devamos ter um pouco de auto-estima, denunciando e opondo-nos categoricamente a certas coisas, e respeitar os ideais que nos são caros.

Talvez o primeiro e mais importante passo seja algo já aqui referido e discutido. Refiro-me à nomeação de um coordenador especial para o Tibete. Alguém que conduza o processo e que assuma a responsabilidade, em nosso nome, pelo desafio que decorre do problema do Tibete, de modo a não ficarmos passivos a assistir e a afirmarmos, de forma assertiva e decidida, que os Direitos do Homem e as liberdades cívicas são importantes para nós. Demos esse passo. Dêmo-lo já.

Raül Romeva i Rueda (Verts/ALE). – (ES) Senhora Presidente, falar hoje aqui sobre o Tibete é uma questão de justiça e de responsabilidade. Assim sendo, discordo daqueles que pensam que esta questão "não é motivo de preocupação".

Há muitos anos que temos dados e debatemos sobre este assunto e consterna-me verificar que, apesar dos enormes esforços envidados pela delegação tibetana e, em especial, pelo Dalai Lama, para promover o diálogo e uma aproximação às autoridades chinesas, e encontrar uma solução justa e duradoura para este conflito, as autoridades chinesas mantêm continuamente uma situação de impasse.

A União Europeia não pode continuar a contemporizar com este jogo, e muito menos a alimentá-lo. Considero, portanto, ser essencial não só relemburar a urgência e a relevância deste debate, mas também recordar que, neste momento, a parte que obsta a que se encontre uma solução é a China.

Temos igualmente de ser claros a este respeito. A única maneira de a União Europeia ser coerente com o seu declarado compromisso para com os Direitos do Homem é aceitar que este tenha também um custo em termos comerciais e económicos. Caso contrário, nada será credível no que se refere aos Direitos do Homem.

László Tőkés (PPE). – (EN) Senhora Presidente, em 10 de Março, assinalámos o 51.º aniversário da revolta popular no Tibete. Desde então, assumindo de forma consistente e persistente o compromisso de advogar uma verdadeira autonomia para o seu povo, o Dalai Lama ofereceu ao mundo um modelo para atingir a democracia por meios não violentos.

Nós, Europeus, continuamos a aprender com Sua Santidade, o Dalai Lama. Recentemente, este manifestou a sua solidariedade para com a minoria étnica uigur e tomou partido por Aung San Suu Kyi e outros dissidentes democráticos. Aqui, no Parlamento Europeu, estamos empenhados em garantir a protecção dos Direitos do Homem e das minorias em todo o mundo.

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhora Presidente, farei directamente ao Comissário um pedido de esclarecimento. Para mim, o Tibete é um país ocupado, e creio que muitos outros deputados deste Hemiciclo, de todos os grupos políticos, partilham este ponto de vista. Senhor Comissário, V. Exa. não pode declarar o

direito internacional nulo e sem efeito. Penso que o problema do Tibete é uma preocupação que pesa no coração de todos os cidadãos europeus. Toda a gente está ao corrente do sofrimento e do genocídio cultural cometido no Tibete, e toda a gente sente simpatia pela sua causa, pelo que faz todo o sentido colocar uma pergunta importante: onde está a UE no meio de tudo isto? Somos deveras lesto a julgar pequenos países infractores. Reagimos de forma veemente e somos muito rápidos a proferir o nosso juízo sobre os pequenos países. Porém, quando se trata de julgar países grandes e economicamente importantes, como a China, usamos de grande prudência política. É um gelo muito fino, tanto política como diplomaticamente. Não revela grande coragem nem verticalidade da nossa parte desancar delinquentes menores só para tapar os olhos quando os actos da China vêm à liça. De igual modo, somos incapazes de exercer pressão sobre a China através dos milhões canalizados para a ajuda ao desenvolvimento. Espero, por conseguinte, que a Alta Representante...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Ivo Vajgl (ALDE). – (SL) Recentemente, tive o raro privilégio e oportunidade de visitar o Tibete.

O Tibete conheceu algum progresso, mas este teve efeitos mais perniciosos do que benéficos, na medida em que quebrou valores culturais tradicionais, marginalizou a arquitectura tradicional tibetana e impôs uma imagem modernizada à vida espiritual do Tibete. Os rios ficaram poluídos e surgiram as auto-estradas, uma mácula na paisagem tibetana.

Ainda assim, há algum progresso no Tibete. Tal facto é incontestável e penso que as nossas exigências, e expectativas, junto da China devem andar de mãos dadas com a exigência de que esse progresso traga, igualmente, benefícios para o Tibete, e que a vida neste país não seja vista apenas como o ambiente calmo de um museu.

Maroš Šefčovič, Membro da Comissão. – (EN) Senhora Presidente, penso que, mais uma vez, o debate de hoje mostrou, claramente, que temos preocupações genuínas para com a situação no Tibete. Volvidos mais de 50 anos sobre a revolta tibetana de 10 de Março de 1959, julgo que as intervenções frisaram que essas preocupações permanecem verdadeiras e legítimas. Além disso, a nossa discussão sublinhou a necessidade de ambas as partes retomarem rapidamente o diálogo.

Posso informar-vos que a União Europeia saúda o reatamento do diálogo entre os enviados do Dalai Lama e o Governo chinês, reiniciado em Setembro de 2002. Desde então, apoiámos firmemente este diálogo e fazemos votos para que este processo leve à obtenção de resultados positivos e contribua para resolver questões pendentes de uma forma pacífica e sustentável para o Tibete.

No âmbito do diálogo político e demais contactos que mantêm com a China, os representantes da UE incentivam-na regularmente a encarar este processo com pragmatismo, de modo a resolver todas as questões pendentes relativas ao Tibete. Embora considere tratar-se de um seu assunto interno, a China tomou nota das posições e preocupações da UE, à qual comunicou, por sua vez, o seu próprio ponto de vista sobre a matéria.

De igual modo, devo sublinhar que, no âmbito do diálogo político e em matéria de Direitos do Homem que mantêm com a China, a UE levanta também a questão da situação dos Direitos do Homem no Tibete. Além disso, a UE salienta permanentemente a importância que atribui ao respeito pela liberdade de expressão e de religião no Tibete.

Acompanhámos de perto os últimos desenvolvimentos deste diálogo. O diálogo entre o Governo chinês e os representantes do Dalai Lama vai fazendo o seu caminho. Posso informar-vos que, no mês passado, ambas as partes nos deram conta de como tinha decorrido a última ronda de conversações e, uma vez mais, incentivámo-las a conseguir avanços substanciais.

Para concluir, permitam-me que exprima a minha convicção de que o debate que hoje aqui se realizou reiterou o nosso empenho constante em envolver a China neste processo e no trabalho que, em conjunto, vamos desenvolver com o propósito de melhorar a situação do respeito pelos direitos e liberdades da pessoa humana no Tibete.

Presidente. – Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149º)

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), *por escrito*. – (PL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, há dois anos, em Lhasa, alguns monges realizaram protestos pacíficos, aos quais as autoridades chinesas reagiram com uma intervenção brutal por parte da polícia e do exército. Registaram-se dezenas e mortes e várias centenas de feridos entre a população civil. Desde então, os tibetanos realizaram mais de 200 protestos pacíficos, com o envolvimento de diversos grupos sociais, incluindo professores, estudantes e intelectuais.

Na anterior legislatura, o Parlamento Europeu aprovou oito resoluções sobre o Tibete, debatendo esta questão diversas vezes. Os resultados destes esforços ainda não são satisfatórios. Recentemente, as autoridades chinesas detiveram 30 alunos de uma escola de Machu, que, no segundo aniversário dos acontecimentos de Lhasa, no princípio de Março, expressaram mais uma vez as suas convicções e deram início a um protesto pacífico. Ainda não tivemos, sem dúvida, notícia de muitos incidentes semelhantes.

Por conseguinte, proponho que este problema seja incluído nas responsabilidades da Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e seja encarado numa perspectiva mais lata. Tenho esperança de que isso seria seguido por uma acção específica, por resultados visíveis. Obrigada pela vossa atenção.

Danuta Jazłowiecka (PPE), *por escrito*. – (PL) Hoje em dia, os meios de comunicação social estão cheios de informação sobre a China. Notícias, artigos e livros referem incessantemente o desenvolvimento e modernização da China e o milagre económico que se está a verificar neste país. Neste contexto, os meios de comunicação, nos últimos tempos, também se têm referido ao Tibete.

Num artigo recente, a revista americana *Newsweek* referiu que "a China está a ter uma acção muito positiva em relação aos tibetanos", pois está a ajudar aquela que é uma das regiões mais pobres do mundo a sair do estado de atraso em que se encontrava. O artigo chama a atenção para o investimento chinês nas infra-estruturas de transportes e telecomunicações, na educação, na saúde e no acesso a água e na electricidade. De modo que parece que o plano do Presidente Hu Jintao está a ser concretizado, o que, embora melhore o nível de vida dos tibetanos, constitui uma tentativa de os forçar a abdicarem da sua liberdade de expressão, da sua liberdade de religião e das suas aspirações à autonomia. Contudo, será possível esta estratégia ter êxito?

A agitação em Lhasa, que teve início há dois anos, no aniversário da sublevação anti-chinesa, e os acontecimentos de há duas semanas, mostraram de uma forma claríssima que os tibetanos se sentem perseguidos no seu próprio país. A história do meu próprio país ensinou-me que vale a pena pagar qualquer preço pela liberdade e pela dignidade. Os interesses económicos não podem constituir uma razão para esquecer os que sofrem e são perseguidos.

Considero que o Parlamento Europeu é um organismo que deveria zelar de uma forma particularmente vigorosa pelo direito dos tibetanos a preservarem a sua identidade. Representamos, nesta Assembleia, o povo da União Europeia, em cujo nome devemos garantir aos tibetanos a nossa solidariedade.

Csaba Sógor (PPE), *por escrito*. – (HU) A 10 de Março de 1959, o povo tibetano, movido por um ímpeto revolucionário, defendeu o seu líder, mas o seu entusiasmo inicial foi implacavelmente esmagado pela "libertação pacífica" do regime comunista chinês que fez vários milhares de vítimas civis. Desde então, o Dalai Lama, forçado a partir para o exílio, há mais de meio século, tem vindo a conduzir um protesto pacífico. Desde então, os tibetanos não estão autorizados a comemorar esse dia livremente. Na Europa Oriental, de onde sou originário, esta história é familiar. Embora tenhamos posto cobro aqui a práticas semelhantes por parte dos regimes comunistas, penso que não devemos esquecer as lições aprendidas: na História de todos os povos existem acontecimentos cuja comemoração não deveria ser proibida. Porém, aquilo de que estamos aqui a falar é mais do que isso. Como representante de uma minoria nacional, sinto-me solidário com a sorte do povo tibetano, e peço aos meus colegas deputados que, com os seus votos, apoiem os esforços pacíficos do Tibete no seu caminho rumo à autonomia.

15. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto, nos termos do artigo 150.º.

O artigo 150.º estabelece que consagremos um máximo de 30 minutos a este ponto. Houve mais de 74 pedidos de uso da palavra ao abrigo deste ponto. Vai ser claramente impossível dar a palavra a todos. Trinta minutos e 74 oradores para intervenções de um minuto: é simplesmente impossível.

Por conseguinte, pela primeira vez, seleccionámos antecipadamente os senhores deputados a quem será concedido tempo de uso da palavra usando critérios claros, a saber, que aqueles que pediram tempo de uso da palavra noutro debate com intervenções de um minuto, mas não tiveram oportunidade de falar, tê-la-ão agora na medida do possível, sendo essa oportunidade recusada àqueles que já falaram noutros debates.

Todos aqueles a quem não foi concedido tempo de uso da palavra foram informados previamente por correio electrónico. Deste modo, não precisam de ficar aqui a aguardar em vão pela sua vez. Espero que compreendam isto. Foi a única maneira possível de permitir que o debate prosseguisse de uma forma ordenada.

Assim, podemos avançar de imediato com aqueles a quem foi concedido tempo de uso da palavra.

Alf Svensson (PPE). – (SV) Senhora Presidente, no dia 11 de Abril, o Sudão tenciona eleger um Presidente e um Parlamento, bem como assembleias regionais. Estas são as primeiras eleições no Sudão nos últimos 24 anos, e é com grande interesse que estamos a acompanhar estes desenvolvimentos no país.

O Tribunal Penal Internacional da Haia emitiu um mandado de captura por crimes contra a humanidade contra Omar Hassan Ahmad al-Bashir, o Presidente do Sudão, que tomou o poder através de um golpe de Estado. Todos sabemos como o Sudão tem sofrido sob este regime de violência. Só nos primeiros meses deste ano, nada menos do que 400 pessoas foram assassinadas no sul do país. É difícil dizer até que ponto as eleições serão livres. Na segunda-feira, Omar al-Bashir ameaçou expulsar do país os observadores internacionais das eleições, afirmando que, caso interfiram com os assuntos sudaneses, mandará que lhes cortem os dedos.

Sabemos que o Sudão é um país carenciado. Na Conferência Internacional de Doadores, que teve lugar no domingo passado, no Cairo, o representante do Egipto afirmou ser necessário que os países do mundo precisarão consigam um pouco mais de 1,4 mil milhões de euros para a reconstrução da região do Darfur no Sudão. Tenho esperança de que as eleições no Sudão criem as condições para ...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) Ultimamente, tem-se falado muito da recuperação da economia da UE, mas para a maioria dos Estados-Membros o fim da crise ainda não está à vista. Em público, o debate sobre a crise limita-se ao estado das finanças públicas, embora o desemprego, em rápido crescimento em alguns dos Estados-Membros da UE da Europa Oriental, já tenha atingido um nível crítico. É estranho ouvir altos funcionários da UE e do PE elogiarem alguns governos pelo trabalho extraordinário que têm desenvolvido, quando todos os meses o número de desempregados nesses países cresce a um ritmo catastrófico, as regalias sociais são reduzidas e aumenta o número dos indivíduos que vivem abaixo do nível de pobreza. Está a tornar-se muito difícil para a população desses países compreender se a União Europeia está a desenvolver uma política de redução da pobreza ou a aumentar a pobreza na área social. Em minha opinião, os governos que se têm mostrado incapazes de resolver os problemas de estabilização do desemprego não deveriam receber elogios. A Comissão Europeia deveria assumir maiores responsabilidades e supervisionar de forma responsável a criação de planos de gestão da crise por parte de governos nacionais, especialmente na área das reformas sociais, e avaliar os efeitos dessas reformas na população.

Sonia Alfano (ALDE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, 16 pessoas condenadas por diversos tipos de crimes foram eleitas para o parlamento italiano, e, nas últimas eleições europeias, Itália exportou para o Parlamento Europeu três deputados condenados em sentenças definitivas.

Não existe qualquer lei na Europa que proíba os indivíduos condenados em sentenças definitivas, ou que estejam a aguardar novas acções judiciais, de se apresentarem às eleições; tudo é deixado ao critério dos Estados-Membros. Os cidadãos italianos criaram a iniciativa "Parlamento Limpo". Por esse motivo, recorreremos à Comissão de Assuntos Constitucionais no sentido de corrigir o acto legislativo que rege a eleição dos representantes ao Parlamento Europeu por sufrágio universal directo, impondo como condição para a elegibilidade ao Parlamento Europeu que não se tenha qualquer condenação penal, incluindo em processos não transitados em julgado.

Jo Leinen, Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais do último Parlamento, foi encarregue desta questão, mas tudo foi deixado para o seu sucessor, o senhor deputado Carlo Casini, que já afirmou que a Comissão de Assuntos Constitucionais não levará esta iniciativa por diante.

Gostaríamos de sublinhar que este assunto não apenas é da responsabilidade da Comissão de Assuntos Constitucionais, mas que o artigo 223.º (antigo artigo 190.º) do Tratado sobre o Funcionamento da União

Europeia estipula que o Parlamento Europeu deverá criar um processo eleitoral uniforme para toda a União Europeia.

Catherine Grèze (Verts/ALE). – (FR) Senhora Presidente, o aeroporto de Fuenterrabia é classificado pela autoridade da aviação civil como um dos mais perigosos do país. Os seus corredores de aterragem e descolagem estão localizados sobre os centros das cidades de Hendaia e Irún, e o Tratado Franco-Espanhol, que estipula o número de voos autorizados, não está a ser respeitado. Porém, a ampliação do aeroporto está a ser planeada contra o parecer dos residentes da zona e dos representantes eleitos de ambos os lados da fronteira, que já rejeitam a manutenção do actual nível de tráfego.

A Comissão Europeia aprova a destruição das áreas naturais protegidas da baía de Chingoudy, local da Convenção de Ramsar e espaço Natura 2000, cuja reabilitação ela própria financiou?

Para além disso, a Eurocidade basca de Baiona-San Sebastián já dispõe de um aeroporto internacional subutilizado, muito afastado de quaisquer áreas naturais vulneráveis. Não seria preferível melhorar os serviços disponíveis em Biarritz introduzindo formas de transporte não poluentes? Gostaria de saber quais as medidas que o Presidente vai tomar relativamente a esta ampliação.

Marek Henryk Migalski (ECR). – (PL) Senhora Presidente, gostaria de levantar o problema do assassinato do jornalista russo Maxim Zuev, que foi morto há cerca de uma semana em Kaliningrado. Tratava-se de um jornalista e bloguista famoso. Este não é o primeiro caso de um jornalista assassinado na Rússia. Desde o ano 2000, houve pelo menos uma dezena de casos semelhantes. Estamos em presença de um fenómeno inquietante, pois sabemos que se não houver liberdade de expressão e se os jornalistas não puderem trabalhar, não haverá liberdade de espécie nenhuma nem democracia. No nosso diálogo com a Rússia, nunca devemos perder de vista este aspecto.

Este ano, espero organizar um seminário no Parlamento Europeu, desde que obtenha o consentimento da minha delegação para os assuntos russos e da Comissão dos Assuntos Externos. Creio que cada um de nós, em conversações a diversos níveis com os nossos parceiros russos, deveria sublinhar que a liberdade dos meios de comunicação social e a liberdade dos jornalistas fazerem o seu trabalho constitui a base para o diálogo e para a liberdade, tanto na Rússia como na União Europeia.

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, gostaria de lhe referir o facto de artigos recentes afirmarem que procuradores públicos dos EUA acusaram a empresa alemã Daimler de suborno de funcionários estrangeiros numa tentativa de obterem e assinarem contratos do governo. Na acusação refere-se que a empresa tem estado envolvida num processo de suborno a longo prazo. A mesma questão foi levantada em relação à Siemens, que fez uso da mesma prática e corrompeu os governos de trinta países numa tentativa de obter contratos de grandes empresas públicas, um escândalo que ainda está a abalar a Grécia.

Como consequência, além da crise financeira, temos também uma crise moral. Até há pouco, o Governo alemão não intentava acções por suborno fora das suas fronteiras e simulava nada saber desses casos. Por último, em vez de actuar, em vez de activar o Comité Antifraude, a Comissão Europeia não defende a legalidade e, em inúmeros casos, não salvaguarda o dinheiro dos cidadãos europeus.

Nikolaos Salavrakos (EFD). – (EL) Senhora Presidente, tenho de anunciar ao Parlamento Europeu que hoje, às 2h15 da madrugada, a corveta turca Bafra violou águas territoriais gregas, ficando a apenas 18 milhas da costa ateniense, pedindo inclusivamente para abordar e passar revista a um navio mercante grego que navegava ao seu lado.

Isto prova que tudo o que se disse na primeira parte do debate sobre o chamado problema económico da Grécia não é totalmente exacto. O problema grego é sobretudo político. Deriva do facto de um país seu vizinho ameaçar a Grécia com um *casus belli* e provocar sistematicamente as forças armadas gregas, não só com a violação das suas águas, mas também do seu espaço aéreo.

(A Presidente chama a atenção para o facto de haver um problema com o microfone)

... Devo dizer que a Grécia tomou medidas rigorosas, que, em última análise, estão literalmente a sufocar as famílias gregas, e os gregos estão a atingir o limite da paciência. Estas medidas desgastaram a resistência da sociedade grega e a força económica dos gregos.

Como afirmei, o problema do país é principalmente político. Não estamos a pedir dinheiro a quaisquer cidadãos europeus. Estamos a pedir o apoio da União Europeia enquanto entidade, de modo a podermos ultrapassar estas irregularidades nos mercados, que estão a atacar o euro.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhora Presidente, há cerca de dez anos, os então 14 outros Estados-Membros da UE impuseram as suas denominadas “sanções” ao meu país, a Áustria. Durante sete meses, viveu-se uma “idade do gelo”. Os Ministros austríacos deixaram de ter autorização para participar em reuniões informais do Conselho, mas a Áustria continuava autorizada a pagar verbas na qualidade de contribuinte líquido. À parte das sanções, registou-se igualmente um resultado. O relatório independente dos Sábios determinou claramente que o envolvimento do Partido da Liberdade no Governo não representava qualquer perigo para a democracia e os direitos humanos. A conclusão retirada foi a de que as sanções da UE, disfarçadas como medidas bilaterais, não tinham base jurídica. Constituíam uma violação injustificável da soberania austríaca. Todavia, estou convencido de que a UE aprendeu, com esse episódio, a ter respeito pela opinião política de outros e pela soberania nacional dos Estados-Membros e dos seus cidadãos, o que decerto é positivo. Além disso, tendo em vista a paz a Oriente, também espero que um dos principais investigadores, o actual eurodeputado Louis Michel, sentirá que, decorridos dez anos, pode mais, uma vez mais, ir passar férias à Áustria.

Véronique Mathieu (PPE). – (FR) Senhora Presidente, ontem França prestou homenagem a um dos seus polícias, o cabo Jean-Serge Nérin, que foi morto da maneira mais cobarde pela ETA, a 16 de Março, durante um tiroteio na região parisiense.

Embora responsável pela morte de quase 830 pessoas em 40 anos, é a primeira vez que esta organização terrorista ataca um agente da polícia francesa. A morte de Jean-Serge Nérin recorda-nos o nosso dever de cooperar na luta contra o terrorismo.

Desde muito cedo que a cooperação franco-espanhola se revelou um modelo no seu género dentro da União Europeia. França e Espanha foram os primeiros Estados-Membros a introduzir equipas de investigação conjuntas no quadro do espaço judicial europeu. A execução de mandados de detenção europeus também se revelou muito eficaz.

Infelizmente, estes esforços de cooperação entre os nossos agentes policiais e os nossos juízes foram incapazes de impedir que Jean-Serge Nérin fosse assassinado. Por conseguinte, teremos de aumentar a nossa cooperação se quisermos combater o terrorismo com mais eficácia.

Joe Higgins (GUE/NGL). – Senhora Presidente, uma grande campanha popular em Val di Susa, no noroeste de Itália, procura impedir a concretização de um projecto de construção de um comboio de alta velocidade conhecido por TAV.

Estendendo-se da fronteira francesa até Turim, o belíssimo Val di Susa tem apenas um a dois quilómetros de largura mas dispõe já de uma auto-estrada, uma outra estrada principal e uma linha de caminho-de-ferro.

A campanha ‘NÃO AO TAV’ mostrou claramente não existir justificação para este comboio de alta velocidade. Só 38% da actual capacidade ferroviária é utilizada. Seria altamente prejudicial para o ambiente, destruindo ou poluindo aquíferos e libertando concentrações perigosas de amianto e urânio das escavações do túnel.

Só os grandes interesses económicos e as grandes empresas de construção têm a lucrar com o projecto. Dezenas de milhar de pessoas mobilizaram-se para se oporem ao TAV, e, escandalosamente, recorreu-se à violência policial para intimidar a campanha.

Faço apelo à UE para que retire todo o financiamento ao TAV e proponha o cancelamento do projecto. O lema da campanha “NÃO AO TAV” é “Sarà dura”. A população não irá vacilar. Uma vitória para o poder popular em Val di Susa seria uma vitória do bom senso e do ambiente.

Paul Nuttall (EFD). – (EN) Senhora Presidente, estou cada vez mais preocupado com a maneira como os conselhos locais na minha circunscrição eleitoral no Noroeste de Inglaterra estão a usar as taxas de estacionamento automóvel para aumentarem os seus rendimentos.

Veja-se, por exemplo, a vila de Congleton, que é uma comunidade local semi-rural. A introdução de taxas de estacionamento automóvel prejudicará seriamente a indústria local, sendo que uma redução no comércio resultará numa perda de rendimento, levando as PME, que já se debatem com grandes dificuldades, à insolvência e a um possível encerramento.

A população acusa o Governo britânico, alguns atiram as culpas para o Conselho Unitário e outros ainda apontam o dedo ao conselho municipal. Porém, como sempre, subjacente a tudo isto está a mão negra da União Europeia, que trabalha no sentido de cumprir o quadro estabelecido na política europeia de transportes da UE para 2010.

Como se vê, é este o espírito da UE: a culpa é sempre dos outros. Quer se trate de fechar estações de correio ou das recolhas quinzenais de resíduos, o dedo é sempre apontado para outro lado, e a influência nefasta de Bruxelas nunca aparece no radar.

Nicole Sinclaire (NI). – (EN) Senhora Presidente, sou oriunda de West Midlands, e 20% desta região está classificada como cintura verde.

Esta cintura verde protegeu de forma eficaz a beleza dos nossos campos e travou o crescimento urbano arbitrário. Porém, encorajado pela União Europeia, o Governo do Reino Unido aumentou a construção imobiliária, pondo em perigo a cintura verde, o que me toca particularmente, pois esta zona fica próxima do local onde vivo, no Meriden Gap.

Esta atitude denota a falta de respeito pela nossa cultura e tradições. Mas que vos importa isso? Desde que o Reino Unido aderiu à União Europeia – ou, antes disso, ao mercado comum europeu –, como seria de esperar, a União desrespeitou de forma flagrante a nossa cultura e tradições.

Elena Oana Antonescu (PPE). – (RO) Hoje tomo a palavra diante de si, Senhora Presidente, e dos meus colegas, a fim de expressar a minha convicção de que a Europa necessita de uma estratégia nova, muito mais bem integrada, para resolver o problema da violência contra as mulheres.

Esta questão tem sido tratada com um número crescente de Estados europeus de forma transversal aos partidos, por partidos que têm uma perspectiva muito diferente da sociedade em geral. Subjacente a essa sugestão está o facto de o problema da violência doméstica ir muito para além da ideologia, fazendo parte, de forma directa e imediata, da visão humana e política de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Desejo sublinhar a necessidade de uma acção tendente a impedir também a violência psicológica contra as mulheres. Estudos recentes revelaram que este tipo de violência precede sempre os actos de violência física.

Congratulo-me com o facto de a Presidência espanhola ter dado início ao combate contra os vários tipos de violência contra as mulheres, integrando-o nas prioridades políticas da União Europeia. Todavia, é necessário que estas medidas prossigam. A criação de um Observatório Europeu sobre Violência de Género, a introdução de medidas cautelares e de um número de telefone de emergência constituem medidas para limitar a ocorrência deste fenómeno na União Europeia, apoiando, ao mesmo tempo, o combate contra a violência fora da UE.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D). – (LT) Congratulo-me por a União Europeia e os Estados-Membros terem assumido o compromisso de combater a pobreza e por terem declarado o ano de 2010 como Ano Europeu do Combate à Pobreza e Exclusão Social, visto que perto de 80 milhões de cidadãos europeus vivem abaixo do limiar da pobreza. Muitos europeus, mesmo os que têm emprego, lutam com a pobreza todos os dias e não têm possibilidade de desfrutar de uma vida digna. Foram afectados 17 milhões de euros à realização, em 2010, da acção planeada da Europa, devendo esta verba ser utilizada para a organização de seminários de informação, grupos de trabalho e consultas públicas, com vista a ultrapassar os estereótipos associados à pobreza. Trata-se de uma excelente iniciativa. No entanto, como poderemos assegurar que estes fundos sejam aplicados eficazmente e com transparência, chegando directamente àqueles cidadãos que mais necessitam dessa ajuda? Gostaria de salientar que é impossível inverter a curva ascendente da pobreza em um ano apenas. Gostaria, por isso, de apelar às estruturas da UE e aos Estados-Membros para que tomem medidas concretas e assumam compromissos a longo prazo, a todos os níveis de autoridade, para assegurar a transparência na atribuição específica dos fundos destinados a ajudar directamente as pessoas que actualmente vivem em situação de pobreza.

Georgios Toussas (GUE/NGL). – (EL) A decisão do Governo israelita de avançar com o plano para a construção de 1 600 novas habitações em Jerusalém Oriental, de alargar os colonatos na Cisjordânia, de manter o isolamento da Faixa de Gaza e de intensificar, de um modo geral, os ataques do exército nos territórios palestinos ocupados mostra, até ao mais acérrimo descrente, o plano criminoso de Israel e dos imperialistas em geral contra o Povo palestino e contra populações de toda aquela zona.

Israel está a desencadear uma nova ronda de ferozes ataques contra o Povo palestino, tendo conseguido assegurar o apoio da União Europeia, dos EUA e da NATO, melhorando as suas relações com estes actores, numa altura em que se verifica uma escalada nas lutas internas seio do Quarteto imperialista. Este apoio foi reiterado com particular ênfase e desvelo pelos Estados Unidos da América, durante a recente visita do Primeiro-Ministro de Israel aos Estados Unidos, aspecto que acentuou que Israel é bem mais do que uma elevada prioridade para os planos imperialistas geoestratégicos dos Estados Unidos para aquela área em geral.

Estamos a lutar, juntamente com todos os trabalhadores, para criar ...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) A seguir à II Guerra Mundial e à redefinição das fronteiras, cerca de 400 000 eslovacos ficaram na Hungria, e um número idêntico de húngaros ficaram na Eslováquia.

Hoje em dia, a minoria húngara na Eslováquia ainda existe, sendo constituída pelo mesmo número de indivíduos, mas, na Hungria, a situação já é diferente. A minoria eslovaca tem sido decimada, passando dos iniciais 400 000 eslovacos para menos de 33 000, por outras palavras, menos de um décimo do número inicial. Este aspecto deve-se ao facto de o Governo eslovaco facultar educação à minoria húngara na língua materna desta, em mais de 700 escolas, enquanto o Governo húngaro apenas reserva aos eslovacos residentes na Hungria um único estabelecimento do ensino básico.

Por essa razão, a recente crítica feita à educação das minorias húngaras nos países vizinhos, proferida pelo Presidente László Sólyom, um homem que observa com complacência e passividade enquanto a sua administração reprime as minorias étnicas no seu próprio país, apenas pode ser vista como ofensiva, hipócrita e uma provocação maliciosa aos sérvios, romenos e eslovacos, que, contrariamente aos húngaros, olham genuinamente pelas minorias étnicas do seu país. Afinal, a provedora de justiça húngara para as minorias étnicas também tem alertado para o facto de a Hungria continuar a trabalhar com vista à assimilação total das minorias étnicas.

Rareș-Lucian Niculescu (PPE). – (RO) A União Europeia possui regulamentação extremamente rigorosa relativa aos produtos alimentares, e os fabricantes são obrigados a investir somas avultadas para a cumprir.

Não obstante, segundo um recente estudo realizado pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, mais de 75% de todos os frangos abatidos na União Europeia estão contaminados com bactérias.

A *Salmonella* e a *Campylobacter*, duas das bactérias mais tóxicas que existem, estão presentes nas carcaças de três quartos dos frangos criados nas explorações agrícolas europeias.

É natural que, quando estudos desta natureza chegam aos meios de comunicação social, suscitem a preocupação dos consumidores. Face a esta situação, devemos colocar-nos duas questões. Em primeiro lugar, o que podemos continuar a fazer para assegurar que os europeus tenham acesso a alimentos seguros e de boa qualidade? Em segundo lugar, será que as regras actualmente em vigor, apesar de rigorosas e, na verdade, extremamente burocráticas, não são as mais apropriadas?

Csaba Sándor Tabajdi (S&D). – (HU) Os novos Estados-Membros estão neste momento a implementar a Organização Comum do Mercado Vitivinícola 2007. No âmbito deste processo a Comissão Europeia agiu em contravenção da lei – é uma pena que não esteja cá ninguém da Comissão – quando registou, ilicitamente, o rótulo Tokaj, a pedido da Eslováquia, como Denominação de Origem Protegida e Indicação Geográfica Protegida. Este aspecto viola o disposto nos regulamentos da UE, dado que o vinho em causa pode pertencer tanto a uma categoria como a outra. O pedido da Eslováquia já não consta na base de dados comunitária E-Bacchus entre as denominações de origem protegida. A Comissão pôs, assim, fim a esta situação ilegal, o que agradeço. Entretanto, verifica-se uma outra situação irregular, porque a lei nacional eslovaca, na qual assenta o registo, deixou de existir, visto ter sido revogada pela Eslováquia. Por esse motivo, solicito à Comissão que intervenha para corrigir esta situação irregular.

Zbigniew Ziobro (ECR). – (PL) Senhora Presidente, o Serviço Europeu de Acção Externa vai passar a constituir o corpo diplomático que representa a União, assistindo a Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Nos trabalhos desenvolvidos por este Serviço, deverá ser tomada em devida consideração a diferenciação cultural e nacional que existe no seio da União. Todos os países devem sentir que os seus próprios interesses, a sua cultura e a sua experiência estão devidamente representados no Serviço.

Para que este objectivo possa ser alcançado, torna-se necessário que exista uma partilha ou participação numa base igualitária. Entretanto, como está a ser constituído o corpo do Serviço Europeu de Acção Externa? Deverá ser constituído por pessoal proveniente dos Secretariados-Gerais do Conselho e da Comissão, bem como por pessoal delegado pelos serviços diplomáticos nacionais. Os diplomatas propostos pelos Estados-Membros devem constituir apenas um terço de todo este corpo. Contudo, independentemente dos antecedentes do pessoal em causa e do percurso que fizeram até à integração neste Serviço, deve ser adoptado o princípio da representação proporcional de todos os cidadãos dos Estados-Membros. Afinal de contas,

toda a política de admissão de efectivos, em todas as Instituições da União, é gerida segundo este princípio. Não vejo qualquer razão para que se adopte um procedimento diferente neste caso.

Nuno Teixeira (PPE). - A União Europeia celebrou recentemente, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, um acordo com os países da América Latina, no qual se comprometeu a diminuir substancial e progressivamente as tarifas sobre as importações de banana desses países. Chamo a vossa atenção para o facto de tal acordo ter efeitos directamente negativos sobre os produtores europeus de banana, nomeadamente sobre os produtores de banana da Madeira, em Portugal, mas também, e de forma ainda mais intensa, das Ilhas Canárias, em Espanha.

Relembro que a situação dos produtores destas regiões é já seriamente dificultada pelas características físicas e orográficas das ilhas e pela dimensão das suas explorações, que os leva a ter de enfrentar dificuldades permanentes que penalizam o seu desenvolvimento.

É, pois, urgente tomar medidas em defesa dos produtores da banana, da Madeira e das Canárias, tendo em conta o grave e imediato impacto que o novo Acordo de Genebra terá sobre o mercado europeu de importação e, consequentemente, sobre a produção e comercialização de bananas provenientes destas regiões ultraperiféricas.

Nessa Childers (S&D). – (EN) Senhora Presidente, há mais de um ano, a empresa de manutenção de aeronaves SR Technics anunciou que iria encerrar as suas instalações no aeroporto de Dublin, com a consequente perda de mais de mil postos de trabalho. Num esforço para compensar a referida perda, foi apresentado um pedido ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) em Outubro de 2009, em nome dos trabalhadores da SR Technics. Entretanto, o pedido foi rejeitado pela Comissão como estando “incompleto”, e posso confirmar que, decorridos quase cinco meses sobre o sucedido, o Governo Irlandês ainda não submeteu um novo pedido devidamente preenchido.

Enquanto o Governo Irlandês tem andado distraído ao longo dos últimos meses com o colapso económico, que é da sua única e exclusiva responsabilidade, e com uma torrente de pedidos de demissão ministeriais, um formulário de pedido, susceptível de poder transformar a vida de centenas de pessoas, tem ficado esquecido em cima da secretária de um qualquer ministro.

Esta Câmara tem consciência de que os cofres do Estado Irlandês estão vazios. Seria perdoado a cínico pensar que a inacção do Governo se prende com a incapacidade de cumprir a sua parte do acordo, na eventualidade de o pagamento do FEG ser finalmente assegurado. Está o Governo Irlandês disposto a fazer alguma coisa a este respeito?

Artur Zasada (PPE). – (PL) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores deputados, gostaria de me dirigir a todos vós e em particular ao Senhor Comissário Janez Potočnik, relativamente a um assunto que preocupa as pessoas envolvidas em corridas de motos, um desporto que é popular em muitos Estados-Membros da UE. A questão prende-se com a implementação da Directiva 2002/49/CE relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

A implementação desta Directiva significa que os pilotos de corridas de motos são obrigados a montar novos silenciadores nas suas motos. Estes silenciadores implicam, por um lado, uma diminuição da atractividade do próprio espectáculo, visto que o ruído é uma característica inerente a este desporto, por outro, representam um maior perigo para os próprios pilotos, podendo causar danos para a sua saúde ou mesmo a morte. Neste contexto, gostaria de pedir ao Senhor Comissário Janez Potočnik que pondere apresentar uma proposta de alteração, no sentido de isentar as corridas de motos das obrigações previstas na Directiva 2002/49/CE.

László Tőkés (PPE). – (HU) Senhora Presidente, na província de Vojvodina, no país do Slobodan Milošević, a Sérvia, os húngaros continuam a ser vítimas de ataques. Os autores são absolvidos ou nem sequer são processados, como tem sucedido algumas vezes. Há algumas décadas, viviam aproximadamente 400 000 húngaros em Vojvodina, constituindo um terço da população. A emigração compulsiva e a povoação maciça por parte de elementos da maioria reduziram, ao longo dos anos, este número para 290 000, tendo a sua proporção caído para 13% da população. O método utilizado nos ataques em massa às minorias foi introduzido pelos famigerados serviços secretos sérvios, UDBA, cujo principal alvo eram os indivíduos de etnia albanesa. O legado espontâneo desta prática persiste, hoje em dia, contra os húngaros. Senhora Presidente, o Parlamento Europeu deve tomar medidas firmes para pôr termo ao terrorismo anti-húngaro que se regista na Sérvia. Deve impor-se como condição para a adesão do país à União Europeia que faça justiça às dezenas de milhares de vítimas de assassinios em massa, que se têm registado desde a Segunda Guerra Mundial, e que proíba os actos de violência contra os húngaros, que perduram ainda hoje.

Joanna Senyszyn (S&D). – (PL) Senhora Presidente, as mulheres estão sub-representadas no campo da ciência e da investigação científica. Na Europa, representam 30% dos investigadores e apenas 18% dos professores universitários. Quanto às que estão envolvidas na gestão da ciência, representam 27%. A Polónia, cuja quota de membros femininos nos conselhos de administração das instituições de ensino superior e dos institutos científicos é de 7%, detém o penúltimo lugar, entre os 27 Estados-Membros da União.

É por esse motivo que o projecto de investigação “Mulheres na Ciência”, preparado pela Academic Enterprise Foundation, com sede na Polónia, é tão importante. O projecto envolve a investigação das causas da discriminação e a procura de medidas eficazes de luta contra a discriminação. Os projectos elaborados pelos próprios cidadãos e dirigidos aos cidadãos têm maiores hipóteses de sucesso. Apelo à Comissão Europeia para que conceda apoio especial e ajuda concreta às organizações sociais envolvidas nestas questões. Quando os cidadãos da União escrevem à Comissão, as suas cartas não devem ficar sem resposta.

Jim Higgins (PPE). – (GA) Senhora Presidente, conforme dizia, fiquei muito satisfeito por ouvir a antiga Comissária Meglena Kuneva afirmar que era necessário proceder à revisão da Directiva 90/314/CEE do Conselho relativa às viagens organizadas, férias organizadas e circuitos organizados. E porquê? Porque a Directiva tem muitas lacunas.

Não tem em consideração as pessoas que reservam as suas viagens através da Internet, sem recorrer a uma agência de viagens. A Directiva não confere qualquer protecção aos consumidores residentes num país da UE que adquiram um produto, viagem aérea ou alojamento num país terceiro.

Acresce que a Directiva não faz qualquer menção aos voos regulares. Enferma de numerosas lacunas, e congratulo-me por poder afirmar que a antiga Comissária Meglena Kuneva estava certa quando referiu que existe uma necessidade efectiva de uma nova directiva.

Ioan Mircea Paşcu (S&D). – Senhora Presidente, há 20 anos, os romenos ansiavam pela liberdade, inclusivamente no plano da educação, que até então tinha estado sujeito a um rigoroso controlo político. Devido ao seu sacrifício, as universidades também conquistaram a liberdade, de que gozam desde essa altura.

Consequentemente, seria tristemente irónico que fosse bem sucedida a actual tentativa do Ministério da Educação Romeno para aprovar rapidamente uma nova legislação que elimina praticamente a liberdade e abre a porta à re-politização do sistema.

Por exemplo, de acordo com esse projecto, os reitores eleitos ficariam sujeitos à confirmação do Ministro que é nomeado politicamente, e as universidades seriam obrigadas a fundir-se com base em critérios arbitrários, podendo algumas ser encerradas e os seus bens reapropriados.

Enquanto académico e deputado ao Parlamento Europeu, considero ser meu dever para com os meus colegas nesta Câmara pôr a descoberto essas práticas anti-democráticas propostas, que são claramente contrárias à Estratégia de Lisboa relativa à educação, não podendo ser toleradas num Estado-Membro da UE.

Presidente. – Está assim concluído este ponto.

Agradeço a todos pela compreensão e pela forma disciplinada como decorreu a sessão. Espero que todos aqueles que, desta feita, não tiveram oportunidade de falar, o possam fazer da próxima vez.

16. Prioridades para o orçamento de 2011 - Secção III - Comissão - Orientações orçamentais: 2011 - outras secções (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

– do relatório (A7-0033/2010) da deputada Jędrzejewska, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre as prioridades para o orçamento de 2011 – Secção III – Comissão (2010/2004(BUD))

– do relatório (A7-0036/2010) da deputada Trüpel, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre as orientações para o processo orçamental de 2011, Secção I – Parlamento Europeu, Secção II – Conselho, Secção IV – Tribunal de Justiça, Secção V – Tribunal de Contas, Secção VI – Comité Económico e Social Europeu, Secção VII – Comité das Regiões, Secção VIII – Provedor de Justiça, Secção IX – Autoridade Europeia para a Protecção de Dados (2010/2003(BUD))

Sidonia Elżbieta Jędrzejewska, relator. – (PL) Senhora Presidente, o processo orçamental para 2011 é altamente específico e excepcional, uma vez que diz respeito ao primeiro exercício orçamental que se iniciará

e será aprovado de acordo com o disposto no Tratado de Lisboa. Pode afirmar-se que somos pioneiros neste exercício, razão pela qual recai sobre nós uma responsabilidade particular. O Tratado de Lisboa confere poderes suplementares ao Parlamento na área do orçamento. Depende de nós a forma como utilizaremos esses poderes, e contamos poder ter um diálogo construtivo, tanto com a Comissão Europeia como com o Conselho, para que as novas possibilidades proporcionadas pelo Tratado de Lisboa possam ser utilizadas da melhor forma e da forma mais eficaz possível.

Uma característica nova e muito relevante introduzida pelo Tratado de Lisboa é o facto de agora não haver duas leituras do orçamento. Isto significa que tanto no Parlamento como no Conselho haverá apenas uma única leitura. Este facto representa, naturalmente um desafio específico - o da disciplina. Na qualidade de Parlamento temos de ser disciplinados, porque, dito de uma forma simplista, teremos apenas uma hipótese. Não haverá repetição, não haverá uma segunda oportunidade. Um elevado número de aspectos terão de ficar definidos na reunião de conciliação. Para que o novo procedimento orçamental possa avançar de forma eficiente, no Outono, temos de trabalhar em conjunto e de ser disciplinados.

Este ano é igualmente excepcional, porque, devido à eleição tardia, a Comissão Europeia não teve possibilidade de apresentar a sua estratégia política anual. Por isso, é altamente excepcional e interessante que seja o Parlamento Europeu a manifestar as suas ideias, em primeiro lugar, e que as primeiras opiniões relativas ao orçamento de 2011 sejam emitidas pelo Parlamento Europeu, sob a forma deste relatório, e não pela Comissão Europeia, como era o caso nos anos ditos "normais".

O que mais torna 2011 tão especial? O orçamento para 2011 é o quinto orçamento no Quadro Financeiro Plurianual. Como é do vosso conhecimento, o Quadro Financeiro Plurianual cobre os anos de 2007 a 2013. Aprendemos bastante com os quatro processos orçamentais que antecederam o actual. Na Polónia, dizemos que chegámos à parede. Em Inglaterra, dizem que chegámos ao tecto. Não importa a forma como o dizemos, o facto é que estamos numa situação em que o Quadro Financeiro Plurianual está a ficar esgotado. Estamos, de facto, a ficar encostados à parede, com margens muito apertadas e em que o espaço de manobra do Parlamento, se é que existe, sofreu uma redução radical. As margens são diminutas. Particularmente preocupantes são as margens da Rubrica 1b, cerca de 1 milhão de euros, e da Rubrica 3b, cerca de 9 milhões de euros. Por esse motivo, as nossas opções são, obviamente, limitadas, sendo essa a razão de o relatório da Comissão de Orçamentos que elaborei, exigir, esperar e solicitar, de modo tão firme, uma revisão ambiciosa do Quadro Financeiro Plurianual, não apenas porque as citadas margens estão a chegar ao fim, mas também porque ao ser efectuada uma revisão torna-se necessário tomar em linha de conta as consequências orçamentais significativas do Tratado de Lisboa.

O Tratado de Lisboa confere novos poderes à União Europeia em áreas como a da política do espaço. O que é significativo é que também estabelece o Serviço Europeu de Acção Externa. Também se torna essencial uma reflexão sobre o orçamento e a forma como tencionamos levar a cabo a estratégia UE 2020. Nenhum destes compromissos estava previsto no Quadro Financeiro Plurianual. Importa iniciar agora um debate sobre o modo de financiar estes novos planos e ambições.

Gostaria imenso - e o relatório da Comissão dos Orçamentos encerra esta mensagem - que o princípio orientador do orçamento para 2011 fosse a juventude. Os jovens já são a força motriz e o futuro da Europa. A educação e o investimento na juventude são igualmente um investimento no presente e no futuro da Europa, da sociedade e da economia. Gostaria de salientar a importância que representa na vida de qualquer pessoa o momento de transição do ambiente escolar, da aprendizagem académica e da educação para o primeiro emprego. Este é um momento muito difícil, particularmente durante uma crise. A este respeito, gostaria de referir alguns dados estatísticos: 21% das pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos estão desempregadas. É muito importante que a União Europeia também não seja indiferente a este questão difícil e que trabalhemos juntos para que o momento difícil da transição do ensino para o mercado de trabalho se torne mais fácil para os jovens.

Gostaria de salientar que, numa época de mudança tecnológica em rápido avanço e também de alterações demográficas, devemos criar uma sociedade baseada no conhecimento, cujos cidadãos possam alterar as suas qualificações ao longo da vida e da carreira profissional, devendo ser-lhes dada a possibilidade de fazerem tais alterações e de poderem beneficiar do apoio da União Europeia ao longo deste processo. O apoio da União Europeia deve incluir programas de intercâmbio internacional e a nível académico, bem como de experiência prática e formação, inclusivamente no plano profissional. Este aspecto permitirá, ao mesmo tempo, elevar o nível de integração social e promover o fluxo de conhecimento, permitindo ao cidadão da União Europeia tornar-se verdadeiramente móvel. A mobilidade, como sabem, é, e com razão, uma liberdade fundamental consagrada nos Tratados e a base de um mercado interno eficiente.

(EN) Vou agora passar a falar em Inglês porque vou substituir Helga Trüpel. Por isso, intervenho agora numa outra qualidade, não só no que respeita ao orçamento da Comissão Europeia, como também ao orçamento do Parlamento e das outras Instituições. Preparei-me para discursar em Inglês, o que explica a mudança de língua.

Nesta fase do processo, o objectivo da resolução é apresentar um quadro geral – num contexto orçamental específico – e emitir delinear orientações para os orçamentos administrativos das diferentes Instituições, incluindo o Parlamento Europeu e excluindo a Comissão, sobre a qual falei anteriormente.

O contexto geral é marcado pelo facto de as circunstâncias em que o orçamento para 2011 será adoptado serem muito exigentes, porque a margem prevista para a rubrica 5 é muito limitada e porque a implementação bem sucedida do Tratado de Lisboa é a prioridade de todas as Instituições europeias. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa altera o procedimento de aprovação do orçamento e requer, por conseguinte, uma cooperação e um diálogo ainda mais estreitos entre as Instituições. A cooperação interinstitucional abrange vários aspectos – como as capacidades de tradução e o recrutamento –, podendo o intercâmbio das melhores práticas e o aumento da eficiência ser alcançados em domínios que, até agora, não foram examinados neste contexto, como o EMAS, as políticas de não discriminação e o teletrabalho.

A elaboração de uma estratégia imobiliária a médio e longo prazos há muito que tem sido uma preocupação da Comissão dos Orçamentos, não só no que respeita ao Parlamento, mas também às restantes Instituições. As incertezas quanto à dimensão e forma do orçamento para o Serviço de Acção Externa e à decisão do Tribunal relativamente à adaptação dos pagamentos tornam a situação financeira para a rubrica 5 ainda mais imprevisível.

Falando especificamente do orçamento do Parlamento Europeu, o documento de orientações da Mesa continha os seguintes objectivos para o orçamento do Parlamento: o desenvolvimento da capacidade dos deputados, no que respeita às possibilidades de investigação e fontes de informação; e a adaptação dos aspectos institucionais derivados do Tratado de Lisboa. Por conseguinte, a comissão salienta a excelência legislativa, que é uma prioridade máxima.

PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT

Vice-Presidente

Janusz Lewandowski, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, esta noite, estou disponível para ouvir. Estou aqui para ouvir as prioridades do Parlamento para 2011, da mesma forma que ouvi as orientações aprovadas pelo Conselho em 16 de Março. Concorde com os aspectos principais, bem como com a ideia de que este não é um processo anual habitual, por duas razões, já mencionadas pela relatora do Parlamento.

A primeira prende-se com o facto de nos estamos a adaptar ao ambiente pós-Tratado de Lisboa. Adaptámo-nos parcialmente, mas ainda há algum trabalho a fazer. É necessário que exista, mais do que nunca, uma boa cooperação entre as Instituições, devido à regra da leitura única do orçamento no Parlamento.

Foram já acordadas, na conciliação de Novembro, algumas disposições para o período transitório. Está em vigor desde 1975, e foi agora confirmado, um calendário pragmático, que permite a previsibilidade no orçamento. O que resta são as modalidades do Comité de Conciliação. Nesta fase, estas são essenciais, visto existir apenas uma única leitura do orçamento anual. Portanto, amanhã, no decurso de um trólogo, a Comissão apresentará as modalidades de debate e a forma como poderemos chegar a acordo quanto às especificidades da conciliação, antes de se iniciar o verdadeiro processo para 2011.

A segunda razão por que este processo anual é original é o facto de estarmos numa Europa de pós-crise, em que muitos dos Estados-Membros se estão a debater com défices orçamentais e com o endividamento e em que muitos deles se debatem com problemas ainda mais prementes. Por conseguinte, devemos, mais do que nunca, atribuir importância a uma sólida gestão financeira, a previsões exactas e à execução racional do orçamento.

São fáceis de identificar as rubricas orçamentais que parecem estar sub-financiadas. Neste caso, refiro-me às rubricas 1a e 4. É graças a este espírito de cooperação que se consegue modificar as Perspectivas Financeiras quatro vezes no decurso de um processo, ou seja, em quatro processos anuais.

As nossas conclusões deverão ser apresentadas no âmbito de um relatório sobre o funcionamento do Acordo Interinstitucional, que será divulgado na mesma data do Ante-Projecto de Orçamento, em 27 de Abril, e enviado ao Parlamento.

A nossa relatora, desta vez não minha, mas a do Parlamento, a senhora deputada Sidonia Jędrzejewska (os meus serviços estão a treinar a pronúncia correcta do nome da relatora), coloca, e bem, a juventude e as oportunidades para os jovens no centro do seu relatório. Por outras palavras, o relatório sobre as prioridades reforça claramente a rubrica 3. Esta refere-se à educação e ao lugar dos jovens no mercado de trabalho e, a este respeito, justifica-se perfeitamente face aos números do desemprego.

Mas é igualmente importante que cumpramos a promessa do plano de relançamento. Isso é igualmente importante para os cidadãos da Europa.

O que é fundamental é a implementação. Esta deverá atingir a velocidade de cruzeiro em 2011. Além disso, também é importante a eficiência da administração, e, a este respeito, tenho de sublinhar que a Comissão, apesar da adaptação ao Tratado de Lisboa, não solicitará novos postos de trabalho este ano.

O Ante-Projecto de Orçamento deverá ser aprovado no Colégio em 27 de Abril e, como é costume, ser imediatamente apresentado, no mesmo dia, aos membros da Comissão dos Orçamentos no Parlamento.

Como tal, aguardo com expectativa o início do processo para 2011. Prometo um bom espírito de cooperação, que será efectivamente necessário desta vez, tendo em conta os novos processos que terão de ser testados este ano.

Thijs Berman, *relator de parecer da Comissão do Desenvolvimento*. – (NL) Senhor Presidente, Senhor Comissário Janusz Lewandowski, numa situação de crise económica, é inevitável que também o orçamento da UE fique sob pressão; isso é perfeitamente natural. Também Bruxelas tem de prestar atenção à forma como gasta cada euro público. Não obstante – e falo aqui em nome da Comissão do Desenvolvimento –, o investimento nos países em desenvolvimento tem de continuar a ser uma prioridade. O crescimento sustentável nos países pobres dará às pessoas oportunidades de que não dispõem actualmente. Além disso, o seu desenvolvimento faz parte da solução para a nossa crise. Os países em desenvolvimento constituem um mercado, e um mercado em rápido crescimento. A Europa terá de gastar os seus fundos de forma mais inteligente, utilizando, por exemplo, uma combinação de subsídios e empréstimos para apoio no quadro do micro-crédito. Um melhor acesso aos serviços financeiros nos países pobres permitirá também que os seus cidadãos concretizem as suas ambições. Temos de proteger o orçamento da cooperação para o desenvolvimento, por muito difícil que isso seja. O Comissário Europeu para o Desenvolvimento, Andris Piebalgs, tem de continuar a assumir a responsabilidade pelo seu próprio orçamento, ao invés de a transferir para a Alta Representante, Catherine Ashton, como parece actualmente ser a intenção. Afinal de contas, as escolhas relativas à redução da pobreza não devem nunca depender dos nossos interesses diplomáticos.

José Manuel Fernandes, *em nome do Grupo PPE*. – Congratulo-me com o facto de podermos classificar o Orçamento de 2011 como o orçamento da juventude. Para tal contribui a aprovação de propostas que apresentamos para ajudar os jovens, por exemplo no acesso ao emprego, como é também exemplo o denominado *Erasmus Primeiro Emprego*. A promoção do empreendedorismo jovem, o incentivo e o reforço da inovação e da agenda digital são outras propostas que contribuem para o desenvolvimento económico sustentável, na Europa, e para a consequente criação de emprego.

Relativamente ao orçamento do Parlamento, é de referir que o Partido Popular Europeu defende um orçamento sustentável e rigoroso, onde cada despesa seja justificada. Consideramos, e por isso propomos, que se abandone um modelo de orçamento puramente incremental e que se avance para um orçamento *base zero*, que possibilite eficiência e, consequentemente, poupança. Para este conceito de sustentabilidade, de rigor e de eficiência, é urgente, por exemplo, a definição de uma política imobiliária de longo prazo.

Precisamos ainda de conhecer com rigor, de conhecer melhor o valor das despesas fixas. Deve ainda proceder-se a uma análise de custos-benefícios das várias políticas implementadas. Voltamos a insistir em que o objectivo prioritário do Parlamento deve ser a excelência legislativa e, para tal, a nossa Instituição deve ter os meios necessários para esse efeito. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que obriga a uma única leitura do orçamento, exigirá uma maior cooperação, um diálogo mais forte que, da nossa parte, será um diálogo leal. Em tal estaremos empenhados.

Francesca Balzani, *em nome do Grupo S&D*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as orientações relativas ao Orçamento para 2011 são o primeiro passo para o próximo orçamento europeu, um passo muito concreto.

Na Comissão dos Orçamentos fizemos um grande esforço para estabelecermos as principais prioridades identificáveis que marcam a acção europeia. A primeira é a juventude, não só porque é nesta que deverá ser

centrada a inovação, a investigação e o desenvolvimento, mas também por esta ser o ponto de partida fundamental para políticas sociais de grande visão.

Contudo, a estratégia UE 2020 constitui igualmente uma das principais prioridades: o combate ao desemprego e às alterações climáticas e, acima de tudo, a necessidade de aplicar genuína e concretamente esta nova estratégia para o futuro, atribuindo-lhe recursos suficientes, sem concessões, nem cortes.

No entanto, estas orientações também constituem um primeiro passo muito realista. Nas Perspectivas Financeiras há uma margem de manobra muito mais limitada, e isto significa que não existem recursos suficientes para levar a cabo o que é mais importante: novas acções. Esta é uma questão particularmente sensível no que toca à primeira rubrica, relativa à competitividade, crescimento e emprego.

Porém, há outra questão importante: o orçamento também tem de ser altamente flexível e de ser capaz de responder rapidamente às necessidades dos cidadãos, às necessidades das populações e às necessidades de mudança. Portanto, existem prioridades, mas existem também condições essenciais para que o orçamento seja verdadeiramente um instrumento útil para ajudar a Europa a crescer.

Entre aquelas incluem-se a existência de recursos suficientes, a implementação bem definida das estratégias futuras, sobretudo da estratégia UE 2020, e, por fim, uma solução definitiva para um instrumento flexível que – por si só – possa permitir-nos enfrentar os desafios do futuro.

Ivars Godmanis, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de salientar três aspectos.

Em primeiro lugar, relativamente aos Fundos Estruturais - aproximadamente 35% do orçamento. Comparativamente ao período de 2000-2006, o nosso desempenho fica-se apenas pela metade. A actual taxa de absorção em todos os fundos é de 14%, quando anteriormente era de 25%. Por isso, a questão que se coloca é de saber como considerar, como repartir e como executar esta parte do orçamento, para que não tenhamos uma situação em que essas verbas não sejam utilizadas. Por outro lado, esses montantes poderá constituir uma reserva.

Em segundo lugar, temos de proceder a alguns reembolsos referentes a pedidos do período anterior, e a Comissão planeou disponibilizar cinco mil milhões para esse fim. Todavia, nos países em que não foram reivindicados mais de seis meses de reembolso, creio que não será pedido o montante total. Põe-se também a questão de saber se o dinheiro virá a ser utilizado ou não.

Gostaria ainda de dizer algo acerca de duas questões muito sérias que se prendem com às transições orçamentais de exercício para exercício. No orçamento de 2009 para a agricultura, os pagamentos, no que se refere ao desenvolvimento rural, sofreram uma redução de 2 mil milhões de euros comparativamente a 2008. Hoje, os montantes a pagar são muito mais elevados, mas a questão que se coloca é saber se todos os projectos serão ou não cumpridos em 2010.

Por último, relativamente ao Sétimo Programa-Quadro, se considerarmos a rubrica 1a que lhe diz respeito, os pagamentos efectuados, em 2009, foram significativamente inferiores aos de 2008. Interessa, por isso, saber se a repartição será satisfatória, para que possamos planear o orçamento de acordo com a situação. Temos também muitas outras necessidades noutras áreas. Como tal, são ou não reservas?

Zbigniew Ziobro, em nome do Grupo ECR. – (PL) Senhor Presidente, a proposta de resolução do Parlamento Europeu sobre as prioridades para o orçamento de 2011 contém um número que nos recorda que o financiamento destas prioridades não deve funcionar em detrimento de políticas da UE, como as políticas estruturais, de coesão ou agrícola comum. Esse número tem a natureza de um requisito aparentemente necessário, à luz das prioridades orçamentais anteriormente definidas. De facto, essas prioridades deixam muito a desejar.

A panaceia para a doença da crise que está a consumir a Europa parece ser, antes de mais, a inovação. Contudo, a proposta não considera o facto de que as regiões mais pobres da União não têm, frequentemente, à disposição as condições para o desenvolvimento da inovação. Na realidade, há países em que os fundamentos de uma economia moderna só agora estão a começar a aparecer. Se a Europa pretende ser um continente de igualdade de oportunidades, a resposta para esta situação passa, sobretudo, pela política de coesão e pela política estrutural. Especialmente durante uma crise, não devemos esquecer-nos deste aspecto da política da UE, em especial, do aspecto da solidariedade, de modo a não perpetuarmos a divisão do continente em ricos e pobres.

Miguel Portas, em nome do Grupo GUE/NGL. – Iniciamos hoje o debate sobre as grandes orientações para o Orçamento de 2011 e a prioridade que é sugerida é a da juventude, em particular no momento ou no período

de vida que assinala a transição entre os estudos e o mercado de trabalho. Em si mesma, esta escolha é de saudar.

Propõe-se, por exemplo, a criação de um *Erasmus Primeiro Emprego* e a questão, em política, é que o diabo mora nos detalhes. De que falamos quando falamos de um *Erasmus Primeiro Emprego*? Como vamos concretizá-lo? Desviando verbas do *Erasmus* para estudantes ou criando um novo programa com dinheiro fresco? Não é um pormenor, como não é um pormenor saber se este *Erasmus* é para empregos precários ou se, pelo contrário, é para empregos dignos, que possam ser uma aposta com horizonte para os jovens. É, afinal, um programa de combate ao desemprego juvenil, como deve ser? Ou pode acabar por ser um programa para esconder o desemprego? E é com este exemplo que entro na substância do debate: a urgência de 2011 será ainda o desemprego que alastra na União. É o desemprego que nos confronta com as nossas responsabilidades.

Deveria desafiar o orçamento europeu, mas o orçamento para 2011 é refém de um quadro financeiro decidido para sete anos e que não foi tocado, apesar da crise. Sem uma revisão profunda e exigente desse quadro financeiro, o orçamento que viermos a aprovar, no fim do ano, condena-se à continuidade e à mediocridade mesmo que aproveemos as melhores prioridades deste mundo. É que elas não passarão de intenções com reflexos marginais na própria estrutura do orçamento.

Marta Andreasen, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente, o aumento de 6,5% proposto para o orçamento do Parlamento para o exercício de 2011 constitui mais uma indicação do grau de afastamento desta Câmara relativamente ao mundo real e aos interesses dos seus eleitores.

Como podemos nós explicar aos nossos constituintes em tempos normais, quanto mais em tempos de crise, que os custos totais que estão a pagar por cada um de nós excedem 2 milhões de libras esterlinas por ano? Como podemos dizer-lhes que, se quiserem um Parlamento de alto nível – de que alguns se orgulham – esta é a factura que terão de pagar? Como explicamos a todos aqueles que estão a perder os empregos que nós, deputados ao Parlamento Europeu, precisamos de mais pessoal por causa do Tratado de Lisboa? Ou que as pessoas mandatadas para exercer as suas funções neste Parlamento precisam de um aumento dos seus subsídios, porque trabalham mais?

Os 15% de jovens desempregados no Reino Unido, ou, pior ainda, os 45% de jovens desempregados em Espanha, não compreenderão de que forma este aumento os ajudará a arranjar emprego. Muitos deles possuem bastantes habilitações. Apenas lhes faltam oportunidades de emprego. Honestamente, eu não saberia responder-lhes se me colocassem esta questão.

Será que alguém pode explicar aos meus eleitores de que forma o facto de este Parlamento ter duas sedes, uma em Bruxelas e outra em Estrasburgo, os ajudará a pagar as suas hipotecas e a alimentar e educar os seus filhos, tendo em conta que estas duas sedes são responsáveis por uma grande parte dos 2 milhões de libras esterlinas de despesas de que falei há pouco?

Quanto à Comissão, é muito positivo falar sobre objectivos nobres como o investimento nas áreas da juventude e da educação, a promoção do estudo de línguas e o fomento da inovação para o desenvolvimento económico e a criação de empregos na Europa, mas o relatório dos auditores não nos conforta quanto ao modo como os fundos da União Europeia estão a ser gastos, nem os compromissos pendentes demonstram a eficácia do planeamento da UE.

Não será tolerada qualquer proposta de aumento do orçamento...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Angelika Werthmann (NI). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as prioridades do orçamento da União Europeia para 2011 giram em torno da crise económica e financeira. Associados a isso estão os esforços positivos conjuntos no sentido da implementação de uma estratégia de saída da crise que seja o mais abrangente e socialmente justa possível.

Gostaria de abordar dois aspectos. Em primeiro lugar, um elemento central do orçamento para 2011 é a ênfase na juventude. Desempenhará certamente um papel fundamental no futuro da Europa. O investimento na juventude significa pensar hoje na Europa de amanhã.

Em segundo lugar, a actual situação demonstra muito claramente a rapidez com que os empregos podem ser destruídos, até mesmo numa zona económica forte. A estratégia UE 2020 também se centra na inovação.

As esperanças legitimamente associadas à mesma permitirão a criação de novos postos de trabalho e a redução das dificuldades sociais.

László Surján (PPE). – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, todos sabemos que o orçamento da União Europeia precisa de reformas profundas. Porém, também sabemos que estas reformas não podem ser implementadas no quadro de um orçamento anual. Qual é o nosso problema? O nosso grande problema é que este é um orçamento extremamente inflexível. Só com grande dificuldade poderemos enfrentar adequadamente os desafios quotidianos, ou, até mesmo, os desafios anuais. E existe, obviamente, pouca margem de manobra, porque as opções são limitadas. A relatora elaborou uma proposta equilibrada. Teve em conta as realidades da situação e formulou objectivos concretos. Espero que o Parlamento siga e apoie o documento e a proposta que temos em mãos.

O facto de nos voltarmos para a juventude é particularmente positivo, pois, se assim não for, a juventude afastar-se-á de nós, afastar-se-á do conceito de Europa. Gostaria de falar durante mais alguns minutos sobre a política de coesão. A política de coesão não é uma política de beneficência. É verdade que existem enormes disparidades entre as regiões desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Procuramos eliminar essas diferenças ou, pelo menos, atenuá-las. Mas, quando ajudamos uma região a desenvolver-se, é a competitividade de toda a Europa que é incrementada, e nós crescemos mais fortes e de forma mais significativa face à concorrência mundial, partindo do princípio, obviamente, que os Estados-Membros aproveitam das oportunidades existentes, que as somas não ficam por executar e, sobretudo, que o dinheiro gasto produz resultados. Caso contrário, o desperdício será enorme. E, se os programas colocados em prática não produzirem os resultados necessários, esse desperdício será ainda maior do que o causado pelo facto de existirem duas sedes. Espero que haja progressos a este respeito. A Comissão dos Orçamentos faz questão de que tiremos proveito do nosso dinheiro. Agradeço a vossa respeitosa atenção.

Derek Vaughan (S&D). – (EN) Senhor Presidente, saúdo este relatório sobre as orientações para o orçamento do Parlamento, bem como o debate sobre as nossas prioridades para a assegurar que o Parlamento possa desempenhar a sua função.

O relatório inicial talvez tenha sido compreensivelmente vago e generalista. Contudo, as alterações submetidas em fase de apreciação em comissão vieram clarificar os aspectos importantes. A Comissão dos Orçamentos procurou equilibrar a necessidade de reconhecermos as nossas responsabilidades na sequência do Tratado de Lisboa com a necessidade de reduzirmos ao máximo as despesas, o que é particularmente importante com margens e finanças públicas tão limitadas. Estou seguro de que todos os senhores deputados terão esse aspecto em consideração.

Essa a razão por que é fundamental que definamos as nossas prioridades nestas orientações, e elas não têm, obviamente, apenas a ver com despesas. Têm também a ver com a identificação de possibilidades de poupança e com a melhor utilização possível do dinheiro.

Por conseguinte, congratulo-me com o facto de, por exemplo, a necessidade de um sistema integrado de gestão de conhecimentos, que reuniria todas as fontes de informação para os deputados e os cidadãos, ser amplamente aceite.

A análise da Europarl TV, para se averiguar a sua eficácia, é igualmente desejável. Creio ser também essencial a avaliação do subsídio de secretariado e dos custos globais da contratação de mais pessoal, incluindo o alojamento, assim como o é a apresentação de uma estratégia imobiliária a médio e longo prazos para o Parlamento e as outras Instituições, com as quais talvez devêssemos estar a trabalhar muito mais de perto.

E, claro, há sempre a difícil questão do limite de 20% acordado há muitos anos. Eu e a Comissão dos Orçamentos somos da opinião de que quaisquer alterações a esses 20% devem ser objecto de debate entre a Comissão dos Orçamentos e a Mesa e, por fim, entre todas as Instituições. Não deverá ser uma decisão unilateral.

O Grupo S&D apresentou mais algumas alterações, para votação amanhã, que acredito venham melhorar ainda mais as orientações. Uma das alterações salienta a dificuldade de se incluírem todas as despesas administrativas na rubrica 5; outra exige a publicação em tempo útil das orientações e das estimativas para assegurar que tomamos as nossas decisões de forma adequada e atempada. Espero que amanhã os colegas apoiem estas e outras alterações que visam melhorar as orientações.

Também espero que os colegas reconheçam que, após a ratificação destas orientações, teremos de encetar discussões difíceis sobre as estimativas recentemente publicadas pelo Secretário-Geral. Só então poderemos

começar a debater as nossas prioridades e só então faremos um debate adequado para alcançar o equilíbrio entre o funcionamento deste Parlamento e a máxima redução possível das nossas despesas.

Carl Haglund (ALDE). – (SV) Senhor Presidente, em tempos económicos difíceis como os que estamos a viver, as questões orçamentais tornam-se complicadas e sensíveis. As orientações para o orçamento de 2011 também incluem o orçamento do próprio Parlamento. As despesas da rubrica 5 têm sido habitualmente repartidas de modo a atribuir ao Parlamento uma parcela inferior a 20%.

Devido ao Tratado de Lisboa, as pessoas estão agora a dizer que o Parlamento devia absorver uma proporção maior dos fundos. Examinar a necessidade acrescida de recursos que poderá decorrer das novas competências do Parlamento é algo que se justifica sem dúvida, e já recebemos mais dinheiro para 2010 precisamente devido ao Tratado de Lisboa.

Por outro lado, o Tratado de Lisboa não pode ser usado como uma espécie de nova máquina Multibanco do Parlamento. Também necessitamos de tornar a nossa própria organização mais eficiente e de tentar fazer economias onde isso for possível, de modo a conseguirmos dessa forma financiar eventuais necessidades adicionais.

As pessoas, agora, também estão a pedir dotações maiores para os funcionários que dão apoio aos deputados do Parlamento Europeu no seu trabalho. Trata-se decerto de uma intenção boa, mas é interessante verificar, por exemplo, que os deputados do meu grupo sentem quase todos que não há uma necessidade urgente de o fazer e que não é necessário fazê-lo nestes tempos economicamente difíceis que estamos a atravessar.

As orientações que vamos aprovar hoje são boas, e penso que as devíamos encarar como um desafio para examinarmos as nossas despesas com um espírito crítico.

Peter van Dalen (ECR). – (NL) Senhor Presidente, estamos a viver tempos difíceis em termos financeiros e económicos. Está-se a apertar o cinto por toda a parte, e as autoridades públicas também estão a ter de controlar as despesas e de fazer economias. Além disso, os cidadãos têm pouca confiança nas políticas europeias, e isso preocupa-me muito. Por conseguinte, gostaria de fazer duas sugestões no que respeita à apreciação do próximo orçamento. Em primeiro lugar, nós, deputados do Parlamento Europeu, devemos todos ter, em relação aos 4200 euros por mês que recebemos para despesas gerais, a mesma obrigação de prestar contas que temos em relação a todos os nossos outros subsídios. Neste momento isso não acontece, e não se trata propriamente daquilo que considero uma situação transparente. Além disso, irei apresentar uma alteração sobre este assunto quando debatermos o relatório do senhor deputado Staes no nosso período de sessões de Abril.

Senhor Presidente, o segundo ponto que quero focar diz respeito aos orçamentos dos gabinetes de informação nacionais do Parlamento Europeu. Considero esses orçamentos particularmente generosos e considero que devem ser reduzidos em um terço ao longo de um período de três anos. Apelo aos colegas para apoiarem estas propostas. Isso demonstrará o nosso desejo de transparência e a nossa intenção de não atribuirmos a nós mesmos um tratamento especial.

Bastiaan Belder (EFD). – (NL) Senhor Presidente, o orçamento para 2011 coloca-nos perante as prioridades da União Europeia. Nestes tempos economicamente difíceis, a União deve compreender, em primeiro lugar, que os seus recursos vêm dos Estados-Membros, que estão a ser obrigados a fazer reduções drásticas. Não são, portanto, apenas os Estados-Membros que têm de fazer cortes; a UE também deve reduzir os seus fundos públicos e definir melhor os objectivos dos seus gastos.

Tenho uma pergunta de fundo sobre a prioridade que a relatora atribui à juventude. De um modo geral, os assuntos sociais e os assuntos relacionados com os jovens são tratados de uma forma bastante satisfatória pelos Estados-Membros. No entanto, gostaria de chamar a atenção para uma questão em que o apoio da UE é verdadeiramente indispensável. O relatório fala da transição dos jovens do ensino para o mercado de trabalho. Gostaria de perguntar à relatora se também pensa dedicar atenção às necessidades específicas dos jovens vulneráveis. Estou a pensar concretamente nos jovens que cresceram em lares de crianças e que sofrem de uma carência aguda de orientação profissional. No mês passado, durante uma visita à Bulgária, vi um exemplo verdadeiramente inspirador daquilo que estou a dizer. Saúdo sinceramente o apoio europeu a iniciativas deste género por parte dos Estados-Membros, por exemplo, no contexto dos Fundos Estruturais. Estou a contar convosco.

Nick Griffin (NI). – (EN) Senhor Presidente, a prioridade mais importante de qualquer orçamento é gastar apenas o seu próprio dinheiro. Quando se gasta o de outra pessoa sem a sua autorização não é um orçamento mas sim um roubo.

Os contribuintes britânicos são espoliados da bela quantia de 6,4 mil milhões de libras por ano em pagamentos directos à UE, e continuam a negar-nos o nosso referendo. Tirarem-nos esse dinheiro sem um mandato democrático não é um crime sem vítimas. Cinquenta mil dos nossos pensionistas morreram de frio no Inverno passado porque não tinham dinheiro para pagar o aquecimento das suas casas. Os nossos soldados são mortos por bombas dos Talibãs porque não temos dinheiro para financiar veículos à prova de explosão. Há milhares de doentes que sofrem de cancro aos quais são negados medicamentos caros que lhes poderiam salvar a vida. 6,4 mil milhões de libras chegariam para corrigir todos estes males e ainda sobraria o suficiente para construir oito novos hospitais e 50 escolas.

Devia haver apenas uma prioridade orçamental - reduzir os gastos e deixar de roubar a Grã-Bretanha. Os nossos pensionistas, soldados e vítimas de cancro necessitam mais de dinheiro do que a UE. Para os senhores deputados trata-se de um orçamento. Para aquelas pessoas trata-se de uma questão de vida ou de morte.

Salvador Garriga Polledo (PPE). – (ES) Senhor Presidente, dou as boas-vindas ao Senhor Comissário Lewandowski, um velho amigo desta Assembleia, que agora se senta num sítio diferente dos deputados.

Quero também saudar o regresso ao sistema tradicional das orientações orçamentais. Penso que é uma medida positiva porque, desta maneira, o Senhor Comissário pode tomar conhecimento das prioridades orçamentais do Parlamento antes de elaborar o orçamento definitivo.

As coisas que o Senhor Comissário está a ouvir ou vai ouvir hoje são muito diferentes das que ouve certamente todos os dias dos vários quadrantes que exercem pressão sobre ele para que os deixe terem um orçamento maior.

Nós, no Parlamento, não vamos exercer pressão sobre ele para já. Tal como o Senhor Comissário sabe, iremos fazê-lo a partir de Setembro. Para já, só queremos que o Senhor Comissário Lewandowski compreenda muito claramente o que representam as prioridades orçamentais do Parlamento. Representam as nossas sugestões.

Todos os dias surgem novos desafios para o orçamento de 2011. Já temos novas pressões na categoria quatro, em que vamos permitir uma margem muito apertada, que se tornará ainda mais apertada devido à necessidade de incluir a Estratégia para o Mar Báltico.

Vamos ter pressões na agricultura, não só porque estamos a utilizar a co-decisão pela primeira vez, mas, sobretudo, porque tencionamos utilizar esse processo através do Parlamento e não aceitaremos novos cortes no orçamento agrícola para financiar outras áreas. Teremos também, evidentemente, de resolver a questão sempre problemática da categoria cinco: os custos administrativos e uma maior transparência.

Uma última coisa: esta Assembleia está muito aberta à ideia de poupar dinheiro tanto do orçamento da UE como do orçamento do Parlamento. Aquilo a que nós, os grupos políticos, não estamos abertos, creio, é a tolerar a demagogia de certas pessoas que a adoptam como forma de conduzir a política.

Göran Färm (S&D). – (SV) Senhoras e Senhores, e, em particular, Senhor Comissário Janusz Lewandowski, nosso antigo colega, a quem desejo dar as boas-vindas ao regressar a este hemiciclo.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à senhora deputada Jędrzejewska, que produziu um excelente relatório. No entanto, o Grupo Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu apresentou alterações a dois parágrafos, que consideramos importantes.

Em primeiro lugar, temos de tornar claro que as alterações climáticas continuam a ser uma das grandes prioridades. Não podemos abrandar as pressões quanto a este assunto devido ao fracasso de Copenhaga; o que devemos fazer é trabalhar esforçadamente para realizarmos a nossa própria tarefa, nomeadamente encontrar soluções para o problema do financiamento.

Em segundo lugar, no que respeita à Estratégia Europa 2020: a nossa estratégia exige que a União também invista na execução da estratégia e no seu melhoramento. Temos de lutar pró-activamente com vista a desenvolver a economia e em prol de uma agenda social ambiciosa, duas áreas que necessitam simplesmente que lhes seja conferida mais substância.

Entre outras coisas, temos de enviar uma mensagem clara aos Estados-Membros e ao Conselho explicando que será necessário rever os limites máximos orçamentais, especialmente na rubrica 1 do orçamento, que é a que se relaciona com o crescimento e o emprego.

No que respeita ao orçamento do próprio Parlamento, mesmo que tenhamos necessidades significativas, não podemos deixar de ter em conta a situação económica nem de nos impormos a nós mesmos limitações substanciais. Em todos os outros aspectos, porém, temos de procurar formas de efectuar poupanças e aumentar a eficiência. Isto é especialmente relevante, já que a rubrica 5 do orçamento, relativa à administração, está demasiado sobrecarregada. Discutimos recentemente o Serviço de Acção Externa, por exemplo, que irá certamente necessitar de recursos adicionais.

Temos de nos concentrar na tarefa fundamental do Parlamento e de exercer muita contenção noutras áreas.

Geoffrey Van Orden (ECR). – (EN) Senhor Presidente, em tempo de crise económica, perante os cortes de despesas públicas que estão a ser efectuados nos países europeus, todas as instituições da UE devem estar a pensar em formas de reduzir custos e o esbanjamento de recursos.

O Parlamento deve dar o exemplo. Em vez disso, continua a agir de uma forma autocomplacente, permitindo que os seus custos e recursos humanos aumentem constantemente sem qualquer intenção de contenção. Em qualquer outra organização, as novas prioridades seriam respeitadas mediante reduções compensatórias noutras áreas, mas não nesta Assembleia, ao que parece. Os deputados ao Parlamento Europeu são o alvo principal das críticas do público, mas é o peso da burocracia inflacionada, são os excessos desnecessários e os edifícios redundantes que custam dinheiro.

Como podem continuar a justificar o orçamento de autopromoção do Parlamento de 94 milhões de libras por ano, dos quais 8 milhões são gastos no Europarl TV, que é totalmente supérfluo, e nesse projecto bizarro de uma Casa da História Europeia, cujo custo é de 2 milhões de libras? É ridículo manterem os chamados gabinetes de informação em todos os Estados-Membros, cujo custo anual é de 40 milhões, quando compete aos 736 deputados ao Parlamento Europeu responderem a todas as perguntas dos seus eleitores.

É um escândalo permanente que este Parlamento não tenha exigido aos governos dos Estados-Membros que acabem de uma vez por todas com o circo de Estrasburgo. Temos de enviar aos nossos governos uma mensagem clara sobre este assunto, a fim de pouparmos 200 milhões por ano.

Ingeborg Gräßle (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de iniciar a minha intervenção falando sobre o orçamento da Comissão. Nutro especial interesse pelo Serviço Europeu de Acção Externa. Porém, este ainda não é abrangido pelo orçamento que o Comissário irá apresentar em breve. Ainda assim, saber quais serão os seus custos é, para nós, de fundamental importância. Sou a favor da inclusão deste serviço no quadro funcional da Comissão, pois é nele que deve ser integrado. Uma coisa é certa: o que acontecer neste serviço irá ter consequências significativas no orçamento, inclusive em matéria de programas plurianuais. A administração dos programas plurianuais não pode ser exterior à Comissão. Não o podemos permitir, seja em que circunstância for.

A nossa escolha quanto ao estatuto jurídico deste serviço será de grande importância, porquanto as consequências orçamentais decorrerão directamente da mesma. Assim sendo, o mais interessante sobre este orçamento é o que ele não inclui. Esperamos muito sinceramente que o Senhor Comissário possa em breve fornecer números indicativos das despesas totais. Em 2011 - isso é já por de mais evidente -, os domínios onde teremos mais despesas - incluindo neste serviço -, nomeadamente, as rubricas relativas à administração, são também aqueles em que temos uma margem de manobra mínima. Está tudo contabilizado, até ao último cêntimo. Assim, apoio a ideia de olharmos imediatamente para o Estatuto dos Funcionários, a fim de encontrarmos maneiras de conseguir economias. Tenho também uma sugestão a fazer quanto à licença especial para funcionários e assistentes que trabalham nos Estados-Membros, cujas viagens para os seus países de origem para usufruto da licença especial se baseiam na modalidade das viagens de comboio. Esta base das viagens de comboio deve ser eliminada, devendo-se antes dar atenção aos bilhetes de avião e aos tempos de voo.

Passo agora ao orçamento do Parlamento. Qualquer pessoa que trabalhe no Parlamento - algo que, infelizmente, não se pode dizer de todos os deputados - precisa de pessoal de apoio. Por isso, gostaria de apelar especificamente a que nos dotemos dos meios adequados para podermos trabalhar. No entanto, não creio que seja adequado criar uma ligação com a política imobiliária, pois temos também círculos eleitorais e podemos celebrar contratos de serviço. A Mesa deveria ter a amabilidade de não preocupar os deputados por este motivo.

Para terminar, tenho ainda outro pedido. O Presidente do Conselho Europeu ainda não está referido no orçamento. Seria bom que pudéssemos também contemplar a sua existência no mesmo.

Martin Ehrenhauser (NI). – (DE) Senhor Presidente, precisamos de uma UE diferente, bem como de um orçamento da UE diferente. Penso que precisamos de coragem para tomar decisões importantes. Não devemos, seguramente, deter-nos em minúcias técnicas.

Gostaria de tecer três comentários sobre o orçamento da UE. Em primeiro lugar, precisamos de transparência no orçamento da UE. Qual é, por exemplo, o nível das despesas administrativas? O actual orçamento da UE não fornece quaisquer informações realistas sobre este aspecto.

O meu segundo comentário respeita às economias. É muito fácil economizar milhares de milhões no orçamento da UE sem reduzir a qualidade dos serviços prestados pelas instituições da UE. Podíamos, por exemplo, encerrar um grande número de agências da UE. Depois, há o segundo hemisfério em Estrasburgo. Talvez devêssemos discutir a utilidade dos organismos sem um domínio de competência, como o Comité das Regiões ou o Comité Económico e Social.

Em terceiro lugar, como é o dinheiro aplicado? O dinheiro deve ser dado, ou restituído, à sua origem, ou seja, aos contribuintes. Obviamente, devemos utilizá-lo também para patrocinar bons projectos - estou a pensar, por exemplo, num verdadeiro programa Erasmus destinado a estagiários. Penso que precisamos de coragem. Fariamos todos bem em tê-lo presente.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento Europeu adquiriu competências adicionais significativas. Chegou a altura de, em conjunto, tomarmos decisões sobre o dinheiro que sai dos cofres da UE. Todavia, precisamos igualmente de tempo para que este mecanismo comece a funcionar. É um facto que este exercício e os exercícios seguintes serão cruciais para estabelecer o formato final do novo processo orçamental. Só com o Parlamento, o Conselho e a Comissão a trabalharem conjuntamente e em parceria é que será possível desenvolver um processo o mais conforme possível com as disposições do novo Tratado.

Gostaria de manifestar o meu apoio ao apelo de se aumentar o orçamento comunitário para o Parlamento dar conta das novas responsabilidades que, com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, se lhe deparam. É indiscutível que o Parlamento necessita dos meios adequados para desempenhar as suas funções de forma eficaz. O Parlamento tem uma responsabilidade crescente, razão pela qual, na qualidade de deputados, carecemos de mais aconselhamento, de pareceres de peritos e especialistas e do apoio de toda uma variedade de profissionais. Isto tem de ser pago.

Outra prioridade, apresentada no relatório e totalmente merecedora de apoio, é a necessidade de um maior investimento na juventude e, consequentemente, na educação, que representa o alicerce de uma sociedade moderna e inovadora. No contexto da corrida tecnológica, a Europa segue ainda no enalço dos EUA, do Japão e de outras novas potências mundiais. Esta é, porém, uma situação que podemos certamente alterar, mas não sem despesas avultadas.

No âmbito da luta contra a pobreza, devemos financiar programas como a distribuição gratuita de alimentos entre os mais pobres. Devemos desenvolver programas como os que disponibilizam leite e fruta às escolas. A relevância discursiva que estamos a dar à educação e à economia baseada no conhecimento impede-nos de tolerar a malnutrição entre as crianças e os jovens.

Está em fase de elaboração a estratégia para o crescimento económico da União Europeia nos próximos 10 anos (Europa 2020). Nesta matéria, é necessário ter em conta as despesas que serão contraídas em resultado dessa estratégia, e precisamos de o fazer já, enquanto trabalhamos o orçamento. Para a estratégia ser bem sucedida, serão necessárias mais despesas nos domínios da coesão a nível regional e europeu, da promoção do emprego e do combate aos efeitos da crise.

Por último, gostaria de agradecer à senhora deputada Jędrzejewska a forma bastante substantiva e inovadora como formulou as prioridades do orçamento para 2012.

Maria Da Graça Carvalho (PPE). - A juventude, a ciência e a inovação estão no cerne das prioridades do próximo orçamento da União Europeia. Investir na juventude é investir no futuro. A educação, a formação profissional e a transição do sistema educativo para o mercado de trabalho estão no centro das preocupações deste orçamento.

Os jovens licenciados estão a ser cada vez mais atingidos pelo desemprego. Considero, por isso, que o programa de mobilidade *Erasmus Primeiro Emprego* é uma aposta estratégica no futuro, ao estabelecer uma ligação clara entre o sistema de educação e o mercado de trabalho. A proposta para a criação do programa *Erasmus Primeiro Emprego*, que apresentei juntamente com o Deputado José Manuel Fernandes, é baseada nos seguintes princípios: primeiro, financiamento adicional aos programas já existentes na área da educação, ciência, formação e inovação; segundo, cada acção terá uma componente de formação e uma componente em que o formando terá um contrato com uma empresa europeia inovadora e que será co-financiado pelo orçamento europeu.

Sublinho ainda, como outras prioridades deste orçamento, as áreas da investigação científica, inovação e agenda digital. Este orçamento concentra ainda esforços no apoio ao desenvolvimento de tecnologias limpas e inovadoras, dando um contributo essencial para a retoma económica e para a dinamização das PME. A aposta na juventude, na inovação e na ciência, é a chave para recolocar a Europa na liderança a nível mundial.

Piotr Borys (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhor Comissário Lewandowski, Senhora Deputada Jędrzejewska, em primeiro lugar, gostaria de felicitar a senhora relatora pelo seu excelente relatório. Naturalmente, a situação económica da União Europeia continua a não ser satisfatória, mas o relatório indica, em larga medida, caminhos para criar um valor acrescentado europeu.

Acho que dar especial atenção aos jovens nas prioridades a médio e longo prazo é uma excelente ideia para ajudar a resolver os nossos problemas. Considero que manter as tendências em matéria de inovação e a ênfase na tecnologia digital são bons exemplos do rápido desenvolvimento da União Europeia. O apoio às pequenas e médias empresas, principalmente nas regiões mais desfavorecidas, é também um ponto interessante.

Todavia, valerá também a pena realçar que, no domínio da mobilidade, se irá levantar a questão da política de investimento na Rede Transeuropeia de Transportes e as questões afins. Penso ser fundamental investir na juventude, pelo que gostaria de manifestar os meus agradecimentos, bem como os da Comissão da Cultura e da Educação, por todos os esforços envidados com o objectivo de apoiar as medidas relativas ao investimento nos jovens.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) O orçamento de 2011 tem de considerar as novas competências da União Europeia, assim como as consequências da crise económica e financeira. A nossa prioridade tem de ser manter os postos de trabalho existentes e criar novos.

Creio que a União Europeia tem de investir numa política industrial inteligente e ambiciosa. Não é aceitável que, em 2010, a indústria represente apenas 14% do PIB em Estados-Membros importantes.

Por conseguinte, o orçamento de 2011 tem de considerar a redefinição das prioridades orçamentais, tarefa que os Estados só podem levar a cabo em 2010, durante a revisão intercalar das Perspectivas Financeiras para o período de 2007-2013.

As prioridades têm de centrar-se nas infra-estruturas de transportes, na eficiência energética, na política industrial e na investigação, na agricultura, na educação e na saúde. Aguardamos que a Comissão apresente, no corrente ano, uma proposta sólida de criação de um fundo europeu visando especificamente o desenvolvimento das infra-estruturas de transportes. A contribuição da UE para este fundo será também contemplada no orçamento para 2011.

João Ferreira (GUE/NGL). - A situação económica e social na UE exige, para 2011, uma substancial alteração das prioridades que têm orientado os orçamentos anteriores, incluindo o actual de 2010. Exige que o orçamento esteja ao serviço de políticas bem distintas das que conduziram ao desemprego mais de 23 milhões de pessoas e que colocaram em risco de pobreza mais de 85 milhões.

Há que rever os objectivos de um quadro financeiro plurianual que reduziu os Fundos Estruturais a 0,37% do Rendimento Nacional Bruto da UE, o que implicou reduções em programas de natureza social e ambiental e nos domínios da investigação, da educação e da cultura.

Os orçamentos futuros deverão ser instrumentos ao serviço da coesão económica e social, entendida como mais do que letra morta nos Tratados, ao serviço do pleno emprego, com direitos, do investimento e dos serviços públicos, da protecção do ambiente, da cooperação e da paz. E não um instrumento ao serviço da mercantilização de aspectos crescentes da vida social, das liberalizações, da precariedade laboral, do desemprego estrutural, do intervencionismo externo e da guerra. É este o sentido das alterações que apresentámos ao relatório: mostrar que existe uma alternativa e que ela é não só possível, como necessária.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, gostaria de me referir à rubrica 5, mais especificamente à estratégia no domínio imobiliário. Importa delinear uma estratégia imobiliária a médio e longo prazo bem sucedida, que seja amiga do ambiente e vise a eficiência em termos energéticos e de custos. Necessitamos igualmente de debater abertamente o que implica termos três locais de trabalho para o Parlamento Europeu. As tremendas despesas destas diferentes instalações são muito difíceis de justificar perante os cidadãos e os contribuintes da UE, em especial numa época de crise económica. É tempo de realizar uma análise de custos minuciosa e exaustiva, e de a difundir junto de todos os cidadãos da UE.

O Parlamento Europeu deve estar sediado num único local. Pessoalmente, tendo em conta o seu papel de ponte histórica e sócio-cultural, preferiria Estrasburgo, mais ainda pelo facto de Bruxelas estar mergulhada em criminalidade, de haver partes da cidade a cair na anarquia e de a polícia ter desistido de enfrentar os problemas. Os próprios políticos do município, entre os quais o edil, Freddy Thielemans, o admitem.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Faço um apelo para que o orçamento da União Europeia para 2011 reflecta melhor a política de juventude, apoiando-a. É necessário apoiar os jovens tanto a nível comunitário, como a nível nacional.

Um dos projectos que o Governo romeno está a utilizar neste sentido, para apoiar os jovens, é a construção de 100 000 habitações para eles nos próximos três anos.

Congratulo-me ainda com o objectivo da Comissão Europeia de atribuir 3 milhões de bolsas Erasmus a estudantes até 2012. No entanto, é igualmente muitíssimo importante aumentar o financiamento para bolsas Erasmus Mundus. Tal permitirá a um número ainda maior de estudantes e investigadores de países terceiros – e, neste caso, estou a pensar especialmente também na República da Moldávia – estudar na União Europeia.

Enquanto jovem deputada ao Parlamento Europeu, apoio a iniciativa Erasmus, o primeiro local de trabalho que oferece a jovens acesso ao mercado de trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer à Comissão Europeia pela rapidez com que aprovou o financiamento de quatro projectos na área da energia nos quais a Roménia também está envolvida.

Zigmantas Balčytis (S&D). – (LT) A situação económica difícil nos Estados-Membros exige que o orçamento para o próximo ano seja planeado com muito cuidado. Deveria prestar-se mais atenção à manutenção e criação de empregos. O apoio às pequenas e médias empresas, bem como a sua promoção, poderiam ser úteis neste aspecto, visto que estas empresas empregam uma grande parte dos cidadãos da União Europeia. As medidas de apoio financeiro têm de ser proporcionadas de forma mais flexível e têm de ser mais acessíveis se quisermos que as empresas recentemente criadas ou aquelas que passaram por dificuldades financeiras sobrevivam. Também não nos deveríamos esquecer das áreas que proporcionam valor acrescentado não só a Estados-Membros individuais, como também à Comunidade no seu todo. Entre estas áreas poderíamos referir o transporte, cuja prioridade deveria consistir na criação de um sistema de transporte sustentável e seguro e no desenvolvimento de redes transeuropeias. É também necessário que o financiamento adequado de projectos de ligação energética e a garantia da independência energética continuem a ser prioritários no orçamento para 2011.

Janusz Lewandowski, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer aos senhores deputados os seus comentários, que aprofundaram e enriqueceram a minha compreensão das prioridades do Parlamento para 2011. O que se tornou claro para mim, quando estava a ouvir - e, esta noite, eu estou aqui para ouvir - foi que muitos oradores sublinharam que estamos a conceber o orçamento para 2011 no ambiente excepcional da Europa pós-crise, com muitos países a lutar com verdadeiros desafios fiscais. Isto está a exercer uma verdadeira pressão sobre os números orçamentais, bem como sobre uma gestão correcta e sobre a transparência no orçamento - como ficou claro das intervenções dos senhores deputados Van Orden, Berman, Fernandes e Haglund -, mas se os recursos são escassos, o que é realmente necessário é estabelecer prioridades de forma adequada.

Tenho a sensação, depois do debate, que a juventude, isto é, a rubrica 3b - realçada pela relatora - tem o apoio tanto de deputados mais novos, como de mais velhos nesta Câmara, portanto, parece que esta prioridade para 2011 está correcta, de acordo com a maioria neste Parlamento. O que é igualmente necessário é qualidade e uma boa implementação e nós - por exemplo, os senhores deputados Godmanis e Surján - pensamos imediatamente na coesão. Sim, em 2009-2010 o nível foi baixo. Deveria alcançar-se uma velocidade de cruzeiro até 2011, à medida em que forem feitos esforços anti-crise. Mas também gastámos pouco na investigação e ela merece regulamentos financeiros mais favoráveis para os beneficiários. Deveríamos revelar isto no fim de Maio ou Junho deste ano.

O que também se tornou claro para mim, quando estava a ouvir o vosso debate, foi que o Parlamento tem consciência de que o espaço de manobra no orçamento é muito limitado. O senhor deputado Salvador Garriga Polledo, o senhor deputado Färm e outros deputados sublinharam que o espaço de manobra é muito limitado, mas que a conclusão deveria ser mais flexibilidade na elaboração e na implementação do orçamento. Partilho completamente esta conclusão.

A senhora deputada Ingeborg Grässle tem razão, como sempre, ao dizer que, até agora, não foi incluído nenhum orçamento para o Serviço de Acção Externa, mas, para elaborar um orçamento, são necessários números. Não dispomos dos números até agora e, sem números, é muito difícil definir o orçamento. Mas tal deve acontecer este ano, como é óbvio, se queremos que o Serviço de Acção Externa seja operacional.

Aguardo realmente com expectativa os debates de amanhã no triálogo informal e, depois, o início do verdadeiro debate. Esperemos que também se consiga uma conciliação produtiva dos números para 2011.

PRESIDÊNCIA: DURANT

Vice-presidente

Sidonia Elżbieta Jędrzejewska, relatora. – (PL) Senhora Presidente, Senhor Comissário Lewandowski, Senhoras e Senhores Deputados, ouvi com grande interesse as vossas intervenções e gostaria de dizer, antes de mais, que me apraz bastante que as prioridades relacionadas com as principais mudanças em relação ao orçamento para 2010, as prioridades relacionadas com a juventude, que eu propus e que foram adoptadas pela Comissão dos Orçamentos, também tenham sido dignas do vosso apoio e interesse. Este facto constitui uma grande satisfação e motivação.

Gostaria, obviamente, de voltar a sublinhar aquilo que os senhores deputados observaram justificadamente no debate, em concreto, que temos pouco espaço de manobra. Tal significa que ainda existem mais razões para pedir à Comissão Europeia que mostre ambição, imaginação e coragem para iniciar um exame e uma possível revisão do Quadro Financeiro Plurianual. Como os senhores deputados sabem, o ano de 2011 é o quinto do Quadro Financeiro Plurianual. Já devíamos ter aprendido com estes quatro anos. O quinto deveria ser decididamente melhor.

É claro que estamos a lutar com uma crise financeira e económica que, e isto é óbvio, assume formas diferentes nos diversos países. Alguns estão a mostrar sinais de recuperação da crise, mas tal não altera o facto de termos ser ambiciosos, em especial porque, se olharmos para o orçamento da Comunidade Europeia, veremos que os fundos destinados à inovação, investigação, juventude, concretização do mercado comum e das liberdades do mercado comum, na realidade, constituem, uma pequena parte do mesmo. Portanto, na minha opinião, as poupanças não devem afectar esta parte do orçamento da União Europeia.

Houve muitos senhores deputados que disseram algo com que eu concordo - que os jovens são o futuro da União Europeia. No entanto, gostaria de acrescentar que eles não são apenas o futuro, porque vivem aqui, agora, hoje. Estão inseridos no sistema educativo hoje e estão a procurar trabalho hoje. Os jovens não são apenas o nosso futuro, são o nosso dia de hoje. Investir nos jovens é investir não só naquilo que acontecerá um dia, mas também que está a acontecer aqui e agora. Deveríamos lembrar-nos disso.

Também gostaria de dizer algumas palavras sobre a ideia geral do orçamento da União Europeia. Não é só a juventude que está em causa, mas também uma compreensão mais vasta que também inclui questões relacionadas com os jovens, assim como, numa perspectiva mais ampla, questões relacionadas com a educação e formação. Penso que a dimensão europeia, nomeadamente, do valor acrescentado, é muito clara neste aspecto. Mas não deveríamos esquecer que estamos a agir numa Europa unida, onde a mobilidade de pensamento e das pessoas constitui, de facto, um dos valores mais importantes e nós deveríamos zelar por ele continuamente.

Também gostaria de dizer algumas palavras para resumir o debate sobre o orçamento do Parlamento Europeu. É verdade que hoje estou a falar como relatora, mas permitir-me-ei dizer algumas palavras e sublinhar algo que já se encontra no relatório da Comissão dos Orçamentos, nomeadamente, que é importante pensar sempre em poupanças, como é óbvio, assim como é importante pensar sempre se as despesas realizadas são justificadas, se são as mais correctas possíveis. Este processo de reflexão é contínuo e deveria ser uma preocupação de todos. Esta reflexão deveria ficar espelhada no relatório sobre o Parlamento Europeu.

Espero sinceramente que este debate, ocorrido numa hora tão tardia, não tenha constituído uma perda de tempo para nós. Espero sinceramente que o Senhor Comissário Lewandowski tenha ouvido tudo aquilo que foi dito aqui e não se tenha esquecido de que era deputado desta Câmara até há pouco tempo, e espero

sinceramente que este debate se reflecta no projecto de orçamento que a Comissão Europeia tinha prometido apresentar no dia 27 de Abril. Terei, obviamente, todo o gosto em repetir isto várias vezes, durante a Primavera e até ao Outono, mas, mesmo assim, ficaria feliz se algumas das propostas que já foram apresentadas aqui fossem incluídas no projecto da Comissão Europeia, para que acabe por não ser necessário repetir tantas vezes. Gostaria de vos agradecer mais uma vez a vossa atenção.

Presidente. – Está encerrado o debate conjunto.

A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Edit Herczog (S&D), por escrito. – (EN) Em primeiro lugar, desejo recordar que, embora a UE tenha conseguido reagir colectivamente à crise financeira e económica, adoptando o Plano Europeu de Recuperação Económica, a situação económica global na UE ainda não é satisfatória. As orientações orçamentais para 2011 devem ter inevitavelmente em conta as seguintes prioridades: a implementação do Sétimo Programa-Quadro, que atingirá a sua maturidade em 2011, deveria ser monitorizada de perto; o desenvolvimento da política espacial europeia definida recentemente e a promoção do progresso científico e tecnológico, através do apoio a tecnologias inovadoras e ao desenvolvimento sustentável; os desafios relacionados com a energia sustentável e o combate às alterações climáticas têm de estar reflectidas nas prioridades orçamentais da UE; estas prioridades exigirão recursos orçamentais adicionais, em particular, para o financiamento do ITER e do Plano Estratégico Europeu para as Tecnologias da Energia e para a promoção da eficiência energética; a importância do projecto Galileo, dos programas GMES e do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia; a implementação e avaliação adequadas dos projectos-piloto em curso e das acções preparatórias deveriam constituir uma prioridade.

Acredito que o futuro processo orçamental de 2011 atenderá apropriadamente a estas questões decisivas.

Cătălin Sorin Ivan (S&D), por escrito. – (RO) Este ano, o processo orçamental passará pela maior reforma desde a introdução do Quadro Financeiro Plurianual, em 1988. Em rigor, a reforma do processo orçamental terá de decorrer paralelamente à adaptação do quadro orçamental às novas realidades institucionais introduzidas pelo Tratado de Lisboa, antes de mais, ao Serviço Europeu de Acção Externa. No entanto, penso que o objectivo principal do futuro orçamento consistirá em apoiar as políticas da nova agenda Europa 2020. Este projecto só terá hipótese de ser bem sucedido se garantirmos o financiamento necessário para o mesmo. Caso contrário, esta agenda acabará como a sua antecessora, a Estratégia de Lisboa, sem ter alcançado qualquer dos objectivos estabelecidos. Quanto a isto, quero partilhar as opiniões da relatora e enfatizar a importância das políticas de juventude, educação, investigação e inovação. Penso que elas constituem as pedras angulares sobre as quais temos de construir tanto o orçamento para 2011, como a nossa visão para o futuro.

Jarosław Kalinowski (PPE), por escrito. – (PL) O orçamento da União Europeia para 2011 deveria apoiar claramente as principais tendências da estratégia comunitária para a próxima década. Tal inclui a inovação tecnológica, o desenvolvimento sustentável, o combate às alterações climáticas e a preservação da biodiversidade.

O apoio ao desenvolvimento de sistemas de educação, com a ajuda do investimento interdisciplinar, também se justifica plenamente. O dinheiro tem de ser investido em empreendimentos que garantam que os licenciados encontrem emprego. Se não apoiarmos a juventude hoje, enfrentaremos as perspectivas sombrias de uma desaceleração do crescimento económico, senão mesmo de outra crise.

Não é preciso que nos recordem a necessidade de um forte desenvolvimento do sector da tecnologia da informação e de garantirmos o acesso dos nossos cidadãos à tecnologia digital. Tal facilitará a educação na área da tecnologia da informação, assim como facilitará a obtenção de informação, em especial, a pessoas que vivem em zonas rurais.

Petru Constantin Luhan (PPE), por escrito. – (RO) Gostaria de acrescentar os meus comentários aos da relatora e dos colegas deputados, durante os debates sobre as prioridades para o orçamento de 2011. Tal como foi anunciado pela Comissão Europeia, em Janeiro, estão em preparação planos ambiciosos para o projecto Galileo. Os primeiros serviços oferecidos por este sistema serão lançados no início de 2014: o serviço aberto, o serviço público regulado e os serviços de busca e salvamento. Em 2014 também se iniciarão testes ao serviço de salvaguarda da vida humana e ao serviço comercial. Permitam-me que vos recorde que o Galileo é crucial para o futuro da indústria de alta tecnologia na Europa. Ele criará novos mercados e

permitirá à Europa tornar-se um concorrente global no campo da tecnologia. A política de redes transeuropeias de transportes apoiou a preparação deste grande projecto europeu até agora; quando ele estiver operacional, será possível utilizar a infra-estrutura de transportes de forma muito mais eficaz. Para concluir, penso que o Galileo tem de receber fundos suficientes do orçamento da União Europeia, no futuro, para que este projecto ambicioso se possa tornar realidade.

Marian-Jean Marinescu (PPE), *por escrito*. – (RO) Os orçamentos para 2010 e 2011 serão aprovados em circunstâncias excepcionais e colocam um desafio especial. Por estas razões, será necessário encontrar a solução ideal para a implementação bem sucedida do Tratado de Lisboa, em si mesmo, um grande desafio financeiro. Também será necessário encontrar soluções para mitigar os efeitos da crise financeira que ainda se fazem sentir em muitos Estados-Membros. O Parlamento tem de se empenhar num debate aberto sobre o limite máximo de despesas na rubrica 5 para 2011. Temos de encontrar um equilíbrio entre assegurar o financiamento para todas as necessidades e manter a disciplina orçamental, mesmo que tal signifique limitar as despesas, para cumprir o Quadro Financeiro Plurianual. Em primeiro lugar, temos de uniformizar as despesas administrativas, incluindo-as na totalidade nesta rubrica, e de proceder a uma revisão adequada e realista do limite máximo de despesas. É acima de tudo vital estabelecer uma cooperação interinstitucional para promover o intercâmbio de boas práticas e continuar a aproveitar as oportunidades para as tornar mais eficazes. Além disso, é necessário atribuir uma importância particular à monitorização e à análise de um conjunto de áreas que têm implicações orçamentais directas, assim como identificar todas as formas de distribuição e de poupança de recursos.

Bogusław Sonik (PPE), *por escrito*. – (PL) Está em curso a preparação do orçamento para 2011. Discute-se que o Parlamento deveria fazer alterações às perspectivas financeiras para 2007-2013 em áreas como a "competitividade e coesão para o crescimento e o emprego". Além disso, estamos a trabalhar na estratégia Europa 2020, que deveria centrar-se na promoção da inovação, no apoio a empresas e no investimento na ciência, nas novas tecnologias e no desenvolvimento regional. Gostaria de chamar a vossa especial atenção para a questão da coesão económica, social e territorial, decisiva para garantir um crescimento económico duradouro na UE e para a plena integração dos Estados-Membros. O artigo 174.º do Tratado de Lisboa refere as políticas relacionadas com regiões de montanha como um tipo particular de política regional, a par das políticas relativas a regiões insulares e transfronteiriças. A promoção do desenvolvimento harmonioso da União exige que esta leve a cabo acções que promovam o reforço da sua coesão económica, social e territorial. É necessário colocar uma ênfase particular na diminuição de disparidades nos níveis de desenvolvimento das regiões que se caracterizam por condições naturais e geográficas específicas. As áreas montanhosas e sub-montanhosas constituem quase 40% do território da UE e são habitadas por cerca de 20% dos cidadãos da União. Os problemas económicos e espaciais específicos das regiões montanhosas exigem a criação de regulamentos jurídicos supra-nacionais que rejam os objectivos e princípios da política específica dos Estados-Membros para estas regiões e, o que é mais importante ainda, exigem que seja assegurado um nível adequado de financiamento para projectos e programas destinados a estas regiões em particular. Penso que o apoio financeiro a regiões montanhosas deveria ser incluído nas novas perspectivas financeiras e na estratégia Europa 2020.

Iuliu Winkler (PPE), *por escrito*. – (HU) O próximo ano vai ser o primeiro na implementação da estratégia Europa 2020, o que pode representar uma nova fase no desenvolvimento da União Europeia. Por conseguinte, o orçamento para 2011 será extremamente importante do ponto de vista do planeamento financeiro dos anos subsequentes. As prioridades orçamentais têm de incluir a resposta da União Europeia aos desafios da crise global. A estratégia Europa 2020 é um factor muito importante, deste ponto de vista. No entanto, as prioridades incluídas na proposta de orçamento para 2011 não podem levar a uma modificação de políticas fundamentais da UE. Será necessário prestar muita atenção, no futuro, às políticas de coesão e às políticas estruturais, assim como à política agrícola e ao apoio prestado a PME, visto que a capacidade da Europa para se tornar uma economia sustentável e competitiva depende destas últimas. Não podemos perder de vista, nem por um momento, o facto de as políticas referidas serem expressão da solidariedade que constitui o valor fundamental da integração europeia.

17. Pedido de defesa da imunidade parlamentar: Ver Acta

18. Política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar? (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório elaborado pelo Deputado Giancarlo Scottà, em nome da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, sobre a política de qualidade dos produtos agrícolas: qual a estratégia a adoptar? (2009/2105(INI)) (A7-0029/2010).

Giancarlo Scottà, relator. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, com a globalização dos mercados e a grave crise que a Europa vive actualmente, incluindo no sector agrícola, uma das respostas que o mercado agrícola pode dar é a de se concentrar na qualidade do produto.

Creio que uma boa política de qualidade dos produtos agrícolas por parte da União Europeia pode aumentar a competitividade e representar um valor acrescentado para a economia das regiões europeias, pois a verdade é que para muitas zonas rurais em que as alternativas de produção são poucas, essa é, as mais das vezes, a única oportunidade de desenvolvimento. Ao apoiar uma agricultura de nichos nestas zonas desfavorecidas estaremos a fazer crescer uma economia e a criar postos de trabalho.

Além do mais, uma futura política de qualidade também tem de estar associada às consideráveis potencialidades de uma agricultura moderna, dinâmica, rica e diversificada como é a europeia, capaz de oferecer não só produtos alimentares de alta qualidade, como também serviços de interesse fundamental para uma sociedade em constante evolução.

No meu relatório, salientei a importância de manter os três sistemas de registo das indicações geográficas separados, na medida em que representam o elo com as regiões europeias, patenteando as suas tradições, história, gosto e conhecimento exclusivo transmitido ao longo do tempo.

Considero portanto que, ao manter os dois sistemas DOP (Denominação de Origem Protegida) e IGP (Indicação Geográfica Protegida) separados, se têm em conta as diferenças específicas respeitantes à natureza e intensidade das ligações entre os produtos e a sua zona geográfica de produção. Os consumidores confundem frequentemente a indicação do local onde o produto alimentar é transformado com o local de origem do produto agrícola e, muitas vezes, não têm conhecimento de como funciona a cadeia alimentar.

Por conseguinte, tenho para mim que só a indicação obrigatória do local de produção dos produtos primários pode facultar aos consumidores toda a informação sobre a qualidade dos produtos que estão a comprar, atendendo a que os produtos estão sujeitos a um ciclo de produção que pode condicionar fortemente as suas características em termos de qualidade e segurança alimentar. Tenhamos presente que é nosso dever proteger o que produzem e comem os nossos cidadãos que votaram em nós.

A meu ver, importa introduzir mais duas questões no relatório, a saber: a utilidade de uma intensa campanha de educação e informação dirigida ao consumidor, que a União Europeia deverá empreender, sobre os vários rótulos europeus e as garantias que essas marcas representam, bem como a inclusão nos registos internacionais e o reconhecimento internacional através do sistema da OMC de indicações geográficas. Este último ponto é de vital importância se quisermos proteger os nossos produtos de elevada qualidade contra a contrafeição.

Gostaria de agradecer ao Senhor Comissário Ciolos a sua presença, recordando-lhe a importância de uma protecção adequada dos sistemas de qualidade, que são o nosso futuro, e lembrando-lhe também que a economia das zonas rurais desfavorecidas pode ser desenvolvida graças a uma ajuda ao sector agrícola, que salvaguarde todos esses produtos de nicho que são típicos destas zonas e que mantêm a população ligada à localidade, que, de outra forma, seria abandonada. Isto apoiaria o respeito pelo ambiente e pelas paisagens e criaria, sempre que possível, uma economia turística e enogastronómica associada às várias diferenças regionais, culturais e históricas na União Europeia.

Gostaria de agradecer aos meus colegas o apoio que me deram na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural e espero que o Parlamento Europeu também faça o mesmo na votação de amanhã.

Dacian Ciolos, Membro da Comissão. – (FR) Senhora Presidente, Senhor Deputado Scottà, Senhoras e Senhores Deputados, creio que o elemento central que dá estatua ao modelo agrícola e agro-alimentar europeu a nível internacional é precisamente a sua política de qualidade e de diversidade. Por isso, a política de qualidade no sector agro-alimentar será uma das prioridades do meu mandato, uma das principais prioridades logo a seguir à reforma da PAC pós-2013.

A política de qualidade agro-alimentar não só é a prova de que os agricultores europeus são receptivos às expectativas dos consumidores europeus, como também pode abrir o caminho à presença do sector agro-alimentar europeu no mercado internacional.

Para que a política de qualidade possa alcançar o seu objectivo, precisamos de um quadro claro, legível, bem estruturado, facilmente identificável pelos consumidores e, tanto quanto possível, completo e satisfatório. O meu objectivo é poder estruturar o conteúdo da política de qualidade e torná-la mais acessível tanto para os agricultores, que devem ser os beneficiários, como para os consumidores, sem no entanto sacrificar a sua substância ou esvaziá-la de conteúdo.

A política de qualidade representa uma garantia para os consumidores, porém representa também um valor acrescentado para os agricultores. Nesse aspecto, estou absolutamente de acordo com o senhor deputado Scottà. Pode contribuir para manter a diversidade da nossa agricultura, e fazê-lo de uma maneira competitiva, pois as explorações agrícolas que conseguem vender os seus produtos são competitivas. Se conseguem viver do que produzem, é porque são competitivas, e se conseguem vender produtos de elevado valor acrescentado, são ainda mais competitivas, mesmo que por vezes se possa tratar de explorações de pequena dimensão.

Assim sendo, estou em crer que a política de qualidade, nalgumas regiões, pode também contribuir para tornar as nossas explorações agrícolas mais competitivas. Neste sentido, a política de qualidade e o desenvolvimento dos mercados locais, os circuitos curtos, um contacto directo e mais estreito entre os consumidores e os produtores podem dar bons resultados no que toca, precisamente, a uma maior competitividade de certos tipos de agricultura que têm uma presença de certa forma diminuta no mercado. Os agricultores europeus já fazem esforços para fornecer produtos seguros, recorrendo a técnicas que respeitam o ambiente e o bem-estar animal.

O debate sobre a metodologia a aplicar para tornar isto mais evidente através do sistema de rotulagem não só é útil como bem-vindo, e aliás o relator contribui com certos elementos e ideias nesse sentido. Creio que essa relação entre as normas respeitadas pelos agricultores e a política de qualidade em termos de abordagem à rotulagem deverão também ser objecto de debates que iremos realizar sobre a política agrícola comum pós-2013. Pelo menos, essa é a minha intenção.

Considero que precisamos de desenvolver e fazer evoluir os nossos instrumentos no que respeita à política de comunicação, tanto junto dos agricultores como dos consumidores europeus, e, sobretudo, a nível internacional. Estou convicto de que o nosso sistema de qualidade pode ser um bom embaixador do nosso modelo agro-alimentar e, inclusive, da nossa política agrícola comum.

Posto isto, gostaria de concluir referindo que o relatório do senhor deputado Scottà vem precisamente na altura certa. Como sabem, a Comissão tenciona apresentar um pacote legislativo sobre a política de qualidade até finais de 2010. O relatório que o senhor deputado Scottà apresenta hoje e que vamos debater inclui certas questões, ideias e propostas nesse sentido, pelo que farei todo o possível para as ter em conta quando vos apresentar as propostas legislativas.

Gostaria de felicitar o relator e os deputados das comissões parlamentares que trabalharam neste relatório, e será para mim um prazer ouvir as vossas opiniões e propostas.

Esther Herranz García, *relatora de parecer da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar*. – (ES) Senhora Presidente, para dizer a verdade, a primeira coisa que gostaria de fazer esta noite é agradecer ao senhor deputado Scottà a sua excelente capacidade de negociação neste relatório. Foi um verdadeiro prazer trabalhar com ele e com os demais porta-vozes dos grupos parlamentares.

Estamos orgulhos da posição que amanhã se confirmará na votação neste Parlamento e de um relatório como este, que defende a qualidade, que aposta no desenvolvimento e na valorização das zonas rurais, não apenas como meros testemunhos de uma cultura tradicional europeia, mas como verdadeiros agentes de criação de riqueza e de emprego. Empregos que tanta falta nos fazem hoje, nestes momentos de crise económica e de situações dramáticas ao nível das taxas de emprego de alguns Estados-Membros.

Além disso, apraz-nos a posição que este Parlamento mantém no sentido de protecção dos produtos de qualidade, posição essa já sustentada pela Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, como deixou claro, no compromisso que assumiu de apostar ao máximo na qualidade. Ainda em relação a esse nível máximo de qualidade, comprometemo-nos, naturalmente, em manter a diferenciação entre Denominação de Origem Protegida e Indicação Geográfica Protegida. Obviamente que rejeitamos ideias de nivelar por baixo a qualidade e entendemos que a produção da UE merece atenção e deve ser valorizada.

Regozijo-me com as palavras do Senhor Comissário Ciolos. Foi evidentemente agradável ouvi-lo falar sobre a aposta, para o futuro, do meio agrícola europeu. Esperamos naturalmente que ele escute a voz do Parlamento, que se reflectirá amanhã na votação.

Por último, gostaria de dizer que esperamos não voltar a assistir a uma situação em que a Comissão Europeia se adianta ao Parlamento proibindo coisas como, por exemplo, as normas de comercialização comunitárias no sector das frutas e produtos hortícolas, prejudicando tanto a livre concorrência europeia.

Queremos que se corrijam os desequilíbrios no mercado e queremos também comprometer-nos com a qualidade, variedade, segurança alimentar e quantidade de produção adequada.

Além do mais, gostaríamos que a produção da UE e a qualidade da produção agro-alimentar da UE fossem defendidas na Organização Mundial do Comércio. Para isso, contamos, obviamente, com o trabalho do Senhor Comissário Ciolos, pois nem os nossos produtores europeus nem os nossos consumidores europeus podem continuar indefesos.

Giovanni La Via, em nome do Grupo PPE. – (IT) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, também eu, em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), gostaria de agradecer ao senhor deputado Scottà, relator, o brilhante trabalho que desenvolveu, e gostaria ainda de salientar que as políticas de qualidade, além de terem grande valor externo por aquilo que podemos oferecer aos consumidores, revestem-se de grande importância por aquilo que são capazes de dar aos produtores.

Como todos vós puderam observar, a concorrência pode assumir várias formas nos mercados. Num continente tão grande e tão multifacetado como a Europa, que, além do mais, é caracterizado por custos de produção bem mais elevados do que os da concorrência, será difícil competir em termos de preços, pelo que só poderemos competir em termos de diferenciação dos produtos.

É precisamente na óptica da diferenciação que devemos analisar a política de qualidade, de modo a poder oferecer e a colocar no mercado um produto que difere do da concorrência, um produto que pode também ser vendido sem que tenha necessariamente um preço mais baixo do que o da concorrência.

Na nossa opinião, devemos pois manter esta prática, já em curso, das marcas comunitárias, embora salientando a necessidade de manter a distinção entre indicações geográficas e denominação de origem. Contudo, cumpre-nos também salientar que, internacionalmente e ao nível das negociações comerciais internacionais, a União tem de desempenhar o seu papel para defender as denominações e as políticas das denominações de modo a impedir uma política inevitável de troca de marcas, que prejudicaria os nossos produtos.

Antes de concluir, tomo a liberdade de fazer uma observação final, que diz respeito à rotulagem. Solicitamos e voltaremos a solicitar amanhã de novo, através de uma alteração específica, que o Parlamento vote a favor da possibilidade de indicar a origem das matérias-primas, não apenas para os produtos frescos não transformados, mas também para os produtos com um só ingrediente não transformados, isto é, aqueles que substancialmente têm na matéria-prima o elemento que os caracteriza.

Csaba Sándor Tabajdi, em nome do Grupo S&D. – (HU) Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, em nome do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, consideramos o relatório elaborado pelo senhor deputado Scottà extremamente importante e concordamos na essência com o mesmo. O relatório tinha quatro ou, antes, cinco pontos de debate. Em primeiro lugar, o logótipo europeu. Muitas pessoas não compreendem que o logótipo não é nenhuma espécie de medida rumo ao federalismo, mas que demonstra ao consumidor que um produto preenche os requisitos de segurança alimentar específicos da UE, enquanto, simultaneamente, o diferencia do mundo para além das fronteiras da UE. Razão por que deixo aqui um pedido no sentido de se apoiar o logótipo da UE.

O segundo ponto prende-se com a questão do local de origem. É extremamente positivo que a UE tenha agora, na pessoa de Dacian Ciolos, um Comissário para a agricultura que tenha compreendido e apoie a importância dos mercados locais, dado que esta é a única maneira de podermos preservar as características locais, os sabores regionais e a diversidade alimentar na Europa. Gostaria também de chamar a atenção para o papel claramente fundamental que a política de qualidade dos produtos alimentares, o local e a denominação de origem desempenham a este respeito. Havia uma divergência com a Comissão, e espero sinceramente que este novo Comissário deixe de apoiar a anterior posição, a saber, que devíamos juntar as Denominações de Origem Protegidas com as Indicações Geográficas Protegidas. Há casos em que isto é motivo de preocupação, muito recentemente no caso do vinho Tokaji. Agradeço ao Senhor Comissário o facto de estes problemas terem em parte sido resolvidos, embora haja ainda alguns que aguardam solução.

O quarto elemento: o logótipo biológico. Quanto a esta questão, o acordo é total. E por último, o quinto elemento: o facto de alguns membros da Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural terem exortado à reintrodução das anteriores normas restritas para o sector das frutas e produtos hortícolas. Gostaria de voltar à forma original do relatório do senhor deputado Scottà. Não regressemos aos dias de excesso de regulamentação, quando determinávamos que curva um pepino deveria ter.

George Lyon, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhora Presidente, permita-me que também eu me associe às felicitações dirigidas ao relatório do senhor deputado Scottà.

Há muitos aspectos nele que merecem um elogio. Infelizmente, eu e os meus colegas do Grupo ALDE não o podemos apoiar na sua versão actual, ou seja, sem serem introduzidas um ou duas alterações ao mesmo.

Não podemos apoiar o número 19, o chamado número da “fruta imprópria para consumo”. Creio que é um disparate os burocratas em Bruxelas dizerem aos consumidores que só podem comprar bananas direitas ou pepinos direitos.

Como é óbvio, cabe ao consumidor decidir o que quer comprar, logo, espero que o Parlamento use de bom senso e apoie a alteração conjunta que foi apresentada pelo Grupo dos Verdes e pelo Grupo ECR para abandonar as regras relativas ao formato da banana e deixar ao consumidor a liberdade de escolher se querem, ou não, comer fruta ou produtos hortícolas tortos ou curvos. Claramente é uma decisão que cabe aos consumidores.

Marianne Fischer-Boel, a anterior Comissária, decidiu abolir as normas e espero bem que continuemos a apoiar essa decisão.

Gostaria de ver algumas alterações no número 16. Compreendo a ideia de um logótipo da UE, mas, a menos que signifique alguma coisa para os consumidores e uma mais-valia para os agricultores, na minha opinião, é um exercício inútil. Ou se reflecte nos consumidores e proporciona alguma espécie de retorno para a comunidade agrícola ou, de outra forma, não vale a pena. Não vale a pena adoptá-lo e desconheço quaisquer dados que me sugiram que os consumidores europeus querem um logótipo da UE.

Por último, no número 62, verifica-se uma crítica aos sistemas de certificação privados que, na Escócia, têm tido um enorme êxito. Parece-me um factor positivo que favorece os agricultores, numa base voluntária, acrescentar um valor aos seus produtos através de sistemas de garantia de qualidade, pelo que deveríamos era encorajá-los e não o contrário.

Espero que se introduzam algumas alterações neste relatório na votação de amanhã, e se assim for, estaremos em posição de o apoiar com as alterações aprovadas amanhã.

Alyn Smith, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de fazer minhas as observações do meu colega escocês - embora não meu colega de grupo -, o deputado George Lyon. Há muitos aspectos neste relatório que merecem a nossa admiração e uns quantos elementos que, creio eu, poderiam ser melhorados. Apresentámos uma série de questões, mas centrar-me-ei apenas em duas delas.

Eu e outros colegas entendemos que os nossos consumidores querem saber a proveniência dos produtos alimentares que consomem. Entendemos que a disponibilização dessa informação deve ser obrigatória, pelo que a alteração 4, precisamente sobre esta questão, substitui uma formulação de alguma forma pouco consistente por um requisito muito mais forte, a saber: sempre que pudermos efectivamente dispor de informação sobre a rotulagem do “local de produção”, esta deve ser obrigatória, porque é isso que os consumidores querem ver.

Também gostaria de fazer uma observação sobre a alteração 3 - como o meu colega fez -, que elimina a tentativa de reintroduzir regras pesadas e inúteis sobre a venda directa de fruta e produtos hortícolas ao consumidor. Ainda no ano passado acordámos revogar essas regras e, embora os consumidores não tenham notado muita diferença, os nossos produtores notaram e ainda notam. Qualquer tentativa de reintroduzir essas regras significaria essencialmente uma maneira de as transformadoras, distribuidoras e supermercados carregarem sobre os produtores e a verdade é que os consumidores não tiravam daí qualquer benefício directamente.

Portanto, há de facto muitos aspectos que aprecio neste relatório. Faço minhas as palavras do senhor deputado Lyon sobre o logótipo da UE. Creio que tem mais a ver com a ambição deste hemisfério do que com a vontade dos consumidores. Se não tiver qualquer projecção nos consumidores, não devemos fazê-lo e devemos

substituí-lo por um sistema obrigatório sobre a rotulagem do país de origem, que responde à vontade dos nossos consumidores.

As alterações são construtivas; espero que tenham sucesso e que os deputados as apoiem amanhã.

James Nicholson, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhora Presidente, permita-me que também eu agradeça ao relator o seu excelente relatório.

Creio que o relatório contém ideias extremamente positivas e concordo inteiramente com o relator, o senhor deputado Scottà, quando ele refere a importância para os produtores europeus de valorizar e maximizar o potencial dos seus produtos. Cabe-nos lutar por desenvolver todo o potencial do sector agro-alimentar europeu. Este aspecto, em última análise, serve para aumentar a nossa competitividade e reforçar a economia nas zonas rurais.

A este respeito, apraz-me ver que o senhor deputado Scottà abordou o futuro dos sistemas DOP e IGP. Estes instrumentos revelaram ter toda a aceitação tanto junto dos consumidores como dos produtores. Porém, também considero, como o relator, que a sua gestão e aplicação têm de ser simplificadas. Da mesma maneira, se formos sérios sobre o seu valor no estrangeiro, temos de garantir um maior nível de protecção por parte dos países terceiros.

Gostaria de ver mais produtos provenientes das minhas próprias regiões a candidatarem-se a uma IGP e espero que a Comissão aceite algumas das sugestões com vista a simplificar o processo de pedidos de registo, de modo a viabilizar a apresentação de mais pedidos de registo da minha própria região da Irlanda do Norte.

Há no entanto alguns elementos deste relatório de que discordo. Sou contra a introdução de um logótipo de qualidade da UE. Apoio, sim, a rotulagem do país de origem. Com efeito, entendo que um logótipo da UE seria inútil, um gasto de tempo e de dinheiro e tenho a mesma opinião sobre o logótipo da UE para os produtos biológicos.

Um outro motivo de preocupação para mim prende-se com as alterações aprovadas em sede de Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural exortando à reintrodução das normas de comercialização no sector da fruta e dos produtos hortícolas, que alguns deputados estão, esforçadamente, a tentar propor de novo. O facto é que estas regras foram desmanteladas pela Comissão no ano transacto. Apoio inteiramente esta medida e chegou o momento de deixarmos o mercado fixar as suas próprias normas. A este respeito, exorto os meus colegas a apoiar as alterações apresentadas em plenário pelo meu próprio grupo, que são muito claras e simples e vão no sentido de pôr de lado estes elementos que referi.

Lorenzo Fontana, *em nome do Grupo EFD*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Comissário Ciolos, agradeço as palavras encorajadoras que acabou de proferir, e agradeço também ao senhor deputado Scottà o trabalho delicado que desenvolveu neste importante relatório.

Considero que a intenção deste relatório, que será submetido a votação amanhã, é proteger e valorizar as culturas e produtos típicos de todas as regiões e Estados-Membros da União Europeia. Basta pensar que venho de um país, Itália, que tem 4 500 produtos característicos, e que essa é uma riqueza do nosso território que queremos seguramente conservar.

Compreendo perfeitamente que a via para a excelência ainda é longa, mas a mensagem que é preciso passar é que só a qualidade dos produtos europeus permitirá aos nossos agricultores estar em posição de competir no mercado mundial. Tendo também em conta a crise generalizada que, infelizmente, estamos a atravessar, não podemos fazer mais nada além de manter a qualidade, rastreabilidade e transparência da informação associada aos produtos agrícolas.

É importante conhecer o tipo de transformação utilizado para cada cultura, bem como a proveniência da mesma. É importante porque é legítimo que os consumidores saibam se estão a comer uma maçã cultivada por exemplo na minha região - Verona ou em Veneto - e, por conseguinte, que as normas da UE foram respeitadas ao longo de toda a cadeia de produção, ou se, ao invés, estão a comer uma maçã produzida na China, em que a única coisa que sabemos é que, muitas vezes, este país não observou nem de longe nem de perto as regras e as boas práticas observadas pelos agricultores europeus.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhora Presidente, muito obrigada pela oportunidade de intervir sobre esta importante questão.

Os consumidores estão, e muito bem, a exigir que os produtos alimentares que comprem sejam seguros, rastreáveis e produzidos de acordo com normas elevadas. Apoio um sistema de rotulagem do país de origem que promova essas normas e estou em crer que isto será largamente aceitável para a maioria dos consumidores e para o sector em geral. Obviamente, promoção e comercialização constituirão a marca do sucesso ou fracasso dessa política. Temos de tomar medidas firmes contra a possível contrafacção de produtos que são rotulados erradamente.

Eu - como muitos colegas nesta Assembleia - sou contra o logótipo da UE. Considero-o absolutamente despropositado e inútil para os consumidores. A rotulagem do país de origem, e mesmo os indicadores geográficos, são importantes porque promovem a localidade, o património local e a conservação de técnicas locais, além de protegerem zonas que dependem da produção de um determinado produto.

Sou oriunda da Irlanda do Norte, um exportador líquido de produtos agrícolas. Por conseguinte, defendo qualquer sistema de rotulagem que gere uma situação de igualdade. Tudo o que se repercutir na exportação de produtos provenientes de países como o meu terá um efeito negativo no sector. Tal como outros colegas, gostaria de apoiar os regimes de garantia de qualidade que estão disponíveis e encorajo os que se enquadram nos indicadores do local.

Elisabeth Köstinger (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a produção de produtos de elevada qualidade é fundamental para os agricultores europeus. Não tenho dúvida alguma de que terá de haver uma ligação entre a qualidade do produto e a origem das matérias-primas. Por conseguinte, considero que obrigatoriedade de rotulagem que preste informação sobre a qualidade do produto é importante para os nossos agricultores. A qualidade é uma questão-chave de toda a cadeia alimentar e um bem essencial que favorece a competitividade dos produtos alimentares europeus. A produção alimentar de elevada qualidade tem uma longa tradição e, frequentemente, em muitas zonas rurais com alternativas de produção limitadas, não só representa o único emprego como a única oportunidade de venda.

A fim de garantir este elevado nível de qualidade, serão seguramente necessários critérios objectivos e acções de controlo. Contudo, o facto é que as considerações de ordem financeira por parte do consumidor também têm consequências. A qualidade tem um preço e os agricultores precisam de um rendimento decente. Não obstante, os consumidores têm a liberdade de optar por um produto com um preço atraente, sendo que frequentemente se decidem por um produto que não é de qualidade elevada. No entanto que fique claro o seguinte: os consumidores têm de ter essa liberdade e de facto têm de poder fazer uma escolha com base em critérios objectivos e transparentes.

Precisamos também de sensibilizar os consumidores em geral para estas questões. Precisamos de Indicações Geográficas Protegidas e Denominações de Origem Protegidas. Precisamos de introduzir uma denominação protegida e regulamentada para produtos das zonas de montanha e das zonas livres de OGM. Porém, também precisamos das indicações "Especialidade Tradicional Garantida" e "Agricultura Biológica". Aconteça o que acontecer, estas têm de ser mantidas.

Paolo De Castro (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, iniciou-se hoje na Europa uma nova fase de reflexão sobre o tema da qualidade, que se destina não só a ser um elemento de garantia para os consumidores como, e sobretudo, um incentivo para os nossos produtores serem mais competitivos num mercado muito mais vasto e grandemente concorrencial.

As nossas empresas precisam de ver reconhecidos no mercado os elementos de diferenciação e qualitativos que acompanham a oferta dos seus produtos. Nesse sentido, como é intenção do relatório do senhor deputado Scottà - e eu, pela minha parte, agradeço-lhe -, estamos a fazer progressos ao garantir, em primeiro lugar, mais informação sobre a origem, composição e características dos processos de produção.

Paralelamente, é fundamental, Senhor Comissário, que a regulamentação europeia possa dar às organizações destinadas a proteger e promover os produtos de qualidade a possibilidade de programar a sua oferta de produtos e adaptar o seu potencial de produção às necessidades do mercado com base em princípios justos e não discriminatórios.

Esperamos que a aprovação deste relatório assinala o estabelecimento definitivo da qualidade como eixo da estratégia europeia para o sector agro-alimentar, e que a Comissão tenha seriamente em conta as nossas propostas, de modo a que um dos principais pontos fortes da agricultura europeia possa ser transformado numa preciosa vantagem concorrencial.

John Stuart Agnew (EFD). – (EN) Senhora Presidente, em primeiro lugar, sou produtor de ovos e, portanto, tenho um interesse a declarar.

A regulamentação tem de ser honestamente aplicada de acordo com um padrão comum. Isso é essencial. Uma crise provocada pela UE em breve afectará o sector dos ovos no Reino Unido. A partir de 1 de Janeiro de 2012, a produção de ovos em gaiolas de bateria é proibida. A proibição não se aplica aos ovos da Roménia ou da Bulgária e talvez também a outros países, que beneficiam de uma imunidade temporária ao abrigo dos seus tratados de adesão.

Desde que sejam transformados, os ovos produzidos em gaiolas de bateria podem ser legalmente exportados por estes países após a proibição aplicada ao Reino Unido.

Espera-se assim que os produtores do Reino Unido que investiram fortemente em sistemas alternativos concorram em posição de desvantagem com produtos importados que podem ser produzidos com muito menos custos.

Cabe-me insistir, antes de mais, em que estes produtos importados sejam claramente rotulados e em segundo lugar, e mais importante que tudo, que introduzamos, com efeito imediato, um número extra "quarto" para os ovos produzidos utilizando sistemas de colónias. Só então os consumidores poderão fazer uma escolha informada.

Michel Dantin (PPE). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhor Deputado Scottà, considero verdadeiramente simbólico, Senhor Comissário, que a sua primeira intervenção perante esta Assembleia seja a respeito da política de qualidade.

Penso que seguimos a mesma abordagem no que respeita a estes produtos de qualidade. Sim, é verdade que representam uma oportunidade para as nossas regiões mais frágeis. É verdade que constituem um meio através do qual se poderão tornar mais dinâmicos os operadores das regiões e, sobretudo, os agricultores. É verdade que são bons embaixadores do nosso modelo agrícola junto dos consumidores europeus, mas também dos consumidores de todo o mundo. O vinho de Bordéus, o presunto de Parma, certas carnes espanholas - são bem conhecidos para além das fronteiras de cada um dos nossos países e muito para além das fronteiras da Europa.

A resolução que, sem dúvida, aprovaremos amanhã propõe-lhe, Senhor Comissário, um maior grau de ambição no que se refere a esta política de qualidade dos produtos, de produtos identificados por selos diferentes. A política europeia deverá ser mais legível; deverá impedir que os produtores sejam dominados por certos grandes grupos da indústria ou da distribuição, que, evidentemente, gostariam de privar os produtores dos benefícios do valor acrescentado que estes produtos lhes proporcionam.

Durante a audição, chamei a sua atenção para a necessidade de dar às organizações que detêm, em particular, denominações de origem uma competência global na gestão dos respectivos produtos. A gestão dos direitos de produção constitui uma parte fundamental da política de qualidade dos produtos. Aliás, praticamente toda a nossa comissão parlamentar votou favoravelmente uma alteração nesse sentido.

Gostaria de responder aos nossos colegas do Reino Unido, no que se refere ao n.º 19 relativo ao sector das frutas e produtos hortícolas. Sim, Senhoras e Senhores Deputados, é preciso que não andemos para trás, mas também não podemos permitir que, no sector das frutas e produtos hortícolas, persista o enorme vazio que hoje leva a que os distribuidores sejam os únicos a ditar as regras. É preciso que, em conjunto, interpretemos esta alteração como um apelo a que se encontre um meio-termo.

Senhor Comissário, poderá convencer-nos muito rapidamente do seu entusiasmo por esta política em particular, a qual dá aos consumidores uma imagem diferente da agricultura. Apresente-nos agora um bom texto, e faça-o rapidamente. Acreditamos em si.

Iratxe García Pérez (S&D). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Comissário, a qualidade dos produtos agrícolas é um elemento fundamental na cadeia alimentar, representando um activo crucial no apoio à competitividade dos produtores europeus. Tudo isso está reflectido no relatório Scottà, no qual se tecem igualmente outras considerações que a Comissão deverá ter em conta ao implementar esta política.

O logótipo de qualidade da UE, como expressão do acordo dos nossos produtores relativamente aos requisitos de produção na União, deverá reservar-se exclusivamente para os produtos produzidos na União Europeia.

Deve conferir uma maior protecção às indicações geográficas protegidas, quer na Organização Mundial do Comércio, quer nas negociações de acordos bilaterais. Deverá igualmente ser elaborada legislação europeia relativa à produção integrada, que dê visibilidade a este método de produção mais sustentável e harmonize os critérios existentes em cada um dos Estados-Membros.

Por último, é preciso que tenhamos em conta os desequilíbrios produzidos na cadeia de comercialização, a importância de contar com normas de comercialização sectoriais e a necessidade de elaborar directrizes europeias de boas práticas para o funcionamento dos sistemas relacionados com a qualidade dos produtos agrícolas e o reconhecimento mútuo dos mesmos.

Refiro-me em especial ao controlo dos sistemas de certificação privados, que são, frequentemente, utilizados como um requisito de acesso às grandes superfícies de distribuição.

Timo Soini (EFD). - (FI) Senhora Presidente, é muito importante que se vá ao âmago desta questão e se afirme que a agricultura de base familiar, por natureza, local, gera emprego, reforça as regiões, é humana e tem igualmente em conta as questões ligadas à protecção dos animais. Os diversos produtos que assim são produzidos e a sua qualidade são exemplos de êxito na Europa e no mundo inteiro.

A origem de um produto é importante. As especialidades locais são de um valor incomensurável. A região de que sou oriundo, na Finlândia, produz um delicioso queijo de cabra, que posso recomendar a todos. Existem produtos especiais como este por toda a Europa. Temos de assegurar que cheguem aos mercados.

Uma vez que temos um novo Comissário aqui presente gostaria de lhe dizer que deverá ser possível praticar a agricultura em toda a Europa. Se tivermos isso presente, teremos um futuro excelente, com produtos seguros e puros de origem europeia.

Peter Jahr (PPE). - (DE) Senhora Presidente, os meus sinceros agradecimentos, uma vez mais, ao relator por este excelente relatório. A elevada qualidade dos produtos agrícolas confere, pela localização, à agricultura europeia uma grande vantagem, permitindo-lhe manter-se competitiva em termos internacionais. Como resultado disso, desempenha um papel importante no desenvolvimento das zonas rurais da União Europeia. Os produtos agrícolas da União Europeia já cumprem elevadas normas de qualidade. As normas europeias têm, a nível mundial, a reputação de serem extremamente rigorosas. Infelizmente, nem todos os consumidores estão cientes disso. É, por isso, importante que a União Europeia reforce a sua política de qualidade, melhorando, ao mesmo tempo, a sua política de informação. Isso será um incentivo para que os produtores se centrem mãos na qualidade e na segurança dos produtos alimentares.

Os consumidores têm o direito de usufruir de produtos agrícolas na UE sem preocupações, nem ansiedade. A rotulagem voluntária "*Made in the European Union*" e a rotulagem regional obrigatórias, assim como a obrigatoriedade da indicação de origem, não se excluem mutuamente.

Por outro lado, no que se refere à dimensão da embalagem e às formas geométricas dos produtos agrícolas, é preciso que adoptemos uma abordagem sensata. O objectivo da União Europeia não é preocupar-se com a curvatura dos pepinos. O mesmo se aplica à dimensão das pizzas. Advirto seriamente contra a regulamentação excessiva nestes casos. Se quisermos ciclos económicos regionais, é preciso que nos centremos na qualidade e não no grau de curvatura dos produtos. Se a indústria quiser pepinos uniformes em garrafas uniformes de peso uniforme, então isso cabe à indústria decidir e não à União Europeia ou ao Parlamento Europeu. Por conseguinte, é preciso que nos centremos na qualidade e não nas unidades de embalagem.

A este respeito, confio no bom senso e na sabedoria do Parlamento Europeu e do nosso novo Comissário responsável pela Agricultura, Dacian Cioloş.

Vasílica Viorica Dăncilă (S&D). - (RO) Permitam-me que comece por felicitar o relator por abordar este tema da qualidade dos produtos agrícolas.

As exigências do mercado são diversas e estão sempre a aumentar. Na União Europeia, a maioria dos aspectos prende-se com a higiene e a segurança dos produtos alimentares, a saúde e o valor nutricional, bem como com alguns requisitos sociais.

Para além disso, os consumidores estão a tornar-se cada vez mais conscientes do contributo da agricultura para a sustentabilidade, as alterações climáticas, a segurança dos produtos alimentares, a biodiversidade, o bem-estar dos animais e a escassez de água.

Face a estes novos desafios comerciais, o principal trunfo dos agricultores europeus é a qualidade. A União Europeia oferece o benefício da qualidade, o qual se pode atribuir a um nível de segurança extremamente elevado, garantido pela legislação vigente, ao longo de toda a cadeia alimentar e para o qual não só os agricultores mas também os produtores têm contribuído.

No entanto, há alguns aspectos que podem reforçar a qualidade. Acredito ser um dever da União Europeia promover produtos de boa qualidade, tomando também medidas para os proteger a nível mundial. Neste contexto, penso ser necessário exercer um controlo mais apertado no que respeita aos produtos biológicos originários de países terceiros, garantindo assim uma concorrência justa entre os produtos biológicos produzidos na Europa e os produzidos em países terceiros.

Spyros Danellis (S&D). - (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, a qualidade dos produtos agrícolas constitui uma prioridade para os consumidores, aumentando a competitividade dos produtores e promovendo a região em que são produzidos. Razão pela qual estão a ser envidados esforços para os salvaguardar, inclusivamente através da rotulagem.

No entanto, hoje, a legislação comunitária restringe a rotulagem obrigatória do local de origem apenas a determinados produtos, concedendo-lhes assim um tratamento especial e deixando de fora produtos agrícolas de grande valor nutricional e prioritários para os consumidores. Exortamos, por isso, o Parlamento a adoptar uma posição mais consistente e lógica, a fim de defender os interesses dos consumidores, favorecendo a rotulagem obrigatória do local da produção para a totalidade dos produtos agrícolas, incluindo os produtos transformados que contenham apenas um ingrediente, como o leite.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE). - (RO) A política de qualidade dos produtos agrícolas poderá proporcionar uma solução para muitos agricultores. A preocupação com a qualidade e não com a quantidade poderá trazer benefícios a longo prazo para muitas famílias. Razão pela qual a União Europeia precisa de políticas coerentes neste domínio, que ofereçam, simultaneamente, aos agricultores europeus a oportunidade de serem competitivos no mercado mundial. Neste contexto, o relatório Scottà é de louvar, assim como o é o pacote anunciado pelo Senhor Comissário Dacian Cioloş.

Ao mesmo tempo, precisaremos também de algo que nos permita atingir os objectivos de qualidade, a saber, de futuro, uma forte política agrícola comum, juntamente com um orçamento consistente. Uma política de qualidade dos produtos agrícolas e uma redução orçamento comunitário consagrado à agricultura são duas ideias incompatíveis.

Precisamos igualmente de disponibilizar instrumentos suficientes aos nossos agricultores para que possam desenvolver a sua própria política de qualidade e, por ultimo mas não menos importante, é necessário que os agricultores de todos os Estados-Membros, a Ocidente e Oriente, gozem de igualdade de oportunidades.

Britta Reimers (ALDE). - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, ao discutir os selos de qualidade e as denominações de origem obrigatórias para os produtos alimentares, é preciso que não esqueçamos a necessidade de as nossas decisões políticas serem passadas à prática. Não consigo perceber de que forma as alterações 4 e 5 podem ser implementadas na prática e, por conseguinte, rejeitá-las-ei.

Os selos de qualidade deveriam, em princípio, ser vistos como benéficos se fossem voluntários. Conferem aos produtores e à indústria de transformação a oportunidade de ter êxito em nichos de mercado. No entanto, é preciso que tenhamos em conta o facto de, através do domínio do mercado por parte de algumas cadeias de lojas, muitos selos de qualidade voluntários serem interpretados como quase normas. Isso priva os produtores e a indústria de transformação da sua liberdade empresarial e limita igualmente a escolha dos consumidores.

Situação semelhante acontece relativamente à indicação obrigatória da origem dos produtos agrícolas, como o leite. A implementação deste requisito à agricultura e à indústria de transformação dificilmente será possível de um ponto de vista técnico. Teremos de usar de cautela para que as boas intenções não redundem em burocracia excessiva.

Janusz Wojciechowski (ECR). - (PL) Senhora Presidente, gostaria de chamar a atenção para a pertinência do n.º 9 do relatório Scottà, que salienta que, nas negociações da OMC, a Comissão tem de procurar obter um acordo sobre as "questões não comerciais" que garanta que os produtos agrícolas importados satisfaçam os mesmos requisitos que são impostos aos produtos agrícolas produzidos na UE nos domínios da segurança dos alimentos, do bem-estar dos animais e da protecção do ambiente.

O problema é que esta é provavelmente a 150ª vez que o Parlamento Europeu afirma que os importadores devem obedecer aos mesmos requisitos que os impostos aos produtores na UE. Não tem havido resposta nesse sentido, e continuamos confrontados com uma situação em que os nossos produtores, agricultores e indústria de transformação são obrigados a cumprir normas rigorosas e dispendiosas, não se exigindo o mesmo aos importadores. Isso gera uma concorrência desleal. Como foi salientado, e bem, no relatório, essa situação tem de mudar.

Andreas Mölzer (NI). - (DE) Senhora Presidente, o controlo dos géneros alimentícios é uma fantasia utópica. E, ao que parece, o mesmo se passa com a pressão para o controlo e as suas consequências. Continuamos na mesma situação difícil de sempre! No caso dos riscos para a saúde, as autoridades devem lançar alertas, mas não são obrigadas a fazê-lo. Exemplo recente disso foi o escândalo do queijo contaminado com listeria. Os inspectores dos produtos alimentares têm frequentemente de debater-se com uma rotulagem deficiente - e não só os inspectores; também os consumidores têm esse problema. Ficam completamente baralhados no meio da selva da rotulagem. Por exemplo, a palavra "agricultor" pode figurar na embalagem ainda que o produto em causa tenha sido transformado industrialmente, assim como a expressão "de origem austríaca", embora os ingredientes provenham de qualquer outro lado.

Os consumidores que estão sensibilizados para a qualidade estão preparados para pagar mais por produtos de elevada qualidade. A questão que se coloca é a de saber por quanto tempo, quando existem comerciantes maliciosos a operar neste domínio. Se os sistemas de controlo estiverem vocacionados para pequenas empresas e não prestarem grande atenção às grandes explorações biológicas, então algo de errado se passará com todo o sistema.

Herbert Dorfmann (PPE). - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, afirmou aqui hoje que os produtos com denominação de origem são pontas de lança da nossa indústria. Tem toda a razão. Isso é particularmente verdade dos bens produzidos em circunstâncias difíceis, por exemplo, em zonas de montanha, e que requerem margens maiores. A denominação "produto de montanha" é, por conseguinte, de especial importância.

Gostaria de me deter sobre dois aspectos. Penso que, no que se refere a estes produtos, deveríamos dar aos agricultores a oportunidade de se organizarem em comissões inter-profissionais e consórcios de apoio onde também possam tomar decisões de mercado. Isso não contrariaria qualquer lei da concorrência e, ainda que o fizesse, constituiria, em todo o caso, uma infracção muito menor do que a concentração de cadeias de lojas a que assistimos nos últimos anos.

No que se refere às normas de qualidade, sobre as quais já muito foi dito, estou ciente da discussão nos meios de comunicação social, bem como das referências à curvatura dos pepinos. No entanto, os produtores querem e precisam destas regras. É preciso que tenhamos isso em mente no nosso debate e também na votação de amanhã.

João Ferreira (GUE/NGL). - Os mecanismos de certificação podem constituir um contributo para a necessária valorização do trabalho dos agricultores, melhorando-lhes o rendimento, e para a promoção da qualidade e segurança alimentar. Mas os actuais procedimentos de certificação são complexos, demorados e, sobretudo, dispendiosos, por isso os seus resultados têm sido perversos, particularmente para a pequena e média agricultura. Um aumento dos custos de produção e uma repartição dos rendimentos ao longo da cadeia de valor, ainda mais desfavorável ao produtor, com a inserção, nessa cadeia, de mais um agente a fazer negócio.

Por isto, e também como garantia efectiva de transparência, qualidade e segurança para os consumidores, a certificação deve ser feita por entidades públicas e não deve representar um custo acrescido para os produtores.

Mas, acima de tudo, uma política de qualidade exige uma outra política agrícola: uma reforma profunda da PAC, que defenda a produção local, o direito a produzir e o direito à soberania alimentar, que defenda agricultores e consumidores das consequências da desregulação do comércio mundial e da liberalização desenfreada dos mercados, travando-as seja no quadro de acordos bilaterais, seja no quadro da OMC.

Zigmantas Balčytis (S&D). - (LT) Os produtos agrícolas da União Europeia são bem conhecidos e apreciados nos mercados internacionais pela sua grande qualidade. No que se refere às futuras perspectivas da política agrícola comum, Estou convicto de que a qualidade dos produtos deverá continuar a ser um objectivo essencial para o futuro. Os produtos agrícolas de qualidade não são simplesmente o nosso cartão-de-visita à escala mundial; são também uma parte extremamente importante da vida económica e social da UE. Deverão ser desenvolvidas políticas sobre a qualidade, proporcionando uma maior clareza, através da certificação e de uma rotulagem dos produtos que possa ser compreendida por todos os consumidores da União Europeia. A fim de salvaguardar a qualidade dos produtos agrícolas, é preciso que estabeleçamos

regras claras para a rotulagem dos produtos que possam conter organismos geneticamente modificados. Este problema tornou-se particularmente relevante a partir da decisão da Comissão de permitir a utilização de batata geneticamente modificada na alimentação animal. Até fixarmos normas para a rotulagem e certificação deste tipo de produtos, pairará uma ameaça sobre a futura política de qualidade dos alimentos da UE e a saúde de todos nós.

Czesław Adam Siekierski (PPE). - (PL) Senhora Presidente, graças aos instrumentos da política agrícola comum, o mercado agrícola da União Europeia caracteriza-se pela oferta de produtos agrícolas alimentares de grande qualidade. A segurança alimentar, que é de extrema importância, assenta em normas rigorosas, numa qualidade adequada dos géneros alimentares e numa oferta suficiente.

É importante que a informação sobre a qualidade dos bens chegue ao consumidor. Sabemos que todos os produtos autorizados a entrar no mercado deverão cumprir determinadas normas mínimas. É preciso que um determinado grau de qualidade que vá para além das normas mínimas seja referido no produto a fim de melhorar a sua competitividade, chamando a atenção para as suas qualidades adicionais, pelas quais o consumidor deverá pagar.

Outra informação importante, que deveria ser igualmente ostentada nos produtos alimentares, é o local de origem e de transformação dos produtos primários. É preciso que os consumidores saibam o que estão a comprar e a pagar. A ausência desta informação enfraquece a competitividade dos produtos agrícolas e alimentares produzidos e transformados na Europa em comparação com os produtos importados sem olhar às normas de bem-estar animal, requisitos ambientais e normas sociais aplicadas aos trabalhadores.

Franz Obermayr (NI). - (DE) Senhora Presidente, o excelente relatório do senhor deputado Giancarlo Scottà é de todo o interesse para a protecção dos consumidores. A segurança dos produtos agrícolas, inclusivamente de um ponto de vista sanitário, deverá efectivamente ser da máxima prioridade. Gostaria de salientar a importância crucial da melhoria das denominações de origem dos produtos alimentares. É preciso que todos os produtos agrícolas da UE sejam claramente rotulados, referindo a origem dos produtos primários. É preciso que os consumidores não sejam enganados por uma rotulagem fraudulenta. Tomemos como exemplo a China. As sementes importadas da China chegam à Áustria onde, depois, se vende o chamado "óleo de sementes oleaginosas". Outro exemplo ainda pior: são transportados animais de engorda, através de todo o território europeu, em condições deploráveis para, por fim, se produzir o chamado "bacon tirolês". É, por isso, necessário que nos concentremos na oferta regional, e que, no interesse dos nossos consumidores e agricultores, apoiemos os agricultores e pequenos matadouros locais.

Mariya Nedelcheva (PPE). - (BG) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, felicito o senhor deputado Giancarlo Scottà pelo seu relatório, que assinala claramente o desejo do Parlamento Europeu de participar de forma activa no próximo debate sobre o futuro da PAC. Congratulo-me com a sugestão de criação de um logótipo que mostre claramente que determinado produto é produzido e transformado inteiramente na Europa. Penso que isso constituirá mais uma manifestação de apoio e uma garantia original da elevada qualidade dos nossos produtos.

A meu ver, deverá ser criado um sistema de denominação de origem protegida e de indicação geográfica. Este sistema permitir-nos-á manter a natureza distintiva das regiões e o seu carácter, permitindo que as pessoas sintam que o que produziram é identificável e apreciado no mercado. Razão por que acredito que deveremos manter o instrumento de Especialidades Tradicionais Garantidas (ETG), que considero um bom exemplo da nossa unidade na diversidade. Nada há de errado em saber que estamos a comer queijo feta da Grécia, queijo branco salgado da Bulgária ou queijo mozzarella de Itália. A qualidade e a segurança dos alimentos encontram-se entre os principais desafios que será preciso resolver de futuro. É preciso que preservemos a qualidade dos nossos produtos e a sua competitividade e garantamos um rendimento e uma vida condignos aos nossos produtores e agricultores.

Agradeço a vossa atenção.

Dacian Cioloş, Membro da Comissão. - (FR) Senhora Presidente, não me proponho abordar todas as questões aqui levantadas, especialmente porque haverá uma votação amanhã, no entanto, não quero deixar de salientar alguns aspectos que foram suscitados reiteradamente nas intervenções.

No que se refere à fusão dos vários sistemas de indicação geográfica, compreendo perfeitamente as preocupações de alguns dos senhores deputados. Posso assegurar que não é minha intenção destruir algo que funciona bem e que é caro aos consumidores. Precisamos apenas de tornar o sistema de protecção da

qualidade mais claro e mais consistente, tanto mais que estamos a tentar, por via de negociações internacionais, conseguir o reconhecimento destes sistemas.

Por conseguinte, é importante que estes sistemas sejam, desde já, claros e fáceis de perceber pelos nossos parceiros para que possam se reconhecer. Por isso, não é minha intenção fundi-los só por fundir. O resultado final será um sistema que nos permita fazer simplificações, sem tocar nos aspectos que são já facilmente identificáveis pelos consumidores.

No que se refere ao logótipo de qualidade da UE, é igualmente necessário que discutamos e decidamos nesta Câmara quais são os objectivos que pretendemos atingir. Será o objectivo simplesmente reflectir a conformidade com normas de base que todos os agricultores europeus cumprem e que os produtos importados também cumprem? Na verdade - faço questão de o deixar claro - todos os produtos agro-alimentares importados têm de cumprir as normas mínimas de higiene e segurança alimentar que os nossos produtos também cumprem.

Teremos portanto de ver qual será a melhor forma de diferenciar, com êxito, os nossos produtos dos outros. Precisamos de um logótipo da UE, ou deveremos, ao invés, indicar os locais de origem, os locais de produção? É preciso identificar o melhor mecanismo, e, em qualquer dos casos, analisar a questão.

No que se refere às indicações de origem a nível internacional, devo tranquilizá-los, pois a minha preocupação é assegurar que este sistema seja reconhecido pelos nossos parceiros. Estamos a tentar garantir esse reconhecimento nas negociações conduzidas pela Organização Internacional do Trabalho, mas também em todas as oportunidades de que dispomos aquando da negociação de acordos bilaterais.

Continuaremos, por conseguinte, a seguir esta abordagem. Para além disso, pretendo, no meu mandato, reforçar a política de comunicação e de promoção destes selos de qualidade a nível internacional, uma vez que a qualidade é um activo e, como tal, pode assegurar-nos uma maior presença na cena internacional.

No que se refere às menções reservadas "de montanha", "insulares" e assim por diante, estamos a estudar a possibilidade de introduzir este tipo de sistemas. Também a este respeito, é preciso que decidamos como proceder para assegurar que não representem custos adicionais para os agricultores que as desejem aplicar.

No que se refere às organizações inter-profissionais e ao seu papel na gestão das Denominações de Origem Protegida (DOP), é nossa intenção, sobretudo no que se refere ao leite - uma vez que a maioria das DOP e das Indicações Geográficas Protegidas (IGP) se concentram nesse sector - levar a cabo um estudo para analisar o impacto que o fim das quotas terá sobre o bom funcionamento desses sistemas de protecção da qualidade, e espero que, com base nesse relatório, identifiquemos as medidas que deveremos tomar, caso haja necessidade.

Giancarlo Scottà, relator. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, obrigado, Senhor Comissário Ciolos. Gostaria de começar por me debruçar muito brevemente sobre a terra.

É da terra que colhemos os nossos produtos, e é a terra que deveremos preservar para o futuro e para os que, por seu turno, terão de a preservar também. Essa a razão por que, tomando este simples pensamento como ponto de partida, gostaria de passar agora a falar dos produtores, daqueles que trabalham a terra, que devem igualmente ser reconhecidos por aqueles que, subsequentemente, também usufruem dos produtos comerciais que encontram nos supermercados ou em outros estabelecimentos. Por conseguinte, é mais do que justo que, em primeiro lugar, respeitemos a terra, que nos dá os produtos, depois quem procede à transformação, se existe, e depois o consumidor.

Gostaria de apresentar uma proposta para bem dos consumidores, não estando certo se será bem acolhida ou não: por que não perguntar aos consumidores o que querem saber? Dessa forma, saberemos qual o potencial rótulo os consumidores conseguirão ler e compreender e, assim, talvez possamos tornar mais simples os rótulos complexos que hoje existem. Por que não deverão os consumidores saber que têm escolha entre beber um litro de leite produzido na Europa ou um litro de leite produzido no Brasil? Cabe-lhes escolher se um litro de leite brasileiro é melhor do que um litro de leite produzido na União Europeia.

Seja como for, considero que este relatório será útil para o Senhor Comissário Dacian Ciolos, ou assim o espero, fornecendo pormenores que ajudem a promover aquela cadeia que há pouco referi: a terra, o produtor, o transformador, se existir, e o consumidor, a segurança e, acima da questão da segurança, a qualidade. Falámos de qualidade, penso que todos somos favoráveis a que se aumente a qualidade dos nossos produtos, mais ainda se isso significar que teremos uma alimentação melhor e mais saudável.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Paolo Bartolozzi (PPE), *por escrito*. - (IT) A questão da política de qualidade dos produtos agrícolas obteve uma resposta avalizada e unânime na Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, tornando assim mais completa a legislação existente. Os produtores agrícolas europeus ganharam finalmente, na legislação europeia, o reconhecimento da qualidade dos seus produtos ligada à região de produção. Este passo representa uma garantia de protecção dos produtores face à globalização do mercado e uma garantia de que um consumidor "informado" possa rejeitar os produtos que não ostentem a obrigatoria indicação geográfica de origem, que não estejam claramente certificados, e que não cumpram as regras de comercialização e anti-contrafacção. Os consumidores poderão tomar as suas decisões de compra no pleno conhecimento pelas regras aplicáveis ao produto que desejam adquirir. O Parlamento Europeu continuará a lutar pela protecção dos agricultores e dos consumidores. A saúde destes últimos depende da qualidade dos produtos dos primeiros. Apresentei uma alteração sobre a protecção das características dos produtos, que a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural aprovou e que reconhece que as regiões desempenham um papel essencial como parceiras dos produtores, em particular, dos produtores de produtos tradicionais e biológicos, e exorta as regiões a envolverem-se no reconhecimento e promoção dos produtos com indicação geográfica, dos produtos tradicionais e dos produtos biológicos. Aprecio verificar o reconhecimento desta indicação.

Sergio Berlato (PPE), *por escrito*. - (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o tema da qualidade dos produtos agrícolas é de importância fundamental quando se trata de informar o comprador e o consumidor das características dos produtos e de continuar a garantir que a compra de produtos da União Europeia seja sinónimo da elevada qualidade derivada das diferentes tradições no seio da União. Ao longo dos anos, a política de qualidade dos produtos agrícolas evoluiu de forma fragmentada, caracterizada por uma sucessão de instrumentos sectoriais. A globalização do mercado e a crise económica e financeira que atingiu a Europa não pouparam o sector agrícola. Sair desta situação, impõe que nos concentremos na qualidade e na segurança dos nossos produtos. A procura continua da qualidade deverá ser uma componente essencial da estratégia seguida pelo sector agro-alimentar da UE no mercado mundial. Para além disso, considero que devermos ponderar seriamente sobre a proposta da Comissão de introdução de um logótipo de qualidade da União Europeia para os produtos originários e transformados inteiramente na Europa. Esse logótipo representaria, com efeito, um reconhecimento formal dos esforços envidados pelos agricultores europeus para cumprirem as rigorosas normas de produção. Por último, é evidentemente positivo que se simplifique a legislação, a fim de reduzir o fardo burocrático sobre as empresas, garantindo, simultaneamente, que os padrões de qualidade conseguidos pelos produtores europeus sejam mantidos.

Robert Dušek (S&D), *por escrito*. - (CS) A política de qualidade dos produtos agrícolas não é uma política estática, dissociada das outras políticas ligadas à agricultura, muito pelo contrário. A bem dizer, a reforma da política agrícola comum deveria também incluir políticas que se ocupem da adaptação às alterações climáticas, da conservação da diversidade biológica, da segurança do abastecimento de energia e água, da garantia de condições de vida decentes para os animais, e da conservação dos recursos de pesca da UE. A política de qualidade dos produtos agrícolas pode contribuir para aumentar a competitividade dos produtores europeus e manter a rentabilidade económica nas zonas rurais em tempo de crise, precisamente por privilegiar a qualidade dos produtos agrícolas e géneros alimentícios de elevada qualidade. Deve continuar a ser uma regra sem excepção o facto de que comprar produtos da UE significa comprar produtos de elevada qualidade, produzidos com base em várias tradições regionais europeias e respeitando, em simultâneo, as mais elevadas normas de produção em matéria de segurança alimentar. Apoio a proposta da Comissão de introduzir um logótipo de qualidade da União Europeia, que só deveria ser disponibilizado para os produtos agrícolas inteiramente produzidos e/ou transformados na UE. Os consumidores confundem a designação do local onde os produtos alimentares são transformados com o local de origem do produto agrícola. De salientar que o próprio processo de produção pode influenciar negativamente, e muito, a qualidade e as características de um produto. Saúdo igualmente a manutenção dos sistemas de registo das indicações geográficas e das especialidades tradicionais, pois estas indicações são importantes para a agricultura europeia, não só de uma perspectiva económica mas também de uma perspectiva ambiental e social.

19. Reunião dos Ministros do Emprego do G20 (Washington, 20/21 de Abril de 2010) (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a reunião dos ministros do emprego e do trabalho do G20 (Washington, 20/21 de Abril de 2010).

László Andor, Membro da Comissão. - (EN) Senhora Presidente, as mais recentes projecções da OIT e da OCDE mostram que as taxas de desemprego nos países industrializados continuam a crescer e não atingirão o seu ponto culminante senão em 2011.

Por outro lado, nos países em desenvolvimento e emergentes, mais de 200 milhões de trabalhadores estão em risco de ser empurrados para uma situação de pobreza extrema. Isto fará com que se eleve a quase 1,5 mil milhões o número de trabalhadores pobres no mundo. São números que falam por si. Na verdade, a crise actual põe em evidência as debilidades mais penosas da nossa economia global e da crescente interligação que a caracteriza. Existe hoje um consenso inequívoco quanto à necessidade de empreender acções globais para resolver problemas globais.

No ano passado, em Pittsburgh, os líderes do G20 comprometeram-se a velar por que, em chegando a retoma da economia, também as taxas de emprego voltem a aumentar. Nessa conformidade, os governos do G20 acordaram em criar um quadro orientado para o emprego e ao serviço do crescimento económico futuro.

Tudo isto é de saudar. A Comissão dá o seu total apoio a qualquer estratégia que, na prática, coloque o emprego de qualidade no centro da recuperação económica e ajude as pessoas em todo o mundo a regressar ao trabalho. Esta abordagem reflecte a realidade incontornável de que a criação de postos de trabalho é um requisito fundamental na actual crise económica mundial, e que uma recuperação sem emprego não é uma alternativa viável.

Em Pittsburgh, os líderes convidaram o ministro do trabalho norte-americano a convocar uma reunião dos ministros do Emprego e do Trabalho do G20. Os participantes na reunião terão como mandato avaliar a situação do emprego a nível mundial e debater o impacto das respostas estratégicas à crise bem como a eventual necessidade de empreender novas medidas. Além disso, os ministros deverão reflectir sobre políticas de emprego e de desenvolvimento de competências a médio prazo, e sobre programas de protecção social e melhores práticas nestes domínios, por forma a assegurar que os trabalhadores possam beneficiar dos avanços nos planos científico e tecnológico. Esta reunião sem precedentes terá lugar em Washington DC, em 20 e 21 de Abril. Nela participarão também a Comissão e a Presidência espanhola.

A Comissão está a trabalhar em estreita cooperação com a OIT nos preparativos para a reunião, a qual nos dará em particular a oportunidade de, em nome da União Europeia, promover o trabalho digno em todo o mundo. A aplicação das normas fundamentais do trabalho, elaboradas pela OIT e reconhecidas a nível internacional, e a concretização, na prática, dos esforços daquela organização para conseguir o objectivo de um fluxo de segurança social de base são cruciais nesse sentido. Além disso, o mandato do G20 inclui o desenvolvimento, pela OIT e outras organizações internacionais, de uma estratégia de formação a médio prazo, a nível mundial.

A Comissão está a dar um contributo significativo para estes esforços através da iniciativa "Novas Competências para Novos Empregos". Esta faz parte da estratégia emblemática Europa 2020, relativa a um programa de desenvolvimento de novas competências e novos postos de trabalho. O principal desafio aqui é avançar com uma estratégia de requalificação e melhoria da formação da força de trabalho a nível mundial, de modo a facilitar a transição entre postos de trabalho, e do ensino para o mercado de trabalho, no caso dos jovens.

A participação dos parceiros sociais neste processo pode representar uma enorme mais-valia. Todos aqui sabem até que ponto o Diálogo Social Europeu pode ser eficaz quando se trata de melhorar a concepção de várias medidas no domínio do emprego. A Comissão está disposta a partilhar esta experiência com os parceiros internacionais da União Europeia. A Comissão manterá o Parlamento informado acerca dos progressos realizados na reunião de Washington DC.

A reunião dos ministros do Trabalho do G20 constituirá uma oportunidade para desenvolvermos novas medidas que irão moldar o enquadramento estratégico pós-crise. Estas novas medidas e novas políticas poderão contribuir para uma saída equilibrada da crise, ao colocar o emprego no cerne da recuperação, e ajudarão a superar o legado da crise. O objectivo é também dar o impulso e orientação necessários para as cimeiras dos líderes do G20 a realizar, ainda este ano, no Canadá e na Coreia.

Elisabeth Morin-Chartier, em nome do Grupo PPE. - (FR) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, no contexto da actual crise económica e financeira, esta cimeira do G20 obriga-nos a constatar que o primeiro objectivo que devemos alcançar é o do reforço da empregabilidade dos trabalhadores.

Trata-se de uma necessidade, pois não pode haver integração na vida social sem integração pela via profissional. Por conseguinte, hoje, na preparação desta reunião do G20, o único lema e o único objectivo que devemos partilhar em conjunto é o da luta contra o desemprego.

Como o Senhor Comissário ainda há pouco afirmou, o desemprego cresceu de forma significativa na União Europeia e no mundo, mas é por demais evidente que as desigualdades estão a aumentar, e que esse aumento se faz sentir de forma ainda mais pronunciada entre os jovens, os trabalhadores temporários, os migrantes e as mulheres.

Assim, quando hoje vemos que 21,4 % dos jovens estão desempregados, em comparação com 14,7 % - o que já era muito - há dois anos, damo-nos conta de que o ritmo do aumento é deveras preocupante.

Necessitamos, pois, de construir em conjunto, na Europa e no mundo - já que a resposta tem necessariamente de ser global -, estratégias de convergência e integração onde se reconheça explicitamente que as políticas sociais e de coesão dinâmicas são o pilar do desenvolvimento da nossa sociedade.

Cabe ainda aqui recordar o "Pacto Global para o Emprego" da Organização Mundial do Comércio, que oferece um conjunto de opções estratégicas adequadas para nos ajudar a sair da crise.

Em que ponto nos encontramos no que se refere à proposta da Comissão Europeia de basear o quadro da nova estratégia pós-2010 na economia social de mercado, na integração e na transparência?

Faço votos de que os nossos ministros europeus do Trabalho e do Emprego não se esqueçam, durante esta cimeira, de que terão de prestar contas pelo aumento do desemprego a todos os milhões de pessoas que, uma após outra, perderam o seu emprego nos últimos meses.

Senhor Comissário Andor, a União Europeia espera, pois, de si que tome medidas que nos permitam tranquilizar os nossos concidadãos e os ajudem a regressar ao mercado de trabalho.

Alejandro Cercas, em nome do Grupo S&D. - (ES) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, também eu me congratulo muito com o facto de podermos, esta tarde, realizar este debate, em preparação da cimeira que vos reunirá a todos em Washington nos próximos dias 20 e 21 de Abril.

Esta reunião que hoje estamos a ter deve-se em grande medida à presidente da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, senhora deputada Berès. Um motivo de força maior impediu-a de estar aqui presente.

Intervenho em nome dos dois. Vou falar na sua língua, em francês, utilizando os papéis que ela preparou, pois estou certo de que terão todo o interesse em escutar as suas próprias palavras:

(FR) Senhor Comissário, numa altura em que a taxa de desemprego na Europa vai ultrapassar os 10 %, em que há mais de 1,5 mil milhões de trabalhadores pobres no mundo, e em que a crise vai engrossar esse número com mais 200 milhões, é tempo de os líderes mundiais se concentrarem nas consequências sociais da crise e darem prioridade ao emprego.

Saudamos o trabalho preparatório que haveis levado a cabo em estreita cooperação e num espírito de diálogo com os parceiros sociais.

A reunião almejada pelos Chefes de Estado e de Governo reunidos em Pittsburgh terá o mérito de, finalmente, conciliar as questões macroeconómicas e a dimensão social. Se não queremos repetir os erros que levaram à crise, é primordial evitar que a crise agrave ainda mais as desigualdades sociais no seio dos nossos países, entre os Estados-Membros da União e a nível mundial.

Há que impedir que uma estratégia precipitada de saída da crise se traduza no desmantelamento do nosso modelo social, pois os fundamentos desta crise, em que nos encontramos há três anos, são efectivamente de origem social. Não basta regulamentar os produtos financeiros; é preciso atacar as raízes profundas do mal.

Lamentavelmente, receamos que, apesar de numerosos relatórios de organizações como a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) que apontam para um agravamento das desigualdades sociais, continue a haver falta de vontade política no

que respeita à dimensão social. Prova disto é a fraca visibilidade das questões sociais, que nem sequer são mencionadas no sítio Web oficial do G20. De igual modo, não é aceitável a recente decisão do Conselho ECOFIN, no sentido de pôr termo às medidas excepcionais de apoio ao emprego, para restabelecer rapidamente as finanças públicas.

Há um jogo perigoso em curso entre os ministros das Finanças e os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais.

Senhor Comissário, contamos consigo e com a Presidência espanhola para contrariar esta lógica de curto prazo e colocar as questões sociais no cerne das acções a desenvolver aos níveis europeu e internacional.

Marian Harkin, *em nome do Grupo ALDE*. - (EN) Senhora Presidente, é absolutamente crucial que os ministros do Emprego e do Trabalho do G20 coloquem o emprego de qualidade no cerne dos seus planos de recuperação económica.

Para muitos trabalhadores - como o Senhor Comissário bem sabe -, o cenário é desanimador, com o desemprego a aumentar, uma redução do horário de trabalho, cortes salariais significativos, os trabalhadores pobres a que há pouco se referiu, e oportunidades de formação inadequadas ou inexistentes. Ao mesmo tempo, os trabalhadores assistem à recapitalização dos bancos, enquanto as pequenas e médias empresas - motores do crescimento económico - são deixadas à míngua de recursos e os postos de trabalho vão sendo suprimidos.

A disciplina e a contenção orçamentais não podem substituir um plano de estímulo do emprego. No entanto, é o que se está a verificar em inúmeros países, incluindo o meu, a Irlanda. A Comissão elogia a nossa disciplina orçamental, mas estamos a destruir um grande número de postos de trabalho. Estamos a equilibrar as finanças, mas são os trabalhadores que pagam o preço. Os ministros do G20 terão de assumir um compromisso firme no sentido de apoiar o trabalho digno e dar prioridade ao aumento da taxa de emprego, paralelamente à introdução de um rendimento mínimo e de programas de protecção social e de formação ou requalificação para aqueles que não têm trabalho.

Por último, concordo com a afirmação do Senhor Comissário de que os ministros se têm de comprometer com a aplicação de políticas coerentes com os princípios e direitos fundamentais definidos pela OIT, e que não devem deixar que a crise económica actual seja utilizada como desculpa para aligeirar ou desrespeitar normas de trabalho reconhecidas a nível internacional.

Ilda Figueiredo, *em nome do Grupo GUE/NGL*. - É tempo de os líderes da União Europeia reconhecerem as responsabilidades que também têm na grave crise social que se vive no plano europeu e mundial, consequência da crise financeira e económica que facilitaram, ao desregulamentar mercados financeiros e comerciais, ao pressionar acordos de livre comércio com países terceiros, sem acautelar os interesses dos trabalhadores e dos povos.

O aumento do desemprego e do trabalho cada vez mais precário e mal pago aumentam a pobreza e são consequência directa das políticas neo-liberais e da crise do capitalismo. A OIT e a OCDE consideram que ainda não se atingiu o pico do desemprego nos países industrializados e que, brevemente, mais de 200 milhões de trabalhadores poderão ser atirados para a extrema pobreza, o que significa que o número de trabalhadores pobres pode atingir os 1 500 milhões, sobretudo mulheres e jovens.

É tempo de pôr fim ao retrocesso que se vive em termos de direitos sociais e laborais. É preciso dar prioridade ao emprego de qualidade e com direitos, cumprindo, no mínimo, as convenções da OIT. Sem a criação de novos empregos com direitos não há saída para a crise.

Kinga Göncz (S&D). - (HU) Creio que nos agrada a todos o facto de os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais se reunirem agora no âmbito do G20, ombreando assim em importância com os ministros das Finanças naquela instância, o que até agora não se verificava. Parece que foi necessária uma crise económica para se poder falar de medidas económicas globais, não só no plano da economia e finanças mas também em relação às questões sociais e do emprego. Isto é especialmente importante neste momento, em que as pressões económicas da crise parecem estar a diminuir mas o desemprego e a pobreza continuam a aumentar. Bem sabemos que isto terá consequências a longo prazo, em termos sociais mas também políticos. Por esse mundo fora, estas situações andam a par com o extremismo, que representa igualmente uma ameaça a longo prazo.

É importante os ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais desenvolverem políticas sectoriais capazes de resolver a situação do emprego e reduzir a pobreza. Passo a dar um exemplo concreto, que aliás foi referido

na cimeira do G20, a saber, o instrumento de microfinanciamento, que reforça não apenas a coesão social mas também a auto-suficiência, e que pode ser importante também por esta razão. De lamentar, porém, que o Parlamento não possa adoptar uma posição e submetê-la aos ministros reunidos no âmbito do G20, em lugar de apenas poder enviar as nossas mensagens verbais. Mesmo assim, penso que isso é mais do que o que fizemos até aqui.

Elizabeth Lynne (ALDE). - (EN) Senhora Presidente, como tem sido afirmado por todos os oradores, a crise financeira atingiu duramente o cidadão comum.

Esta a razão por que temos de assegurar que da reunião dos ministros do Emprego do G20 - a primeira a ser convocada, como acaba de ser dito - emanem resultados positivos. Espero sinceramente que os resultados sejam favoráveis. Apraz-me saber que os ministros não se centrarão apenas no sector financeiro, mas irão analisar também o impacto social da crise nas pessoas.

Sabemos que em numerosos países por esse mundo fora o desemprego atingiu níveis históricos. Temos de estudar a maneira de conseguir que as pessoas voltem realmente a ter trabalho, a ter um verdadeiro emprego. Os programas de formação, por exemplo, têm de ser adequados, a fim de cobrir efectivamente as necessidades do presente. Devemos identificar as boas práticas de países que já introduziram medidas diversas e procurar difundir-las noutros países, a fim de tentar ajudar os mais marginalizados na sociedade. Se já foi desenvolvido trabalho naqueles países, por que não tratamos de aprender com eles?

Devemos velar por que as convenções fundamentais da OIT sejam efectivamente aplicadas. Impõe-se assegurar a aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Temos de garantir que os que hoje não são protegidos gozem de protecção no futuro.

Thomas Händel (GUE/NGL). - (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, a Cimeira do G20 em Pittsburgh proporcionou um modelo a seguir. Exigiu planos de recuperação económica para promover o trabalho digno, o que contribuirá para a segurança do emprego e a criação de novos postos de trabalho, e fez do aumento do emprego uma prioridade.

Convido, pois, os ministros do Emprego da União a pressionar os membros do G20 para, em primeiro lugar, não recuarem nos seus pacotes de recuperação económica, antes trabalharem ainda mais árdua e extensamente para criar emprego; em segundo lugar, desenvolverem esforços no sentido de disponibilizar trabalho financeiramente seguro a curto prazo, a fim de evitar a perda de postos de trabalho; em terceiro lugar, promoverem o investimento público tendo em vista a criação de emprego e um crescimento sustentável do ponto de vista ecológico; e, em quarto lugar, reforçarem e alargarem as medidas de segurança social por forma a permitir o acesso a estas medidas. Tudo isto contribuirá para salvaguardar o poder de compra, bem como os postos de trabalho, no mercado interno e ajudará a combater a pobreza. Para os ministros do Trabalho da UE, a cooperação com os parceiros sociais é, pelos vistos, muito importante para reforçar o diálogo social numa medida ainda mais alargada do que a desejada pelo Senhor Comissário.

Sylvana Rapti (S&D). - (EL) Senhora Presidente, Senhor Comissário, em 20 de Abril haverá uma estreia em Washington: pela primeira vez, os ministros do Emprego das vinte zonas mais ricas da terra vão realizar uma conferência. A voz da Europa terá de se fazer ouvir alto e bom som. Quatro milhões e meio de postos de trabalho estão em risco de serem suprimidos na Europa nos próximos três anos, o que terá um impacto no crescimento, prejudicará a coesão social e causará agitação social.

Criar emprego tem de ser uma prioridade para a Europa. Urge fixar metas realistas, específicas, quantificáveis, tanto a longo prazo como para o futuro imediato. Necessitamos urgentemente de conseguir garantir trabalho digno aos cidadãos da Europa. Necessitamos urgentemente de conseguir salvaguardar os direitos dos trabalhadores ao trabalho e às pensões.

Estamos prestes a esquecer o óbvio: que o trabalho é uma alavanca para o crescimento. Creio que, em última análise, precisamos de compreender que não podemos falar de política económica sem ter constantemente presente o parâmetro "emprego".

Caso contrário, e termino, em lugar de falarmos de um Conselho de Ministros do Emprego, passaremos a falar de um Conselho de Ministros do Desemprego.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL). - (FR) Senhora Presidente, em minha opinião, não haverá solução duradoura para o desemprego e o subemprego se não invertermos a abordagem actual, que privilegia o capital em detrimento dos trabalhadores, e não introduzirmos uma nova forma de distribuição da riqueza que passe pelo aumento dos salários, dos níveis de protecção social e dos benefícios sociais mínimos. É isto que irá

permitir o relançamento sustentável da economia e a criação de uma profusão de novos postos de trabalho. O progresso social é uma condição prévia para sair da crise económica, não o contrário.

O G20 deveria incentivar a mobilização do sector bancário internacional em favor de um crédito selectivo ao serviço do emprego e dos investimentos centrados na criação de emprego e na promoção de uma nova economia favorável ao ambiente.

Em simultâneo, os movimentos de capitais especulativos deveriam ser tributados, de modo a serem redireccionados para a luta contra a pobreza.

Proponho que se analise e ensaie um sistema de segurança social nos planos profissional e formativo para os empregos de amanhã, aliado ao desenvolvimento da investigação pública, indispensável a uma nova economia duradoura e sustentável.

PRESIDÊNCIA: WIELAND

Vice-presidente

Silvia-Adriana Țicău (S&D). - (RO) Os líderes do G20 reunidos em Pittsburgh, em Setembro de 2009, acordaram em que a principal prioridade nos planos de relançamento económico devia ser manter os postos de trabalho existentes e criar novos postos de trabalho.

Apesar das previsões do Fundo Monetário Internacional, que apontam para um crescimento da economia de 3%, as previsões da OCDE e da OIT indicam que a taxa de desemprego continuará a aumentar a um ritmo acelerado até meados de 2011.

A crise económica e financeira atingiu duramente as empresas da UE, para não falar dos efeitos que teve, por implicação, nos orçamentos dos Estados-Membros.

Os ministros do Trabalho e da Concertação Social deveriam solicitar que o apoio concedido às empresas em dificuldade em consequência da crise económica fosse prolongado até a taxa de desemprego começar novamente a baixar.

Além disso, creio que estes ministros devem encontrar formas de apoiar quer os funcionários públicos, quer os empregados pagos a partir de fundos públicos, como é o caso de professores e médicos, que estão a perder o seu emprego em consequência da redução dos recursos orçamentais atribuídos às instituições públicas.

Zigmantas Balčytis (S&D). - (LT) Devemos saudar o facto de, pela primeira vez, os ministros do Trabalho e do Emprego se reunirem no âmbito do G20. Na cimeira de líderes do G20 em Pittsburgh, em 2009, os dirigentes dos países participantes acordaram em que a prioridade dos planos nacionais de relançamento da economia deveria ser a manutenção e a criação de postos de trabalho. Contudo, a situação piorou desde aquela cimeira, tanto na União Europeia como a nível mundial. Em alguns Estados-Membros, o número de desempregados, que cresce de dia para dia, atingiu um nível crítico, e os planos de gestão da crise de alguns governos nacionais estão a agravar significativamente a situação das pessoas, uma vez que as pensões e outras garantias sociais importantes estão a sofrer reduções. Um grande número de pequenas e médias empresas estão a fechar as portas. Creio que a principal prioridade da cimeira do G20 deve ser chegar a um consenso em torno de medidas concretas para estabilizar o nível de desemprego, já que a desilusão e o receio que se apoderaram das pessoas não contribuirão para o rápido relançamento da economia dos nossos países.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D). - (LT) Em primeiro lugar, regozijo-me deveras com o facto de, pela primeira vez no quadro do G20, os ministros dos países mais poderosos do mundo, os ministros do Trabalho e do Emprego, se reunirem para debater os problemas mais prementes, a saber, como superar o desemprego e aumentar o emprego. Com efeito, esta reunião terá lugar numa conjuntura muito difícil, já que, só na União Europeia, cerca de 5,5 milhões de jovens estão desempregados. O número de desempregados de longa duração também regista um aumento constante. Esta semana, no meu país, a Lituânia, o registo oficial de pessoas desempregadas atingiu os 300 000. Desde que conquistou a independência, há vinte anos, o meu país nunca viveu uma situação assim. Por conseguinte, é muito importante que, em estando reunidos, os ministros dos países mais poderosos do mundo definam medidas concretas a tomar para que as pessoas nos países da UE não tenham simplesmente um trabalho qualquer, mas sim um trabalho condigno, de qualidade, devidamente remunerado, que lhes permita ter uma vida decente e não as obrigue a viver na pobreza. Faço votos, pois, de que nesta cimeira sejam tomadas essas decisões concretas.

László Andor, *Membro da Comissão*. - (EN) Senhor Presidente, apraz-me que este debate sobre a reunião dos ministros do Trabalho e do Emprego em Washington DC tenha tido lugar hoje, pois deste modo essa não será a única cimeira em que a voz dos deputados ao Parlamento Europeu sobre tão importante matéria se fará ouvir. Está para ser realizada outra cimeira onde as vossas opiniões hoje aqui expressas deverão igualmente ser escutadas: refiro-me à cimeira que amanhã terá lugar em Bruxelas, que constituirá uma oportunidade para apoiar a estratégia Europa 2020 com um forte pilar abrangente e iniciativas emblemáticas em prol do aumento do emprego e da redução da pobreza, e com os objectivos sérios que integram essa estratégia.

Há que reconhecer a gravidade da crise com que a economia mundial se vê confrontada desde há dois anos, e que não se limita apenas à deterioração das estatísticas. Concordo em absoluto com a senhora deputada Göncz quando ela afirma que importa igualmente reconhecer o risco político, o risco que esta crise representa para a civilização europeia.

Faço votos de que os líderes que amanhã se vão reunir compreendam isto e retirem desta situação conclusões muito responsáveis. Caso contrário, será muito difícil representar os valores da União Europeia por esse mundo fora, tal como será muito difícil representar com credibilidade, no âmbito do G20, o compromisso de lutar contra o desemprego e a pobreza.

O facto de os ministros do Trabalho se reunirem no âmbito do G20 constitui um importante passo em frente. Ainda está por saber se estamos suficientemente emancipados para incluir os ministros das Finanças mas, seja com ou sem, é muito importante dar este passo e tirar partido desta oportunidade de trocar experiências e pontos de vista.

É verdade que foram os governos os primeiros a tentar combater a crise e que o poder orçamental dos Estados foi canalizado para a estabilização do sector bancário. Os bancos foram recapitalizados e a estabilidade financeira tornou-se o objectivo número um.

Agora é a vez de dar prioridade à criação de emprego. Temos de ter como primeira prioridade uma estratégia de saída da crise que não prejudique os postos de trabalho existentes e não comprometa a capacidade de investir. Assim, e em primeiro lugar, cabe decidir criar a necessária ordem no plano financeiro, restabelecer a estabilidade e eliminar a pressão exercida sobre os governos dos Estados-Membros para fazerem cortes pouco razoáveis que afectam o sector social e o emprego.

Concordo em absoluto que a OIT e as normas elaboradas por aquela organização são uma pedra angular neste contexto, e que é da maior importância fazer referência às mesmas no debate internacional nesta matéria. Esta é para nós uma norma fundamental para avançarmos no que respeita ao emprego e às relações sociais.

A reunião no quadro do G20 constitui uma excelente oportunidade para estabelecermos a articulação com os debates travados por esse mundo fora. Ficamos ligados às discussões em matéria não só de relações laborais mas também de regulamentação financeira e outras questões, como a tributação das transacções, que são debatidas de forma mais ousada noutros pontos do mundo e que, por vezes, necessitam de ser tratadas com mais atenção e seriedade no interior da União Europeia.

Agradeço, pois, as observações aqui emitidas e as mensagens que transmitirei aos outros parceiros no grupo do G20.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Ádám Kósa (PPE), *por escrito*. - (HU) Em minha opinião, é essencial reconhecer que os decisores políticos dos nossos dias não estão a acompanhar a evolução da situação a nível mundial, concretamente nos domínios da economia e da tecnologia: em breve, até uma empresa de energia será capaz de estabelecer a sua programação a mais longo prazo do que os actores políticos internacionais. Infelizmente, a incapacidade de reconhecer esta realidade está bem patente na actual estratégia UE 2020. A União Europeia deve olhar mais além e deve também estar disposta a fazer sacrifícios no interesse de uma sociedade mais sustentável. Temos de nos concentrar cada vez mais na infra-estrutura e na criação de emprego, e não num consumo crescente dependente das importações. O livre-comércio sem restrições destrói postos de trabalho ignominiosamente, prejudica o ambiente, coloca em risco a saúde dos consumidores e aumenta os obstáculos à acessibilidade, apenas para garantir o preço de um produto ou de um serviço. Não podemos voltar aos extremos dos dias do capitalismo galopante - ao mundo dos *Oliver Twists*! Caso contrário, a Estratégia UE 2020, tal como a Estratégia de Lisboa, estará votada ao fracasso.

20. Luta contra a tuberculose (debate)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a luta contra a tuberculose.

John Dalli, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, saúdo a oportunidade que me é dada, neste Dia Mundial da Tuberculose, de reafirmar o empenhamento da Comissão em enfrentar os desafios suscitados por esta doença.

Acreditámos que as acções que empreendemos com êxito nas últimas décadas haviam eliminado as ameaças relacionadas com este grave problema de saúde pública. Erradamente, porém, deixámos passar demasiado tempo desde que baixámos a guarda contra a tuberculose. Em 2008, o Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças deu conta de cerca de 83 000 casos de infecção e aproximadamente 6 000 mortes por tuberculose nos países da União Europeia e da EFTA. Isto corresponde a cerca de 16 mortes por dia. Trata-se de uma situação simplesmente inadmissível e que exige a acção de todos os sectores e partes interessadas pertinentes. A situação é inadmissível porque a tuberculose é uma doença para a qual existe prevenção e cura e, por conseguinte, não deveria chegar ao ponto de ter consequências tão dramáticas.

A tuberculose é um problema transsectorial que está ligado a muitos dos desafios com que hoje nos confrontamos na UE no domínio da saúde pública, incluindo a propagação da resistência aos antimicrobianos, a falta de novos meios eficazes de diagnóstico e tratamento da tuberculose, o aumento acentuado de co-infecções, por exemplo pelo VIH, e as desigualdades, já que a incidência da tuberculose é desproporcionadamente mais elevada entre as camadas mais desfavorecidas da população.

Nos últimos anos, a Comissão lançou diversas iniciativas para reforçar os meios de combate à tuberculose. Em 2000, a tuberculose foi incluída na lista das doenças objecto de vigilância prioritária à escala da UE. Neste contexto, a Comissão apoiou vários projectos que ajudaram na coordenação da vigilância da tuberculose nos 53 países da Região Europeia da OMS. Isto contribuiu para melhorar os nossos conhecimentos e a monitorização partilhada da situação epidemiológica. Além disso, através dos seus programas-quadro de investigação, a Comissão apoia o desenvolvimento de novos tratamentos, vacinas, medicamentos e meios de diagnóstico contra a tuberculose. Desde 2002, foram atribuídos a estas acções mais de 124 milhões de euros. Todavia, como a tuberculose não conhece fronteiras, temos de apoiar países para lá da União Europeia.

A Comissão apoia os países em desenvolvimento nos seus programas de controlo da tuberculose através do Programa de Acção Europeu para combater o VIH/SIDA, a malária e a tuberculose através de acções externas (2007-2011). O principal canal de financiamento deste apoio é o Fundo Global de luta contra o VIH/SIDA, a tuberculose e a malária, para o qual a Comissão contribuiu com 870 milhões de euros desde 2002, o que corresponde a um contributo anual de cerca de 100 milhões de euros desde 2008. A Comissão apoia, ainda, a realização de ensaios clínicos e o desenvolvimento de competências na África Subsariana, através da Parceria entre a Europa e os Países em Desenvolvimento para a Realização de Ensaios Clínicos (EDCTP). Por último, a criação do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças permitiu-nos elevar para um novo patamar os nossos esforços de luta contra a tuberculose.

Em Março de 2007, na sequência de um pedido da Comissão, o Centro desenvolveu um plano de acção para combater a tuberculose na UE. O plano procura dar resposta aos principais desafios transsectoriais que hoje enfrentamos nos domínios quer da prevenção e controlo da tuberculose, quer do reforço da vigilância epidemiológica: assegurar um tratamento da tuberculose rápido e de qualidade para todos, desenvolver novos meios de diagnóstico e tratamento, reduzir o peso da co-infecção tuberculose/VIH, e combater a ameaça da multi-resistência farmacológica.

Contudo, a Comissão não pode vencer este desafio sozinha. A contribuição da sociedade civil, para chegar aos grupos mais vulneráveis, e o compromisso dos Estados-Membros são fundamentais para conseguirmos cumprir o nosso objectivo de apoiar a luta global contra esta doença.

Elena Oana Antonescu, em nome do Grupo PPE. - (RO) "A causa de morte na era dos antibióticos" é o que um grupo de investigadores chamou à tuberculose, uma palavra que muitos de nós pensavam que tinham desaparecido do uso diário, mas uma doença que ainda mata uma enormíssima quantidade de pessoas.

A tuberculose é a sétima causa de morte mais comum no mundo. Infelizmente, a situação actual tem ainda maior destaque devido ao aumento no número de casos envolvendo uma estirpe da tuberculose resistente à terapêutica-padrão com medicamentos.

À escala global, houve 9,4 milhões de novos casos de tuberculose em 2008 e 1,8 milhões de mortes. Em cada segundo que passa, algures no mundo, há uma pessoa que é infectada pela tuberculose.

Precisamos de ouvir estes números, referidos tão claramente quanto possível, num fórum da União Europeia com esta importância, de modo que todos possamos, tanto quanto possível perceber, até que ponto esta doença ainda assola as nossas sociedades e matar um grande número de cidadãos europeus.

Provenho de um país que, infelizmente, se situa entre os primeiros lugares da União Europeia no ranking sombrio dos casos de tuberculose.

Embora possamos falar de uma tendência ligeiramente decrescente, nos últimos anos, e num aumento da percentagem de pessoas curadas da tuberculose resistente à quimioterapia, a verdade é que os valores absolutos se mantêm alarmantes e reflectem uma realidade trágica.

Temos de travar uma batalha, coerente e integrada, baseada no melhor planeamento possível, de modo a mantermos este flagelo sob controlo. Temos de continuar ao nível da União Europeia, o trabalho que temos feito até agora para garantir que, em todos os Estados-Membros, elevamos o nível de detecção de doenças, o nível de acesso ao tratamento adequado, a qualidade da monitorização dos tratamentos e a qualidade da assistência médica prestada aos pacientes.

Precisamos também que todos os governos percebam a importância desta batalha e de se trabalhar juntamente com os parceiros sociais, de uma forma tão eficaz quanto possível, a fim de reduzir o número de europeus que sofrem desta doença que julgávamos ter sido erradicada há séculos atrás.

Acima de tudo, temos de travar esta batalha juntos, como uma família, sem ter em conta as diferenças entre nós, mas ajudando-nos mutuamente para superar este problema.

Em última análise, somos "a União Europeia" e a nossa força reside na unidade que temos.

Åsa Westlund, em nome do Grupo S&D. - (EN) Senhor Presidente, no momento presente, na época em que vivemos, ninguém devia morrer de tuberculose.

(SV) Estas palavras são de Ban Ki Moon, e foram proferidas hoje, no Dia Mundial da Tuberculose.

E ele tem razão, claro. No entanto, nos tempos que correm, muitas pessoas ainda morrem de tuberculose, particularmente os jovens e os pobres. Daí a necessidade de aumentarmos a nossa ajuda para o fundo à escala global que é responsável por uma grande parte do trabalho de combate à tuberculose, à malária e ao HIV nas zonas mais pobres do mundo.

No entanto, como a Comissão sublinhou, na Europa, as pessoas também estão a morrer de tuberculose. Precisamos de aumentar nossa cooperação para impedir a propagação da tuberculose multirresistente e para encontrar tratamentos eficazes que atinjam todos os grupos vulneráveis da sociedade.

O Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, sediado em Solna, na Suécia, tem um papel muito importante a desempenhar neste contexto, e muito me apraz que a Comissão, neste dia, tenha considerado uma prioridade vir aqui e realizar um debate sobre este importante tema.

Charles Goerens, em nome do Grupo ALDE. - (FR) Senhor Presidente, os progressos da medicina ainda não conseguiram superar a tuberculose. Daí esta ser, erradamente, considerada como uma doença que afecta somente os países pobres. Esta ideia não tem na devida conta a maneira como esta se está a espalhar, principalmente na Europa Central e Oriental.

Na verdade, nenhum país está protegido contra esta terrível doença, que tem estado entre nós, à nossa volta, há muitos milhares de anos. Além disso, as estirpes multirresistentes oferecem pouca esperança de, a curto prazo, se conseguir pôr termo a este flagelo. A necessidade de lutar em várias frentes, por meio de prevenção, vigilância médica, investigação e divulgação de medidas preventivas e de higiene, incentiva-nos a agir de forma coordenada e determinada. Em suma, temos de poder confiar, em todos os momentos, nas melhores estratégias possíveis neste domínio.

Quando se trata de financiar medidas neste contexto, é aconselhável fazer uma distinção entre dois cenários. Em primeiro lugar, os sistemas de segurança social dos nossos países devem, em princípio, ser capazes de garantir cobertura médica satisfatória. Entretanto, nos países em desenvolvimento, os pacientes ainda necessitam da solidariedade que, desde 2002, se concretizou, de forma exemplar, sob a égide do Fundo Mundial de Luta contra o VIH/SIDA, a Tuberculose e a Malária (GFATM).

Se o objectivo é, de facto, reduzir para metade o número de casos de tuberculose entre 2000 e 2015, um dos três cenários apresentados pelo presidente do Fundo Mundial, Michel Kazatchkine, terá de ser aprovado.

Gostaria de pedir à Comissão que nos informasse sobre qual dos três cenários está a usar como base para a elaboração de propostas aos nossos Estados-Membros relativamente ao futuro financiamento do Fundo Mundial de Luta contra o VIH/SIDA, a Tuberculose e a Malária.

Maria Da Graça Carvalho (PPE). - O Dia Mundial da Luta Contra a Tuberculose, que hoje se assinala, é uma ocasião para apelar ao reforço do diálogo político e ao envolvimento de governos e sociedade civil nesta causa.

Na União Europeia, o número de casos de tuberculose tem vindo a diminuir. Em Portugal, assiste-se igualmente a uma redução acentuada, mas com uma taxa de incidência ainda acima da média da UE. Esta redução está associada ao bom desempenho do Plano Nacional de Luta Contra a Tuberculose. No entanto, nalguns países tem-se verificado uma reemergência da doença.

Os vários planos de acção promovidos pela Comissão Europeia vão no bom sentido. Gostaria de realçar a parceria entre a Europa e os países em desenvolvimento para a realização de ensaios clínicos. É igualmente importante o apoio do Programa-Quadro de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para as áreas das ciências da vida. É indispensável reforçar o papel da investigação clínica e científica na luta contra a tuberculose. É, por isso, fundamental que se continue a trabalhar no sentido de descobrir novos e melhores instrumentos para combater a tuberculose, e que se promovam tecnologias inovadoras no diagnóstico, medicamentos e vacinas.

Apelo, assim, à Comissão e aos governos para que unam esforços e intensifiquem o combate à tuberculose, de modo a controlar com sucesso e a erradicar esta doença.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D). - (LT) Temos de combater a tuberculose, uma vez que, todos os anos, muitas pessoas no mundo morrem com esta doença e, praticamente, uma em cada três pessoas no mundo são infectadas por ela. Gostaria de chamar a atenção para o facto de a tuberculose ser a doença infecciosa mais difundida no mundo e que está intimamente relacionada com os problemas sociais e económicos, por outras palavras, com a pobreza, o desemprego, o alcoolismo, a toxicodependência e o VIH/SIDA, além de ter a ver com a inadequação dos sistemas de saúde nos países pobres e com o atraso no diagnóstico. Para superar estes factores que causam a tuberculose, a Comissão Europeia e os Estados-Membros da União Europeia devem tomar medidas concretas e rápidas, com o objectivo de estabelecer acções conjuntas para combater esta terrível doença, chegar a um diálogo político comum relativamente ao apoio financeiro e adoptar um plano de acção conjunto para combater esta doença.

Apesar de a tuberculose estar incluída na lista das doenças prioritárias, a luta contra a tuberculose continua a receber um financiamento insuficiente e daí a necessidade de revermos as dotações orçamentais da União Europeia neste programa de acção. Insto igualmente no sentido de incentivarmos um maior investimento na investigação científica no domínio da luta contra a tuberculose.

Olga Sehnalová (S&D). - (CS) Assinala-se hoje o Dia Mundial da Tuberculose, o que nos dá oportunidade para referir que, apesar dos êxitos alcançados até agora na luta contra esta doença, a tuberculose continua a ser um grave problema à escala global. Mais de 2 mil milhões de pessoas estão infectadas com o bacilo da tuberculose e um em cada dez desses doentes acaba por desenvolver a sua forma activa.

A incidência de tuberculose e, em particular, os diferentes níveis de tratamento e acompanhamento da doença, estão relacionados com as diferentes condições socioeconómicas em diferentes regiões e também em diferentes grupos sociais. O diagnóstico precoce da tuberculose e o tratamento completo e totalmente monitorizado desta doença, por outras palavras, o tratamento que não é interrompido e que dura o tempo suficiente, constituem os pré-requisitos básicos para reduzir o risco de resistência alargada ao tratamento, bem como o desenvolvimento de formas multi-resistentes de tuberculose, cujo tratamento é extremamente dispendioso e de difícil obtenção em muitos países. Importância semelhante tem a adaptação dos sistemas de saúde e da prática diária, incluindo o acompanhamento da doença nos grupos de alto risco, bem como a disponibilização de trabalhadores de saúde qualificados e de equipamentos adequados.

As estimativas da OMS transmitem a necessidade de gastar 44 300 milhões de dólares à escala nacional, durante os próximos dez anos, no combate à tuberculose, no entanto, uma escassa metade dos recursos necessários estará disponível. Assim sendo, a tarefa da UE é, portanto, unir forças com a OMS e alguns países

e, juntamente com os seus sistemas nacionais de saúde, fazer com que a batalha contra a tuberculose se torne uma das prioridades na ajuda ao desenvolvimento de países terceiros.

John Dalli, Membro da Comissão. - (MT) Foi com grande prazer e interesse que escutei as intervenções dos senhores deputados. Gostaria de assegurar a V. Exas. que a Comissão, além de estar a abordar esta doença com toda a seriedade, também atribui uma importância significativa ao que aqui foi dito hoje. Estamos determinados em alcançar as nossas metas, de modo a controlar esta doença. Este tipo de debates tem particular importância para concentrar toda a atenção e ênfase nesta doença. O contributo e o apoio do Parlamento são essenciais para coadjuvar os nossos esforços na luta contra esta doença no seio da União Europeia, bem como em outros países.

Presidente. - Está encerrado o debate.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Nessa Childers (S&D), por escrito. - (EN) Embora a tuberculose seja por muitos conjugada no tempo verbal do passado e encarada como um mal do século XIX, continua a ter, todos os anos, um gravíssimo impacto, directa e indirectamente, na vida de centenas de milhares de agricultores em toda a UE. Apesar de a tuberculose, na sua forma humana, ter sido estancada na maior parte dos países da UE, a partir de meados do século XX, continua a disseminar-se, de forma agressiva, entre os animais das explorações agrícolas, afectando, em cada ano, 5% do gado bovino no meu círculo eleitoral, no leste da Irlanda.

Recentemente, recebi correspondência de um produtor pecuário, no Condado de Westmeath, cujas vacas leiteiras premiadas, foram reduzidas a quase nada desde que ele detectou a existência de tuberculose na sua exploração, há menos de um ano atrás. A doença, propagada por texugos, foi descoberta no dia em que ele ia partir para duas semanas de férias, em Junho do ano passado, e, desde então, perdeu 64 cabeças das 82 que possuía.

Embora a UE, nos últimos tempos, tenha, muito justamente, defrontado com toda a energia o problema da tuberculose nos seres humanos, a forma da doença que ataca os bovinos, resultando em milhões de euros de receitas perdidas em cada ano, deve ser muito seriamente tida em conta na elaboração da futura legislação sobre tuberculose.

21. Impacto da crise financeira e económica global nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (breve apresentação)

Presidente. - Segue-se na ordem do dia uma breve apresentação do relatório (A7-0034/2010), pelo deputado Enrique Guerrero Salom, em nome da Comissão do Desenvolvimento, sobre os efeitos da crise financeira e económica mundial nos países em desenvolvimento e na cooperação para o desenvolvimento (COM(2009)0160 – 2009/2150(INI)).

Enrique Guerrero Salom, relator. - (ES) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a crise financeira e económica está a produzir os mais duros e severos efeitos nos países emergentes e em desenvolvimento, especialmente nos que apresentam os rendimentos mais baixos. Esta crise provocou um abrandamento do crescimento sustentado que vinha ocorrendo em muitos destes países ao longo da última década: o crescimento económico que estava a criar empregos, a ajudar no saneamento das contas públicas, tornando possível reduzir a dívida externa, incentivando a expansão da actividade empresarial e, além disso, ajudando-os a obter mais ajuda oficial ao desenvolvimento.

Contudo, estes países já vinham sofrendo, nos anos anteriores à crise: por um lado, a crise alimentar, que pôs em perigo a sobrevivência de centenas de milhões de pessoas, depois, a crise energética, em que foram excessivamente consumidos muitos dos recursos daqueles que não produzem petróleo nem gás, e, por último, a crise climática, cujos efeitos sobre as colheitas e infra-estruturas prejudicam sobretudo os países mais pobres.

A crise financeira deteriorou ainda mais a situação, já de si precária, em que estes países se encontraram. Como a própria Comissão Europeia sublinhou, ao atingir países em desenvolvimento e países emergentes, a terceira vaga da crise financeira prejudicou os países mais pobres, tornando esta crise, em teoria, uma crise económica, numa crise de desenvolvimento, social e humanitária.

Na verdade, todas as áreas de actividade nestes países foram lesadas. O crescimento económico, que será muito menor em 2009 do que em anos anteriores, foi muito prejudicado. O comércio diminuiu, o que vai

enfraquecer os saldos da conta-corrente desses países. Há menos investimento estrangeiro e pouco acesso desses países ao financiamento internacional, além de estarmos a assistir a uma crescente reacção proteccionista por parte dos países desenvolvidos.

Ao mesmo tempo, as remessas dos emigrantes caíram e a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) também foi reduzida. Como resultado, centenas de milhões de pessoas foram adicionadas à lista dos mais pobres e centenas de milhares de crianças vão morrer mais cedo em continentes como a África.

Face a esta realidade, a voz europeia deve fazer-se ouvir, exigindo-nos a defesa das acções empreendidas pela Assistência Oficial ao Desenvolvimento, a reivindicação de novas fontes de recursos adicionais para ajudar estes países, a reivindicação do aligeiramento dos custos e impostos sobre as remessas dos emigrantes; a reivindicação de que se resista às tentativas de protecção e se apoie o desenvolvimento da Ronda de Doha, que se vai realizar. Temos de exigir actuação contra os paraísos fiscais e contra a evasão fiscal, e temos também de trabalhar no sentido de uma moratória da dívida ou do cancelamento da dívida dos países mais pobres.

Como relator desta proposta, gostaria de obter o maior consenso possível, tendo concordado, em negociação, com as alterações propostas por todos os grupos parlamentares, mas ainda estou disposto a, amanhã, apresentar uma alteração oral ao n.º 34 do presente relatório, com o objectivo de juntar mais votos, mais vontades no sentido de algo que creio ser fundamental: que a voz europeia deve ser unida e forte no que diz respeito à ajuda aos países em desenvolvimento.

John Dalli, *Membro da Comissão*. - (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, as minhas felicitações ao relator pelo vastíssimo trabalho apresentado.

Como muito bem foi salientado no presente relatório, os países em desenvolvimento têm sido muito mais duramente afectados pela crise do que inicialmente esperado. Na verdade, foram atingidos através de vários canais de transmissão, tais como a volatilidade dos preços dos bens de consumo, a diminuição das receitas provenientes da exportação e das receitas do turismo, bem como o declínio dos fluxos e remessas de capital. Neste contexto, a característica comum é o aumento das necessidades de financiamento de muitos países.

Muitos países em desenvolvimento foram, muitas vezes, obrigados a cortar despesas sociais (nomeadamente nutrição, saúde e educação), o que deu origem a graves consequências sociais e políticas e comprometeu não apenas a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015, mas também subverteu o progresso obtidos no passado e registados nos últimos anos. Apesar de alguns primeiros sinais de recuperação mundial, os países em desenvolvimento, particularmente na África subsaariana, vão, certamente, ficar para trás.

A UE mostrou liderança e unidade através da sua resposta conjunta à escala da UE a esta crise, enquadrada também na resposta à escala global, nomeadamente no âmbito das Nações Unidas, do G20 e do G8. Agimos com rapidez e eficiência, numa perspectiva de traduzir as promessas em compromissos concretos para ajudar os países em desenvolvimento a fazer face à crise.

Na primavera passada, a UE adoptou um conjunto de medidas abrangentes, oportunas, orientadas para objectivos e coordenada para atenuar o impacto humano da crise, impulsionar o crescimento económico nos países em desenvolvimento e proteger os mais vulneráveis.

A resposta da UE inclui não apenas a resposta da Comunidade, mas também dos Estados-Membros (as respectivas respostas bilaterais, bem como os seus contributos para os recursos das instituições financeiras internacionais, tal como solicitado pelo G20). Além disso, a colaboração estreita com o Banco Mundial e o FMI permitiu-nos assegurar a coerência das nossas análises respectivas e a complementaridade da nossa ajuda.

Tal como é salientado no relatório, a Comissão criou e está pôr em prática um mecanismo *ad hoc*, chamado "Fundo Vulnerabilidade", uma estrutura muito concreta e de curto prazo para apoiar os países mais vulneráveis, com fraca capacidade de resiliência, com vista a permitir-lhes manter as despesas prioritárias, nomeadamente nos sectores sociais.

Outras medidas incluem reafectações na sequência de avaliações *ad hoc* do país e da revisão intercalar avançada do 10.º Fundo Europeu de Desenvolvimento, actualmente em curso, apoio no âmbito do instrumento FLEX normal, antecipação da ajuda sempre que possível, etc.

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) tem desempenhado, e continuará a desempenhar, um papel crucial no apoio aos esforços de nossos parceiros em termos de gestão da crise. Neste contexto, a Comissão congratula-se com o apoio de V. Exas. no sentido de instarem os Estados-Membros a manterem o seu compromisso de atingir, até 2015, o objectivo 0,7% APD/RNB. Outros doadores deveriam adoptar metas ambiciosas semelhantes para o aumento da APD, e temos de exortar toda a comunidade de doadores no sentido de honrarem os seus compromissos em termos de volumes e eficácia da ajuda.

Em 21 de Abril, a Comissão irá publicar o seu pacote de desenvolvimento anual da Primavera, com propostas aos Estados-Membros. Este ano, será dada ênfase às acções que continuam a ser necessárias para alcançar os ODM. O pacote irá adoptar uma abordagem abrangente e definir um plano de acção para uma progressão acelerada rumo aos ODM. Dará igualmente uma oportunidade para a UE dar um contributo ambicioso para a próxima revisão de Alto Nível, pelas Nações Unidas, dos ODM, em Setembro. Ao fazê-lo, a UE continuará a manter a credibilidade dos seus compromissos e continuará a desempenhar um papel de liderança no desenvolvimento internacional.

Elena Băsescu (PPE). - (RO) A crise económica e financeira também atingiu muito duramente a Moldávia, um país em desenvolvimento, que, segundo estimativas do FMI, viu a sua economia decair 9% no ano passado, tendo a taxa de desemprego ultrapassado a marca dos 6%. Há necessidade de incentivar o investimento directo.

Gostaria de salientar que a Moldávia contratou por um período de um ano, nove consultores seniores da União Europeia, que irão prestar assistência aos principais ministérios em Chişinău.

Tendo em conta que falamos a mesma língua, os nossos vizinhos do outro lado do rio Prut podem beneficiar da experiência da Roménia absolutamente em todas os domínios.

O custo das transferências de dinheiro feitas por emigrantes, a partir dos países onde trabalham, deverá ser reduzidos. O compromisso assumido pelos líderes do G8 no sentido de reduzir esses custos de 10% para 5%, nos próximos cinco anos, constitui um primeiro passo nessa direcção.

Aproveito para saudar, aqui e agora, o valor recorde de apoio financeiro no valor de 2 600 milhões de dólares, que foi concedido à Moldávia para o período 2011-2013. O acordo foi alcançado hoje pelo primeiro-ministro Vlad Filat, durante a conferência de doadores.

Antolín Sánchez Presedo (S&D). - (ES) Senhor Presidente, embora o epicentro da crise não esteja localizado nos países em desenvolvimento, são estes que têm sido mais grave e profundamente afectadas pela sua enorme onda de choque.

O chamado *credit crunch*, ou dificuldade na obtenção de crédito, a incerteza produzida pela depressão e o declínio do comércio internacional, os fluxos de investimentos e as remessas dos trabalhadores emigrantes têm sido os principais canais de propagação de uma crise precedida por uma grande volatilidade nos preços dos produtos essenciais e alimentos e gerou circunstâncias de enormes desequilíbrios à escala global.

A resposta concertada à crise deve ter em conta os países em desenvolvimento, e a sua agenda deve constituir um elemento essencial da cooperação económica mundial.

Através da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, fizemos a solicitação de que o Fundo Monetário Internacional considere os encargos que a crise tem produzido sobre as finanças públicas dos países em desenvolvimento no relatório que está a preparar para a próxima reunião do G20, e que a Comissão emita um comunicado, no qual seja feita uma avaliação sobre a forma como um imposto sobre transacções financeiras poderia ajudar a alcançar os Objectivos do Milénio, a corrigir os desequilíbrios globais e a promover o desenvolvimento sustentável.

Apraz-me que o senhor deputado Guerrero tenha assumido estas propostas e felicito-o pelo seu excelente relatório.

Olle Schmidt (ALDE). - (SV) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao relator pelo importante trabalho realizado.

Estou convencido de que a melhor maneira de combater a crise é através de comércio mais livre e de globalização, não através do protecçãoismo. A Europa deve, portanto, manter os seus mercados abertos, a fim de combater a recessão, estimular o crescimento, tanto na Europa como em todo o mundo e, assim, combater a pobreza.

Dentro de alguns dias, a Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE reunirá em Tenerife. Os meus colegas dos países ACP tendem sempre a apontar os problemas criados nos seus mercados pelos produtos agrícolas subsidiados da UE. Estes países precisam de comércio, mas a nossa política contraria o estabelecimento de mercados saudáveis para os produtos agrícolas dos países em desenvolvimento.

(EN) A UE deu mostras de liderança, diz o Comissário, mas podemos fazer muito melhor. É uma questão de comércio justo, Senhor Comissário.

João Ferreira (GUE/NGL). - As crises mencionadas no relatório (alimentar, energética, climática, financeira, económica e social), mais não são do que expressões diferenciadas de uma mesma crise estrutural que se vem arrastando há décadas. Em algumas regiões, como a África subsariana, a riqueza por habitante face às outras regiões do mundo tem vindo a divergir de década para década de forma continuada. Apesar das disparidades existentes, os países em desenvolvimento têm genericamente algumas características em comum: a dependência das exportações de um número reduzido de matérias-primas, a falta de diversificação económica, uma forte concentração na agricultura, no sector extractivo ou energético, ou no turismo, e um forte domínio do capital estrangeiro.

A promoção de um modelo exportador e a liberalização progressiva do comércio, que tem vindo a ser imposta a estes países, se necessário com recurso à chantagem, como o demonstra o processo de negociação dos acordos de parceria económica, levam a um agravamento da dependência destes países, comprometendo potencialidades de desenvolvimento endógenas. Mas é a dívida externa que continua a representar a principal sangria de recursos dos países em desenvolvimento. Várias vezes paga e, não obstante, sempre crescente, a dívida atingiu uma dimensão colossal e auto-sustenta a sobreexploração destes países, mantendo a natureza das suas relações com os países do norte. O seu cancelamento é, antes de mais, uma questão de justiça.

Presidente. - Respeitar o tempo de intervenção também é justo.

Andreas Mölzer (NI). - (DE) Não foi só a Europa que foi duramente atingida pela maior crise financeira e económica desde os anos trinta do século passado, como bem sabemos. Os países em desenvolvimento estão sofrer particularmente com os efeitos da crise, e são eles que têm menos capacidade para reagir. A especulação irresponsável, a ganância por lucros rápidos, abordagens completamente alheias à economia real, particularmente nos países anglo-saxónicos, e um sistema financeiro a rebentar pelas costuras, colocaram o mundo à beira de um abismo financeiro.

Outra causa da crise é um conceito de globalização, que fez da desregulamentação completa a sua maior prioridade. Os países da Europa estão a ficar cada vez mais endividados para poderem reiniciar as suas economias. No entanto, em muitos casos, esta actuação não é possível aos países em desenvolvimento devido à sua má situação financeira. Por conseguinte, há que lhes dar a oportunidade de protegerem as suas economias nacionais mais eficazmente contra os produtos importados, vendidos a preços de dumping com a consequente destruição dos mercados locais e dos meios de subsistência das populações locais.

Temos de dar aos países em desenvolvimento a oportunidade de sair da crise pelos seus próprios meios. Provavelmente, a ajuda "tradicional" ao desenvolvimento pode ser considerada como tendo falhado amplamente o seu propósito. Temos, em última análise, de atacar a raiz do problema e impor regulamentos rigorosos aos mercados financeiros, proibir as práticas especulativas e introduzir rapidamente um imposto sobre transacções financeiras.

Presidente. - Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, 25 de Março de 2010.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), por escrito. - (LT) A UE tem o dever de ajudar os países em desenvolvimento a ultrapassar as dificuldades ligadas à crise económica mundial e à pobreza, algo que lhes aconteceu sem culpa própria.

É muito importante que a Comissão Europeia desenvolva esforços determinados no sentido de ser aplicada a reforma da cooperação para o desenvolvimento internacional e que, em conjunto com o Conselho, melhore a coordenação da cooperação bilateral e multilateral, uma vez que as lacunas nesta área constituem a principal razão pela qual a eficácia da ajuda ao desenvolvimento pode sofrer.

Os países em desenvolvimento precisam de ajuda para reduzir a pobreza e o isolamento, de medidas que contribuam para o desenvolvimento e das medidas necessárias para sair da crise, especialmente neste difícil período.

Conseguiremos pôr em prática os vastos compromissos adoptados, adoptando, de um modo geral, uma melhor coordenação e uma acção administrada de forma mais eficaz e transparente, num esforço para alcançar um amplo acordo entre os principais prestadores de ajuda, os países parceiros, as instituições financeiras e a sociedade civil.

Ao pôr em prática estas acções, a União Europeia deve ter uma postura de líder e actuar mais resolutamente. Para esse efeito, todas as Instituições da União Europeia deverão assumir maiores compromissos, e, sobre esta matéria, o Parlamento fez saber a sua opinião de forma indubitavelmente muito clara.

Sebastian Valentin Bodu (PPE), por escrito. - (RO) Os países em desenvolvimento acabaram por ser as principais vítimas da crise financeira, apesar das previsões iniciais, garantindo que os países desenvolvidos seriam mais duramente atingidos. A teoria, sugerindo que os países em desenvolvimento, por não estarem tão fortemente ligados à economia mundial, não seriam tão gravemente afectados pela crise dos mercados financeiros, foi desmentida pela realidade. Estamos a ver como a crise se agrava em muitos países em desenvolvimento, com taxas de desemprego sem precedentes e crescimento exponencial da dívida pública e dos défices orçamentais. Enquanto tudo isto acontece, os países desenvolvidos que ainda não sentiram muito fortemente o impacto da crise ou que tiveram à disposição instrumentos eficazes para mitigar o seu impacto, têm experimentado algum crescimento económico, ainda que temporário. A crise económica já afecta directamente a população, enquanto o desemprego está em alta nos países em desenvolvimento. Os esforços para alcançar a recuperação económica, desenvolvidos pelos Estados que continuam a sentir os efeitos da crise, podem afectar grupos sociais na sua totalidade, dado que as medidas de recuperação têm sempre um impacto doloroso. Entre os regimes de auxílios financeiros disponíveis a nível mundial, os programas de financiamento da UE são os mais abrangentes e inclusivos. Os Estados-Membros afectados deverão beneficiar, de forma tão adequada quanto possível, das verbas atribuídas ao combate de situações que restringem a actividade económica e têm ramificações sociais.

Proinsias De Rossa (S&D), por escrito. - (EN) A crise económica e financeira mundial atingiu tão profundamente o mundo desenvolvido, que, neste momento, nos debatemos com uma crise social e de desemprego. Porém, nos países menos desenvolvidos, estes problemas, pelos quais não são responsáveis, são agravadas pelas consequências da crise alimentar e climática, com consequências dramáticas para um sexto da população mundial que passa fome. Enquanto maior conjunto de doadores, os Estados-Membros da UE devem cumprir os seus compromissos em matéria de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), melhorar a eficácia e a coordenação da ajuda e aumentar os seus esforços para alcançar os Objectivos do Milénio até 2015. A extensão dos danos causados pela especulação no sector financeiro destaca a importância de medidas preventivas, tais como a tributação das transacções financeiras e aquisição de acções, considerando a possibilidade de indemnização por parte do sector relativamente aos custos da crise. Dado que os paraísos fiscais e *off-shores* privam os países em desenvolvimento de valores muitas vezes superiores aos montantes angariados através da APD, a inacção neste domínio é algo de inaceitável.

Siiri Oviir (ALDE), por escrito. - (ET) Embora, actualmente, já possamos falar de uma melhoria na crise económica e financeira em alguns Estados Membros da UE, devemos reconhecer que, para os países em desenvolvimento, esta crise, com todos os seus efeitos cruéis, ainda está em pleno andamento. Sem qualquer dúvida, deveríamos considerar o desenvolvimento económico como a palavra-chave para solucionar a actual crise mundial. No entanto, enquanto empreendemos a revitalização da nossa própria economia, não podemos esquecer que a continuação da crise nos países em desenvolvimento também dificulta muito significativamente o crescimento económico à escala global e, portanto, também dificulta o nosso próprio desenvolvimento. Creio que os Estados-Membros da União Europeia devem continuar a prestar ajuda com o fim de reduzir a pobreza e a exclusão nos países em desenvolvimento, adaptando continuamente a sua abordagem às novas circunstâncias e condições. Considerando os graves efeitos da crise mundial sobre os países em desenvolvimento, em particular, apoio aqueles que dizem que, apesar da crise, até 2015, todos os Estados-Membros podem aumentar a sua ajuda colectiva ao desenvolvimento em 0,7% do seu RNB. É importante tomar medidas para promover o desenvolvimento e para nos tirar da crise, hoje, em 2010. Nesta perspectiva, apoio os que dizem que, na situação actual, os países altamente desenvolvidos, tanto dentro como fora da UE, devem tomar medidas com vista a reformular a cooperação internacional para o desenvolvimento. Não podemos permitir que a falta de intervenção da nossa parte possa anular conquistas anteriores no domínio da pobreza e da exclusão, e não podemos permitir que surja uma situação, em que,

em vez dos actuais cem milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza, venhamos a ter mil milhões de pessoas nessa posição.

22. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta

23. Encerramento da sessão

(A sessão é encerrada às 23H15)